

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ANGELO DE OLIVEIRA SEGRILLO

RECONSTRUINDO A “RECONSTRUÇÃO”:
uma análise das principais causas da Perestroika soviética

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor.
(versão repaginada)

Orientador: Daniel Aarão Reis Filho

NITERÓI

1999

RESUMO

O presente trabalho analisa as principais causas da Perestroika, isto é, que fatores levaram os líderes soviéticos a deslançar aquele processo de reformas tão radicais em meados dos anos 1980. Observou-se que uma preocupação central e destacada dos governantes da URSS na época era com a desaceleração econômica do país nas duas décadas precedentes e com o hiato tecnológico com o Ocidente. A investigação do porquê de tais fenômenos levou o autor a analisar a economia da União Soviética dentro do contexto das transformações mais globais da Revolução Científico-Técnica no mundo como um todo. Além dessa área de concentração principal, analisaram-se também alguns fatores tradicionalmente apontados como áreas problemáticas para o sistema soviético na época pré-Perestroika, como a questão dos gastos excessivos com defesa e agricultura e o problema das nacionalidades. Um aspecto deste trabalho revela-se pioneiro na historiografia brasileira: é a primeira vez que um historiador nacional redige tese doutoral sobre a URSS utilizando pesquisa *in loco* em fontes primárias na língua original russa. De especial interesse são as pesquisas realizadas nos antigos arquivos classificados soviéticos recém-liberados na década de 1990 pelo governo Yeltsin.

Palavras-chaves: PERESTROIKA; UNIÃO SOVIÉTICA; REVOLUÇÃO CIENTÍFICO-TÉCNICA

ABSTRACT

The author analyzes the causes of Perestroika, *i.e.*, what factors led the Soviet leaders to initiate these radical reforms in the mid-eighties. It was observed that they were especially worried about the economic slowdown since the sixties and about the growing technological gap with the West. Thus, in this doctoral dissertation, the origins of Perestroika are investigated, not merely as an intrasystemic process of the USSR, but as an historical phenomenon correlated with the more global context of the transformations brought about by the advent of the Scientific-Technical Revolution (STR). The author concentrates his analysis on the relationship between the internal developments in the Soviet Union and the consequences of the unfolding of the STR in the world economy. Other factors which affected the Soviet system in the pre-Perestroika decades — such as, excessive defence and agricultural expenditures and the nationality question — are also secondarily analyzed. In a way, this is a pioneering work in Brazilian historiography since it is the first time a Brazilian historian writes a doctoral dissertation on the Soviet Union based on direct research of Russian primary sources *in loco*.

Keywords: PERESTROIKA; SOVIET UNION; SCIENTIFIC-TECHNICAL REVOLUTION

Meus mais profundos agradecimentos:

ao professor Daniel Aarão Reis Filho, meu orientador no doutorado em História da Universidade Federal Fluminense, por seu constante apoio e estímulo que ultrapassaram, em muito, a mera obrigação profissional em relação ao doutorando

ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF por ter acolhido meu projeto e às agências financiadoras CNPq/CAPES cujas bolsas de estudo foram simplesmente fundamentais para que eu pudesse levar a cabo as pesquisas no Brasil e no exterior. Meus votos para que estas agências continuem tendo condições adequadas de fomentar pesquisa de base e de ponta no país

aos especialistas que me ajudaram com conselhos, sugestões e críticas, como Luís Leite de Vasconcelos, Luís Fernandes, José Ricardo Tauille, Victor Hugo Klagsbrunn, Lenina Pomeranz, Kiva Maidanik, Harley Balzer, Mandelstam Balzer, Moshe Lewin, Blair Ruble e Clifford Gaddy

“Deixe-me primeiro explicar a situação nada simples que se desenvolveu no país nos anos 80 e que fez com que a *perestroika* se tornasse necessária e inevitável [...] Analisando a situação, primeiro descobrimos uma diminuição do crescimento econômico. Nos últimos quinze anos, a taxa de crescimento da renda nacional caiu para mais da metade e, no início dos anos 80, chegara a um nível próximo da estagnação econômica. Um país que antes estivera alcançando rapidamente as nações mais avançadas do mundo, agora começava a perder posição. Além disso, o hiato existente na eficiência da produção, na qualidade dos produtos, no desenvolvimento científico e tecnológico, na geração da tecnologia avançada e em seu uso começou a se alargar, e não a nosso favor[...] E tudo isso aconteceu numa época em que a revolução científica e tecnológica abria novos horizontes para o progresso econômico e social.” (Gorbachev, 1988, p. 17)

SUMÁRIO

SUMÁRIO	p. 5
LISTA DE TABELAS	p. 7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	p. 9

PRIMEIRA PARTE: QUAIS AS CAUSAS PRINCIPAIS DA PERESTROIKA?

1 INTRODUÇÃO	p. 11
1.1 PREÂMBULO	p. 11
1.2 CAUSAS APARENTES E PROFUNDAS DA <i>PERESTROIKA</i>	p. 11
2 REVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS	p. 19
2.1 INTRODUÇÃO	p. 19
2.2 CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA PRODUTIVO CAPITALISTA DURANTE A SEGUNDA E TERCEIRA REVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS	
2.2.1 Segunda Revolução Tecnológica	p. 24
2.2.2 Terceira Revolução Tecnológica	p. 26
3 O CONCEITO DE REVOLUÇÃO CIENTÍFICO-TÉCNICA NOS PAÍSES DO SOREX	p. 36
3.1 CONCEITOS GERAIS	p. 36
3.2 AUTOMAÇÃO, RCT E SOCIALISMO	p. 39
4 O MODELO SOVIÉTICO DE PRODUÇÃO	p. 41
4.1 INTRODUÇÃO	p. 41
4.2 <i>VAL</i>	p. 43
4.3 PLANEJAMENTO CENTRAL E <i>NESBALANSIROVANNOST'</i>	p. 45
4.4 ESTRUTURA DE PREÇOS	p. 48
4.5 ALIENAÇÃO DO TRABALHADOR	p. 49
4.6 ESTRUTURAS VERTICAIS, AUTORITÁRIAS DE COMANDO	p. 50
4.7 SOBERANIA DO CONSUMIDOR E MERCADOR COMPRADOR PERMANENTE	p. 51
4.8 <i>VEDOMSTVENNOST'</i>	p. 53
4.9 <i>ZATRATNAYA SISTEMA</i>	p. 54
4.10 ECONOMIA DE CRESCIMENTO EXTENSIVO	p. 55
5 MODELO SOVIÉTICO DE PRODUÇÃO, FORDISMO, TOYOTISMO E REVOLUÇÃO CIENTÍFICO TÉCNICA	p. 59
5.1 INTRODUÇÃO	p. 59
5.2 O FORDISMO E O MODELO SOVIÉTICO DE PRODUÇÃO	p. 62
5.2.1 Flexibilidade	p. 65
5.2.2 Informação	p. 67
5.2.3 Qualidade	p. 69
5.2.4 Aspectos Positivos do Sistema Soviético em Relação à RCT	p. 70
6 A NATUREZA DO MODELO SOVIÉTICO E SUAS ORIGENS	p. 76
6.1 CONCEITOS SOBRE A NATUREZA DO MODELO SOVIÉTICO	p. 76
6.2 CONCLUSÃO	p. 87

**SEGUNDA PARTE: OUTROS FATORES DE PRESSÃO SOBRE
O SISTEMA SOVIÉTICO**

7	A QUESTÃO DO FARDAMENTO DAS DESPESAS MILITARES NA URSS ...	p. 91
8	A QUESTÃO DA AGRICULTURA SOVIÉTICA	p. 102
8.1	INTRODUÇÃO	p. 102
8.2	ORIGENS DO PROBLEMA	p. 103
8.3	PEQUENA <i>VERSUS</i> LARGA ESCALA NA AGRICULTURA	p. 105
8.4	RESULTADOS DA COLETIVIZAÇÃO	p. 106
8.5	STALIN, KHRUSHCHEV, BREZHNEV	p. 108
8.6	CONCLUSÃO	p. 111
9	O PROBLEMA DAS NACIONALIDADES NA URSS	p. 112
9.1	COLOCAÇÕES GERAIS	p. 112
9.2	BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE NACIONALIDADES NA URSS	p. 119
9.3	CONCLUSÃO	p. 126
10	A NOMENKLATURA COMO CLASSE EXPLORADORA? <i>PERESTROIKA</i> COMO SUBLEVAÇÃO DAS MASSAS EXPLORADAS?..	p. 137
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 140
12	FONTES	p. 144
12.1	PESQUISAS DE ARQUIVO	p. 144
12.2	PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	p. 145
12.3	FONTES PUBLICADAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS NÃO PERIÓDICAS	p. 148
13	APÊNDICES	p. 172
13.1	APÊNDICE 1: PCUS, ESTRUTURA DE PODER E A ECONOMIA NA URSS ÀS VÉSPERAS DA <i>PERESTROIKA</i>	p. 173
13.2	APÊNDICE 2: TENDÊNCIAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA SOVIÉTICA EM DIFERENTES DÉCADAS	p. 178
13.3	APÊNDICE 3: TAXAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO DA URSS, EUA E JAPÃO	p. 179
13.4	APÊNDICE 4: ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE DAS ECONOMIAS SOVIÉTICA, AMERICANA E JAPONESA	p. 183
13.5	APÊNDICE 5: TABELAS DOS FATORES EXTENSIVOS E INTENSIVOS DO CRESCIMENTO SOVIÉTICO	p. 185
13.6	APÊNDICE 6: ÍNDICES DE SALÁRIOS E PREÇOS NA URSS, EUA E JAPÃO	p. 186
13.7	APÊNDICE 7: TOYOTISMO, FORDISMO E CRESCIMENTO MACROECONÔMICO COMPARADO	p. 187
13.8	APÊNDICE 8: GASTOS MILITARES SOVIÉTICOS	p. 192
13.9	APÊNDICE 9: A AGRICULTURA NA URSS	p. 198
13.10	APÊNDICE 10: NACIONALIDADES NA URSS	p. 203

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1 - Crescimento médio anual da renda nacional dos países do COMECON, 1950-1985	p. 14
TABELA 1.2 - Média de crescimento anual da renda nacional da URSS, 1951-1975	p. 15
TABELA 1.3 - Número de robôs industriais em utilização no Japão e nos EUA, anos selecionados.....	p. 34
TABELA 1.4 - Taxa cumulativa anual de crescimento no volume do comércio exterior mundial, 1820-1967	p. 23
TABELA 1.5 - Taxa cumulativa anual de crescimento da produção mundial <i>per capita</i> , 1865-1938	p. 24
TABELA 1.6 - Crescimento econômico médio anual dos países da OCDE, 1960-1993	p. 24
TABELA 1.7 - Comparação de produtividade entre fábricas de automóveis da Toyota em Takaoka e da General Motors em Framingham	p. 34
TABELA 1.8 - Índice anual da produção de cereais da URSS, 1975-1986	p. 110
TABELA 1.9 - Crescimento do PIB de EUA, OCDE-Europa e Japão, 1990-1996	p. 190
TABELA 2.1 - Taxas médias de crescimento anual do PML da URSS, 1928-1985 (segundo estatísticas oficiais soviéticas).....	p. 178
TABELA 3.1 - Taxas de crescimento anual médio das economias soviética, americana e japonesa, 1928-1985 (diversas fontes)	p. 179
TABELA 3.2 - Crescimento econômico anual da URSS, 1928-1985	p. 182
TABELA 4.1 - Índice de produtividade do trabalho na URSS, nos EUA e no Japão, 1913-1986	p. 183
TABELA 4.2 - Crescimento da produtividade do trabalho na URSS, nos EUA e no Japão, 1920-1986	p. 184
TABELA 4.3 - Crescimento anual médio da produtividade do trabalho na URSS, 1928-1985 (diferentes estimativas)	p. 184
TABELA 5.1 - Cálculos ocidentais das fontes de crescimento extensivo e intensivo na URSS, 1928-1985	p. 185
TABELA 6.1 - Índice do salário médio nominal na URSS, 1960-1986	p. 186
TABELA 6.2 - Índice de preços ao consumidor na URSS (cálculos da CIA) ...	p. 186
TABELA 7.1 - Comparação do PNB <i>per capita</i> no Japão, nos EUA e Alemanha, 1950-1988	p. 187
TABELA 7.2 - PIB por hora trabalhada, diversos países, 1870-1987	p. 188
TABELA 7.3 - PIB por hora trabalhada em relação ao país líder, 1820-1987	p. 189
TABELA 8.1 - Gastos militares soviéticos, 1950-1985 (diversas estimativas) ...	p. 192
TABELA 8.2 - Gastos militares soviéticos em percentagem de PNB, 1950-1985.....	p. 193
TABELA 8.3 - Gastos militares da URSS, EUA, NATO e países do Pacto de Varsóvia	p. 195
TABELA 8.4 - Crescimento anual médio dos gastos militares no pós-guerra, EUA e URSS	p. 195
TABELA 8.5 - Gastos militares soviéticos em percentagem de PNB antes da Segunda Guerra Mundial	p. 197
TABELA 8.6 - Percentagens médias anuais de crescimento nos gastos militares da URSS antes da Segunda Guerra Mundial	p. 197
TABELA 9.1 - Renda gerada através dos investimentos agrícolas na URSS, 1918-1985 (médias anuais)	p. 198
TABELA 9.2 - Índice da produção agropecuária bruta e comercializada da URSS, 1913-1945	p. 199
TABELA 9.3 - Tabela Nemchinov-Stalin sobre produção agrícola na URSS e	

Rússia czarista	p. 200
TABELA 9.4 - Produção e produtividade agrícola em diversos países	p. 201
TABELA 9.5 - Índice de crescimento da produtividade agrícola em diversos países, 1920-1986	p. 201
TABELA 9.6 - Estrutura dos investimentos na URSS, 1918-1955	p. 202
TABELA 10.1 - Distribuição relativa das nacionalidades nas repúblicas da URSS, anos 1959, 1970, 1979 e 1989.	p. 203
TABELA 10.2 - Principais organizações criminosas em atividade em Moscou ..	p. 203

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

c.	coluna
d.	<i>delo</i> (unidade arquivística russa = “dossiê”)
f.	<i>fond</i> (unidade arquivística russa = “fundo”)
GARF	<i>Gosudarstvennyi Arkhiv Rossiiskoi Federatsii</i> (“Arquivo Estatal da Federação Russa”)
<i>gorkom</i>	<i>gorodskoi komitet</i> (“comitê de cidade”)
<i>Gosplan SSSR</i>	<i>Gosudarstvennyi Planovyi Komitet Sovieta Ministrov SSSR</i> (“Comitê Estatal de Planejamento do Conselho de Ministros da URSS”)
<i>Gossnab SSSR</i>	<i>Gosudarstvennyi Komitet SSSR po Material’no-Tekhnicheskomu Snabzhenyu</i> (“Comitê Estatal de Suprimento Material e Técnico da URSS”)
<i>kraikom</i>	<i>kraevoi komitet</i> (“comitê regional”)
l.	<i>list</i> (unidade arquivística russa = “folha”)
<i>obkom</i>	<i>oblastnoi komitet</i> (“comitê regional”)
ob.	<i>obratnaya storona</i> (“verso” [da folha])
op.	<i>opis’</i> (unidade arquivística russa = “série”)
p.	página
pt.	parte
<i>raikom</i>	<i>raionniy komitet</i> (“comitê distrital”)
RGAE	<i>Rossiiskii Gosudarstvennyi Arkhiv Ekonomiki</i> (“Arquivo Estatal de Economia da Rússia”)
RTsKhIDNI	<i>Rossiiskii Tsentr Khraneniya i Izucheniya Dokumentov Noveishei Istorii</i> (“Centro da Rússia para Conservação e Pesquisa de Documentos da História Recente”)
SM SSSR	<i>Soviet Ministrov SSSR</i> (“Conselho de Ministros da URSS”)
sorex	socialismo realmente existente
SP SSSR	<i>Sobranie Postanovlenii Pravitel’stva SSSR</i> (“Coleção de Decretos do Governo da URSS”)
trad.	traduzido
TsKhSD	<i>Tsentr Khraneniya Sovremennoi Dokumentatsii</i> (“Centro de Preservação da Documentação Contemporânea”)
v.	volume
VS SSSR	<i>Verkhovnyi Sovet SSSR</i> (“Soviete Supremo da URSS”)
VVS SSSR	<i>Vedomosti Verkhovnogo Soveta SSSR</i> (“Registro do Soviete Supremo da URSS”)

PRIMEIRA PARTE:

QUAIS AS CAUSAS PRINCIPAIS DA PERESTROIKA?

1 INTRODUÇÃO

1.1 PREÂMBULO

A palavra *perestroika*, em russo, quer dizer literalmente *reconstrução*, associando-se, assim, à idéia de *reformulação*, *reorganização*, em seu sentido figurado. No contexto da experiência histórica soviética de meados dos anos 80 o melhor termo para tradução talvez seja o de *reestruturação*.

Não seria exagero afirmar que o desencadeamento, desenrolar e desenlace da *reconstrução* soviética a partir de meados da década de 80 equivaleu a um verdadeiro furacão político, social e econômico. As conseqüências deste processo foram imensas, causando reverberações no mundo inteiro. Grandes mudanças no equilíbrio do poder e a ascensão fulminante do neoliberalismo em muitas partes do globo tomaram imenso impulso a partir daí. No Brasil, por exemplo, o debate ideológico nas eleições presidenciais “pós-*perestroika*”, em especial no que tange à questão das privatizações, foi marcado por referências à situação no Leste europeu. Por isso, o aprofundamento da discussão teórica sobre as causas e desdobramentos destes acontecimentos nos parece extremamente importante.

Tivemos a oportunidade de sermos observadores *in loco* dos fatos na temporada que passamos fazendo nossos estudos de mestrado em Moscou (de 1989 a 1992). Uma das constatações que nos surpreenderam, logo ao desembarcar, foi notar que a confusão sobre as origens e os rumos deste “súbito” furacão era tão grande entre os russos (mesmo os mais intelectualizados) quanto entre os estrangeiros “aqui fora”. As mudanças se processavam a uma velocidade tal que os soviéticos tinham dificuldades de se adaptar. Assim como o mundo fora pego de surpresa pelo ritmo das transformações, os cidadãos “de lá” também o foram. No meio científico e intelectual encontramos um quadro de perplexidade perante a situação. Corriam diferentes opiniões sobre o que levara Gorbachev e a cúpula do PCUS a deslanchar reformas tão radicais e profundas que já indicavam para o risco de haver uma quebra do seu próprio monopólio do poder político. Quanto ao que se passaria no futuro próximo, os prognósticos também eram dos mais variados.

Com o tempo, a vivência, os contatos pessoais com setores populares e da *intelligentsia* local, e leituras das primeiras tentativas de análise teórica do processo, fomos formando nossa visão particular sobre os mecanismos envolvidos nas transformações, corroboradas posteriormente com pesquisa de arquivo e dados de fontes primárias colhidas na Rússia e nos EUA. É esta *Perestroika-Anschauung* que pretendemos expor adiante.

1.2 CAUSAS APARENTES E CAUSAS PROFUNDAS DA PERESTROIKA

Em 1989, ao chegarmos em Moscou para iniciarmos nossos estudos, estávamos envolvidos com a questão de saber não apenas por que a *perestroika* soviética acontecia, mas também por que ela se iniciara exatamente quando se iniciou (a partir de 1985) e não antes; ou depois... Por que a “reformulação” começou em meados dos anos 80 e não nos anos 70 ou 90?

Várias causas haviam sido apontadas como as que levaram Gorbachev a tomar aquelas medidas. De início já descartávamos algumas teorias avançadas principalmente nas

coberturas jornalísticas. Por exemplo, a de que a *perestroika* acontecera naquela época devido a pressões políticas por uma maior abertura democrática. Ou de que Gorbachev tinha que "fazer algo" devido ao decrescente nível de vida dos soviéticos, que supostamente caíra nos chamados "anos da estagnação" de Brezhnev.

Quanto à primeira hipótese, realmente, após o final da época stalinista, com o "degelo" de Khrushchev, o período Brezhnev, e se aguçando com os "Acordos de Helsinki" nos anos 70, houve um relativo abrandamento nos controles partidários sobre divergências com o sistema, possibilitando que um certo grau de oposição se expressasse, seja na forma passiva de alienação em relação ao trabalho ou em relação à ideologia oficial, seja na forma ativa das críticas abertas ao sistema (publicações clandestinas de *samizdat*, contrabando de manuscritos para o exterior, oposição aberta de figuras públicas importantes como Sakharov, Solzhenitsin etc.). Sob Stalin, qualquer forma de oposição mais articulada era considerada traição ao estado soviético e punida com extremo rigor que incluía até a eliminação física dos envolvidos. O período que se seguiu — vindo até 1985 — foi caracterizado por uma série de ciclos de maior ou menor abertura que não permitia uma oposição interna sistemática e organizada a ponto de pôr em risco o arcabouço do poder, mas que deixava brechas para a propagação clandestina ou semiclandestina de idéias antagônicas às do partido. As dificuldades no esquema de abastecimento, a generalização da corrupção nos mais diversos escalões da máquina partidária e a óbvia burocratização do sistema como um todo chegavam a um ponto tal que era praticamente impossível ocultá-las dos próprios cidadãos do país. Isso, conjugado com o aumento do nível intelectual da população da Rússia (que, de basicamente rural, com elevada percentagem de analfabetos antes de 1917, passara por imensas melhorias no campo da educação), tornava natural aspirações por uma maior democratização, mais condizentes com o novo *status* cultural do país. A assinatura dos "Acordos de Helsinki" sobre direitos humanos, a oposição aberta de personalidades públicas como Andrei Sakharov, Solzhenitsin e outros, a crescente disseminação de *samizdat* (algo restrita, entretanto, principalmente às camadas da *intelligentsia*) eram sintomas de uma pressão *underground* cada vez maior por aberturas no sistema político. Mas, se por um lado estas formas de resistência cultural estavam-se arraigando entre os intelectuais russos, a verdade é que este movimento "de oposição" não conseguia ser organizado e sistemático, a ponto de se espalhar por outros setores da população. (Leonard, 1977, p. 155) Entre operários e camponeses, por exemplo, se havia alguma forma de "resistência" maior, ela vinha na forma "inconsciente" da alienação no trabalho, com baixos índices de produtividade, elevado absentismo, falta de responsabilidade quanto ao patrimônio público etc. Assim, quando Gorbachev subiu ao poder em 1985, a despeito dos focos de dissidência, o Partido Comunista ainda tinha um controle imenso, quase global, sobre a vida política, econômica e social do país. A idéia de que em 1985 as pressões internas por um maior arejamento do sistema já estivessem chegando a um nível tal que se tornasse inevitável uma abertura democrática, nos parece falha. Pressões havia sim, e relativamente desenvolvidas, mas, outros fatores mantendo-se estáveis, elas não seriam poderosas o suficiente, em meados dos anos 80, para obrigar o PCUS a tomar um tal rumo de transformações que poderia pôr em risco seu monopólio do Estado.

A tese de que o nível de vida dos soviéticos vinha caindo nos chamados "anos da estagnação" da era Brezhnev (pelo menos era o que se deduzia então dos informes jornalísticos estrangeiros que acompanharam o início da *perestroika*) também é bastante controversa, e deve ser qualificada. Na verdade, a "estagnação" se referia mais aos índices de crescimento macroeconômico do sistema soviético como um todo — que vinham caindo mais ou menos regularmente nos anos 70 e 80 — do que ao padrão de vida dos cidadãos em si. Como pudemos depreender de nossas entrevistas e conversas com membros de diferentes setores da população, *nunca os russos viveram tão bem (em termos de padrão econômico material de vida) quanto durante exatamente os "anos da estagnação" de Brezhnev*. Esta aparente contradição se explica a partir da história da URSS nos últimos 30 anos e da natureza peculiar de seu sistema econômico. Cumpre notar que, ao final da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética estava devastada. A reconstrução econômica foi uma tarefa imensa que exigiu enorme concentração de esforços e capital no

soerguimento das indústrias, com a conseqüência de que o setor de consumo e os salários tiveram que ser mantidos sob controle. O nível de conforto dos soviéticos, até o final dos anos 50, era bem baixo, com muitas famílias tendo que dividir uma mesma habitação (*komunalka*), pouca variedade no abastecimento, baixíssimo índice de posse de carros de passeio ou outros bens "de luxo" particulares *per capita* etc. A partir de Khrushchev, já com a reconstrução pós-guerra assegurada, voltaram-se as prioridades novamente para o setor de consumo. Khrushchev iniciou a construção em massa de prédios altos, de fabricação rápida e barata, para abrigar famílias individualmente e diminuir o déficit habitacional (Burlatskii, 1988, p. 42). Os níveis salariais, como um todo, começaram a aumentar. Se durante os anos 60 o padrão material de vida dos soviéticos ainda parecia bastante primitivo em relação ao dos países ocidentais avançados, foi durante os anos 70 (exatamente no auge da "era da estagnação") que os russos, principalmente os das aglomerações urbanas, viram o aparecimento e disseminação de uma série de artigos de consumo antes considerados "de luxo" ou difíceis de serem encontrados, mas que agora passaram a se tornar mais acessíveis, como automóveis, televisão a cores, geladeiras. Os preços (em relação ao salário) e o tempo nas filas de espera para tais bens caíram muito. Se no início da década de 70 carro era símbolo de *status*, já nos anos 80 não era incomum ver-se, nas grandes cidades, famílias (principalmente de casais que já passaram da meia-idade) terem seu pequeno "Lada" (ou equivalente). Essa maior abundância na sofisticação veio acompanhada de uma política de aumentos reais de salários. A tabela 6.1 do apêndice 6 mostra a tendência de subida dos salários nominais dos soviéticos até a década de 80. Levando-se em conta que a inflação ao consumidor final na URSS, neste período, tinha dimensões bastante reduzidas¹ (em forma de ocasional "maquiagem" de produtos para venda por preços mais elevados ou de elevações sazonais de produtos alimentares, principalmente no inverno), tem-se que a elevação dos salários nominais naquele período se traduzia em elevação real do poder de compra do cidadão (na própria tabela 6.1 vemos que os índices de aumento dos salários nominais e reais na URSS no período 1960-1985 eram bastante semelhantes). Isto pode ser constatado por outras fontes independentes. Por exemplo, o economista Michael Ellman (que dificilmente poderia ser tachado de pró-soviético) constatava em seu livro *Planejamento socialista* (de 1979):

"Na URSS, os últimos 25 anos viram um aumento enorme nas rendas reais. A situação da habitação melhorou muito, a quantidade, qualidade e disponibilidade de alimento aumentou bastante, o mesmo ocorrendo com as roupas e outros bens de consumo manufaturados. Exceto pelos efeitos das safras ruins (como os dias de falta de carne em

¹ A inflação oficial na URSS, no que tange ao consumidor final, tendia a ter caráter residual ou sazonal. Usando o sistema de Índice de Preços ao Consumidor do *Statistical Yearbook* da ONU, de 1953 a 1969, houve uma *deflação* na URSS com o índice descendo de 104 para 98 (ano de 1963 = 100); de 1969 a 1978, o índice subiu de uma base 100 para 101. De 1979 a 1984 (ano-base de 1980 = 100), o IPC passou de 99 a 104. Só para comparar, de acordo com o *Statistical Yearbook*, o IPC de 1979 a 1984 passou de 88 para 126 nos EUA, de 93 a 112 no Japão, de 56 a 2380 no Brasil e de 50 a 17462 na Argentina [!]. (*Statistical Yearbook* 1970, p. 569; *ibid.* 1979/80, p. 726; *ibid.* 1985/86, p. 114-118)

É importante notar que este índice, aplicado à União Soviética, cobria apenas os preços cobrados nas lojas oficiais do governo, onde os níveis tendiam a permanecer estáveis por longo prazo: antes da *perestroika*, o último aumento de preço de pão e massas, óleo de cozinha e açúcar tinha ocorrido em 1954 e o da maioria dos laticínios e carnes em 1962. (Bornstein, 1991, p. 187) Especialistas ocidentais criticavam que as estatísticas oficiais soviéticas não incluíam a variação dos preços nos "mercados livres" dos *kolkhozy*, os aumentos disfarçados ao se introduzirem novos artigos de consumo (supostamente de qualidade superior) que, na verdade, nada mais eram que os antigos produtos maquiados, ou a "inflação escondida" de custos de um mercado de escassez. (*ibid.*, p. 189-190) Entretanto, mesmo considerando estes outros fatores, cuja mensuração precisa é problemática, a inflação soviética era bastante baixa a níveis internacionais. A tabela 6.2 exibe os cálculos da CIA para a inflação da URSS, procurando levar em conta os fatores acima mencionados. Mesmo por ela podemos notar uma comparativamente amena taxa de inflação até 1985, seguida de uma "explosão" (para padrões soviéticos) no período final da *perestroika*.

A impressão de que a grande maioria da população soviética considerava a inflação de preços ao consumidor na URSS bastante baixa, ou mesmo residual, *antes da perestroika*, foi confirmada em nossa estada de três anos em Moscou (Segrillo, 1992).

1976), houve um aumento contínuo, e muito substancial, nas rendas reais durante 25 anos." (Ellman, 1979, p. 204)

Isto não era uma mera descrição rósea da realidade soviética, nem significava que o nível dos russos estivesse próximo dos países da Europa Ocidental, por exemplo, mas sim uma constatação de que o padrão de vida dos russos, ao entrarem na década de 80, não era decrescente como se poderia depreender de alguns relatos jornalísticos no período inicial da *perestroika*. O planejamento centralizado permitia que, mesmo com os índices macroeconômicos de crescimento caindo nos "anos da estagnação", esta queda não afetasse de maneira diretamente proporcional o nível de vida dos soviéticos. O uso de subsídios, a alta do preço de algumas matérias-primas produzidas pela URSS (como o ouro, o gás natural e o petróleo, cujo aumento depois dos "choques" energéticos, possibilitava receitas maiores de exportação)² e a possibilidade de transferência de recursos de um setor da economia para outro através do controle de órgãos centralizadores como o Gosplan, Gosstrib etc. possibilitava esta aparente "mágica" (em termos de capitalismo) de se ter um país com índices decrescentes de desenvolvimento global e níveis crescentes (anos 60 e 70) ou estabilizados-"estagnados" (início dos anos 80) de padrão de vida. (Checinski, 1987, p. 33-34)

É fácil notar que esta situação paradoxal não é sustentável por longo tempo. Nos primeiros anos da década de 80, vários economistas soviéticos começaram a soar o alarme de que não se poderia manter por muito tempo o padrão de vida crescente da população, caso os índices de crescimento macroeconômico da URSS não se recuperassem. (Aganbegyan, 1984, p. 8; *idem*, 1988, p. 10-17)

A pergunta que se impõe é: por que a economia soviética vinha tendo uma curva descendente de crescimento macroeconômico neste chamado "período da estagnação" (final dos anos 60 até 84)?

Se fizermos um gráfico do incremento da renda nacional das nações do antigo campo socialista que faziam parte do COMECON (ou CAME, como é por vezes denominado) desde 1950 até as vésperas da *perestroika* soviética, obteríamos as seguintes percentagens médias anuais:

Tabela 1.1 - Crescimento médio anual da renda nacional dos países do COMECON, 1950-1985

1951-5	10,8
1956-60	8,5
1961-5	6,0
1966-70	7,4
1971-5	6,4
1976-80	4,1
1981-5	3,2

Fonte: *Statisticheskii Ezhegodnik Stran-Chlenov CEV*, 1988, p. 25

Podemos observar que, até por volta de 1960, se registraram altas taxas de crescimento. A partir daí, entretanto, entra-se numa curva mais ou menos regular decrescente até se chegar a níveis (relativos) extremamente baixos de incremento em meados dos anos 70 em diante.

Note-se que a evolução da União Soviética seguiu padrão semelhante:

² Segundo Bethkenhagen (1987, p. 58-59),

"Na condição de *free rider* do cartel da OPEC, a União Soviética ganhou lucros inesperados nas vendas de óleo e gás ao Ocidente aumentando-as de 1,3 para 13 bilhões de rublos transferíveis no período de 1973 a 1983 (isso quando a quantidade exportada nem chegou a dobrar)".

TABELA 1.2 - Média de crescimento anual da renda nacional da URSS, 1951-1975

1951-60	10,3%
1961-70	7,2%
1971-75	5,7%

Fonte: tabela 2.1 do apêndice 2.

Após 1975, a tendência negativa prosseguiu, aprofundada: em nenhum ano, a partir dali, a URSS conseguiu crescimento *substancialmente* acima de 5%.

Que modificações ocorreram na conjuntura nacional ou internacional que levassem a essa queda nos índices de crescimento dos países socialistas (e da URSS em particular) a partir da década de 1960? Ou seriam as causas de ordem mais estrutural, embriões de uma série de problemas embutidos na própria natureza do modelo soviético?

Mesmo antes que se ouvisse falar em *perestroika*, uma gama variada de autores já apontava para diversas "falhas estruturais" no aparentemente pujante modelo do chamado socialismo real. Algumas teorias tinham até um caráter "catastrófico" prevendo a derrocada do sistema num futuro não muito distante. Em vista dos acontecimentos dos últimos tempos no Leste europeu, urge reexaminar tais teorias e analisar o quanto tinham de razão e em que medida os fatores "desintegrativos" apontados por elas tiveram peso no desenvolvimento do processo que levou às reformas e, posteriormente, ao esfacelamento do antigo bloco socialista. Entre outros, poderíamos citar os seguintes autores e as áreas "problemáticas" levantadas por eles:

— A soviétóloga francesa Hélène Carrère d'Encausse já há anos vinha apontando a "questão das nacionalidades" da União Soviética como uma área de potencial explosivo de problemas para a integração daquele país.

— Diversos autores (Milovan Djilas, Volenski, Bettelheim e outros) apontavam enfaticamente para a formação da burocracia como uma nova classe (no sentido marxista) exploradora na URSS, que poderia levar à divisão interna do país em campos "inimigos".

— A questão militar foi colocada como central por vários autores (Holloway, Lee, Gaddy, Castels & Kiselyova etc.). A corrida armamentista, com seu crescimento frenético dos gastos militares, assomava como uma das causas da queda nas taxas de crescimento da União Soviética (uma política deliberada dos Estados Unidos para enfraquecer o inimigo?).

Faremos uma exposição mais detalhada destas e de outras teorias correlatas mais adiante. Cada uma delas aponta para diversos fatores que poderiam levar à necessidade de mudanças radicais no sistema soviético.

Exporemos aqui uma outra hipótese causal que nos parece a principal para entender não apenas a *perestroika* em si mas porque ela aconteceu em meados dos anos 80 e não antes ou depois.

Como dissemos anteriormente, não nos parece que a explicação de por que Gorbachev teve que deslanchar as reformas em 1985, fossem pressões irresistíveis internas por maior abertura política, ou descontentamento popular com uma queda sensível no padrão de vida soviético. A chave para entender o dilema russo estava na economia.

A partir dos anos 30 até o início dos anos 60 (descontado o período da Segunda Guerra Mundial), a URSS vinha tendo índices impressionantes de crescimento econômico. Segundo dados oficiais soviéticos, a média anual de crescimento do Produto Material Líquido foi de 16,1% no primeiro plano quinquenal (1928-32),³ de 17,1% no segundo (1933-37),⁴ de 15,1% no quarto (1946-50) e de 11,4% no quinto (1951-55). O sexto plano

³ O primeiro plano quinquenal começou no quarto trimestre de 1928 (o ano fiscal dos planos quinquenais, na época, iniciava-se em outubro). A partir de 1931, o ano fiscal foi igualado ao ano-calendário, passando a iniciar-se em janeiro. (Zaleski, 1971, p. 148)

⁴ O terceiro plano quinquenal (1938-42) foi interrompido pela invasão nazista em junho de 1941 (até ali a média se situava pouco acima de 10% ao ano).

qüinqüenal foi interrompido por Khrushchev e substituído por um plano de sete anos (de 1959 a 1965).

Entretanto, seguindo o padrão geral dos países socialistas já indicado nas tabelas anteriores, a partir dos anos 60, as taxas de crescimento da URSS começam a cair. O plano de sete anos acabou em 1965 com uma média anual de 6,8%, seguido por outros planos qüinqüenais: o oitavo (1966-70 com médias de 7,8%), o nono (1971-75, média anual de 5,7%), o décimo (1976-80 e 4,3% de média). No décimo primeiro, de 1981 a 1985, a média foi de 3,2%. (Notkin, 1948, p. 111; *Narkhoz* 1988, p. 8; tabela 3.2 do apêndice 3)

Mais uma vez nos defrontamos com uma certa barreira por volta dos anos 60. Qual seria(m) o(s) fator(es) a atravancar a economia dos países socialistas naquele período específico? O que haveria de diferente nele em comparação, por exemplo, com as décadas de 30, 40 e 50 quando a URSS sustentou aqueles índices de desenvolvimento altíssimos?

Nestas três décadas mencionadas, a URSS realizou seus pioneiros planos qüinqüenais, construiu imensas usinas monopolistas que fabricavam milhões de toneladas de metais e bens de produção, empregavam muita mão-de-obra (especializada e não-especializada) para compensar o atraso tecnológico em relação ao Ocidente etc. Assim, caracterizava-se um crescimento *extensivo* da economia com larga utilização da força de trabalho, do entusiasmo das massas (especialmente no período de reconstrução pós-guerra, aproveitando-se o fervor patriótico do momento) e uma intensa concentração de recursos nas indústrias de base e estratégicas (indústria pesada, aeroespacial, de armamentos, pesquisa aplicada etc.) em detrimento da sofisticação no setor de consumo. O resultado de toda esta concentração de recursos é que, pelo menos nestas áreas supramencionadas, a URSS se colocou em pé de relativa igualdade com o Ocidente mais avançado (a despeito das falhas no setor de consumo e abastecimento e de uma agricultura problemática). Tanto assim que eles foram os primeiros a colocar um homem no espaço (Gagarin em 1961), tinham o segundo PNB do mundo etc.

Entretanto, se a primeira metade do século permitia que esta estratégia de crescimento planejado *extensivo* "desse certo", dando seus primeiros passos seguros na década de 50, crescendo nos anos 60 e completando-se (basicamente) na década de 70, apareceu um novo fenômeno que mudaria a face das relações econômicas mundiais: a chamada "Terceira Revolução Industrial" ou Revolução Científico-Técnica.

Na década de 50, o desenvolvimento de sistemas computadorizados já prenunciava grandes mudanças na velocidade de processamento de dados, mas com a inauguração do primeiro robô industrial em 1961 abriu-se uma nova era no circuito da produção industrial mundial. Nos próximos quinze anos, a fusão da *computação* com a *robótica* e posteriormente com a *telemática* (através da *microeletrônica* nos anos 70) levou a uma verdadeira revolução nos processos produtivos.⁵ Acelerou-se vertiginosamente o ritmo do desenvolvimento tecnológico. Se antes o progresso era aritmético, agora passou a ser geométrico. Atualmente, cria-se um modelo de computador e, em menos de doze meses, ele já está ultrapassado por outro mais novo e eficiente.

Se até os anos 60, a URSS conseguiu "competir" em pé de igualdade com o Ocidente avançado naquelas áreas estratégicas, nesta "Terceira Revolução Industrial" a coisa mudou de figura. O modelo do crescimento extensivo se exauria. A defasagem tecnológica com o Ocidente foi se tornando cada vez maior, chegando a um ponto crítico em meados dos anos 70 e se tornando um fosso catastrófico na década de 80. Enquanto o Ocidente avançado já enveredara pelos caminhos da RCT (Revolução Científico-Técnica), a União Soviética tinha imensas dificuldades de iniciar uma via de desenvolvimento *intensivo*, se apegando ainda a métodos largamente *extensivos*.

⁵ Os conceitos de *Revolução Científico-Técnica* (RCT) e *Terceira Revolução Industrial* (ou *Terceira Revolução Tecnológica*) eram geralmente utilizados de maneira "estanque" ou separada: o primeiro era empregado principalmente por autores do antigo *sorex*, o último por autores ocidentais. Tentaremos estabelecer uma ponte entre estes dois conceitos no decorrer da tese. Posteriormente, analisaremos também suas nuances individuais. Por enquanto, para fins da análise nesta introdução, os três principais momentos marcantes da época da Revolução Científico-Técnica para os quais desejamos chamar a atenção são o desenvolvimento da *computação* no final dos anos 40 e década de 50, da *robótica* a partir dos anos 60, e o *boom* da *telemática* (transmissão de dados à distância) principalmente através da *microeletrônica* nos anos 70.

Devido à própria natureza do modelo de planejamento centralizado (com seus subsídios, possibilidades de transferência de capital de um setor a outro por meios administrativos etc.), este "fosso tecnológico" e esta queda na "competição" com os países capitalistas avançados não se refletia diretamente numa diminuição proporcional no nível de vida da população, como constatamos anteriormente. Entretanto, tal situação não poderia continuar *ad eternum*.

Este era o dilema de Gorbachev. Se, por volta de 1975, já estava claro que a URSS tinha praticamente perdido a corrida tecnológica com o Ocidente avançado, pode-se imaginar a situação na época de sua subida ao poder em 1985.

Para ilustrar as dificuldades, nada melhor que dar a palavra ao próprio Gorbachev. Em seu livro *Perestroika: novas idéias para o meu país e o mundo*, escrito logo após assumir o cargo de secretário-geral do PCUS, ele afirmava:

"Deixe-me primeiro explicar a situação nada simples que se desenvolveu no país nos anos 80 e que fez com que a *perestroika* se tornasse necessária e inevitável. Num certo momento, e isto ficou bastante claro na segunda metade dos anos 70, aconteceu algo que à primeira vista parecia inexplicável: o país começou a perder impulso. Os insucessos econômicos eram mais frequentes, as dificuldades começaram a se acumular e deteriorar, e os problemas não solucionados multiplicaram-se. Começaram a aparecer na vida social elementos do que chamamos de estagnação e outros fenômenos estranhos ao socialismo. Formou-se uma espécie de freio que afetou o desenvolvimento sócio-econômico. E tudo isso aconteceu numa época em que a revolução científica e tecnológica abria novos horizontes para o progresso econômico e social." (Gorbachev, 1988, p. 17)

A conjunção "e" no início da frase "E tudo isso aconteceu numa época em que a revolução científica e tecnológica..." indica que Gorbachev tinha claro a relação entre queda no crescimento econômico e revolução tecnológica, vindo entre elas uma relação de *paralelismo no tempo*. Nossa tese é que houve não apenas este paralelismo temporal — à medida que se ia aprofundando a RCT, iam caindo os índices de crescimento — como a relação entre elas incluía elementos de causalidade: Os índices de crescimento caíam por causas relacionadas com a Revolução Científico-Técnica.

Abordaremos com mais detalhes esta relação de entre os dois fenômenos um pouco além. Por enquanto retornaremos a palavra ao ex-secretário-geral do PCUS:

"Estava ocorrendo algo estranho: a enorme roda da potente máquina entrava em ação, porém a energia gerada se perdia nos canais transmissores ou o acionamento destes era frouxo. Analisando a situação, primeiro descobrimos uma diminuição do crescimento econômico. Nos últimos quinze anos, a taxa de crescimento da renda nacional caíra para mais da metade e, no início dos anos 80, chegara a um nível próximo da estagnação econômica. Um país que antes estivera alcançando rapidamente as nações mais avançadas do mundo, agora começava a perder posição. *Além disso* [grifo nosso], o hiato existente na eficiência da produção, na qualidade dos produtos, no desenvolvimento científico e tecnológico, na geração da tecnologia avançada e em seu uso começou a se alargar, e não a nosso favor. A política de crescimento do produto bruto, principalmente na indústria pesada, passou a ser tarefa de máxima prioridade e um fim em si. Aconteceu o mesmo com a alocação de verbas, onde uma porção considerável da riqueza nacional se transformou em capital ocioso. Havia projetos caros que nunca atingiram os mais altos padrões científicos ou tecnológicos. O trabalhador, ou a empresa, *que tinha empregado a maior quantidade de trabalho, matéria-prima ou dinheiro, era considerado o melhor* [grifo nosso] [...] Estando acostumados a dar prioridade ao fator quantitativo da produção,

tentamos controlar as taxas decrescentes do crescimento, mas o fizemos principalmente aumentando os gastos de modo contínuo. Expandimos as indústrias de combustíveis e energéticas, e aumentamos o uso dos recursos naturais na produção. Com o tempo, as reservas começaram a escassear e a ficar mais caras. Por outro lado, os métodos amplos de expansão do capital fixo causaram uma escassez artificial de mão-de-obra." (Gorbachev, 1988, p. 17-18)

A situação da URSS "pré-*perestroika*" é descrita de maneira muito semelhante por Abel Aganbegyan, economista assessor de Gorbachev e considerado um dos mentores intelectuais das reformas econômicas.

"À medida que as forças produtivas se desenvolviam, que se desenrolava a revolução científico-técnica, que se reforçavam os fatores sócio-econômicos no desenvolvimento econômico, o sistema administrativo de gestão por comando [soviético] se opunha às crescentes necessidades de desenvolvimento da sociedade. A situação se torna tensa no início dos anos 70: os meios de desenvolvimento extensivo por crescimento de recursos diminuía enquanto as necessidades da população aumentavam. Neste momento o sistema comando-administrativo de direção da economia se torna um freio total ao nosso desenvolvimento. As conseqüências econômicas e sociais negativas se multiplicam: as altas taxas de crescimento começam a cair, a dinâmica da eficiência se deteriora, a qualidade da produção se degrada, o marasmo se instala. Assim, ao fim dos anos 70 e início dos anos 80 se instala uma situação anunciadora de crise." (Aganbegyan, 1987, p. 31)

Como vimos, os líderes soviéticos tinham consciência da necessidade de reformas no campo econômico. Era também traçado um paralelo entre as dificuldades que a URSS passava neste campo e as novas exigências da RCT. Mas como se estabelecer a relação causal entre elas? Para isto é necessário que examinemos, em detalhes, o processo de como ocorreram as *revoluções tecnológicas* no Ocidente avançado, como se processou o desenrolar da *Revolução Científico-Técnica* na URSS e construir uma ponte teórica entre estes processos através de uma análise do modelo soviético que permita visualizar como era efetuada a ligação entre a economia dos países do *sorex* e o resto do sistema mundial capitalista. É o que realizaremos nos capítulos seguintes, para depois entrarmos na questão de como a ocorrência de todos estes processos em paralelo levaram ao deslanchar da *perestroika* em meados dos anos 80.

2 REVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

2.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo terá a função de servir como fundamento a partir do qual realizaremos a discussão da *perestroika* soviética como processo que ocorreu dentro do (e profundamente influenciada pelo) período da Revolução Científico-Técnica.⁶

Por “revoluções tecnológicas” entenderemos, como Mandel (1985, p. 78 e 81), mudanças radicais (qualitativas) na base técnica sobre a qual se assenta o sistema produtivo de uma dada sociedade, que ocorrem num período determinado da história, e que afetem este sistema produtivo *como um todo*.

O conceito de tais mudanças substantivas, de caráter geral, ocorrendo em (e afetando decisivamente) determinados períodos históricos é utilizado por muitos autores (R. Richta, V. G. Afanasev, J. Finkelstein, S. Kheinman, I. M. Hymes etc.). O número de tais revoluções tecnológicas e a terminologia usada para descrevê-las sofre variação de autor para autor. Nas páginas seguintes procuraremos localizar nossa posição em meio a este debate sobre a especificação e explicação de tais fenômenos.

Um momento sobre o qual repousa certa unanimidade entre os especialistas é a Revolução Industrial.⁷ Aceita-se a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII, como um marco de mudança radical nos métodos de produção utilizados até então. Mas a partir desta, quantas revoluções tecnológicas teriam ocorrido?

Neste ponto queremos introduzir o autor que consideramos ter a posição mais conseqüente e profícua em relação a esta questão: Ernest Mandel. Procuraremos, nas páginas seguintes, dar uma idéia sucinta da teoria mandeliana das revoluções tecnológicas e expor por que consideramos sua posição como a mais produtiva.⁸

Mandel considera que, no capitalismo, desde meados do século XVIII, ocorreram a Revolução Industrial e *três* revoluções tecnológicas (que se inseriam dentro do paradigma capitalista da grande indústria, inaugurado pela Revolução Industrial inglesa). À Revolução Industrial, com sua introdução do vapor como energia motriz e da maquinaria da grande indústria (maquinaria esta inicialmente fabricada de modo artesanal ou, no máximo, manufatureiro), se seguiram então:

— a Primeira Revolução Tecnológica, a partir de finais da década de 1840, em que a maquinaria da grande indústria (com importância especial para a máquina a vapor) *começou* a ser produzida com auxílio de *outras máquinas* (e não mais artesanalmente ou semi-artesanalmente como antes). Este foi um passo que não apenas propiciou grande desenvolvimento às forças produtivas, como representa o grande *desideratum* para a possibilidade de qualquer produção totalmente automatizada no futuro.

⁶ Os termos “Revolução Científico-Técnica” (utilizado principalmente por autores dos países do antigo “socialismo real”), “Terceira Revolução Industrial” ou “Terceira Revolução Tecnológica”, apesar das diferentes nuances conceituais entre eles, designam, de maneira geral, um período histórico de inauguração dos novos processos produtivos que utilizam automação com base na eletrônica, a partir da Segunda Guerra Mundial.

⁷ Para os fins de nosso trabalho, estudaremos as revoluções tecnológicas ocorridas a partir da Revolução Industrial, que pode ser considerada o grande marco a partir do qual o capitalismo estaria definitivamente implantado com sua base técnica própria.

⁸ As obras em que Mandel expõe de maneira mais abrangente sua teoria de revoluções tecnológicas são *Late Capitalism* e *Long Waves of Capitalist Development*.

— a Segunda Revolução Tecnológica, ocorrida por volta da última década do século XIX e início do século XX, que vê a generalização da energia elétrica, dos motores à combustão e início da produção para um mercado de massa.

— a Terceira Revolução Tecnológica tem seus primórdios no período pós-Segunda Guerra Mundial e marca o aparecimento de processos automatizados baseados na eletrônica.

Esta explicação será mais detalhada adiante. Queremos agora introduzir algumas das razões por que escolhemos a abordagem mandeliana.

Observa-se logo a diferença entre este esquema e o que preconiza a existência (além da “primeira” Revolução Industrial original) de uma Segunda e Terceira Revoluções Industriais (que corresponderiam à Segunda e Terceira Revoluções Tecnológicas de Mandel).

A primeira diferença é que o conceito de uma segunda e terceira “revoluções industriais” praticamente oblitera a Primeira Revolução Tecnológica de Mandel (a partir de 1840, quando se passa da produção artesanal ou manufatureira⁹ da maquinaria industrial para a fabricação de máquinas com auxílio de outras máquinas). Esta foi uma fase importantíssima, que possibilitou sair da limitação da necessidade de especialistas (*fitters* etc.) na confecção da maquinaria, para gradualmente se passar a uma produção quantitativamente bem maior da mesma (pela simplificação dos processos, standardização das peças etc.). Sem este salto qualitativo seria inviável não só o início da produção para o mercado de massa na virada do século, como a possibilidade de uma produção automatizada (hoje). Por isso, nenhuma classificação de revoluções tecnológicas deveria deixar de fora tal momento.¹⁰

A outra razão importante para seguirmos o caminho proposto é que Mandel faz uma análise das Revoluções Tecnológicas estabelecendo suas ligações com o movimento do Capital dentro de seu período histórico. Assim, estas revoluções tecnológicas não seriam algo fortuito, fruto de certos acasos históricos ou de conjunturas aleatórias. Mandel vê uma relação estreita entre os movimentos do capital e as mudanças na base técnica de produção da sociedade, dentro do contexto *histórico* em que ocorrem determinados ciclos econômicos.

⁹ O termo “manufatureiro” no presente trabalho refere-se aos processos de produção típicos do período da manufatura (pré-Revolução Industrial) na Europa Ocidental de meados do século XVI até a primeira metade do século XVIII. Como bem descreveu Marx (1961-1971b, p. 356-390), o processo da manufatura ainda mantinha uma base artesanal muito forte (muitas vezes limitando-se a ser apenas uma quantidade maior de artesãos trabalhando juntos sob um mesmo teto para um mesmo capitalista).

¹⁰ Outro detalhe importante, bem realçado por Mandel (1985, p. 84), a partir de Lange (1964, p. 160), é que a menção de uma segunda e terceira “revoluções industriais” conduz a uma nivelção da importância histórica entre estas e a Revolução Industrial “original”. Isto esconde a especificidade da Revolução Industrial do século XVIII, que foi o momento definitivo da consolidação da base técnica própria do capitalismo. Durante o período manufatureiro, do século XVI até o início do XVIII, os métodos de produção ainda eram, em grande parte, derivados de técnicas artesanais ou semi-artesanais, provenientes de épocas passadas. O capitalismo vem a encontrar sua base técnica, específica e original, com o aparecimento da Grande Indústria ou maquinofatura. Segundo Lange (*ibid.*), esta terminologia de outras revoluções industriais ocultaria, assim, o caráter histórico de “gênesis” da Revolução Industrial inglesa e o fato de que as outras revoluções tecnológicas, apesar das intensas mudanças produzidas, se inserem ainda dentro do quadro de produção capitalista desenvolvido a partir da Revolução Industrial. Por outro lado, também não concordamos com autores como J. Tauile e outros que discordam do uso do termo “Terceira Revolução Industrial” para designar a era desta Terceira Revolução Tecnológica mandeliana por acharem que as mudanças trazidas pela automação, microeletrônica e Sociedade de Informação são tão grandes, tão qualitativamente diferentes da Era Industrial, que se pode falar de uma outra fase pós-industrial, distinta daquela. (Tauile, José Ricardo: comunicação pessoal ao autor em 31 out. 1995, no IEI-FEA da Universidade Federal do Rio de Janeiro) Nossa posição é que a presente época ainda se insere dentro dos marcos da sociedade industrial capitalista, apesar de que suas contradições são tão fortes que podem vir a exigir mudanças radicais (de ruptura) no Modo de Produção em direção ao que viria a ser, aí sim, uma fase qualitativamente distinta dos padrões atuais de desenvolvimento. Enquanto isso, continuamos ainda dentro dos marcos básicos inaugurados pela Revolução do século XVIII, ou seja, da produção industrial fabril assalariada com vistas ao lucro e à mais-valia.

Sendo o lucro o objetivo central dos capitalistas, Mandel¹¹ vê na taxa (média) de lucro o “sismógrafo” que sinaliza a evolução da atividade econômica no capitalismo. Dentro de sua teoria de ciclos econômicos (com suas sucessivas fases de /1/recuperação econômica, /2/prosperidade, /3/crise e /4/depressão) ocorrem momentos, após o “fundo do poço” da *depressão* em que a atividade econômica volta a subir no período de *recuperação*. Assim, na última fase de *depressão* do ciclo anterior, parte do capital fica ocioso (subutilizado) e alguns produtores até entram em falência (devido à falta de demanda). Até em virtude do aprofundamento deste processo (e de outros fatores), pouco a pouco, a oferta e procura começam a entrar num melhor equilíbrio e a demanda volta a subir. Os preços e lucros acompanham este movimento ascendente. Estamos, então, saindo da fase final de *depressão* do ciclo anterior e entrando na primeira fase (*recuperação econômica*) do próximo ciclo. Marx (1961-1971c, p. 185) havia notado uma periodicidade de cerca de dez anos para estes ciclos. Isto coincidia com o período médio de depreciação do capital fixo (substituição de maquinaria e equipamento das fábricas) naquela época.¹² Ou seja, o período de *recuperação econômica* que representa a entrada de um novo ciclo, com melhores níveis de preços e lucros e maior demanda por mercadorias, fornece o incentivo para que os capitalistas invistam no reequipamento de suas unidades produtivas. E há um esforço para que este reequipamento seja realizado *em níveis tecnológicos superiores*. Isto representará a oportunidade de se obter *superlucros* através das *rendas tecnológicas*.¹³

Assim, observa-se que, a cada nova etapa de renovação do capital fixo, o nível tecnológico, de maneira geral, tende a se elevar. Mas Mandel chama a atenção para o fato de que a repetição destes ciclos econômicos não se faz de maneira uniforme. Existem momentos na história em que os fatores que causam a elevação da taxa de lucro são tão fortes que não podem ser neutralizados pelo subsequente aumento na massa de capital acumulado, como normalmente o são durante os ciclos “comuns”. Aí, neste momento, a taxa média de lucro se revela tão alta (e por bem mais tempo) que fornece impulso adicional para que uma quantidade muito maior de capital anteriormente ocioso (que não conseguia ser valorizado durante o período de subinvestimento que caracteriza a última fase de *depressão* do ciclo anterior) se jogue na corrida da renovação tecnológica do capital fixo (i.e., maquinaria e equipamentos). O fato de se ter uma taxa de lucro comparativamente muito alta torna os capitalistas mais “ousados”, investindo em inovações, invenções (e mesmo pesquisas) em que talvez não investissem em outras épocas menos promissoras. Não só o lucro médio será maior, mas os *superlucros* por *rendas tecnológicas* daqueles capitalistas “mais ousados” que conseguirem métodos realmente revolucionários na produção serão extremamente altos.

Mandel vê, assim, as revoluções tecnológicas não como acasos históricos, ou resultado da “atividade de certos capitalistas inovadores isolados”, mas como resultado de conjunturas excepcionalmente favoráveis durante o movimento histórico do capital. Os ciclos econômicos de cerca de 10 anos de duração, já detectados por Marx em sua época, teriam a função de marcar a renovação do capital fixo a um nível tecnologicamente superior. Mas não apenas isso. Cada ciclo traz consigo uma acumulação de capital. Entretanto, nem todo capital pode ser valorizado nas fases de *crise* e *depressão* (uma quantidade das mercadorias não consegue ser vendida). Nestas fases de subinvestimento de cada ciclo, parte do capital permanece ocioso, não conseguindo receber a taxa média de

¹¹ As explicações seguintes sobre a teoria de ciclos econômicos e revoluções tecnológicas de Mandel são baseadas no livro *Capitalismo Tardio*, especialmente capítulos 4, 6 e 8.

¹² Na época de Marx (1961-1971c, p. 185), o período de renovação do capital fixo (i.e., das máquinas e equipamentos) era de aproximadamente 10 anos. Isto correspondia a ciclos econômicos cuja duração normalmente se situava entre 7 e 10 anos. Atualmente, com o intenso desenvolvimento tecnológico, este tempo de rotação do capital fixo, em certas áreas, vem diminuindo fortemente em direção a níveis de 5 (em casos extremos, até 4 ou 3) anos. Como chamou a atenção Mandel (1985, p. 157-162), isto tem conseqüências nas oscilações econômicas da época do capitalismo tardio.

¹³ *Superlucros por rendas tecnológicas* são os lucros extras, acima da média, que advêm da utilização de tecnologias superiores, mais produtivas (maiores quantidades a custo menor), mas que ainda não foram generalizadas, sendo monopólio de alguns produtores. Quem produz com a tecnologia média obtém o lucro médio. Quem detém o monopólio de tecnologias mais produtivas, durante o tempo em que esta tecnologia ainda não se generalizou, obtém um lucro extra, pois produz a um custo menor por unidade.

lucro e sim, no máximo, a taxa de juros. Este capital ocioso constituirá, então, uma espécie de fundo de reserva. A repetição de vários ciclos pode aumentar este fundo de reserva até o momento em que condições excepcionalmente favoráveis de elevação mais alta e duradoura da taxa média de lucro forneçam o incentivo para que este capital ocioso se lance na economia, de forma generosa, propiciando as condições financeiras necessárias para, não apenas um incremento quantitativo na produtividade da indústria, como ocorre normalmente a cada ciclo, e sim um revolucionamento *qualitativamente distinto* da base técnica da produção *como um todo* (revolução tecnológica).

Neste ponto, precisamos fazer uma observação. Mandel analisa a ocorrência das revoluções tecnológicas ligada a uma conjuntura de súbita e especialmente prolongada elevação da taxa de lucro na sociedade. Como expusemos, ele considera a taxa de lucro o “sismógrafo” que sinaliza as mudanças econômicas na história do capitalismo. Entretanto, por que esta taxa se eleva tanto em certos momentos? Mandel (1985, p. 25-26) considera que as mudanças na taxa de lucro são resultado, principalmente, da interação de seis variáveis fundamentais: 1) composição orgânica do capital (em geral e nos setores particulares); 2) distribuição do capital constante entre o capital fixo e circulante (como sempre, em geral e nos setores particulares); 3) desenvolvimento da taxa de mais-valia; 4) desenvolvimento da taxa de acumulação (i.e., relação entre a mais-valia produtiva e a mais-valia consumida improdutivamente); 5) alterações no tempo de rotação do capital; 6) alterações nas relações de troca entre o Departamento I da economia (produtor de bens de capital) e o Departamento II (produtor de bens de consumo). São estas seis variáveis que, para Mandel, regulam as alterações na taxa de lucro. O que se cabe fazer seria, então, examinar que fatores históricos conduziram a alterações nestas seis variáveis às vésperas de (e durante) cada período de revolução tecnológica.

Mandel observou a ocorrência de “ciclos” longos (chamados por ele de “períodos”) de aproximadamente 50 anos que coincidiam com a ocorrência de revoluções tecnológicas. Cada um desses “períodos” era dividido em duas “ondas” longas. A onda longa inicial (dos primeiros 25 anos, aproximadamente) tinha “tonalidade expansionista”.¹⁴ Nela, a “maré montante” de acumulação de capital proporcionada pela elevação prolongada das taxas de lucro levava à revolução tecnológica. Esta, por sua vez, proporcionava superlucros para os detentores das novas tecnologias “revolucionárias” e o lucro médio para as outras empresas. É uma fase basicamente de prosperidade (i.e, na média dos altos e baixos característicos de cada ciclo menor). Os últimos 25 anos (aproximadamente) de cada período formam uma “onda longa com tonalidade de estagnação”. Nesta, as novas técnicas produtivas da revolução tecnológica da “onda longa com tonalidade expansionista” deixam de ser novidade (e monopólio de umas poucas firmas que, com isso, realizavam superlucros) e se generalizam para a maioria das firmas e ramos da economia. Isto determina uma queda nas taxas de lucro (os superlucros desaparecem, restando apenas os lucros médios que, por sua vez, também caem já que novos capitalistas, estimulados pelas taxas da fase anterior, lançaram-se também no mercado, aumentando a competição e criando excesso de produção). O resultado é uma tendência predominante de estagnação.

Os períodos observados por Mandel são os 4 seguintes: 1793-1847; 1848-1893; 1894-1939; 1940/45 até a década de 90. Podemos notar que as revoluções tecnológicas coincidem, a grosso modo, com a parte inicial de cada período. Subdividindo cada período em suas “ondas longas” obtemos:¹⁵

1793-1825:

É a onda longa com tonalidade expansionista da própria Revolução Industrial, cuja base técnica era de máquinas (movidas a vapor, principalmente) *construídas artesanalmente*. A expansão da taxa de lucro e da mais-valia é realizada com base na expansão do proletariado industrial e do exército industrial de reserva. Há uma grande expansão do mercado mundial com as colônias na América do Sul.

1826-1847:

¹⁴ Esta terminologia de “períodos”, “ondas longas de tonalidade expansionista” e “ondas longas de tonalidade de estagnação”, é utilizada pelo próprio Mandel.

¹⁵ A divisão em períodos abaixo foi retirada, com algumas modificações, de Mandel, 1985, p. 92-93.

Onda longa com tonalidade de estagnação.

1848-1873:

É a onda longa com tonalidade expansionista da Primeira Revolução Tecnológica em que a maquinaria utilizada na produção *começa a ser produzida com auxílio de outras máquinas* (em vez de serem feitas de maneira quase que puramente artesanal como antes). Ocorre uma grande expansão do mercado mundial devido à crescente industrialização, à construção de dispendiosas ferrovias na América do Norte e Europa e ao aumento da produção de ouro na Califórnia e na Austrália.

1874-1893:

Onda longa com tonalidade de estagnação.

1894-1913:

A exportação de capitais para as colônias, com o início do período imperialista-monopolista, marca uma expansão vigorosa do mercado mundial, com a incorporação de áreas na Ásia, África e Oceania. Isso (e o conseqüente barateamento do preço das matérias-primas) eleva fortemente a taxa de lucros. É a onda longa com tonalidade expansionista da Segunda Revolução Tecnológica, que criará a base técnica eletromecânica na produção. Marca este período o desenvolvimento da eletricidade como força motriz, do motor a combustão, de novos processos de fabricação do aço e dos primórdios da produção em massa (sistema fordista). Os métodos organizacionais da Administração Científica de Frederick Taylor e os métodos de produção na linha de montagem de Ford, na base eletromecânica, são as principais características destas mudanças radicais nos métodos produtivos industriais.

1914-1939:

Onda longa com tonalidade de estagnação. A deflagração da guerra, a ruptura do comércio mundial, a crise de 1929 e a vitória da Revolução Russa criam dificuldades à expansão do capital e do mercado mundial.

1940/45-1966:

Esta é a onda longa com tonalidade de expansão da Terceira Revolução Tecnológica. O fascismo e a Segunda Guerra Mundial criam as condições para um aumento das taxas de mais-valia e de lucro, o que favorece a acumulação de capital. Este é lançado inicialmente na produção de armamentos e depois nas inovações da Terceira Revolução Tecnológica. A base técnica do sistema industrial, de eletromecânica, passa a ser eletrônica. A utilização de computadores, inicialmente em tarefas científicas e depois na própria produção (com as máquinas-ferramentas de controle numérico, robôs industriais etc.) possibilita enormes ganhos de produtividade. A energia nuclear é introduzida como força motriz.

1967- ...

Onda longa com tonalidade de estagnação. A lenta absorção do “exército industrial de reserva” nos países centrais age como obstáculo a um aumento adicional da mais-valia. A intensificação da concorrência, com a utilização de técnicas que utilizam cada vez menos mão-de-obra a ponto de já existirem sistemas plenamente automatizados, cria condições contraditórias para a própria valorização do capital, que se materializam na crise financeira internacional dos anos 70 e 80.¹⁶

¹⁶ A confirmação empírica destes “períodos” e “ondas longas” não é simples. Em seus livros, Mandel reproduziu tabelas com dados sobre o crescimento da produção industrial e comércio mundiais que aparentemente corroboram a existência destes ciclos longos. Dentre estas, duas se destacam:

Tabela 1.4: Taxa cumulativa anual de crescimento no volume do comércio mundial:

Anos	Crescimento em %
1820-1840	2,7
1840-1870	5,5
1870-1890	2,2
1891-1913	3,7
1914-1937	0,4
1938-1967	4,8

Fonte: Mandel, 1985, p. 99.

2.2 CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA PRODUTIVO CAPITALISTA DURANTE A SEGUNDA E TERCEIRA REVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

Para os fins de nosso trabalho, precisamos analisar mais detalhadamente as características da Segunda e Terceira revoluções tecnológicas, pois foi sob a influência destes paradigmas que a União Soviética realizou seu esforço de desenvolvimento (num contexto de competição com o Ocidente industrializado).

2.2.1 Segunda Revolução Tecnológica

Tabela 1.5: Taxa cumulativa anual de crescimento da produção física *per capita* em escala mundial:

Anos	Crescimento em %
1865-1882	2,58
1880-1894	0,89
1895-1913	1,75
1913-1938	0,66

Tabela reproduzida de Mandel, 1985, p. 99. Fonte original: Dupriez, 1947, v. II, p. 567.

Em relação a longa onda expansionista pós-Segunda Guerra Mundial e a subsequente onda longa com tonalidade de estagnação a partir de finais da década de 60 e início de 70, podemos utilizar os dados da OCDE (que inclui o “cerne” dos países do capitalismo central, ou seja, os principais países industrializados da Europa mais EUA, Japão e Canadá). Após a década gloriosa dos anos 50, em que o crescimento econômico, estimulado pela recuperação do pós-guerra, atingia níveis médios acima de 5%, as médias de crescimento anual do PIB dos países da OCDE como um todo foram as seguintes:

Tabela 1.6 - Crescimento econômico médio anual dos países da OCDE, 1960-1993

1960-68	1968-73	1973-79	1979-89	1989-93
5%	4,5%	2,8%	2,6%	1,7%

Fonte: OECD, 1989b, p. 44; OECD, 1995a, p. 50; OECD, 1970a, p. 21.

É importante notar que esta tendência de queda nas taxas de crescimento após finais da década de 60 foi seguida, *sem exceção*, por todos os países da OCDE. O próprio Japão, cujo PIB real cresceu a taxas anuais médias de 10,2% entre 1960 e 1968, passou a 8,7% em 1968-73 e a 3,7% entre 1973 e 1987. (OECD, 1989b, p. 44) Pelos dados da OCDE pode-se notar que os sinais da crise (como chamava a atenção Mandel em 1972, época do lançamento da primeira edição de *O Capitalismo Tardio*) já estavam presentes em finais dos anos 60. O “choque do petróleo” de 1973-74 só veio exacerbar tendências já latentes na economia dos países centrais.

A existência de ciclos longos na economia capitalista, apesar de controversa, também é confirmada por outros economistas consagrados (Kondratieff, Schumpeter, W. W. Rostow etc.), variando, entretanto, a explicação dos fatores que os produzem.

Crédito deve ser dado a Mandel pelo fato de ele ter preparado sua teoria sobre ondas longas e revoluções tecnológicas em finais da década de 60 e início de 70 (o livro *O Capitalismo Tardio*, como dissemos, foi publicado em 1972), numa época em que a economia dos grandes países ainda vinha da década de crescimento dos anos 60 e dificilmente se imaginaria uma crise internacional como a que ocorreu em meados dos anos 70. Mandel previu, com acerto, que as décadas de 70 e 80 teriam “tonalidade de estagnação” para o capitalismo mundial. Igualmente, às vésperas de sua morte, Mandel, na segunda edição (de 1995) de seu livro *Long Waves of Capitalist Development*, discutia uma questão correlata: há possibilidade de que a década dos anos 90 marque o início de uma outra “onda longa de tonalidade expansionista” para o capitalismo? Não entraremos no mérito da questão no presente trabalho, mas não podemos deixar de notar a “coincidência” de que, com a dissolução da União Soviética em 1991 (principalmente num contexto de aumento do exército industrial de reserva, criado pela crescente automação e robotização das unidades produtivas), foi desencadeado um fator tremendamente forte para que o capitalismo em escala mundial exerça pressões no sentido de um aumento no grau de exploração das camadas assalariadas da população. Um aumento significativo na taxa de extração da mais-valia pode levar a uma elevação das taxas de lucro dos capitalistas, o que certamente teria consequências diretas nos outros indicadores da economia como um todo. Por outro lado, as contradições criadas pela automação crescente (em termos de desemprego, achatamento salarial) para o aumento da demanda efetiva estão-se tornando tão críticas, que não é simples prever a direção do resultado da interação de todos estes vetores.

Como vimos acima, a era do imperialismo na parte final do século passado levou a uma grande exportação de capital para as colônias, trouxe uma sensível expansão do mercado mundial (com incorporação de áreas na Ásia, África e Oceania) e produziu um barateamento do preço das matérias-primas e gêneros alimentícios, causando um forte e prolongado aumento nas taxas de lucro que levou à onda longa com tonalidade de expansão a partir de 1893. Esta foi a onda longa da Segunda Revolução Tecnológica que introduziu a utilização em massa da energia elétrica e dos motores a combustão como força motriz. O sistema industrial passaria a ter uma base técnica eletromecânica.

Em que consistiria esta base técnica eletromecânica? O uso da eletricidade veio proporcionar uma forma de energia bem mais constante e confiável para o funcionamento dos equipamentos fabris que as existentes anteriormente (a energia a vapor, por exemplo). Isto possibilitou capacidades ampliadas das máquinas-ferramentas empregadas até então. O caminho estaria aberto para a inauguração da época da produção em massa no início de século XX. Para o surgimento desta produção em massa foi fundamental o estabelecimento de dois novos métodos: o taylorismo e o fordismo.

O engenheiro Frederick Winslow Taylor (1856-1915) propôs, em seu livro *The Principles of Scientific Management* (de 1911), um novo tipo de gerenciamento de fábrica. Trabalhando na Bethlehem Steel Company, nos EUA, ele percebeu o quanto havia de “porosidade” em um dia típico de trabalho, ou seja, que havia um grande número de movimentos desnecessários feitos pelos operários (ou mesmo o intencional “corpo mole”), além de outras formas de desperdício de energia e tempo na execução das tarefas fabris. (Taylor, 1911, p. 13-15) Para diminuir esta porosidade no trabalho, Taylor (*ibid.*, p. 77-80) dividia cada tarefa em seus movimentos básicos componentes e pôs-se a buscar a maneira ideal (*the one best way*) de realizar cada movimento com o mínimo possível de perda de tempo e energia. Propunha também o pagamento de bônus e gratificações salariais individuais para compensar os aumentos de produtividade obtidos. (*ibid.*, p. 121) A marca distintiva do sistema taylorista estava, como colocou Coriat (1994, p. 67), nos “tempos alocados”. Se antes cada trabalhador executava a rotina a seu modo, de acordo com sua experiência individual, Taylor (1911, p. 36) propunha agora que a administração estudasse cientificamente a melhor maneira (=mais eficiente, menos dispendiosa) de se realizar os movimentos e obrigasse o operário a trabalhar somente assim (“substituição do critério individual de cada operário por um método científico”). Ou seja, as técnicas, a maneira de trabalhar, passava do operário para a gerência (“tempos alocados”, separação cada vez maior de concepção e execução). Frederick Winslow também estabeleceu diversas outras regras para o gerenciamento, cuja tônica, segundo suas próprias palavras, seria “a cooperação íntima da administração com os trabalhadores”, de modo que realizem juntos o trabalho, de acordo com leis científicas desenvolvidas, em lugar de deixar a solução de cada problema, individualmente, a critério do operário. (*ibid.*, p. 14, 36 e 70) É (des)necessário dizer que esta “cooperação íntima” deverá ocorrer sob a direção única e inequívoca da gerência.

O método taylorista proporcionou tremendos incrementos de produtividade através de um aumento qualitativo (científico, segundo as palavras do autor) na intensidade e diminuição na porosidade do trabalho. Junto com a obra de Fayol (no campo da administração) representou a grande mudança nos métodos organizacionais do trabalho para a Segunda Revolução Tecnológica.

Além dos métodos organizacionais-gerenciais, a disposição física do chão de fábrica sofreu uma outra modificação revolucionária com a introdução da chamada *linha de montagem fordista*. Em que consistiria esta? No final do século XVIII e grande parte do XIX, a maquinaria nas fábricas era dividida segundo princípios funcionais (i.e., de acordo com suas funções). (Best, 1990, p. 52) Assim, os tornos ficavam agrupados juntos numa área, em outra as furadeiras etc. As peças a serem trabalhadas eram transportadas, em lotes, de uma seção a outra, para serem conjuntamente cortadas, polidas, furadas etc. Já no século XIX apareceu o conceito de produção em fluxo em que as máquinas seriam dispostas por ordem de seqüência de operações. Agora, numa área ficavam agrupados um exemplar de cada máquina diferente, de modo que todo o processo (ou grande parte dele) pudesse ser feito em uma área só, evitando-se o desperdício de tempo e energia das peças terem que ser

transportadas por áreas e departamentos diferentes. Os métodos de linha de fluxo e processos de fluxo contínuo começaram a ser empregados nas indústrias de refino e destilamento no final do século passado. O grande avanço de Ford foi ter introduzido o processo nas indústrias metalúrgicas *e com adição de correias transportadoras*. Se antes os trabalhadores carregavam as peças de uma máquina a outra, agora limitavam-se a ficar sentados, trabalhando as peças, que chegavam até eles automaticamente, pelas correias transportadoras. (Ford, 1922, p. 80) É desnecessário enfatizar o aumento de produtividade que isto trazia ao processo. Agora, o ritmo do trabalho deixava definitivamente de ser influenciado pelo operário e passava a ser controlado pela gerência, que impunha a velocidade desejada à correia transportadora.¹⁷

O período da Segunda Revolução Tecnológica no capitalismo seria marcado, então, por uma base técnica eletromecânica, com a utilização de métodos tayloristas e fordistas. Os aumentos de produtividade foram enormes,¹⁸ inaugurando a época da produção em massa para um mercado de massa.

2.2.2 Terceira Revolução Tecnológica

Após a Segunda Guerra Mundial (acompanhando a invenção dos computadores), ocorre um novo revolucionamento: a base técnica eletromecânica começa a ser substituída pela base técnica eletrônica. O Controle Numérico (=controle por fitas de computador pré-programadas) é acoplado nas antigas máquinas-ferramentas formando as MFCN (=Máquinas-Ferramentas de Controle Numérico). Se antes as máquinas-ferramentas, apesar de funcionarem com energia elétrica, eram manejadas por um operador que as acionava e controlava praticamente a cada intervenção individual nas peças, agora esta intervenção do operador se torna cada vez mais desnecessária. As máquinas já vem com um programa em fita no gabinete de controle numérico que contém, pré-gravadas, as “instruções” para que a máquina possa realizar, ela mesma, todo o trabalho automaticamente. A tarefa do operador consiste, freqüentemente, em apenas observar o equipamento para certificar-se que tudo corre conforme o programa, intervindo apenas em caso de erro. Outro desenvolvimento, inicialmente usado no setor de usinagem automobilística, foi a linha Transfert (automatização tipo Detroit). A linha Transfert consistia em uma série de máquinas de corte e polimento conectadas por uma linha transportadora. Os blocos de motores eram automaticamente transportados de máquina a máquina e automaticamente cortados, polidos etc. *sem intervenção humana*. Os ganhos de produtividade eram imensos. A linha Transfert, por exemplo, fez o ciclo de operações de trabalho no bloco do motor cair de 9 horas a 14,6 minutos! (Coriat, 1990, p. 40)

¹⁷ Outra dentre as importantes contribuições de Ford foi a definitiva implantação, na produção em massa, da *intercambiabilidade de peças*. Este conceito teve suas origens nas fábricas de armas Springfield e Colt nos EUA em meados do século XIX, ou seja, como parte do período da Primeira Revolução Tecnológica do capitalismo. Até ali a produção fabril seguia basicamente o modelo inglês da Revolução Industrial em que, devido à imprecisão dos instrumentos de medição (entre outros fatores), as peças que compunham os equipamentos muitas vezes tinham pequenas diferenças entre si, necessitando de operários especializados (os *fitters*, ajustadores) que as trabalhavam de modo que se ajustassem umas às outras. O “sistema americano”, que começaria a suplantiar o “sistema inglês” em produtividade em meados do século passado (com o advento dos instrumentos de medição de maior precisão) propugnava uma padronização máxima possível (e, com isso, a *intercambiabilidade*) das peças componentes dos produtos fabricados, usando-se máquinas especializadas para cada operação. Sendo os componentes iguais, a montagem do produto se tornava muito mais rápida (dispensando *fitters* etc.) e o *conserto de produtos defeituosos muito mais fácil* (bastando substituir a peça defeituosa por outra igual). (Best, 1990, p. 30-34) Entretanto, devido às dificuldades e limitações técnicas da época, o princípio da intercambiabilidade de peças não conseguiu se generalizar em larga escala no século passado. Foi com Ford que ele se tornou essencial nos processos fabris. O fordismo abriu as portas para a produção em massa ao unir o princípio da intercambiabilidade de peças com o princípio de fluxo nas indústrias metalúrgicas (através da linha de montagem com esteira rolante). (Ford, 1922, p. 74-75; Best, 1990, p. 54)

¹⁸ Utilizando seus métodos, Ford conseguiu reduzir o tempo de montagem de um carro em nove vezes, comparativamente às melhores fábricas anteriores. (Womack, Jones & Roos, 1992, p. 71)

A Terceira Revolução Tecnológica caracteriza-se, então, por um tremendo avanço na possibilidade de, através da computação¹⁹ eletrônica, chegar-se a sistemas completamente automatizados.

A grande base inicial da Terceira Revolução Tecnológica foi o desenvolvimento da eletrônica e da computação, após a Segunda Guerra Mundial. A partir desta base, foi-se ampliando o “esqueleto” da Revolução Científico-Técnica quando à *computação* dos anos 50 (mais utilizada para fins científicos) se aliou a *robótica* nos anos 60 (a criação do protótipo do primeiro robô industrial comercializável em 1961 inaugura a invasão definitiva da computação nas unidades de produção) e a *telemática* (transmissão de dados à distância, agora por computadores baseados na *microeletrônica*) nos anos 70. A partir daí estava formado o arcabouço básico da chamada sociedade de informação.

Quanto aos desenvolvimentos tecnológicos propriamente ditos nas fábricas, podemos destacar as MFCN (Máquinas-Ferramentas de Controle Numérico), a Linha Transfert (automação tipo Detroit), MFCNC (Máquina-Ferramenta de Controle Numérico por Computador), MMF (Módulos de Manufatura Flexível) e SMF (Sistema de Manufatura Flexível), sistemas CAD (Computer-Aided Design — Projetos feitos com auxílio de computação) e CAM (Computer-Aided Manufacturing — Fabricação por computador).²⁰

PARADIGMAS DE ESPECIALIZAÇÃO FLEXÍVEL E TOYOTISMO

Mas as mudanças puramente tecnológicas vieram acompanhadas de alterações revolucionárias nos métodos organizacionais-gerenciais de produção. Assim como o taylorismo e o fordismo²¹ caracterizaram a segunda revolução tecnológica, novos padrões

¹⁹ Para acompanharmos a evolução da computação no pós-guerra, eis abaixo uma cronologia dos momentos mais importantes:

1946: construído o primeiro computador eletrônico (à válvula), o ENIAC;

1947: cientistas do laboratório Bell, nos EUA, desenvolvem o transístor;

1949: criado o controle numérico;

1951: a Remington Rand lança o primeiro computador comercial, o UNIVAC I. A IBM logo depois lança seu IBM 701;

1955: lançamento do primeiro computador transistorizado pela IBM;

1958: a Texas Instrument desenvolve o circuito integrado. Esses circuitos são um conjunto de transistores, resistores e capacitores construídos sobre uma base de silício (um material condutor), chamado de *chip*. Os computadores eletrônicos da terceira geração serão baseados no circuito integrado, assim como os da primeira geração funcionavam à válvula e os da segunda, a transístor;

1961: construído o primeiro robô industrial comercial;

1971: desenvolvido o microprocessador, que possibilitará a emergência da microeletrônica. O microprocessador reúne num mesmo circuito integrado todas as funções de um processador central;

1976: os americanos Steve Jobs e Steve Wozniac constroem o primeiro computador pessoal, o APPLE, inaugurando a quarta geração (a dos microcomputadores de uso pessoal utilizando microprocessadores).

²⁰ As MFCN e linha Transfert já foram explicadas anteriormente. As MFCNC (Máquinas-Ferramentas de Controle Numérico por Computador) são como as MFCN, apenas sua programação é mais flexível e passível de ser alterada por computador. Diferentemente do NC (Numerical Control — Controle Numérico) instalado dentro da própria máquina-ferramenta, o DNC (Direct Numerical Control — Controle Numérico Direto) representa o controle da programação das máquinas diretamente de um computador central localizado fora da área das máquinas-ferramentas. Os MMF (Módulos de Manufatura Flexível) produzem uma interação entre as máquinas e as peças a serem trabalhadas em que as peças chegam às máquinas automaticamente, sem intervenção humana, através de robôs industriais e outros dispositivos. Os SMF (Sistemas de Manufatura Flexível) são já sistemas mais complexos, que envolvem o transporte automático das peças entre módulos (MMF) diferentes através de correias transportadoras ou carrinhos pré-programados. A automação pela computação invadiu também áreas mais abstratas, como a dos projetistas. Sistemas CAD (Computer-Aided Design) representam programas que executam automaticamente quase todas as tarefas manuais de desenho, de cálculo repetitivo etc. de um projeto. Ao projetista resta somente a criação intelectual, abstrata no mais estrito senso (já que o trabalho manual de desenhar linhas, fazer contas, redesenhar trabalhos antigos etc.) pode ser feito no (pelo) computador. A integração dos sistemas CAD-CAM (Computer-Aided Manufacture — Fabricação por Computador) reduz terrivelmente o tempo entre o projeto e a execução na fábrica. Na área de administração de empresas apareceu o conceito de CAPM (Computer-Aided Production Management — Gerenciamento de Produção por Computador) em que programas específicos de computação são usados nas tarefas de controle, planejamento e execução de gerenciamento de produção. (Hill, 1991, p. 2-5)

²¹ Para efeitos práticos, de agora em diante, quando nos referirmos ao “fordismo”, principalmente a partir da década de 30, estará subentendido que dentro deste conceito ficarão subsumidas também as

organizacionais, chamados por Piore & Sabel (1984) de *paradigmas de especialização flexível*, vieram a se mostrar superiores em eficiência na época da Terceira Revolução Tecnológica. O mais famoso destes paradigmas de especialização flexível foi o toyotismo.²²

Antes de entrarmos na origem deste novo paradigma, é importante notar que o fordismo constituía uma forma de *produção rígida*. As linhas de montagem tinham a função de produzir imensas quantidades de objetos idênticos, sem variação entre si.²³ O fordismo estava todo assentado nas *economias de escala*: quanto maiores quantidades do mesmo objeto produzido, menor seria o custo marginal de cada unidade extra. Uma vez instalada a maquinaria numa fábrica, supunha-se que ela funcionaria de maneira ininterrupta e idêntica: seria muito complicado, por exemplo, parar o sistema para alterá-lo a fim de produzir de outro modo. Mas esta rigidez, esta pouca flexibilidade para modificações, não representava problema algum naquela época. Basta lembrar que o fordismo nasceu junto com o mercado de massa no início do século. O mercado se

características tayloristas que se encaixaram bem e se incorporaram no novo paradigma introduzido por Ford. Ao assim procedermos, estamos concordando mais com a visão de Raphael Kaplinski que com Robert Boyer. Kaplinski (1989, p. 12) via o taylorismo como um desenvolvimento nos paradigmas de produção que, junto com outros desenvolvimentos, foi desaguar no fordismo (e tornando-se parte integral deste posteriormente). Já Boyer (1990, p. 131 e 133), junto com outros autores da “escola de regulação” francesa, tendia a enfatizar as especificidades do taylorismo e vê-lo, a nível social de produção, como uma fase histórica, um “regime de acumulação” distinto do fordismo. A nosso ver, a partir da década de 30 (que é o período inicial da industrialização soviética que mais nos interessa no presente trabalho), esta distinção do taylorismo e de sua especificidade vai perdendo sentido. Nesta época, começa a assumir contornos definitivos um paradigma (o fordismo) que se irá tornar hegemônico posteriormente e que já contém em si, como parte integral constituinte, diversos postulados tayloristas. Na prática fabril, taylorismo, fordismo (e, a outro nível, o fayolismo) se tornarão componentes interligados, indivisíveis, deste novo paradigma (que se convencionou chamar de fordismo).

²² Utilizamos o termo “toyotismo” para designar o paradigma microeconômico japonês de produção flexível que se impôs a nível mundial (principalmente a partir da década de 60). Ao estudar este paradigma, diversos autores empregam uma terminologia variada para explicar este fenômeno ou partes dele (pós-fordismo, ohnismo, toyotismo, produção “enxuta” etc.). Escolhemos esta designação para fins de simplificar a exposição, pois a firma Toyota foi pioneira e até hoje é vanguarda na utilização da grande maioria dos elementos que formam o arcabouço constitutivo deste pós-fordismo de origem nipônica.

É importante notar que o toyotismo não foi o único paradigma de produção flexível a se destacar na época de dificuldades do modelo fordista. Como colocaram Piore & Sabel (1984), as décadas de 70 e 80 marcaram um declínio nítido do modelo fordista tradicional de produção em massa e o aparecimento de um novo paradigma que os autores chamaram de *especialização flexível*. Esta especialização flexível assumiu diversas formas em diferentes partes do mundo. Piore & Sabel (*ibid.*, p. 133-164) registraram a cristalização de formas de especialização flexível, principalmente, em algumas regiões da Itália, em indústrias na Alemanha e no Japão. No presente trabalho, estaremos nos concentrando no exemplo japonês do toyotismo por ter sido este o modelo de especialização flexível mais desenvolvido (na prática e a nível teórico), mais abrangente (por ter englobado mais do que apenas algumas regiões ou ramos industriais do país), por ter sido (como veremos a seguir) não apenas um modelo microeconômico diferente, mas também distinto e original em suas implicações macroeconômicas e, *last but not least*, por ter sido o paradigma de *especialização flexível* que mais direta e frontalmente colocou em desafio a primazia do modelo fordista americano nos anos 70 e 80. Enquanto que as outras formas de *especialização flexível* eram limitadas, em sua geografia espacial ou em sua abrangência no conjunto global das indústrias naqueles países, o paradigma nipônico alcançou uma certa totalidade que já permite uma tentativa de comparação teórica e uma confrontação com o modelo fordista. Além do mais, foram principalmente diferentes aspectos do toyotismo que posteriormente influenciariam decisivamente as estratégias das grandes firmas ocidentais (que, premidas pela superior eficiência produtiva japonesa nos anos 70 e 80, seriam forçadas a modificar sua maneira de pensar e agir e adotar elas mesmas várias técnicas da “produção flexível”, para a entrada competitiva nos anos 90).

²³ Dentre as Máquinas-Ferramentas (MF) da base técnica eletromecânica podem ser distinguidos dois tipos: as *máquinas de produção* (que executam tarefas específicas e invariáveis num único tipo de peça, sendo, por isso, utilizadas para produção em alto volume) e as MFU (Máquinas-Ferramentas Universais), que são mais flexíveis e versáteis, e possibilitam executar as tarefas (e.g., cortar ou polir etc.) *em diferentes tipos de peças*. (Tauile, 1984, p. 10) Para conseguir peças standardizadas, intercambiáveis, a preço mais baixo, Ford procurava dividir o trabalho em suas tarefas mais elementares e enfatizava o emprego de Máquinas de Produção (especializadas numa só tarefa). Com essas máquinas, um grupo de operários *não-especializados* (que se limitavam a executar as tarefas extremamente simples de operar estas máquinas simplificadoras) conseguia trabalhar um *volume maior* de peças *a um custo mais baixo* do que um grupo utilizando Máquinas-Ferramentas Universais (cuja operação exige maior perícia e operários especializados). “A única desvantagem de tal sistema era a inflexibilidade. Adaptar tais máquinas [de produção, especializadas numa só tarefa] para uma nova tarefa consumia tempo e dinheiro”. (Womack, Jones & Roos, 1992, p. 24)

ampliava e se tornava francamente comprador, consumidor. O fordismo e o mercado de massa se completavam: o barateamento de custos causado pela estandardização de peças e produção em massa fordista estimulava o consumo e o consumo ampliado, por sua vez, fornecia o incentivo para que as fábricas pudessem aumentar a escala de produção. A *rigidez*²⁴ (=pouca flexibilidade para modificações e variações) não só não era um problema, como estava totalmente dentro da lógica do período histórico, ou seja, produção crescente, de massa, estandardizada para suprir um mercado crescente, comprador. As *economias de escala* eram a lógica do momento (e o seriam por muito tempo após).

E o toyotismo, como apareceu?

Ao contrário do fordismo, que surgiu para suprir as necessidades de um mercado de massa (e, por isso, baseado nas economias de escala), o mercado interno japonês, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, estava em destroços. Toda a ênfase das políticas do Estado era dirigir o fluxo de capital para as áreas mais prioritárias da indústria pesada e de bens de equipamento para a reconstrução nacional. Segundo Coriat (1994, p. 40), “o número de veículos a motor fabricados em 1950 era de apenas 32.000, e ainda, a maior parte destes veículos era constituída por caminhões destinados aos canteiros de obra públicos”. Em 1949, a Toyota passava por uma avassaladora crise financeira da qual só conseguiu sair com auxílio de um grupo bancário que, em troca de ajuda, exigiu mudanças drásticas nas orientações da empresa. Em 1950, após uma disputada e longa greve, 2.146 dos 8.140 empregados são levados a deixar a empresa (através de um programa de demissões “voluntárias”) e o próprio presidente Kiichiro Toyoda se afasta da presidência, sendo substituído por Taizo Ichida. (Toyota, 1988, p. 110) Neste momento, entra em ascensão o papel do engenheiro de produção Taiichi Ohno. Aos poucos, ele vai impondo novos métodos organizacionais e de produção que logo se revelaram revolucionários (por isso, alguns autores até empregam o termo “ohnismo”, em vez de toyotismo).

Ohno tinha que buscar saídas para seu problema principal. Como obter ganhos em um mercado restrito? (Coriat, 1994, p. 42) O fordismo não podia dar-lhe respostas plenamente satisfatórias, pois era baseado nas economias de escala, no barateamento das mercadorias através da produção em massa para um grande mercado. Além disso, com a guerra da Coreia, a Toyota passou a receber encomendas de produtos dos mais diversos tipos (em pequenas séries), com pesadas multas em caso de não cumprimento dos prazos. Para Ohno, a questão se colocava assim: como realizar *economias de escopo*, ou seja, como obter ganhos de produtividade produzindo *séries restritas* (lotes pequenos) e *diversificadas* (variedade de produtos)? (Ohno, 1984, p. 199; Coriat, 1994, p. 32) É importante lembrar que a Toyota estava com seu pessoal reduzido, devido às demissões trazidas no bojo dos reajustes financeiros de 1949 e da greve de 1950. Estava preparada a cena para que surgisse uma solução que implicasse uma incrível produtividade, que cortasse custos mesmo com produção em pequenas séries e, *ao mesmo tempo, fosse extremamente flexível e adaptável*.

SISTEMA KAN-BAN, JUST-IN-TIME, AUTO-ATIVACÃO (JIDOKA), POLIVALÊNCIA OPERÁRIA, ESTOQUE ZERO...

Ohno, impressionado com o sistema de reposição de estoque dos supermercados americanos, busca uma maneira de diminuir o nível dos estoques intermediários e final de peças e produtos (o ideal do “estoque zero”). (Ohno, 1984, p. 202; Toyota, 1988, p. 143) Isto é conseguido invertendo-se a ordem de produção da fábrica fordista tradicional. Em vez de se produzir grandes quantidades e estocá-las para poder ter sempre o que oferecer quando houver encomendas, agora a fábrica toyotista produzirá *apenas o que já foi encomendado*. Inútil dizer que isso criará uma grande tensão. A qualquer momento poderão

²⁴ A famosa frase de Ford de que o comprador de seu automóvel Modelo T poderia “escolher qualquer cor para seu carro, desde que fosse o preto” ilustra bem o nível de estandardização a que se propunha. A rigidez de uma fábrica fordista típica ficou evidenciada em 1927 quando, acuado pela concorrência da General Motors que procurava oferecer maior variedade de modelos e com isso estava conquistando importantes fatias de mercado, Ford viu-se obrigado a fazer modificações na sua linha de produção para introduzir maior variabilidade nos modelos (passando do modelo T para o modelo A): para tal, a fábrica teve que ficar fechada um mês inteiro! (Womack, Jones & Roos, 1992, p. 71)

chegar encomendas dos mais variados tipos e a linha de montagem terá que estar pronta para se adaptar a elas rapidamente. Assim, ao contrário do fordismo, as máquinas e operários não podem ser destinados a uma única tarefa: têm que ser *flexíveis* e *polivalentes*. Se no fordismo “clássico” o operário geralmente se dedica a uma única tarefa numa única máquina, no “ohnismo” o trabalhador é chamado a operar várias máquinas diferentes, por vezes, ao mesmo tempo (aproveitando-se, inclusive, das vantagens do elevado automatismo das novas máquinas eletrônicas, que exigem mais supervisão do que operação manual propriamente dita). (Ohno, 1984, p. 205 e 211; Toyota, 1988, p. 142) A produção deixa de ser *rígida* e passa a ser *flexível*. Aí, posteriormente, encaixam-se as inovações da Terceira Revolução Tecnológica. O controle numérico acoplado às máquinas-ferramentas (MFCN) dá a possibilidade de se executar tarefas diferentes com estas máquinas, através de alterações no programa das fitas. Isto, ao mesmo tempo em que diminuirá os postos de trabalho desqualificado, exigirá operadores com um determinado nível de educação, preparados para operar e atuar polivalentemente com estas máquinas.

No sistema Kan-ban, a produção passa a ser governada, agora, *pela demanda*. Isto se reflete na própria comunicação entre os trabalhadores na linha de montagem. Em vez de os operários terminarem a feitura de suas peças e passá-las imediatamente ao próximo posto de trabalho, agora um operador somente começa a trabalhar sua peça ao receber uma caixa com o *Kan-ban* (= “cartaz”, “aviso”, em japonês) em que o trabalhador do posto *posterior* lhe faz a encomenda da(s) peça(s). Assim, ao contrário do fordismo, em que o posto anterior comanda o ritmo com que os postos posteriores trabalharão, o fluxo de comando fica sendo dos postos posteriores para os anteriores. (Ohno, 1984, p. 203-204; Toyota, 1988, p. 143) As caixas Kan-ban vêm do posto posterior ao anterior com os pedidos de peças e vão do anterior ao posterior com as peças encomendadas e feitas. O resultado é que se diminui extraordinariamente a necessidade de estoques. A produção só se faz por encomenda certa. “Estoque Zero” significa grande economia, pois os estoques representam dinheiro parado, capital adiantado mas não realizado.²⁵ (Toyota, 1988, p. 69) “Estoque zero” tem também a função de manter a fábrica bem “enxuta”,²⁶ sem empregados desnecessários ou realizando tarefas supérfluas (estoques parados representam trabalho sendo realizado superfluamente, sem ganhos imediatos no tempo presente).

Outra mudança fundamental foi o que Ohno chamava de *jidoka*, ou “auto-ativação” da produção.²⁷ (Toyota, 1988, p. 143; Coriat, 1994, p. 51-52) É a idéia de que os operários

²⁵ A se julgar pela história oficial da Toyota (publicada pela própria companhia) o núcleo original precursor das idéias do *Just in Time* e do *estoque zero* foi lançado pelo então presidente da Toyota, o engenheiro Kiichiro Toyoda, na década de 30 (apesar de que sua plena utilização e generalização só foi possível no pós-guerra).

“Kiichiro escreveu as palavras *Just in Time* numa bandeira e pendurou-a na parede [da fábrica]. ‘As pessoas falam que perderam o trem por causa de um minuto de diferença,’ ele disse, ‘mas é possível se perder o trem por causa de um segundo. O que eu quis dizer com *Just in Time* não é apenas que é importante se fazer algo na hora certa, mas que é absolutamente essencial que se seja preciso em termos de quantidade e não, por exemplo, produzir-se algo no prazo e hora certa, mas em quantidade excessiva, porque excesso quer dizer desperdício’. Desta maneira nasceu o sistema *Just in Time*, um dos pilares do Sistema de Produção da Toyota.” (Toyota, 1988, p. 69)

²⁶ “Produção enxuta” (i.e., sem nada supérfluo em termos de trabalhadores excessivos, desperdícios, estoques demais etc.) é o termo que James Womack usa para descrever o sistema toyotista, em contraposição à “produção em massa clássica” (= fordista). (Womack, Jones & Roos, 1992, p. 39-70)

²⁷ Este conceito da auto-ativação de Ohno provém de um outro, a “autonomação”. Ao observar o processo de trabalho nas fábricas têxteis do grupo Toyota, o presidente-fundador S. Toyoda,

“chocado com o desperdício causado pelos defeitos que afetam o conjunto de um retalho de tecido se apenas uma das lançadeiras de um tear funciona de maneira defeituosa, concebe máquinas de tear munidas de dispositivos que permitem a parada automática das máquinas no caso em que uma anomalia qualquer viesse a se manifestar [...] A idéia sendo aqui a de dotar as máquinas automáticas de uma certa autonomia [...] É o que Ohno designará como autonomação, neologismo formado a partir da contração de duas palavras: autonomia e automação.” (Coriat, 1994, p. 52; ver também Ohno, 1984, p. 202)

tenham autonomia para parar a produção em caso de anomalia ou erro. Este é um dos pilares da Qualidade Total. Em caso de erro, interrompe-se imediatamente a linha de montagem até que se ache a fonte do problema e este seja solucionado. Isto também vai totalmente contra os princípios da linha de montagem fordista clássica. Lá uma parada equivale a uma catástrofe, algo a ser evitado a todo custo, já que máquinas ociosas significam dinheiro sendo perdido. Ohno partiu de um princípio diferente. Em vez de se ter, como no fordismo, o controle de qualidade sendo feito ao final da linha de montagem (e separado desta, de modo que cada produto defeituoso é retornado à linha de montagem para ser retrabalhado), na Toyota o controle de qualidade passou a ser exercido *durante a própria montagem, concomitantemente a esta, e realizada pelos próprios operários*. O que se perde em tempo de máquinas paradas é economizado em: 1) não necessidade de se manter uma seção exclusivamente para controle de qualidade (na fábrica toyotista o controle de qualidade é feito dentro da linha de montagem, simultaneamente a esta, pelos próprios operários); 2) uma vez encontrada a raiz do problema, este não mais se repetirá e não mais que um produto foi afetado por ele (ao passo que na fábrica fordista, onde o controle de qualidade é feito após a montagem, um erro pode representar uma grande quantidade de peças defeituosas antes que seja detectada sua existência); 3) os operários passam a trabalhar muito mais conscientes da questão da qualidade e, por isso, menos erros são cometidos.²⁸

No taylorismo, o trabalhador passa a ser um mero “cumpridor cego” das rotinas (“científicas”) de trabalho estabelecidas pela administração. O controle do planejamento do processo de trabalho é atribuição exclusiva da administração, não se admitindo a ingerência de trabalhadores. No ohnismo, os trabalhadores são incentivados a participar, dando sugestões como tornar mais eficiente a produção. Aqui é fundamental uma outra característica do padrão japonês que difere da produção em massa tradicional: a segurança (vitalícia) no emprego. As grandes empresas japonesas investem maciçamente no treinamento e reciclagem de seus trabalhadores polivalentes e têm, portanto, grande interesse em que este capital empatado em *know-how* humano permaneça na empresa. Sabendo que não será despedido, o trabalhador japonês sente-se mais à vontade para dar sugestões redutoras de custos que um trabalhador de fábrica fordista (onde sugerir métodos poupadores de despesas e mão-de-obra pode significar estar assinando a própria demissão). O emprego vitalício²⁹ (junto com os aumentos de salário por antiguidade e bonificações ligadas à rentabilidade) também faz com que o trabalhador se sinta mais parte da “família” da empresa. Aoki enfatiza que a firma J (japonesa) se diferencia radicalmente da firma A (americana, fordista), entre outras coisas, por esta ter uma integração de linhas de fluxo de

A autonomia criada por Toyoda também serviu como um precursor para a futura polivalência dos operários na fábrica, já que permitia que um operário operasse mais de um tear ao mesmo tempo.

²⁸ Womack, Jones & Roos (1992, p. 48), fazendo um relato da história da Toyota, escreveram:

“Não causou surpresa o fato de que, quando Ohno iniciou suas experiências com essas idéias [da auto-ativação], sua linha de montagem parasse toda hora e os trabalhadores rapidamente desanimassem. No entanto, conforme a equipe de trabalho adquiria experiência identificando os problemas e remontando-os às causas derradeiras, o número de erros começou a cair substancialmente. Hoje, nas fábricas da Toyota, onde qualquer trabalhador pode parar a linha, o rendimento se aproxima dos 100%. Ou seja, a linha praticamente não pára! (Nas fábricas de produção em massa [fordista], onde somente o gerente de linha pode pará-las, esta constantemente é interrompida: não para corrigir erros — o que ocorre no final — mas em função do suprimento de materiais e de problemas de coordenação. Resulta daí um rendimento de 90 % ser considerado sinal de boa gerência) [...] Atualmente as montadoras da Toyota praticamente não possuem área de reparos, e quase não os executam. Já uma série de modernas fábricas de produção em massa [fordista] dedicam 20% de sua área operacional e 25% do total de horas de trabalho ao conserto de erros.”

²⁹ O emprego vitalício na Japão cobre principalmente os trabalhadores das grandes empresas (cerca de 30% da população operária). Como muitas outras características da relação patrão-empregado no Japão, é uma tradição implícita (não-escrita em contrato formal) e as firmas, grosso modo, a respeitam e advogam. Mas, a bem da verdade, em algumas épocas de recessão, já foram realizadas diminuições de pessoal por grandes empresas. (Coriat, 1994, p. 88)

informação extremamente vertical enquanto que a firma J enfatiza os fluxos de informação horizontais³⁰ e as relações de cooperação com mais autonomia. (Aoki, 1986, p. 972-973)

Esta afirmação da firma J como firma cooperativa tem um duplo caráter. Ela se insere numa estrutura que enfatiza grande flexibilidade dentro de um contexto altamente competitivo. A ênfase é sempre a maior rentabilidade pela redução de custos. Mas o objetivo não é meramente o *aumento do lucro a curto prazo* e sim, conjuntamente, a *conquista de fatias cada vez maiores do mercado a longo prazo*. (Kagono, Okumura & Komatsu, 1984, p. 36) Para isto a firma toyotista emprega equipamentos flexíveis automáticos e caros. Os trabalhadores são polivalentes: não só há rotação de postos, como freqüentemente têm que operar mais de uma máquina extremamente cara ao mesmo tempo. A empresa japonesa investe muito dinheiro no treinamento de seus funcionários para deixá-los versáteis o bastante para tal responsabilidade. O emprego vitalício não só proporciona segurança suficiente para que o investimento naquele trabalhador não se perca, como assegura a cooperação das sugestões dos operários para mudanças redutoras de custos na produção. O elemento de estímulo através da competição é dado pelo fato de que, além da parte fixa do salário (que aumenta com a antiguidade na empresa, o que desestimula a alta rotatividade), existe uma substancial parte em forma de bônus pela rentabilidade e produtividade. Estas gratificações³¹ têm uma parte individualizada, cuja quantia é estabelecida através de avaliação do trabalho individual realizado. Para evitar que isto leve a um individualismo exagerado, a capacidade de trabalhar em grupo é um dos itens de maior peso nesta avaliação. (Watanabe, 1995, p. 7) A ênfase no esforço cooperativo em grupo vai desde esta avaliação até a própria disposição do trabalho, com sua rotação de funções, postos intimamente integrados uns com os outros etc. O igualitarismo de salários também é mais forte que no Ocidente. Em 1985 no Japão os diferenciais salariais entre os ganhos brutos da camada superior da administração e sua camada inferior era de 5:1 enquanto que nos EUA eram de 33,5:1. (*ibid.*) Entretanto, não se deve achar que a companhia japonesa tenha características filantrópicas ou socialistas em sua concepção. Tudo se insere dentro de uma lógica de crescente rentabilidade empresarial. *Os investimentos em capital humano são tão importantes para uma firma japonesa como os investimentos em capital fixo*. (Womack, Jones & Roos, 1992, p. 45) É importante lembrar que na base da reformulação da Toyota em 1950 (que abriu caminho para seus desenvolvimentos organizacionais futuros) estava o confronto com o movimento grevista que levou à demissão em massa de cerca de um quarto dos empregados da empresa. Em 1953, após várias batalhas, o movimento sindical combativo nipônico na indústria automobilística é totalmente destruído, sendo substituído por um *sindicato por empresas*, de caráter corporativo com o patronato. (Toyota, 1988, p. 145; Coriat, 1994, p. 45-46) Este tipo de sindicato por empresas, algo cooptado (segundo a lógica marxista), é uma das bases também do modelo japonês. A saúde econômica da nação tem permitido uma melhoria

³⁰ Na firma J é incentivada a troca de informações entre agentes de um mesmo nível hierárquico (mesmo que estejam em diferentes departamentos), entre os trabalhadores entre si etc. Numa firma fordista-fayolista freqüentemente se desencoraja o contato direto entre pessoal de departamentos diferentes, devendo toda iniciativa interdepartamental ser previamente comunicada às e autorizada pelas instâncias superiores. Esta burocratização ocasiona desperdício de tempo e atraso no processamento de informações. Incentivam-se também, na firma J, iniciativas que partam dos próprios trabalhadores. (Aoki, 1986, p. 972-973) Um exemplo revelador é citado por Jaikumar ao estudar a implantação de um Sistema de Manufatura Flexível (SMF) em uma típica empresa do meio-oeste americano. O equipamento era flexível, mas o gerenciamento era tipicamente fordista, rígido. Enquanto que no Japão os trabalhadores têm autonomia para parar a linha de montagem em caso de defeito (até que este seja sanado) e incentivados a fazer sugestões para modificações na linha de produção, na firma americana os gerentes, preocupados com o alto custo e complexidade técnica do SMF, deixavam claro que os operários só deveriam trabalhar dentro do previsto (“Se der problema, não toque na máquina: chame teu superior”). (Jaikumar, 1986, p. 71)

³¹ Maddison (1991, p. 137) escreveu:

“[...] no Japão] uma parte significativa dos assalariados tem segurança vitalícia no emprego, o que os empregadores podem garantir porque os salários são muito flexíveis, com gratificações semestrais e anuais baseadas nos lucros da empresa e que podem chegar a equivaler a um terço dos rendimentos em períodos normais. Estas gratificações podem ser espremidas a zero em épocas de depressão econômica, o que possibilita aos empregadores manter os trabalhadores em vez de despedi-los.”

salarial acentuada desde a década de 60, o que de certa forma legitima o sistema e aproxima os trabalhadores de suas empresas. (Coriat, 1994, p. 94; OECD, 1995a, p. 98) Este aspecto de não-conflitismo apriorístico entre sindicatos e empresas é tão grande que uma passagem pelo sindicato é considerada desejável para gerentes antes de galgarem maiores patamares na empresa. (Coriat, 1994, p. 46) A *subsunção real* do trabalho ao capital, conceptualizada por Marx (1975-1995a, v. 34, p. 93-121), assume novas dimensões no Japão, já que a cooperação dos trabalhadores em relação à firma passa a ser *internalizada* pelos próprios, em virtude desta relação da firma como “família”, dos sindicatos por empresa etc.

A cooperação no modelo toyotista deve ser analisada também a um outro nível: o das relações de *subcontratação* interfirmas. O grau de subcontratação nas indústrias japonesas é geralmente maior que nas empresas ocidentais. Em média, apenas cerca de 25% dos componentes são fabricados internamente pela própria companhia, sendo os outros 75% adquiridos de fornecedores. (Aoki, 1986, p. 973; Coriat, 1994, p. 123) Mas a principal diferença não está aí e sim na *qualidade* da relação entre fornecedores e empresa contratadora. Enquanto que na fábrica fordista tradicional o relacionamento com o fornecedor é frio, limitando-se ao triângulo compra-venda-entrega, as firmas japonesas têm relações especiais com seus subcontratados. É estabelecido geralmente um acordo a longo prazo com a empresa contratada em que, mais que meramente preços menores, é levada em conta a confiabilidade da firma (dentro de padrões de Qualidade Total e *Just in Time*). A Toyota, por exemplo, com frequência trabalha conjuntamente (acompanhando, avaliando, assessorando) com suas subcontratadas, visando à diminuição de custos. Apesar das revisões periódicas de preço das peças fornecidas (geralmente a cada 6 meses), a Toyota deixa as economias provenientes da redução dos custos das peças por parte das empresas fornecedoras permanecerem com estas pelo prazo de um ano. (Coriat, 1994, p. 126) Isto gera um estímulo extra para a inovação tecnológica e reduções de custos por parte das empresas subcontratadas. A pressão dos prazos de entrega e da necessidade de qualidade perfeita do *Just in Time* (não se fazem estoques, as peças são encomendadas e fornecidas simultaneamente à demanda) exige esta total cooperação interfirma. Esta é mais uma razão dos sucessos na redução dos custos das empresas japonesas: as relações de cooperação dentro do contexto de competição.

O segredo do paradigma japonês de produção é sua incrível *flexibilidade*. O fordismo se baseava na produção em séries imensas de poucos modelos. Isto proporcionava grandes economias de escala. Como pode tornar-se mais competitivo um modelo baseado na produção em pequenas séries (pequenos lotes) de muitos modelos variáveis? Pela lógica tradicional, isto seria muito custoso... A chave está na *flexibilidade* da fábrica toyotista. Enquanto que no fordismo a remodelação da maquinaria para produção alterada de outros modelos de produtos é um processo que envolve bastante tempo e esforço, a fábrica japonesa já é disposta para que essas alterações sejam feitas rapidamente, sem muitas dificuldades. Operários e máquinas polivalentes; disposição da linha de montagem em forma de U com módulos (e postos) variáveis, integrados e intercambiáveis (em vez dos 3 *lay-outs* tradicionais fordistas: em linha consecutiva, em ilhas isoladas ou em gaiolas fechadas); técnicas de troca rápida de ferramentas etc. fazem com que a linha de montagem possa ser modificada para produção de outros modelos rapidamente. (Coriat, 1994, p. 61-63 e 72-74)

A imposição da superioridade³² do paradigma japonês no mercado deu-se paulatinamente. Os anos 50 foram de formação do sistema. Os anos 60 os de sua

³² O Massachusetts Institute of Technology realizou, em 1986-87, uma pesquisa comparativa entre duas fábricas produtoras de modelos de automóveis com características semelhantes: a fábrica da General Motors em Framingham e a da Toyota em Takaoka. A da GM estava dentro dos padrões da “produção em massa clássica” (fordista) e a outra, obviamente, segue o modelo da “produção enxuta” ohnista. Apesar de as duas serem fábricas de ponta em suas empresas, as diferenças em produtividade eram notáveis:

consolidação. Enquanto os mercados mundiais ainda eram francamente compradores, o toyotismo aparecia como uma forma de produção e gerenciamento que se colocava como uma alternativa à produção em massa tradicional, mas ainda sem sobrepujá-la inequivocamente. Foi a partir dos anos 70, com seus dois choques do petróleo e a crise financeira que os acompanhou, que o modelo japonês se impôs como o mais adequado. A partir de meados da década de 70, o mercado, de comprador, passou a vendedor. A concorrência se acirrou. Os fabricantes mundiais ficaram na mesma posição dos japoneses no pós-guerra: como obter economias de custo e vender com lucro num mercado limitado? O modelo japonês se encontrava muito mais adaptado para o desafio. Os preços das matérias-primas subiram? Uma “fábrica enxuta” com “estoque zero”, que utiliza materiais apenas para produtos *que já foram encomendados*, é muito mais econômica neste sentido. O próprio fato de os japoneses só trabalharem com produtos encomendados tornava os efeitos da crise menos sérios para eles. Com sua incrível flexibilidade podiam adaptar-se rapidamente a novas demandas, diversificar produtos etc. Além disso, a produção enxuta sempre fora dedicada a fazer uma economia de custos *intensiva* (pela diminuição dos custos de uma dada produção) e não, como no fordismo, pelas economias de escala (isto é, valendo-se da diminuição marginal de custos pela produção de um maior número de unidades de um mesmo produto). Tratava-se, então, de intensificar ainda mais a produção para diminuir os custos e fazer com que o mercado comprasse as mercadorias e não simplesmente procurar aumentar o mercado.

Foi a partir da crise dos anos 70 que verdadeiramente começou a enxurrada de estudos sobre o fenômeno do paradigma japonês. Por ter um funcionamento que, em muitos casos, contraria tão frontalmente a lógica fordista (emprego vitalício não provoca acomodação? Paradas da linha de montagem não representam perdas incríveis de dinheiro e devem ser evitadas a qualquer custo? Quanto mais produzirmos de um mesmo produto não se torna menor o custo de produção de cada unidade?), sua adaptabilidade e “transferibilidade” para o Ocidente não tem sido fácil.

O ponto principal que queremos enfatizar aqui é que, assim como o modelo fordista-taylorista foi o que melhor se adaptou às condições da Segunda Revolução Tecnológica, o paradigma japonês (toyotismo) foi o que se impôs como o que melhor subsumiu produtivamente a nova base técnica eletrônica da Terceira Revolução Tecnológica. Os índices de aproveitamento das novas tecnologias da base técnica eletrônica nas indústrias da “produção enxuta” toyotista é muito maior que nas indústrias tradicionais (tendência que se tornou ainda mais forte a partir de 1971, ano da invenção do microprocessador, que inaugurou a era da microeletrônica). Por exemplo, o número de robôs industriais em utilização nos EUA e no Japão seguiu a seguinte progressão:

Tabela 1.3 - Número de robôs industriais em utilização no Japão e nos EUA, anos selecionados

1981- EUA	1981 - Japão	1986 - EUA	1986 - Japão	1992 - EUA	1992 - Japão
6.000	21.000	25.000	116.000	47.000	349.458

Fonte: World Industrial Robots 1995, p. 14.

Tabela 1.7 - Comparação de produtividade entre fábricas de automóveis da Toyota em Takaoka e da General Motors em Framingham

	GM Framingham	Toyota Takaoka
Horas brutas de montagem por carro	40,7	18
Defeitos de montagem por 100 carros	130	45
Espaço de montagem por carro (metros quadrados por veículo por ano)	0,75	0,45
Estoque de peças (média)	2 semanas	2 horas

FONTE: Pesquisa Mundial das Montadoras do IMPV (In: Womack, Jones & Roos, 1992, p. 71)

A nível de competição macroeconômica, ver o apêndice 7.

Quanto à porcentagem de máquinas-ferramentas que possuem controle numérico, enquanto que em 1982 ela já era de 53,7% no Japão, nos EUA ela era ainda apenas 5% aproximadamente.³³ (Gregory, 1986, p. 317)

O modelo toyotista “casou bem” com as novas tecnologias baseadas na computação, pois, como vimos, estas tendem a ser também *flexíveis*. O controle numérico e a computação fizeram com que aumentasse o potencial de movimentos e operações possíveis de serem realizados pelas máquinas-ferramentas. Ou seja, as máquinas foram tornadas mais flexíveis, com maior capacidade de adaptação para outras operações (maior variedade). Mas estas novas máquinas flexíveis sofisticadas, com controle numérico (NC, DNC etc.), tendem a ser mais caras que as tradicionais. Elas se tornam mais “viáveis”, menos custosas, se usadas “flexivelmente”, para diversas operações e modelos. Para operações padronizadas, de um ou poucos tipos (como eram comuns no fordismo), o uso destas máquinas flexíveis pode não se revelar o economicamente mais viável.³⁴

³³ Isto apesar de o Japão ter entrado nestes dois campos mais tarde que os EUA. Enquanto que nos Estados Unidos o controle numérico foi criado em 1949 e o primeiro robô industrial em 1961, no Japão a produção de máquinas-ferramentas de controle numérico começou em 1958 e o primeiro robô industrial foi produzido em 1968 (em 1967 a indústria japonesa tinha importado seu primeiro robô). (Gregory, 1986, p. 304 e 317) Este é um detalhe importante, pois chama a atenção para o fato de que a superioridade japonesa não *provém originalmente de uma superioridade tecnológica*. Primeiro vieram as inovações organizacionais do “ohnismo”. Estas inovações organizacionais (que tinham vida própria, sendo independentes da tecnologia usada na produção) permitiram que se tivesse uma produtividade maior e mais flexível mesmo dentro de um padrão tecnológico inicial que ainda não era o mais avançado. Foi principalmente a partir do advento da microeletrônica (com a invenção do microprocessador em 1971) que o Japão passou, de certa forma, à *liderança tecnológica* em algumas áreas. Este detalhe (de que as mudanças organizacionais dentro do paradigma japonês precedem e subsumem as mudanças tecnológicas, apesar de formarem um todo indissolúvel que explica a superioridade japonesa atual) será de especial importância ao analisarmos o modelo soviético *pré-perestroika*. A queda na corrida tecnológica com o Ocidente foi fundamental para as dificuldades de crescimento econômico na URSS após 1975, mas não podemos analisar a “tecnologia pura” nestes estudos comparativos de eficiência micro e macroeconômica entre os dois sistemas e sim devemos analisar esta tecnologia em sua correlação com os métodos organizacionais-administrativos lá empregados (na URSS, de maneira geral, macro e microeconomia estavam mais intimamente ligadas que no Ocidente, devido ao planejamento centralizado).

³⁴ Desde o reconhecimento da produtividade maior da produção flexível japonesa (economias de escopo) sobre a produção rígida ocidental (economias de escala), as companhias ocidentais vêm tentando adotar mais equipamentos flexíveis para tentar acompanhar os aumentos de produtividade nipônicos. Mas a mera compra de equipamentos flexíveis não basta: é preciso utilizá-los *de maneira flexível* (isto é, com métodos organizacionais-gerenciais flexíveis). Por exemplo, Jaikumar realizou em 1984 uma pesquisa estudando a utilização de Sistemas de Manufatura Flexíveis (SMF) nos EUA e no Japão. Sua amostra cobria mais da metade de todos estes sistemas em uso nos dois países. Notou-se que, enquanto no Japão esses sistemas eram utilizados para produzir visando ao fim para que foram criados, ou seja, com grande variedade de modelos, nos EUA havia uma tendência a usar tais sistemas para produzir em grande volume com pouca variedade de modelos (ou seja, não conseguiam fugir à “tentação” da lógica fordista de economias de escala). Assim, pela pesquisa, o número médio de *tipos* de peças produzidas por SMF era de 10 nos EUA e de 93 no Japão! Por outro lado, nos EUA o tamanho de cada *lote* produzido era bem maior (1.727 peças por lote contra 258). Todo este esforço fordista de produzir em grandes volumes se revelava contraproducente, pois a utilização de maneira mais eficiente e *intensiva* do equipamento pelos japoneses (a taxa de utilização do equipamento, ou seja, a relação entre o tempo real de corte do metal pela máquina em relação ao tempo potencialmente disponível, era de 84% no Japão contra somente 52% para os americanos, revelador de uma porosidade menor do trabalho) fazia com que o número total de peças produzidas por dia no Japão fosse de 120 contra apenas 88 dos americanos. Ou seja, o modelo toyotista consegue produzir *mais* com mais variedade em lotes menores. Assim, não basta a tecnologia flexível. Ela tem que ser usada de maneira flexível através de métodos organizacionais-gerenciais apropriados para tal. (Jaikumar, 1986, p. 70)

3 O CONCEITO DE RCT NOS PAÍSES DO SOREX

3.1 CONCEITOS GERAIS

Enquanto que no Ocidente os termos *Terceira Revolução Industrial* ou *Terceira Revolução Tecnológica* eram usados para descrever os processos ocorridos, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, com a introdução da computação, automação, crescente informatização da sociedade, passagem da base técnica eletromecânica para eletrônica etc., nos países do Leste europeu, o termo mais comum para descrever este conjunto de fenômenos e mudanças era Revolução Científico-Técnica (RCT).³⁵

Assim como no Ocidente a determinação precisa dos conceitos de Terceira Revolução Industrial e Terceira Revolução Tecnológica são motivos de discussão e seu uso adquire diferentes nuances quando usados por autores diversos,³⁶ nos países do Leste europeu o conceito de *Nauchno-Tekhnicheskaya Revolyutsiya* dava margens a amplos debates sobre sua natureza própria, suas características constitutivas e até a época em que ela se teria iniciado.

P. N. Fedoseev, ex-vice-presidente da Academia de Ciências da URSS, tentou resumir a essência da RCT:

“A Revolução Científico-Técnica é basicamente a reorganização radical, qualitativa, das forças produtivas como resultado da transformação da ciência em um fator-chave no desenvolvimento da produção social. Eliminando cada vez mais o trabalho manual pela utilização tecnológica, e substituindo a participação direta do homem no processo produtivo pelo funcionamento de seu conhecimento materializado, a Revolução Científico-Técnica modifica radicalmente a estrutura e os componentes das forças produtivas e as condições, natureza e conteúdo do trabalho. Ao mesmo tempo em que corporifica a crescente integração da ciência, tecnologia e produção, a Revolução Científico-Técnica influencia todos os aspectos da vida na sociedade atual, incluindo as áreas de administração industrial, educação, vida cotidiana, cultura, a psicologia das pessoas e a relação entre natureza e sociedade.” (Fedoseev, 1977, p. 88)

Assim, um dos componentes centrais do conceito de Revolução Científico-Técnica (e de onde provém esta denominação) é “a transformação da ciência em uma força produtiva direta”, o que torna possível a “cientifização” (*onauchvanie*) da produção. (Marakhov, 1970, p. 94-95; Gukov, 1976, p. 159-168) Não se refere aqui à mera crescente utilização de métodos científicos para o aumento da capacidade produtiva, o que é uma tendência não tão recente do capitalismo da grande indústria, que já tinha sido inclusive

³⁵ Em russo, *Nauchno-Tekhnicheskaya Revolyutsiya*. A sigla NTR era usada comumente na literatura especializada soviética: traduziremos por RCT.

³⁶ Por isso, em nossa análise anterior, baseamo-nos determinadamente na análise de Mandel sobre a Terceira Revolução Tecnológica. Não apenas por considerarmos (pelos motivos já apontados antes) que aquela era a abordagem mais profunda e conseqüente, como também para mantermos bem claro o que estávamos entendendo por Terceira Revolução Tecnológica, suas origens e implicações para o estudo da conjuntura mundial no período da *perestroika*.

estudada por Marx no *Capital*. (Marx, 1961-1971b, p. 382, 407, 636 e 674) Entretanto, no século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a ciência, segundo alguns daqueles autores soviéticos proponentes do conceito da RCT, vinha-se transformando numa força produtiva *direta*, ou seja, de um instrumento auxiliar para o aumento da produção, a ciência, através de seus princípios, passava a controlar e guiar a produção.³⁷ (Marakhov, 1970, p. 97) Um dos principais motivos para este salto qualitativo no processo de integração da ciência no processo produtivo seria o aparecimento da *automação*. Alguns autores chegavam a ver o sentido mais profundo da transformação da ciência em força produtiva direta no momento em que o trabalhador sai de cena, substituído por processos automáticos de produção:

“A automação da produção é a forma como se materializa a transformação da ciência em força produtiva direta [...] A ciência se transforma em força produtiva direta naqueles processos produtivos que serão abandonados pelos trabalhadores [... Na futura sociedade comunista] as funções produtivas executadas pelas pessoas serão substituídas por meios técnicos, fundamentados nas realizações da ciência... A liberação das pessoas das funções de produção material imediata possibilitará o aumento do número de cientistas e engenheiros [...] e] sob o comunismo as pessoas se desenvolverão integralmente, tornando-se profissionais de alta qualificação, capazes de trabalhar nas novas condições de fusão do trabalho intelectual e físico.” (Shukhardin *et al.*, 1970, p. 164-166)

O processo da automação, com base na eletrônica, se reflete na natureza das máquinas na época da RCT, o que era enfatizado por vários autores soviéticos.

“Nos sistemas automatizadas [da época da RCT], além dos três elementos clássicos que formam as máquinas [da época da Revolução Industrial] (ou seja, o motor, o mecanismo de transmissão e a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho) [...] existe um quarto elemento, o *mecanismo de controle* [i.e., de autocontrole automático, através de *feedback*, com o qual as máquinas se auto-regulam] que libera o homem do contato imediato, não apenas com as ferramentas, como com as próprias máquinas.” (Medvedev *et al.*, 1990, p. 103)

Estas análises acima levaram Shukhardin *et al.* (1970, p. 124) a concluir que a essência da Revolução-Científico Técnica consiste na “substituição das funções produtivas diretas do trabalhador (inclusive de suas funções lógicas e de controle-regulação) por meios técnicos”.

A integração direta da ciência na produção, neste patamar qualitativamente mais elevado, aumenta e acelera em muito as possibilidades do desenvolvimento tecnológico.

“Energia atômica e termonuclear..., automação da produção..., química moderna..., cibernética, exploração do espaço sideral, [dos] novos meios de se influenciar os processos da vida orgânica, eis aqui uma lista bastante incompleta das potencialidades criativas abertas pela RCT.” (Kheinman, 1981, p. 5)

Assim, a RCT englobaria a grande maioria dos novos processos tecnológicos que se desenvolveram a partir da Segunda Guerra Mundial,³⁸ mas colocando a ciência como um

³⁷ Estes autores freqüentemente citavam também outras passagens de Marx, em que este parecia antever um papel qualitativamente superior, cada vez mais decisivo, da ciência como força-guia da produção à medida que o capitalismo fosse se desenvolvendo, atingindo seus limites, e a época da fase inferior do comunismo fosse se aproximando. (Marx, 1954-..., v. 46, pt. II, p. 213 e 215)

³⁸ Assim como em relação aos conceitos de Terceira Revolução Industrial e Terceira Revolução Tecnológica no Ocidente, existiam algumas disputas na URSS sobre quando exatamente teria começado a época da RCT. A grande maioria dos autores situava o período do pós-guerra como a época em que a humanidade teria “entrado” na RCT. Assim, no manual didático de economia política empregado como texto

elo que, crescentemente inserido na produção, estaria guiando, acelerando, e tornando cada vez mais conscientemente interconectados todos estes campos.

Fica fácil notar o quanto esta constatação poderia identificar-se com a idéia de um comunismo *científico*, movimento cujo ideal seria a transformação radical da estrutura social em direção a um planejamento *consciente* da produção e dos mecanismos sociais. O fato de a ciência passar a ser uma influência decisiva, consciente (“científica”), na esfera da produção em muito facilitaria a tarefa da superação das relações caóticas, anárquicas, inconscientes que regulam muitos dos processos na própria infra-estrutura do capitalismo. Teoricamente, a Revolução Científico-Técnica facilitaria, ou mesmo forçaria, a passagem a uma estrutura produtiva mais planejada, mais consciente, como o comunismo. (Kheinman, 1981, p. 6)

Não admira que o conceito de *Nauchno-Tekhnicheskaya Revolyutsiya* tenha encontrado reconhecimento oficial nos documentos e políticas do PCUS. Os soviéticos bem adiantadamente perceberam que uma era qualitativamente nova no campo tecnológico se descortinava após a Segunda Guerra Mundial. Na reunião plenária do Comitê Central, em julho de 1955, N. A. Bulganin, comentando as possibilidades da energia atômica, declarava:

“Nós estamos no limiar de uma nova revolução científico-técnica e industrial que ultrapassará, em muito, as revoluções industriais associadas com o aparecimento do vapor e da eletricidade.” (Bulganin, 1955, p. 2, c. 1)

Mas esta “intuição” das possibilidades da RCT se corporificou e tomou formas mais definitivas na década de 60. O novo programa do PCUS, adotado no XXII Congresso em 1961, adotou oficialmente o conceito de RCT.

“A humanidade está entrando no período de um revolucionamento científico-técnico ligado ao controle da energia atômica, à conquista do espaço, ao desenvolvimento da química, à automação da produção e a outros grandes feitos da ciência e da técnica. Mas as relações de produção do capitalismo são demasiadamente estreitas para esta Revolução Científico-Técnica. Somente o socialismo é capaz de realizar esta revolução e utilizá-la no interesse da sociedade.” (KPSS, 1983-1989h, p. 99)

O conceito de RCT foi incorporado pela administração brezhneviana como uma das bases para a afirmação de que a URSS havia entrado na fase do socialismo desenvolvido.³⁹ Em 1967, no mesmo discurso de 50 anos de aniversário da revolução russa em que anunciara que a URSS era agora uma sociedade socialista *desenvolvida*, Brezhnev assumia a idéia de que a ciência se estava tornando um força produtiva em si mesma.

“A humanidade entrou numa era de revolução na ciência e na tecnologia. A União Soviética está orgulhosa das façanhas esplêndidas de seus cientistas. Os grandes sucessos da física e da química revelam novas fontes de energia, possibilitam a criação de novos materiais e

básico no primeiro ano das faculdades soviéticas na década de 80, estava escrito que “de maneira geral considera-se os meados da década de 50 como a época de início da revolução científico-técnica”. (Medvedev *et al.*, 1990, p. 99)

³⁹ Em 1936, Stalin afirmava que o socialismo, de maneira geral, já estava implantado na URSS, através da socialização dos principais meios de produção e dos resultados da industrialização dos dois primeiros planos quinquenais. (Stalin, 1942, p. 381-382 e 386) Em 1967, no discurso de aniversário dos 50 anos da revolução russa, Brezhnev declarava que a URSS teria entrado na época do socialismo desenvolvido (“razvitoi sotsializm”). (Brezhnev, 1970-1982a, p. 92) Esta idéia havia sido lançada por Fedor Burlatskii num artigo no *Pravda* em 21/12/66 e serviria para distinguir o estágio de avanço da URSS em relação à etapa mais atrasada em que se encontrava, por exemplo, a China. (Burlatskii, 1966, p. 4) O conceito foi incorporado à Constituição soviética de 1977, em seu preâmbulo. (VS SSSR, 1981, p. 26) Diversos autores soviéticos procuraram estimar a época em que a URSS teria entrado nesta nova fase, a maioria apontando para início ou meados da década de 60. Khrushchev, também falou em socialismo maduro (“zrelyi sotsializm”) no XXII Congresso do PCUS em 1961, quando anunciava que a URSS estaria preparando a passagem para o comunismo num prazo de vinte anos. (Khrushchev, 1961, p. 21)

estendem os horizontes de todas as indústrias chaves. As descobertas na biologia criam novas possibilidades na agricultura e medicina. Os feitos da cibernética aumentam a produtividade do trabalho mental e automatizam vários tipos de atividades empresariais e administrativas. *A ciência está-se tornando uma força produtiva direta, no sentido literal da palavra [grifo nosso].*” (Brezhnev, 1970-1982a, p. 102-103)

O tom otimista das declarações soviéticas na década de 60 denotava uma grande confiança nas possibilidades da URSS no período da RCT. Isto era refletido no crescente uso do discurso da coexistência pacífica e na transferência da competição com o Ocidente para o campo estritamente econômico, científico e tecnológico. Como colocou Khrushchev numa palestra a homens de negócio americanos, em sua viagem à América, em 1959:

“[...] nós estamos oferecendo uma competição econômica a vocês [...] Podem ter certeza que a União Soviética se sairá bem nela: ultrapassaremos e deixaremos vocês para trás[...].” (Khrushchev, 1959, p. 128)

Grande parte deste otimismo era explicado pela contradição entre as possibilidades abertas no período da RCT e as limitações impostas pelo sistema capitalista de produção. Estas contradições eram bastante enfatizadas pelos ideólogos soviéticos, principalmente quando ligadas ao fenômeno da crescente automação dos processos produtivos, que trazia não apenas problemas de adaptação numa economia de mercado, como questões teóricas mais profundas sobre a capacidade de adaptação e sobrevivência dos diferentes sistemas econômicos.

3.2 AUTOMAÇÃO, RCT E SOCIALISMO

O altíssimo nível de produtividade propiciado pelos sistemas de manufatura por computador, cujos níveis de automação se aproximam cada vez mais do conceito de automação total em seu sentido mais amplo, traz, em seu bojo, questões teóricas importantes em relação aos modos de produção capitalista e socialista.

Calcula-se, por exemplo, que, aos níveis atuais de produtividade, cerca de 10% da população americana seriam suficientes para produzir todos os bens necessários para sua manutenção e a dos outros 90%.⁴⁰ Se esta tendência se alargar, inclusive a nível mundial, questões se colocarão prementes sobre a apropriação do excedente econômico produzido pela sociedade. Quem terá direito a que parte do “bolo” e baseado em que princípios? Sem um distributivismo maior, o desemprego⁴¹ e a exacerbação dos embates sociais tornam-se quase inevitáveis. Mas a adoção de um distributivismo tão profundo (em termos de salário-desemprego ou esquemas de renda mínima) para uma parcela tão grande da população não-produtiva entraria mesmo em conflito com o próprio cerne das relações sociais dentro do capitalismo: a propriedade privada. Um distributivismo exacerbado estaria tão próximo da

⁴⁰ Tavares, Maria da Conceição, citada por Tauile, José Ricardo, em comunicação ao autor no IEI-FEA da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 31/10/95.

⁴¹ A questão sobre se as novas tecnologias da RCT, no capitalismo, conduzem ao desemprego ou não, é bastante controversa. Se os novos níveis de automação indiscutivelmente tornam desnecessários uma grande quantidade de postos de trabalho, por outro, segundo alguns economistas, as novas tecnologias “aumentam a produção e criam novas demandas, ou pelo aumento da produtividade e conseqüente elevação das rendas reais, ou pela criação de novos produtos. Videocassetes, telefones celulares, *walkmen* mal tinham aparecido há 20 anos. Estas novas indústrias criaram novas demandas e novos empregos”. (Survey, 1996, p. 19) Apesar da criação de novos campos de produção, o efeito da automação crescente das novas tecnologias parece tão avassalador, a se julgar pela estatísticas de desemprego e níveis salariais nos países capitalistas nas últimas duas décadas (OECD 1995a, p. 47 e 98), que a solução para estas contradições dentro do capitalismo estaria numa diminuição da jornada de trabalho para bem abaixo das oito horas diárias ou quarenta semanais atuais, de modo a alargar a base do número de pessoas empregadas. Esta solução está sendo encaminhada atualmente por diversos sindicatos europeus.

idéia do socialismo que se poderia perguntar se não haveria chegado a hora de um salto qualitativo em relação a um modo de produção distinto.

Tais perspectivas já vinham sendo observadas nos países do antigo *sorex* no Leste europeu. Em 1968, um grupo de pesquisadores da Academia Tchecoslovaca de Ciências, chefiados por Radovan Richta, publicou um influente estudo teórico em que se afirmava que a Revolução Científico-Técnica e a *automação*, se por um lado aumentavam incrivelmente a produtividade dos meios técnicos de produção, por outro aguçavam cada vez mais as contradições internas do capitalismo, a ponto de se pôr em dúvida a capacidade deste de levar às últimas conseqüências esta mesma RCT. (Richta *et al.*, 1972, p. 48-9) A contradição entre as relações de cooperação cada vez mais interligadas na produção e a forma privada de apropriação do excedente econômico no capitalismo intensificava-se com o passar do tempo. O socialismo (comunismo) estaria mais capacitado a aprofundar a RCT sem que isso provocasse tensões insuportáveis no tecido social. (*ibid.*)

Esta era uma idéia bastante difundida no campo do socialismo real. Os aumentos incríveis nos índices de produtividade das máquinas pela RCT (i.e., o desenvolvimento das forças produtivas) no capitalismo entravam em conflito com as relações sociais da propriedade privada: quem compraria esta crescente produção, se as novas máquinas empregam menos e menos mão-de-obra? Este problema não existiria no socialismo, pois a produção seria planejada.⁴² (Kheinman, 1981, p. 38 e 48)

Os autores do campo do *sorex* que enfatizavam a idéia da RCT como uma época distinta do progresso humano, em sua maioria, afirmavam, então, que os novos desenvolvimentos da RCT ampliavam as relações conflitantes dentro do capitalismo e que o socialismo seria o “caminho” mais adequado para levar a RCT às suas últimas conseqüências, através de um desenvolvimento *planejado* das forças produtivas. (Kheinman, 1981, p. 45 e 51-52; Richta *et al.*, 1972, p. 45-46) Somente uma economia *planejada* poderia, então, evitar que a *automação* crescente da RCT conduzisse ao desemprego e ao caos econômico, e canalizar esta automação e maior produtividade para a criação de mais tempo livre para os membros da sociedade (em vez de aumentar o grau de exploração da força de trabalho, como no capitalismo). (Dalin, 1972, p. 174)

Se a automação parecia requerer realmente o socialismo (uma economia planejada) para seu total desenvolvimento, o que representaria a desintegração dos países do socialismo real do Leste europeu (exatamente dentro da época da RCT) e a permanência do capitalismo? Seria indicativo que aqueles autores que identificaram o socialismo como o modo de produção mais adequado à RCT estavam errados ao formular esta proposição? Ou talvez estivessem certos, e a desintegração da URSS indicaria que, na verdade, o modelo soviético não representaria socialismo (ou, pelo menos, o “socialismo desenvolvido” de Brezhnev)?

Para tentarmos responder a esta pergunta, precisamos analisar mais detalhadamente o modelo soviético de produção.

⁴² Especialmente marcadas no capitalismo ficam as contradições no campo do lazer. Com a atual produtividade das máquinas e equipamentos, a possibilidade da diminuição da jornada de trabalho para bem abaixo das oito horas diárias estaria assegurada. Devido à concorrência e ao desemprego (existência do exército industrial de reserva), esta potencialidade da RCT não é realizada no capitalismo.

4 O MODELO SOVIÉTICO DE PRODUÇÃO

4.1 INTRODUÇÃO

Trataremos aqui do modelo soviético de produção implantado na década de 30 e que, *em linhas gerais*, permaneceu até o início da *perestroika* em meados da década de 80. Obviamente, o sistema sofreu algumas mudanças, adaptações e tentativas de reforma,⁴³ mas pode-se considerar que sua estrutura básica manteve as características essenciais ao longo deste período, ou seja, estatização (“socialização”) dos meios de produção e planejamento centralizado, sob a liderança do Partido Comunista. Existe uma extensa bibliografia sobre o funcionamento da economia soviética⁴⁴ e, portanto, não necessitamos fazer uma descrição detalhada do funcionamento de todo o sistema até 1985. Apontaremos apenas alguns aspectos essenciais da economia e do processo produtivo que afetaram o comportamento do sistema soviético na época da RCT e do surgimento de um modelo pós-fordista de produção.

Referimo-nos simultaneamente, no parágrafo acima, ao modelo produtivo e à economia como um todo porque, na URSS, os aspectos macro e microeconômicos mostram-se mais entrelaçados que numa economia de mercado livre e propriedade privada. Devido ao planejamento centralizado e à estatização dos meios de produção, mudanças nas políticas macroeconômicas do governo tinham uma influência preponderante nas empresas estatais. Portanto, em nossa análise mesclaremos, com frequência, estes dois aspectos na medida em que afetarem conjuntamente o desenvolvimento do sistema.

A *estatização dos meios de produção* teve seu grande impulso na década de 30 e manteve-se a partir daí. A rapidez inicial com que esta estatização ocorreu na indústria e na

⁴³ Estas incluiriam (além da *perestroika*):

— as reformas de Khrushchev (meados da década de 50), que criaram novos *sovmarkhozy* (conselhos econômicos regionais), descentralizando a grande maioria das funções operacionais (e mesmo algumas funções de planejamento) da economia para bases regionais (em vez de ministeriais, como antes) (VS SSSR, 1957a, p. 341-346; SM SSSR 1957, p. 199-203);

— as “reformas de Kosygin” (segunda metade da década de 60) que extinguíram os *sovmarkhozy*, recentralizando e restabelecendo a administração da economia em bases ministeriais, realizaram uma reforma de preços e tentaram dar maior autonomia e estímulos às empresas. Seu aspecto mais inovador foi tentar colocar o “lucro” como um dos principais indicadores econômicos a serem perseguidos pelas empresas estatais. Além disso, propôs-se contabilizar apenas a produção efetivamente vendida (e não meramente a produção bruta total), para evitar que artigos “encalhados” ou defeituosos entrassem no cômputo geral do cumprimento do plano (SM SSSR, 1965, p. 356-386);

— a reorganização industrial de 1973-74 que unificou empresas de produção similar em unidades maiores chamadas de *ob’edinenie* (= associação), para simplificar as tarefas de coordenação do planejamento central (SM SSSR, 1974, p. 154-199);

— o decreto de julho de 1979 que, entre outras medidas visando estimular eficiência e qualidade na produção das empresas, tentou estabelecer cálculos de *valor adicionado* (em vez dos tradicionais índices de produção bruta) como um dos principais indicadores para a atividade das empresas (SM SSSR, 1979, p. 390-341);

— os experimentos econômicos de Andropov (decreto de julho de 1983) que, em empresas selecionadas, tentaram estabelecer normas mais incentivadoras de eficiência e disciplina nas empresas. (SM SSSR, 1983, p. 339-348)

Para uma discussão destas reformulações, ver Hewett (1988).

⁴⁴ Para análises detalhadas de funcionamento das economias de planejamento central do tipo soviético ver *The Soviet-Type Economies* de Robert Campbell, *The Economics of Socialism* (J. Wilczynski), *The Soviet Economic System: a Legal Analysis* (Ioffe/Maggs), *Reforming the Soviet Economy* (Edward Hewett), além de *An Economic History of the USSR* de Alec Nove.

agricultura pode ser medida pelo fato de que Stalin, no seu relatório ao XVII Congresso do PCUS, em 1934 (ou seja, apenas 6 anos após o início do primeiro plano quinquenal), podia vangloriar-se que 99,93% das indústrias de grande porte e 84,5% da área agrícola já estavam socializadas (nas mãos do estado ou de cooperativas). (Stalin, 1946-1951g, p. 313 e 323) Em meados da década de 80, às vésperas do deslanchar da *perestroika*, pelas estatísticas oficiais, inexistia a propriedade privada de empresas urbanas e agrícolas, *ou mesmo produtores privados individuais*. Em termos estatísticos, praticamente 100% das firmas e trabalhadores estavam “socializados” (i.e., ligados ou a empresas estatais ou a cooperativas).⁴⁵ (*Narkhoz SSSR za 70 let*, 1987, p. 11)

Planejamento central, no caso soviético, indicava que a maior parte da produção era realizada, não a partir das decisões individuais de produtores privados, como nas economias de livre mercado, mas sim a partir das diretivas emitidas pelo governo, principalmente através do Gosplan (*Gosudarstvennyi Planovyi Komitet Sovieta Ministrov SSSR* — Comitê de Planejamento Estatal do Conselho de Ministros da URSS) às empresas estatais, a partir de planos pre-fixados de longo (15 ou 20 anos), médio (5 anos) e curto prazo (1 ano e trimestrais). Os planos de 20, 15 e 5 anos dão a direção geral a ser seguida enquanto que os planos anuais e trimestrais são mais operativos. Através destes planos e diretivas, às empresas estatais era determinada a quantidade de matéria prima a ser recebida, os artigos a produzir, a que clientes vender esta produção etc.

O papel de liderança do Partido Comunista, tanto no plano político *quanto no econômico*,⁴⁶ era importante para a compreensão do funcionamento da economia soviética. A macro e microeconomia soviéticas não eram guiadas principalmente por sinais de mercado, como nos países capitalistas, e sim dirigidas conscientemente para os objetivos e prioridades estabelecidos pelo PCUS.⁴⁷ Isto é essencial para entender a lógica de certas decisões tomadas pelos altos escalões da administração que, freqüentemente, contrariavam frontalmente o tipo de raciocínio considerado mais produtivo dentro de uma perspectiva de mercado. Após um período inicial pós-revolucionário confuso, em que membros do partido se imiscuíam até na administração diária das empresas, as orientações de Lenin⁴⁸ (e, posteriormente, Stalin⁴⁹) foram no sentido de se afastar progressivamente da administração *colegiada* das empresas (com participação do partido, dos sindicatos etc. ao lado dos administradores propriamente ditos) e passagem para a *edinonachalie* (responsabilidade de uma pessoa só). As instâncias partidárias foram exortadas a não se imiscuírem na administração diária das empresas, procurando limitar o papel do partido ao

⁴⁵ O que não quer dizer que não houvesse produção privada. Os *kolkhozniki* (agricultores das fazendas coletivas) tinham direito a trabalhar em pequenos lotes individuais em horário fora do expediente de serviço. Muitos trabalhadores urbanos faziam também “biscates” paralelos (principalmente na área de serviços, consertos, construção etc.). Isto para não falar nas atividades claramente ilegais como quadrilhas que desviavam material das empresas estatais, negociantes do mercado negro etc. Para uma análise das formas legais e ilegais da chamada “segunda economia” da URSS pré-*perestroika* ver Gregory Grossman (1977).

⁴⁶ O papel de liderança política do PCUS estava claramente definido em termos constitucionais. A liderança do partido nos destinos do rumo *da economia*, realizada na prática, já não era tão explícita em termos legais da Constituição. No famoso artigo 6 da Constituição de 1977 (que trata exatamente da relação do partido com a sociedade) estava escrito o seguinte:

“O Partido Comunista da União Soviética é a força líder que lidera e guia a sociedade soviética, constituindo-se no núcleo de seu sistema político. O PCUS existe para o povo e serve ao povo.

Armado com os ensinamentos marxistas-leninistas, o Partido Comunista determina a perspectiva geral de desenvolvimento da sociedade, a linha da política interna e externa da URSS, lidera a grande atividade criativa do povo soviético, e inculca um caráter planejado e de base científica à sua luta pela vitória do comunismo.

Todas as organizações partidárias funcionam dentro dos limites constitucionais da URSS.” (VS SSSR, 1981, p. 29)

⁴⁷ Para uma descrição mais detalhada de como o PCUS efetuava sua influência na direção da economia, ver o apêndice 1.

⁴⁸ Lenin, 1967-1970a, p. 200.

⁴⁹ Ver KPSS, 1983-1989e.

estabelecimento das grandes prioridades e direções gerais da (macro)economia,⁵⁰ à fiscalização de que estas políticas estão sendo implementadas e ao trabalho de doutrinação político.⁵¹

Tal tipo de mecanismo permitiu um grande crescimento inicial da economia nas décadas de 30, 40 e 50,⁵² pois possibilitava uma enorme concentração de recursos e esforços nas áreas consideradas prioritárias pela liderança soviética.

Mesmo nesta época de sensível crescimento econômico, alguns problemas se tornavam salientes e foram bem explorados pela literatura especializada.

4.2 VAL

Para entender o acelerado crescimento econômico que marcou o modelo soviético por várias décadas o conceito de *val* (*valovaya produktsiya* ou *produção bruta*) é extremamente importante. A economia da URSS era guiada não por sinais de mercado e sim através de planos centrais estabelecidos pelo governo. Nos países capitalistas, a grande maioria das empresas funciona no sentido de conseguir uma maximização dos lucros. Este não era o caso da União Soviética. Lá as unidades produtivas tinham como objetivo simplesmente seguir as instruções do plano. Estas instruções eram quantificadas nos *pokazateli* (indicadores) que as empresas deveriam alcançar para ter sucesso no cumprimento do plano. Durante a maior parte do período soviético, o principal destes indicadores, na prática, era a produção bruta (*val*). (Valovoi, 1989, p. 23) O objetivo principal de Stalin, com os primeiros planos quinquenais, era criar uma base industrial forte, capaz de competir com a dos países capitalistas avançados, inclusive militarmente.

⁵⁰ Um artigo do *Bol'shevik* (publicação político-econômica do Comitê Central) colocava a posição oficial sobre a separação de funções entre partido e governo na economia da seguinte maneira:

“O mais importante [dos princípios da liderança partidária sobre a economia] é a clara divisão de funções entre os órgãos econômicos [do governo], os Sovietes e o partido. Esta exigência provém do fato de que não se deve identificar o partido com os órgãos econômicos [do governo] e de que o partido lidera [*rukovodit*] a vida econômica do país, mas não administra [*upravlyaet*] a economia diretamente.” (Slepov, 1951, p. 47)

⁵¹ Ed Hewett (1988) fez uma excelente análise do caráter por vezes ambíguo do partido no que tange à economia. Thane Gustafson (1981, p. 2) havia afirmado que a URSS era caracterizada por “um governo dual entre o partido e o estado”. Ed Hewett concorda com esta proposição e faz uma análise nesta linha.

“O partido tem uma autoridade clara e responsabilidade pelas decisões mais fundamentais que afetam a economia, ou seja, aquelas que estabelecem a divisão do produto nacional entre consumo, investimento e defesa; a direção geral da política de investimento; importantes variáveis econômicas exteriores (dívida externa, por exemplo); políticas que envolvem grandes projetos (como a linha Baikal-Amur). A responsabilidade principal da hierarquia governamental [por seu lado] é administrar a economia de modo a contribuir da melhor maneira possível para a implementação dos objetivos do partido”. (Hewett, 1988, p. 102)

Assim, o *Politburo* (em nome do Comitê Central do PCUS) discute previamente (na prática, com poder de veto) as diretrizes dos planos do Gosplan e acompanha sua implementação, inclusive intervindo através de decretos em áreas problemáticas. “Nas quatro reuniões que normalmente ocorrem todo mês, o *Politburo* pode ouvir relatórios e promulgar decretos relacionados ao oleoduto de Yambur, à preparação do gado para o inverno, o desenvolvimento da indústria de televisores[...]” (Hewett, 1988, p. 164) A implementação dos planos nas diferentes regiões era fiscalizada pelas instâncias locais do partido. Os primeiros secretários dos comitês locais do partido (*raikom*, *gorkom*, *obkom/kraikom*, respectivamente, comitê de distrito, de cidade e regional) eram responsabilizados, perante o PCUS, pela performance das empresas naquela jurisdição. Em cada empresa estatal, havia também um comitê do partido (formado pelo diretor da firma, o secretário do partido para aquela empresa, e o líder do sindicato), encarregado do acompanhamento da implementação do plano na mesma. A orientação era para que não houvesse interferência na administração operacional do dia-a-dia da empresa, e sim estímulos positivos, como sugestões, ajuda prática (e.g., o tradicional chamamento de voluntários para auxiliar nas colheitas), exortação doutrinária política etc. Mas o reforço negativo também estava presente na prática: já ocorreram casos extremos em que o secretário local do partido tenha contribuído inclusive para a substituição de diretores considerados ineptos. (Kuptsov, 1984, p. 6; Hewett, 1988, p. 144)

⁵² Ver tabela no apêndice 2.

(Stalin, 1946-1951f, p. 172) Para isto, era preciso aumentar rapidamente a produção, principalmente de bens de produção, metal, fontes de energia etc. Dentro deste contexto, era natural que o *val* se tornasse o principal indicador de sucesso das empresas. Os administradores destas perseguiram, de todas as maneiras, o aumento da produção bruta como forma de cumprir o plano e satisfazer seus superiores.

Esta estratégia pode ser considerada bem-sucedida, na medida em que, realmente, os primeiros planos quinquenais alcançaram seus principais objetivos, incrementando enormemente o PNB do país e criando neste uma base industrial (e militar) forte. (Gorbachev, 1987a, p. 413)

Entretanto, esta estratégia de priorizar o *val* tinha seus efeitos colaterais. O problema é que a ênfase no *val* fazia com que as empresas perseguissem a todo custo o aumento da produção bruta. Este “a todo custo” significava que muitas vezes ocorria: a qualidade ser colocada em segundo plano em relação à quantidade (produtos com defeitos etc.); haver uso excessivo, ou desperdício, de insumos (até a utilização proposital de materiais constitutivos mais pesados ou mais caros nos produtos, o que aumentava os índices da produção bruta na contabilidade do plano); os gerentes de fábrica mostrarem má vontade em relação a adotar novas tecnologias que, exigindo reorganizações no ambiente de trabalho, poderiam perturbar a produção a curto prazo etc. (Goldman, 1987, p. 51; Bornstein, 1987, p. 98; Smirnitskii *et al.*, 1987, p. 125, 139 e 173; TsKhSD, f. 2, op. 1, d. 805, l. 6)

Estes efeitos colaterais do *val*, nas décadas de 30, 40 e 50 (época de relativa abundância de reservas de mão-de-obra e matérias-primas), ficaram em segundo plano ante o aparente sucesso no desenvolvimento industrial. Entretanto, tornaram-se sérios “handicaps” para a continuação do desenvolvimento soviético a partir da década de 60, quando os insumos acima mencionados já não eram tão abundantes e o desenvolvimento da economia mundial tomou um rumo qualitativamente diferente.⁵³

⁵³ Para sanar as deficiências apresentadas acima, no período soviético, várias tentativas foram feitas para diminuir a importância do *val* como indicador de sucesso das empresas. A mais profunda delas foi durante as reformas de Kósygin em meados dos anos 60. (SM SSSR, 1965, p. 356-386) Em sua fase mais radical foi proposto que o “lucro” das empresas (e não sua produção bruta) se tornasse o principal indicador, que grande parte do lucro *extra* pudesse ficar com as próprias empresas (e não reverter ao governo, como antes) e que as empresas fossem responsáveis por seus lucros e prejuízos (*khozraschet*, ou autofinanciamento). Além disso, seria contabilizada apenas a produção efetivamente vendida pela empresa (e não a mera produção bruta), para evitar que os produtos “encalhados” ou defeituosos entrassem no cômputo geral. Esperava-se, assim, criar estímulos para o emprego de técnicas mais produtivas, diminuir o desperdício, incentivar a criatividade nas próprias unidades produtivas etc. Infelizmente, os resultados não se revelaram muito promissores, pois começou a haver um descompasso entre os interesses das firmas e dos órgãos do governo. Com a nova autonomia, as empresas passaram a querer produzir prioritariamente artigos que rendiam mais “lucro”, interrompendo a produção de outros etc. Esta situação levou a certos gargalos, com a diminuição nos índices de aumento de produção em algumas áreas. Isto entrou em choque frontal com os escalões superiores dos ministérios, que continuavam a ser cobrados continuamente por aumento de produção. Os ministérios passaram, então, a se imiscuir novamente nos assuntos das empresas, muitas vezes forçando-as a seguir não o caminho mais produtivo em relação ao “lucro” e sim o que possibilitasse o aumento contínuo da produção. No afã de sanar esta situação, o governo começou a instituir novamente outros indicadores (*pokazateli*) às empresas, na tentativa de harmonizar o interesse do lucro individual das firmas com os planos mais gerais do governo. Mas, neste processo, o *pokazatel'* do lucro foi perdendo a importância que inicialmente deveria ter.

Outra tentativa de diminuir os efeitos negativos do *val* foi o decreto de julho de 1979, que criou o novo indicador da *NChP* ou *Normativnaya Chistaya Produktsiya*. (SM SSSR, 1979, p. 390-431) A *NChP* corresponde, em linhas gerais, aos cálculos de *valor adicionado*, no jargão dos economistas ocidentais. Ou seja, o sucesso de uma empresa seria julgado não pelo valor da produção *bruta* e sim apenas pelo *valor adicionado* (líquido) criado na própria empresa (i.e., descontando-se o valor da matéria-prima utilizada, produtos intermediários utilizados na própria produção etc.). Esperava-se com isso desestimular a utilização excessiva de matérias-primas e materiais pesados (que, sob o indicador do *val* tendiam a aumentar o valor total produzido pela empresa). O emprego do *pokazatel'* da *NChP* não correspondeu à expectativa criada em torno dele, pois surgiu um novo problema: as empresas tendiam a querer utilizar o máximo de mão-de-obra possível (especialmente trabalho manual), pois esta influiu diretamente no aumento do *valor adicionado* da empresa pelos métodos de cálculo utilizados então. (Filippov, 1984, p. 83) Isto, numa época em que a automação da produção (e conseqüente diminuição do trabalho manual) é uma das exigências do período da Revolução Científico-Técnica, cria uma grande desvantagem.

Como colocou Marshall Goldman (em meados dos anos 80), mesmo com todas as tentativas de reforma ao longo do tempo e “a despeito de todas as boas intenções e mesmo de alguns sucessos temporários, o [o espírito do] sistema de *val* continua a prevalecer”. (Goldman, 1987, p. 22)

4.3 PLANEJAMENTO CENTRAL E “NESBALANSIROVANNOST”

O problema que talvez fosse mais inerente ao sistema soviético seria o do planejamento central em si. Vários críticos ocidentais apontavam para as dificuldades de se planejar *todos* os principais aspectos de uma economia moderna complexa. (Campbell, 1974, p. 33) Calculando-se que numa economia moderna são produzidos mais de vinte e cinco milhões de produtos, já na década de 60, havia críticos ocidentais apontando para o fato de que a economia da União Soviética estava crescendo e se complexificando a tal ponto que, nem com os melhores computadores disponíveis, seria possível planejar centralmente, *de maneira eficiente*, os detalhes exigidos para a criação e circulação de todos estes bens. (Richman, 1965, p. 17; Yun', 1986, p. 140) O aparato burocrático para tentar realizar tal tarefa teria um tamanho gigantesco. O que acontecia na URSS, então, segundo estes críticos, é que, em virtude da impossibilidade de se realizar tal tarefa, ocorriam grandes desequilíbrios na economia.

Como esta tarefa de planejamento central era realizada, então, na URSS? Para a elaboração dos planos anuais, cada empresa enviava aos ministérios relatórios especificando sua capacidade de produção, custos, matérias-primas necessárias etc. De posse destas informações triadas pelos ministérios, o Gosplan redigia o plano anual (de produção), em termos agregados, e o Gosstab⁵⁴ os planos de distribuição dos suprimentos necessários às unidades produtivas. Esta informação era desagregada e repassada, pelos ministérios, às unidades produtivas. Com todas estas diretivas, para os principais produtos, ficava especificado quanto as empresas estatais deveriam produzir, de quem receberiam matéria-prima, a quais outras companhias deveriam fornecer componentes etc. Este esquema pode ser considerado característico para a maioria dos principais produtos da URSS e (com maior ou menor grau de independência às unidades produtivas dentro dos períodos de reformas econômicas soviéticas e atentando para as modificações na denominação e papel dos diferentes órgãos do governo⁵⁵) como modelo típico desde a década de 30 até o início da *perestroika*. (Ioffe, 1989, p. 71-76)

⁵⁴ O Gosstab (*Gosudarstvennyi Komitet SSSR po Material'no-Tekhnicheskomu Snabzhenyu* — Comitê Estatal de Suprimento Material e Técnico da URSS) cuidava da distribuição de matérias-primas, peças e equipamentos para as empresas estatais. A divisão tradicional das tarefas principais de cada órgão era a seguinte: o Gosplan cuidava dos planos de produção, o Gosstab dos planos de distribuição das matérias-primas e bens de produção para a indústria e o Mintorg (Ministério do Comércio) da distribuição no comércio varejista (bens de consumo). No entanto, esta divisão de tarefas não era tão definida quanto poderia parecer (e, inclusive, variou dependendo da época). Assim, o Gosplan estabelecia planos também de distribuição de produtos considerados essenciais, o Gosstab participava também do planejamento da produção de determinadas mercadorias etc. (Ioffe & Maggs, 1987, p. 184)

⁵⁵ A denominação e o papel dos órgãos do governo, encarregados do planejamento da produção e distribuição podem ter variado através do tempo, mas a essência do mecanismo de funcionamento permaneceu relativamente constante da década de 30 até meados da de 80. O Gosplan, por exemplo, fundado na década de 20, passou por várias reformulações (sendo subdividido, concentrando maior ou menor número de tarefas a executar etc.), o Gosstab foi fundado bem posteriormente ao Gosplan etc. A mais extrema variação talvez tenha sido, de 1957 a 1964-65, durante o período de Khrushchev quando, com a criação dos *sovmarkhozy* (Conselhos Econômicos Regionais), a administração econômica passou a ser feita por região geográfica, em vez de por linha ministerial (ramo de produção) como antes. (Rubin, 1969, p. 175-176 e 218-219; TsKhSD, f. 2, op. 1, d. 805, l. 9 ob.) Durante o período da década de 30 à de 80, houve também variação no grau de independência dado às empresas para estabelecer sua linha de produtos (de acordo com as indicações do plano central) ou na liberdade de estabelecer contratos de fornecimento entre si. O período stalinista pré-Segunda Guerra Mundial foi o mais rígido, com a alocação de quase todos os produtos industriais determinada centralmente. No período khrushcheviano e, principalmente, após as reformas de Kosygin, em 1965, tentou-se dar mais liberdade às empresas para estabelecer contratos de fornecimento diretamente entre si (sujeitos à aprovação pelas instâncias superiores de planejamento). (SM SSSR, 1965, p. 356-386) Como os resultados obtidos não foram muito bons (surgiram pontos de estrangulamento no fornecimento, devido à tentativa das empresas de realizar apenas os contratos mais vantajosos, “lucrativos”, para si), na década de 70 houve um certo retorno a um padrão mais próximo do tradicional. (Ioffe, 1989, p. 74-75) Yun' (1986, p. 147) registrou uma nova tentativa, no final da década de 70, de se descentralizar a alocação de produtos por atacado entre as empresas fornecedoras e receptoras:

Como era, então, resolvida a questão de como planejar a produção e distribuição dos “milhões” de produtos da economia moderna? Hewett (1988, p. 184-190) chamou atenção para três estratégias utilizadas pelos soviéticos para realizar esta missão aparentemente “impossível”: 1)(des)agregação dos bens a serem produzidos e delegação supervisionada de poderes a outras instâncias estatais; 2)planejamento “a partir do último patamar atingido”; 3)correção dos planos em andamento.

A primeira estratégia é que o Gosplan não cuidava *diretamente* da produção de *todos* os artigos. O Gosplan se concentrava em grupos agregados dos principais produtos e repassava instruções de como estes grupos deveriam ser desagregados e estabelecidos planos de produção e distribuição pelo Gosplan, ministérios etc., *dentro dos parâmetros e indicadores exigidos pelo Gosplan*. Assim, por exemplo, no início da década de 80, o Gosplan trabalhava com 2.000 grupos agregados de produtos, o Gosplan dividia esses grupos agregados em 15.000 subgrupos, que por sua vez, eram novamente subdivididos em outras 50.000, pelos ministérios. Além disso, quando chegava o momento da efetiva distribuição por atacado, os departamentos e seções responsáveis do Gosplan, ao designar as empresas fornecedoras e as receptoras, detalhavam ainda mais a nomenclatura de produtos (em 10 a 15 subitens cada).⁵⁶ (Yun, 1986, p. 140) O centro se concentrava, então, nos agregados de produtos mais importantes e deixava para as outras instâncias (principalmente ministérios e instâncias republicanas e, mesmo, municipais) a tarefa de como atingir estas quotas de produção através das empresas sob sua jurisdição.⁵⁷ Como descrevia Hewett (1988, p. 129-130), “o centro tenta concentrar-se apenas nas mais importantes mercadorias e deixa para os escalões mais baixos as outras partes do planejamento. Além disso, os planejadores trabalham com as mercadorias em categorias agregadas, não com cada mercadoria individualmente, deixando para os escalões inferiores os detalhes da desagregação destes produtos”. Por exemplo, um ministério poderia receber do centro a quantidade de diferentes tipos de aço a serem fabricados, mas caberia ao ministério decidir por que fábricas estes tipos de aço seriam produzidos, em que quantidade cada uma os produziria etc. Entretanto, todo este “subplanejamento” era realizado de estrito acordo com as instruções do Gosplan e sujeito à fiscalização deste. Assim, da década de 30 a meados da de 80, em última instância, o Gosplan era realmente o responsável pela *coordenação* de toda a produção na economia soviética.

A segunda estratégia referia-se ao problema de determinar as taxas de crescimento da produção. Era notória a importância dada ao crescimento da produção bruta dentro do modelo soviético. Mas como pode um centro “único” determinar as taxas de crescimento da produção de milhares de unidades produtivas, nas mais diferentes situações financeiras, tecnológicas etc.? Já nos referimos que, para a confecção dos planos anuais, as empresas enviam relatórios aos ministérios relatando sua capacidade de produção, custos, matérias-primas e insumos necessários etc. Mas estes relatórios são triados e colocados em termos agregados pelos ministérios antes de chegar ao Gosplan. De onde poderia o Gosplan estabelecer as metas para a taxa de crescimento de produção das diferentes indústrias, por

“De acordo com as resoluções tomadas em julho de 1979, o Gosplan, conjuntamente com os ministérios..., deveria em 1980 estabelecer a passagem da maioria das associações de produção (empresas) para o sistema de contratos [contratos de fornecimento] diretos entre si e a longo prazo. Entretanto, até hoje [1986] apenas um terço da produção é distribuída desta maneira.”

⁵⁶ É importante notar que o Gosplan tinha subdivisões regionais. Assim havia Gosplans em cada república e comitês de planejamento a nível local. As mercadorias que não eram cobertas pelo planejamento central, como, por exemplo, mercadorias de importância local, eram deixadas a cargo destes Gosplans regionais ou ministérios das diferentes repúblicas (sempre levando-se em conta as diretrizes do Gosplan “central” da URSS).

⁵⁷ Assim, dentro do sistema soviético, havia também um grau restrito de descentralização do planejamento (sempre subordinado às direções mais gerais estabelecidas do centro e sujeito à fiscalização deste). Teoricamente, as próprias empresas, dentro da “camisa-de-força” dos diferentes indicadores de produção e planos de distribuição que tinham que cumprir, podiam (principalmente depois das reformas de Kosygin, em meados dos anos 60) empregar as técnicas e *mix* de produtos que achassem mais adequados para a produção dos bens exigidos pelo plano. Entretanto, na prática, mesmo após 1965, “as diretivas específicas para a produção bruta obrigatória eram tão detalhadas que a liberdade de escolha que restava aos produtores era mínima”. (Shmelev & Popov, 1989, p. 82)

exemplo? Igor Birman, um ex-planejador soviético emigrado, escreveu um artigo explicando como isto era feito. (Birman, 1978, p. 153-172) A técnica empregada era comumente chamada de “planejamento a partir do [último] patamar alcançado” (*iskhodya iz dostignutogo urovnya*),⁵⁸ ou seja, o centro, a partir do último relatório de produção (em que estava especificada a taxa de crescimento do ano anterior), simplesmente utilizava a taxa de crescimento anterior, repetindo-a ou acrescentando alguns pontos a mais. Isto proporcionava um método simples para determinar as taxas de incremento de produção em empresas das mais diversas condições.⁵⁹

Finalmente, a terceira e última estratégia é empregada quando fica óbvio, ainda dentro do período de realização do plano anual, que alguns indicadores não serão atingidos: *a correção dos planos em realização*. Objetivos que se mostram irrealistas são, então, modificados e adaptados, ainda dentro do período do plano. Como notou o jurista O. Ioffe, ex-professor da faculdade de direito da Universidade Estatal de Leningrado, este é um procedimento que, pela lei, deveria ser restringido a casos excepcionais,⁶⁰ mas que, na prática, se revelava uma arma utilizada com relativa frequência pelos planejadores para fugir de desproporções e erros de outra maneira inevitáveis. (Ioffe & Maggs, 1987, p. 113)

Mesmo com todas estas técnicas de planejamento e “redes de segurança” contra erros maiores, ocorriam vários problemas em relação ao planejamento. Um era a dificuldade de se realizar tal tarefa de maneira eficaz. Quaisquer atrasos na entrega dos relatórios das empresas, na correção dos dados etc. ocasionará uma série de distorções e desequilíbrios ao longo da cadeia produtiva.⁶¹

Outro era em relação ao desenvolvimento tecnológico. Já era uma tarefa gigantesca simplesmente planejar o funcionamento equilibrado de uma economia estática, funcionando no mesmo nível tecnológico. Mas, no meio do processo, ocorre o aparecimento de

⁵⁸ Birman, 1978, p. 161; Filippov, 1984, p. 57; Gorbachev, 1987d, p. 8.

⁵⁹ Por mais demasiadamente simples que pareça o método, ele funcionava como uma regra acessível para que o planejamento tivesse uma base na realidade (no caso, nos relatórios dos anos anteriores que, pelo menos teoricamente, deveriam proporcionar uma descrição realista da situação e potencialidades das empresas). Uma das grandes desvantagens, segundo Birman, era o caráter “inercial” do método, colocando o centro à mercê de uma situação preconcebida que poderia não corresponder à realidade dinâmica dos processos (principalmente tecnológicos) em uma empresa. (Birman, 1978, p. 167) Afinal, o fato de uma empresa neste ano ter conseguido um crescimento de 2% não quer dizer que este crescimento se repetirá no ano seguinte. Principalmente se houver alterações na realidade do mercado, ou se novas tecnologias estiverem sendo introduzidas etc. Teoricamente, estas possibilidades de alterações (principalmente no campo tecnológico) deveriam também estar incluídas nos relatórios anuais das empresas. Mas, como veremos mais adiante, um outro problema era que nem sempre os relatórios eram descrições fiéis da realidade das empresas...

⁶⁰ Formalmente, o decreto governamental que passou a reger a relação ministérios-empresas em meados da década de 70 estabelecia que:

“As tarefas do planejamento confirmadas para uma associação de produção devem ser estáveis e só podem ser mudadas, por uma agência superior, em casos excepcionais.” (SM SSSR, 1974, p. 175)

⁶¹ A gigantesca tarefa de coletar todos dados necessários de uma economia complexa, *com correção e dentro dos prazos*, para planos *anuais* levava, por vezes, a sérios problemas de balanceamento da economia. Houve ocasiões em que só se conseguiu terminar o plano no terceiro ou quarto mês do ano corrente. Como colocou Ioffe criticamente:

“Devido às dificuldades de se obter dados corretos, ao atraso do equipamento de computação soviético, [...] o fato de que, mesmo assim, planos anuais apareçam com atraso de apenas três ou quatro meses é um milagre em si. É claro que este milagre ocorre porque se faz vista grossa a muitos erros. Mas, do ponto de vista soviético, é melhor ter um plano central contendo erros, mas feito a tempo, do que um plano irrepreensível, mas que só ficaria pronto no ano seguinte. Entretanto, mesmo um pequeno atraso na edição do plano dá origem a um problema original. Não apenas é necessário confrontar-se com os inevitáveis erros, decorrentes da pressa e ineficiência, como as empresas estatais ficam sem um plano para guiar sua produção nos primeiros meses do ano [...Neste caso] De acordo com as regras estabelecidas, o plano do ano anterior deve servir de guia para a produção e distribuição nas empresas até que o novo plano esteja pronto e entre em vigor. A partir daí, todas as unidades produtivas devem fazer os ajustes necessários para as novas diretrizes, não apenas para o futuro, como retroativamente aos meses em atraso.” (Ioffe & Maggs, 1987, p. 112)

processos tecnológicos mais avançados que, se utilizados, necessitam de procedimentos totalmente diferentes, com outros insumos e processos sendo usados etc. Ficava difícil aos planejadores, centralizados em Moscou, longe da maioria das empresas produtoras, sem conhecer detalhes de seus processos produtivos, poderem controlar ou “prever” estes desdobramentos. Isto levava a complicações burocráticas para a tomada de decisões rápidas sobre inovação tecnológica. (Amman & Cooper, 1982, p. 17)

Já que era interesse do governo forçar a elevação dos ritmos de crescimento econômico do país, o Gosplan tentava, de um ano a outro, fazer com que as empresas produzissem mais e mais, a partir dos dados obtidos no ano anterior. Como o não-cumprimento das cotas do plano levava à perda de gratificações e bônus, havia uma tendência natural das empresas a tentar não produzir “demais” (ou seja, igual ou ligeiramente acima do plano, mas não muito), pois um aumento de produção muito grande em um ano poderia levar a uma elevação excessiva das cotas para o período seguinte. Ficando a maioria do lucro extra produzido não com as empresas, mas com o governo, criava-se um certo “corpo mole” de modo a evitar exigências excessivas no ano seguinte. (Ioffe & Maggs, 1987, p. 108) Conjuntamente com isso, devido aos problemas de abastecimento na URSS, muitas empresas tendiam a superestimar sua necessidade de matérias-primas nos relatórios, de modo a formar um estoque para épocas em que o abastecimento estivesse particularmente ruim. Tudo isto criava um círculo vicioso, em que os relatórios entregues ao Gosplan, muitas vezes, não correspondiam à realidade, fazendo com que este órgão emitisse diretrizes que, também não correspondendo à realidade, reforçavam os desequilíbrios (*nesbalansirovannost'*) na economia. (Lewin, 1988, p. 135) As deficiências no abastecimento, causadas por uma má alocação de recursos, levavam várias empresas estatais a utilizarem os serviços de *tolkach* (despachantes) que, de uma forma às vezes semiclandestina, na fronteira entre o legal e o ilegal, obtinham materiais que uma empresa estivesse precisando e não estivesse conseguindo etc.⁶²

4.4 ESTRUTURA DE PREÇOS

A estrutura de preços na URSS também era problemática e, segundo alguns críticos, formava, talvez, um dos pontos nevrálgicos que explicavam grande parte das ineficiências do sistema econômico soviético. (Shmelev & Popov, 1989, p. 168; Gaddy, 1996, p. 11-13) Os preços não eram determinados pela escassez relativa dos produtos e sim fixados administrativamente pelo governo e tendiam a ser mantidos fixos por longos períodos de tempo. Por exemplo, uma passagem de metrô em Moscou custou 5 copeques (= centavos) por várias décadas antes da *perestroika*. A despeito do lado agradável ao consumidor de uma inflação nominal incrivelmente baixa (ou mesmo deflação) ao longo de um grande período de tempo, isso causava certas pressões de desequilíbrio financeiro macroeconômico. Por vezes, o preço⁶³ de venda não cobria o preço de produção (o que

⁶² Como colocaram Shmelev & Popov (1989, p. 137),

“É um círculo vicioso: você [a empresa estatal] não pode conseguir seus suprimentos fora do plano, somente dentro dele. Mas nunca conseguirá tudo que precisa, pois as coisas estão sempre ‘em falta’. Para quebrar o círculo vicioso, você precisa de um *tolkach* (despachante) que viaje constantemente pelo país, primeiro realizando acordos entre os produtores e depois tentando conseguir a aprovação da mudança pelo Gosplan.”

⁶³ A estrutura de preços domésticos estatais na Rússia era a seguinte. Havia três tipos principais de preços: 1) preços industriais do atacado (pagos pelas empresas estatais entre si); 2) preços agrícolas (pagos pelo governo aos agricultores); 3) preços do comércio varejista (aos consumidores soviéticos). Estes preços eram fixados administrativamente pelo governo, tirando das empresas muito do “ônus” dos custos e do lucro. Os preços industriais por atacado eram subdivididos em dois tipos: 1) *preço por atacado da empresa* (*optovaya tsena predpriatiya*, i.e., o preço que a empresa produtora vendedora recebia); 2) *preço por atacado da indústria* (*optovaya tsena promyshlennosti*, ou o que a empresa estatal compradora pagava). E estes dois preços não coincidiam (!!), a diferença sendo embolsada pelo governo. Teoricamente, o preço por atacado da empresa deveria cobrir o preço de produção (*sebestoimost'*) médio daquele ramo de produção mais um *markup* de lucro. (Bornstein, 1987, p. 96-97) Os problemas começam com as distorções causadas pelas

levava à existência de subsídios cobertos pelo tesouro nacional). Mas isto não era o principal problema. O principal problema era que, se os preços não refletiam a escassez relativa dos produtos, não podiam servir de guia para a busca da alocação ótima de recursos. (Campbell, 1974, p. 76-79) Por exemplo, se os planejadores tivessem que decidir qual de dois processos de produção de energia (digamos, eletricidade ou carvão) seria o mais barato para o funcionamento de uma nova fábrica, talvez os preços nominais indicassem um ser mais vantajoso. Mas se aquele “bem” estivesse sendo subsidiado, talvez saísse mais barato para a sociedade investir na outra fonte de energia. Como a cadeia produtiva é formada por uma enorme gama de produtos que servem de insumos uns para os outros, a partir de um certo ponto, ficava difícil calcular corretamente o “custo real” dos bens finais. Isto levava a certas distorções em termos de alocação ótima de recursos, à *nesbalansirovannost’* (desequilíbrio) no planejamento, e ao que certos críticos (inclusive soviéticos) chamavam de “sistema econômico de gastos e desperdício” (*zatratno-rastochitel’naya sistema khoziaistvovaniya*).⁶⁴

4.5 “ALIENAÇÃO” DO TRABALHADOR

Um problema, difícil de ser analisado por conter um componente subjetivo muito grande, era o da falta de incentivos individuais à produção e ao cuidado da propriedade estatal. Os defensores ideológicos do capitalismo geralmente imputam isto ao fato da ausência de propriedade privada na economia. (Hayek, 1975, p. 219 e Friedman, 1981, p. 14) Este argumento não tem consistência suficiente para explicar uma possível vantagem do capitalismo neste campo, já que a maioria dos que trabalham sob o capitalismo o fazem, igualmente, sem serem donos dos meios de produção.⁶⁵ Na verdade, o aparente maior “cuidado” e diligência dos trabalhadores do setor privado capitalista deve-se a um fator de coerção econômica ligada exatamente à falta de propriedade privada, i.e., ao fato de que a maioria da população, por não possuir os meios de produção, é obrigada a atuar sob a constante coação do patrão, este sim cuidando diligentemente para que o trabalho seja feito da maneira mais eficiente possível. A falta de uma coerção econômica deste tipo levou o modelo soviético a adotar a coerção política do estado (a violência do “stalinismo”) como substitutivo. (Wright, 1980, p. 114) Realmente, há relatos, tanto na literatura econômica como inclusive no campo da literatura propriamente dita, mostrando como o “terror” stalinista, de certa maneira, mantinha as rodas do regime produtivo funcionando numa velocidade extremamente rápida, se levarmos em conta as dificuldades por que passava a URSS na década de 30.⁶⁶

empresas que têm um custo de produção mais alto que a média daquele ramo (estas, então, teriam uma taxa de “lucro” menor que a maioria das outras). Outra distorção: como o *markup* de lucro era calculado também em cima dos custos de produção dos materiais (pelo menos até a reforma de preço de 1982), as empresas tendiam a querer usar o máximo de materiais “caros” (i.e., de alto custo de produção), de modo a aumentar, correspondentemente, seu volume de lucro. (Bornstein, 1987, p. 98) No caso dos preços do varejo, o governo tendia a usar a famosa *nalog s oborota* (um imposto diferenciado sobre venda de mercadorias, cujo valor variava de produto para produto) para taxar mais alguns artigos (de luxo, cigarros, álcool etc.) ou subsidiar outros (alimentos, por exemplo). Todo este sistema permitia a manutenção de preços fixos por longo tempo, mas tendia a fazer com que os produtores não levassem em plena consideração os verdadeiros custos individuais envolvidos (já que estes tendiam a se esconder por trás de toda uma cortina de diferentes preços de compra, venda etc. fixados administrativamente). Para uma excelente descrição do sistema de preços soviéticos, ver o artigo “Soviet Price Policies” de Morris Bornstein em *Soviet Economy* (1987, volume 3, número 2).

⁶⁴ Valovoi, 1989, p. 4.

⁶⁵ Nos EUA, por exemplo, na época do início da *perestroika* (1985), 91% da força de trabalho civil era composta de assalariados (desprovidos dos meios de produção). (*Statistical Abstract of the United States* 1996, p. 401)

⁶⁶ O funcionamento do “terror” stalinista como mecanismo de aceleração dos processos de crescimento econômico nas décadas de 30, 40 e 50 tem sido bastante analisado pela historiografia econômica (Nove, 1990, p. 213). Entretanto, talvez seja nas páginas da literatura de ficção que acompanhou o desencadeamento da *perestroika* na URSS que estes processos tenham tido sua mais ilustrativa expressão. Por exemplo, na

Nas décadas pós-Stalin, já com o recurso da extrema repressão política fora do alcance dos líderes soviéticos, este problema do incentivo econômico individual manteve-se agudo. Principalmente na época de Brezhnev, tentou-se um equilíbrio entre incentivos morais (medalhas, prêmios simbólicos etc.) e incentivos econômicos na forma de bônus a serem incorporados ao salário, mas os resultados não parecem ter sido de todo satisfatórios, seja por que os bônus não aumentavam o salário a nível suficiente, seja porque o fundo monetário de onde eram retirados era dividido, geralmente, por toda a empresa (diluindo, assim, a capacidade motivacional a nível individual). (Nove, 1990, p. 367-368) De qualquer maneira, uma das principais dificuldades descritas, tanto na literatura econômica quanto nos relatos biográficos de muitos ex-soviéticos, era modificar a atitude de “eles fingem que nos pagam e nós fingimos que trabalhamos” como era freqüentemente citada a atitude de grande parte dos trabalhadores soviéticos.⁶⁷ Este problema da propriedade estatal no ciclo vicioso da “propriedade que é de todos não é de ninguém” também está no centro da discussão das privatizações nos países capitalistas nas décadas de 80 e 90.⁶⁸

4.6 ESTRUTURAS VERTICAIS, AUTORITÁRIAS DE COMANDO

Devido às circunstâncias em que foi criado após a revolução de 1917 (cercado por nações capitalistas inimigas, desenvolvimento deficiente das forças de produção etc.), o regime soviético, desde seu início, teve caráter centralizador e autoritário. Com a implantação do modelo stalinista na década de 30, as estruturas verticais de comando na economia tomaram definitivamente prioridade sobre as estruturas horizontais. (Lewin, 1988. p. 131) As empresas estatais tinham que, pelo menos teoricamente,⁶⁹ realizar suas

antológica cena do romance *Os filhos da Rua Arbat* em que um oficial da NKVD, nos anos 30, explica a um estudante exilado por que a quebra involuntária de uma peça de trator por um camponês semi-analfabeto era tratada como crime econômico contra o estado:

“Por muitos séculos, nossos camponeses só conheceram um tipo de instrumento: o machado. Agora nós os pusemos a trabalhar em tratores e colheteiras; nós demos a eles caminhões para dirigir. E os camponeses quebram estas máquinas porque não entendem como elas funcionam, porque não têm treinamento, porque nada conhecem de tecnologias e outras coisas. Então, o que podemos fazer? Esperar até que a nossa zona rural supere seu atraso intelectual e técnico? Esperar até que os camponeses comecem a mudar uma mentalidade que levou séculos para se formar? E, enquanto isso, deixamos que continuem a quebrar toda nossa maquinaria até que aprendam? Não, não podemos condenar nossas máquinas à destruição: elas nos custaram muito sangue. Nem podemos esperar: os países capitalistas nos sufocariam. Só nos resta um método. Um método difícil, mas é o único que temos: o **medo**. O medo corporificado na palavra **sabotador**. Você quebrou um trator? Então, você é um sabotador e vai pegar dez anos de cadeia. Por um cortador de grama ou ceifadeira também são dez anos. Então, aí o camponês começa a pensar. Ele coça a cabeça, começa a tomar cuidado com o trator. Ele oferece uma garrafa de bebida a quem conhece um pouco das máquinas: ‘me ajuda, me mostra como, me salva’. .. E não há outra maneira: estamos salvando nossas máquinas, nossa indústria, o futuro do país. Por que eles não fazem isso no Ocidente? Vou te dizer por quê. Nós fabricamos nosso primeiro trator em 1930, enquanto que no Ocidente eles fizeram o primeiro na década de 30, **do século passado!** Eles têm a experiência de várias gerações acumuladas. Lá o trator é propriedade privada e o dono cuida dele. Aqui, a propriedade pertence ao estado e tem que ser mantida através de métodos estatais!” (Rybakov, 1987, p. 320-321)

⁶⁷ “Eles fingem que nos pagam e nós fingimos que trabalhamos” e “propriedade que é de todos não é de ninguém” foram frases que o autor do presente trabalho ouvia com certa freqüência de soviéticos durante o período em que cursava mestrado na URSS (1989-92).

⁶⁸ Ver nota anterior.

⁶⁹ Dizemos teoricamente, pois, devido aos problemas de abastecimento, muitas vezes as empresas realizavam transações informais entre si, através dos *tolkach* (já mencionados anteriormente). A existência desta *tenevaya ekonomika* (“economia das sombras”), na fronteira da legalidade e ilegalidade, acabava fortificando a existência do mercado negro no mercado soviético. Este mercado negro, crescente no período Brezhnev, com o tempo foi levando à formação de verdadeiras “máfias” que traficavam uma quantidade crescente de produtos. A existência destas máfias, antes negada oficialmente, ficou evidente após o irromper

transações entre si seguindo as ordens das estruturas superiores, através dos planos estabelecidos pelo Gosplan e Gosstab (em vez de fazerem arranjos horizontais independentes, diretamente entre si). (Ioffe, 1989, p. 72)

O princípio da *edinonachalie* (= responsabilidade de uma pessoa só) estabelecido como padrão para o governo, partido e empresas estatais também reforçava tremendamente os laços verticais de comando em detrimento dos horizontais. Logo após a implantação do regime soviético, uma indefinição de poder surgiu quanto à forma de gerência das empresas estatais. Segmentos ligados aos sindicatos defendiam uma forma colegiada de gerência, com participação tripartite dos sindicatos, do partido e dos administradores propriamente ditos. (Antonyuk *et al.*, 1983, p. 155-156) Esta indefinição levou a uma certa desorganização da economia, com os diferentes setores freqüentemente não concordando sobre que rumo tomariam as empresas, havendo uma diluição da responsabilidade pelos fracassos, uma diminuição da disciplina no trabalho e um certa atmosfera caótica na área produtiva. (Rubin, 1969, p. 32-33) Esta situação levou Lenin a defender o princípio da *edinonachalie*, em que uma pessoa só seria responsável pela administração das empresas, ainda no período do “comunismo de guerra”. (Lenin, 1967-1970a, p. 200) O IX Congresso do Partido Comunista adotou a idéia em suas resoluções:

“...estabelecer completa e absoluta responsabilidade única no chão-de-fábrica, caminhar em direção à responsabilidade única na administração das unidades produtivas e diminuir a ação da forma colegiada de direção nos níveis intermediários e superiores do aparelho produtivo-administrativo [...] A forma colegiada de direção, que acontece nos processos de discussão e tomada de decisão, deve dar lugar à responsabilidade única no processo de execução.” (KPSS, 1983-1989b, p. 247-248)

No início dos planos quinquenais, Stalin estabeleceu oficialmente a *edinonachalie* como base para a administração das empresas estatais através de um decreto do Comitê Central do PC de 5 de setembro de 1929.⁷⁰ A partir daí, os diretores seriam os únicos responsáveis pela administração rotineira das empresas estatais, impedindo-se, assim, a intervenção indevida dos comitês de fábrica do partido ou dos sindicatos.

Este princípio da *edinonachalie* permitiu um grande aumento na disciplina do trabalho, mas reforçou os traços autoritários do sistema e a tendência a que as ligações verticais de comando tivessem prioridade sobre as horizontais, o que levava a problemas em relação à motivação para iniciativas “vindas de baixo”.

4.7 SOBERANIA DO CONSUMIDOR E MERCADO COMPRADOR PERMANENTE

Um dos aspectos que aumentava os desequilíbrios na economia soviética era a falta do que os economistas ocidentais chamam de “soberania do consumidor” (“consumer sovereignty”), ou seja, a orientação da produção para a satisfação das necessidades e exigências dos consumidores no mercado. (Campbell, 1974, p. 57) Este é um mecanismo automático da economia de mercado em situação de equilíbrio, pois a realização das mercadorias é condição *sine qua non* para a lucratividade dos agentes produtores.

Fortalecido por sua posição quase monopolística como proprietário das empresas estatais, o governo soviético, desde os anos 30, priorizou a área da produção sobre o consumo e a indústria pesada sobre a leve. (Antonyuk *et al.*, 1983, p. 195 e 211) Esta estratégia tem suas origens nos próprios esquemas de reprodução de Marx, descritos no livro II do *Capital*, e que dividiam a economia em departamento “I” (setor de produção de

da *perestroika*. Para uma análise destes fenômenos ver o artigo de Gregory Grossman “A ‘Segunda Economia’ da URSS” em *Problems of Communism* de setembro-outubro de 1977.

⁷⁰ “Postanovlenie TsK VKP(B) o Merakh po Uporядocheniyu Upravleniya Proizvodstvom i Ustanovleniyu Edinonachaliya” [“Decreto do Comitê Central do Partido Comunista de Toda a União (bolchevista) sobre Medidas para a Normalização da Administração da Produção e Estabelecimento da Responsabilidade Única”]. (KPSS, 1983-1989e, p. 556-562)

bens de produção) e departamento “II” (setor de produção de bens de consumo). (Marx, 1961-1971c, p. 195-211) Segundo a estratégia soviética, para que haja um crescimento contínuo da economia, o departamento I deveria crescer sempre a taxas maiores que o departamento II: já que o departamento “I” fornece os insumos ao departamento “II”, um crescimento mais rápido deste último poderia ocasionar pontos de estrangulamento no sistema (devido à deficiência no suprimento de equipamentos necessários à produção) e retardar o crescimento econômico pela deficiência na base mais fundamental (indústria pesada) que sustenta e fornece os insumos necessários à manutenção da indústria leve e de bens de consumo. (Stalin, 1946-1951f, p. 181-183)

A dificuldade em se adequar a produção à demanda não decorria apenas de obstáculos na tarefa de planejamento em si, mas, também, profundamente, da estrutura de preços que não correspondiam à escassez relativa dos produtos. Uma vez estabelecidos preços de alguns produtos que não tenham relação com sua escassez relativa, cria-se uma reação em cadeia de desproporções na economia, já que alguns produtos servem de insumo a outros. A massa salarial total e a quantidade de dinheiro em poder da população também deve corresponder ao nível total de bens e serviços disponíveis no mercado para evitar inflação ou falta de produtos.

Nem sempre todas estas proporções foram mantidas devidamente e o resultado era freqüentemente excesso de produção em algumas áreas e falta de produtos em outras.⁷¹ (Shmelev & Popov, 1989, p. 88)

A situação mais comum era a de haver um déficit de bens em relação à possibilidade aquisitiva da população. Com uma inflação baixa, nenhum desemprego oficial, subida dos salários reais da população e um sistema produtivo baseado no uso extensivo de insumos e em gigantescas empresas oligopolistas, a economia soviética era caracterizada por um *mercado* permanentemente *comprador* (*seller's market*). (Schroeder, 1972, p. 97)

O economista húngaro Janos Kornai utilizou o termo “economia de escassez” para estudar e caracterizar as condições do modelo administrativo por comando. (Kornai, 1979, v. 1, p. 3-7) As empresas oligopolistas ou monopolistas do estado não tinham incentivo também em melhorar a qualidade dos produtos já que em um *seller's market*, como o da URSS, praticamente qualquer produção, mesmo semidefeituosa, encontraria comprador. A presença de um *seller's market* quase permanente era também um fator inibidor da introdução de inovações tecnológicas. (Amann & Cooper, 1982, p. 12) Afinal, para que se preocupar com novas tecnologias se com a atual os artigos são “passados adiante”,⁷² de qualquer maneira?

Assim, a falta de “soberania do consumidor” se apresentava também quando os bens estavam nas prateleiras das lojas em quantidade suficiente, mas não na qualidade, modelo, cor, tamanho etc. desejados pelos consumidores. Novamente, a pressão pelo cumprimento dos objetivos quantitativos do plano em termos de produção bruta (*val*) levava a que as fábricas procurassem produzir os tipos de produtos, modelos etc. que melhor lhes conviesse nestes termos do plano. A questão da qualidade ficava atrás na ordem das prioridades. A falta de qualidade de muitos produtos e de serviços de primeira classe aos consumidores comuns nas lojas tem sido bem documentada pelos autores que descreveram o sistema soviético. (Aganbegyan, 1988, p. 36)

Esta situação era descrita assim pelo economista Abel Aganbegyan, um dos “arquitetos intelectuais” da *perestroika*, na segunda metade da década de 80:

“[Num sistema como o soviético] O principal objetivo do produtor é se livrar da sua produção, empurrando-a para longe. A questão de como e onde este produto será usado e por quanto tempo funcionará

⁷¹ Numa economia de mercado capitalista de preços desregulados, tais desequilíbrios seriam reajustados pelo próprio mercado. Os bens em falta subiriam de preço (diminuindo assim a demanda) e os em excesso seriam retirados de produção (com ou sem falência dos produtores). Este mecanismo de reajuste automático pelos preços, na prática, estava vedado aos planejadores soviéticos, devido à própria lógica do sistema.

⁷² A expressão “passados adiante” talvez seja mais apropriada que “vendidos” nesta frase, pois ocorria de artigos muito ultrapassados ficarem “encalhados” nas lojas. Mas, neste caso, o problema já não era mais das fábricas e sim dos órgãos distribuidores. A missão mais importante das fábricas era simplesmente seguir o plano e atingir a cota de produção necessária.

não é da responsabilidade do produtor [...] Isto leva a uma separação entre a produção e as necessidades da sociedade. Vejamos um exemplo clássico: a produção de tratores. A URSS produz 4,8 vezes mais tratores que os EUA, mas estamos bem atrás na produção de cereais. Se trazemos este fato à equação, vemos que produzimos seis vezes mais tratores que os EUA. Precisamos realmente de todos estes tratores? Se colocássemos esta pergunta sob a lógica do velho sistema administrativo, obteríamos a seguinte resposta: não apenas precisamos deles, como precisamos de mais. O fato é que a URSS não produz em quantidade suficiente nem modelos de tratores de alta potência nem de pequenos tratores para áreas reduzidas de cultivo... Este tipo de produção em massa naturalmente afeta a qualidade. Assim, em vez de durar 12 ou 15 anos, um grande número de marcas de tratores soviéticos mal chega aos seis, e freqüentemente estão quebrados ou ‘sendo consertados’.” (Aganbegyan, 1989a, p. 35-37)

Esta alienação na prática cotidiana do setor produtivo em relação ao conceito de “soberania do consumidor” foi sempre um motivo de tensão no modelo soviético, porque criava uma contradição com a noção ideológica de que o objetivo do socialismo na URSS era a satisfação das necessidades da população.⁷³

4.8 VEDOMSTVENNOST'

Uma das dificuldades para a implementação das políticas gerais do governo era a existência do que os soviéticos chamavam de *vedomstvennost'* (“departamentalismo”). Teoricamente, todas as unidades produtivas deveriam seguir as diretivas dos planos nacionais, colocando os interesses do país acima de tudo. Na prática, havia um forte “corporativismo” dentro das instâncias do governo, com cada instância tentando promover seus próprios objetivos, por vezes em detrimento das outras. Na economia isto era sentido muito em relação aos ministérios. Devido aos perenes problemas de abastecimento do país, cada ministério tentava ser o mais auto-suficiente possível (criando seu próprio setor de abastecimento de material, tentando fabricar ele próprio todos os insumos necessários à sua linha de artigos principal) e evitava desviar produção que ele próprio poderia estar utilizando, para outros ministérios. Isto conduzia a uma dificuldade na integração das diferentes partes do organismo econômico do país e desperdício de recursos devido à duplicação desnecessária de esforços. Exemplos desta forma de desperdício eram expostos pelos próprios economistas soviéticos:

“Ministérios transportam seus produtos a imensas distâncias através do país para as empresas sob sua jurisdição, recusando-se a adquirir estes bens de fornecedores ‘de fora’, mesmo que estes estejam localizados mais próximos.”⁷⁴ (Shmelev & Popov, 1989, p. 122)

“Uma fábrica em Vladivostok [no extremo oriente russo] está mais disposta a assinar um contrato de fornecimento não com um vizinho ao

⁷³ De acordo com o artigo 15 da Constituição soviética de 1977, “o objetivo maior da produção socialista é a mais completa satisfação das crescentes necessidades materiais e espirituais da população”. (VS SSSR, 1981, p. 32)

⁷⁴ Um exemplo disso foi citado no jornal *Sotsialisticheskaya Industriya*, de 2 de outubro de 1985.

“Minenergo [Ministério da Energia e Eletricidade], por exemplo, envia madeira serrada produzida por firmas de construção nas hidrelétricas de Bratski e Krasnoiarsk [na Sibéria...] a uma distância de 3.000-5.000 quilômetros até suas empresas [na parte européia da URSS]. Ao mesmo tempo, o Minlesbumprom (Ministério da Madeira, Polpa e Papel) envia madeira produzida por suas empresas [na parte européia da URSS] até a Sibéria, exatamente o caminho contrário [!].” (Medvedev, 1985, p. 2)

lado, mas com uma empresa em Minsk [no extremo ocidental da URSS] que seja do seu ministério. Assim fica mais garantido o suprimento. Se algo sair errado, você pode reclamar no seu próprio ministério, mas com seu vizinho você provavelmente teria que acabar soltando uma grana por fora.” (Selyunin, 1981, p. 181)

Na URSS, a administração econômica tradicionalmente foi realizada por ramo de produção. (Rubin, 1969, p. 174-175, 188-189 e 218-219; TsKhSD, f. 2, op. 1, d. 805, l. 9 ob.) Assim, a muitos ministérios era designada uma linha de produtos similares, ou mesmo um único artigo: Minnefteprom (Ministério da Indústria do Petróleo), Mingazprom (Ministério da Indústria do Gás), Minavtoprom (Ministério da Indústria Automobilística) etc. Esta divisão rígida por ramo de produção, num contexto de *vedomstvennost'*, tornava mais complicada a realização de projetos que não se encaixavam bem no modelo de nenhum dos ministérios. Isto se tornou um problema mais sério ainda na época da RCT, em que os desenvolvimentos tecnológicos freqüentemente ligam campos de atividade produtiva antes estanques uns em relação aos outros. Na URSS, se um projeto não se encaixasse bem no perfil de um ministério ou departamento, havia maiores dificuldades para sua implementação, devido à “má vontade inercial” com que freqüentemente os ministérios aceitavam colaborar entre si. (Castells & Kiselyova, 1995, p. 19-20; Amman & Cooper, 1982, p. 21)

4.9 ZATRATNAYA SISTEMA...

Assim como *val*, a palavra russa *zatraty* (= “dispêndios”, “gastos”) representa outro conceito fundamental para a compreensão do funcionamento do mecanismo econômico soviético. A expressão *zatravnaya sistema khozyaistvovaniya* (“sistema de administração econômica baseado em gastos”) era utilizada para descrever o fato de que o planejamento da eficiência da economia soviética era baseada nos custos (gastos), e não nos resultados. (Lewin, 1988, p. 134; Valovoi, 1989, p. 4) Segundo os críticos, os planejadores centrais, por não poderem acompanhar os detalhes de todos os processos produtivos, para sua estimativa das necessidades e possibilidades de cada unidade produtiva, tinham que se basear nas estimativas de custos que chegavam até eles vindas das próprias empresas (através dos ministérios). Baseados nestes custos apresentados, e de sua experiência nos planos dos anos anteriores, o Gosplan estabelece os suprimentos que as empresas receberão, que indicadores (*pokazateli*) de sucesso elas têm de cumprir etc. O Gosplan realiza então o chamado planejamento “a partir do nível alcançado”, isto é, tentando obter uma produção um pouco acima da anterior, denotando crescimento econômico e progresso. (Birman, 1978, p. 161) O problema é que (principalmente pela falta de preços que realmente indiquem a produtividade marginal dos recursos) ninguém pode afirmar que aquele, sem dúvida, seja o resultado ótimo a partir dos recursos disponíveis. Na impossibilidade de se verificar objetivamente a optimalidade das soluções apresentadas pelas empresas (o resultado), o centro avalia o sucesso destas baseado em cálculos que têm por base os custos (gastos) envolvidos. Isto acarretava desperdícios.

Por exemplo, até a reforma de preços de 1982, o lucro das empresas vinha sendo calculado como uma porcentagem sobre o custo de produção de cada material empregado no produto final. Isto levava a uma tendência das fábricas de procurarem empregar, sempre que possível, materiais caros, de custo maior (o que, em conseqüência, lhes traria um volume de lucro maior também!). (Bornstein, 1987, p. 99)

Escrevendo durante a *perestroika*, os economistas soviéticos Shmelev e Popov criticaram a *zatravnaya sistema*.

“A ‘abordagem pelos custos’ já está inculcada em nossa consciência econômica. Quando nós [soviéticos] descrevemos o resultado do trabalho em várias esferas, freqüentemente estamos pensando em termos de gastos, e não de resultados [...] O que

realizaram os agricultores dos Kolkhozi? Eles semearam tantos hectares de trigo e aumentaram o número de cabeças de gado [...] Os petroleiros perfuraram tantos quilômetros de poços [...] Até hoje o aumento nestes insumos é visto como sucesso econômico. Até pouco tempo nos vangloriávamos de produzir mais aço e cimento que qualquer outra nação.” (Shmelev & Popov, 1989, p. 132)

Quantos destes hectares de trigo semeados e poços de petróleo perfurados se traduzirão realmente em farinha de trigo e gasolina disponíveis ao consumidor é o que realmente importa, segundo os autores. Nesta mesma linha, Abel Aganbegyan colocava que “a URSS produz 4,8 vezes mais tratores que os EUA, mas estamos bem atrás na produção de cereais.” (Aganbegyan, 1989a, p. 36)

“Ou seja, a [*zatravnaya sistema*] privilegia o desperdício e se torna, por definição, antieconômica.” (Lewin, 1988, p. 134) Este aspecto do desperdício fica potencializado quando se une a outras tendências do modelo soviético na mesma direção. O sistema de preços, não refletindo a escassez relativa dos produtos, levava, por vezes, a uma alocação não-ótima de recursos. O excesso de centralismo e de relações verticais de informação e comando em detrimento das horizontais causava uma certa alienação nos escalões inferiores da cadeia produtiva, diminuindo a iniciativa individual. Esta alienação e a atitude de “propriedade, que é de todos não é de ninguém”, causavam grandes perdas em termos de má manutenção dos equipamentos (e, por vezes, de desvio de material do estado para atividades privadas). A ênfase nos objetivos numéricos, quantitativos, do plano conduzia a que gerência e trabalhadores tentassem “cumprir o plano” de qualquer maneira, mesmo à custa da qualidade ou da racionalidade econômica. Como os preços freqüentemente não refletiam os custos reais, este “cumprir o plano de qualquer maneira” levava ao emprego de técnicas que poderiam não ser as mais adequadas (inclusive, por vezes, evitando-se inovações tecnológicas que pudessem perturbar a produção a curto prazo com a instalação de novos equipamentos etc.).

Os lucros (acima de um certo nível) ou o prejuízo das empresas de um determinado ramo de produção não ficavam com aquela empresa: iam para um fundo central, de onde, no ano seguinte, eram redistribuídos ao ramo, da maneira como o governo achasse melhor. As empresas que davam “prejuízo” não iam à falência. Ao contrário, freqüentemente as empresas em dificuldades financeiras em um certo ramo de produção, no ano seguinte, recebiam mais dinheiro que as que “davam lucro”, para, “numa ajuda fraternal, socialista”, poderem recuperar-se. Ou seja, por vezes, os menos eficientes eram recompensados (com maiores alocações de recursos) e os mais eficientes “punidos”.⁷⁵ Isto levava a uma certa acomodação burocrática, ineficiência e desperdício.

4.10 ECONOMIA DE CRESCIMENTO EXTENSIVO

⁷⁵ De acordo com Shmelev & Popov (1989, p. 174),

“[Até 1987] os diferenciais excessivos nas taxas de lucro das empresas [estatais] *causados pelas vicissitudes pela formação dos preços* [grifo nosso] no sistema administrativo por comando eram neutralizados de uma maneira simples: todo o lucro “extra” era confiscado e incorporado ao orçamento central. Inicialmente as empresas tinham de fazer pagamentos obrigatórios, fixos pelo capital (até 6% do estoque de capital) além de alugueis e outros pagamentos (mais de um terço do lucro total na indústria). Depois havia as contribuições para os diferentes fundos de incentivo (17%) e vários outros pagamentos (empréstimos bancários, financiamento do crescimento de seus próprios bens líquidos etc. — aproximadamente um terço dos lucros). Finalmente as companhias tinham que entregar ao orçamento central todo o resto (20% dos lucros), ou seja, efetuar o ‘pagamento sobre o residual do lucro líquido’. Nestas condições, os fundos de incentivo não eram uma percentagem fixa do lucro, mas eram calculados com base num sistema complexo que dependia de alterações em certo número de indicadores (volume de vendas calculados em cima de entregas realizadas, aumento da produtividade do trabalho, diminuição de custos etc.). Assim, era possível uma empresa aumentar seu lucro, mas ver seus fundos de incentivo diminuídos e vice-versa”.

Crescimento extensivo da economia é aquele em que o aumento da produção (*output*) é realizado através do acréscimo em quantidade dos insumos (*inputs*) dos fatores de produção (capital, trabalho, terra e matérias-primas etc.). Crescimento intensivo é aquele em que, com um mesmo volume de *inputs*, consegue-se uma produção maior, ou seja, é realizado através de um nível tecnológico mais alto, mais produtivo. (Wilczinski, 1970, p. 15-16) Por exemplo, se numa situação hipotética necessitamos dobrar a produção de automóveis num país, isto pode ser conseguido dobrando-se o número de fábricas automobilísticas existentes (crescimento extensivo), ou aumentando tecnologicamente a capacidade e eficiência das fábricas existentes para que, com o mesmo número de unidades produtivas, se produza duas vezes mais veículos (crescimento intensivo). O que ocorre normalmente, na realidade, é uma mescla dos dois tipos, com prevalência para um ou outro.

Uma das características marcantes do modelo soviético, reconhecida igualmente por economistas ocidentais e do antigo Leste europeu, é que o grande crescimento econômico das décadas de 30 a 60 (e mesmo depois), foi realizado tendo por base, principalmente, um crescimento extensivo da economia. (Wilczynski, 1970, p. 15) Beneficiada por uma natureza rica em recursos minerais e tendo controle sobre o custo da mão-de-obra do país, a URSS tinha uma das maiores porcentagens de investimento por PNB do mundo (chegando, em meados da década de 80, a quase 30% de seu PNB, segundo os cálculos de Ofer. (Ofer, 1987, p. 1.788)

O caráter extensivo do modelo soviético era confirmado pelos dados oficiais. Segundo o anuário estatístico econômico da URSS, se contarmos o ano de 1913 como índice 1, a renda nacional em 1985 chegou ao índice 82 enquanto que o investimento em capital alcançou 154. (*Narkhoz za 70 Let*, 1987, p. 7) *Ceteris paribus*, o fato do investimento em capital ter crescido mais que a renda nacional como um todo aponta para um crescimento extensivo da economia.

Durante as décadas iniciais da industrialização soviética, a estratégia para se conseguir crescimento rápido era através de maciços investimentos em capital, trabalho e terra. Um ritmo intenso de mobilização do trabalho (obrigatoriedade do trabalho, incorporação da mão-de-obra rural excedente e do trabalho feminino,⁷⁶ trabalho forçado de prisioneiros etc.), a expansão da fronteira agrícola (o exemplo mais típico foi a campanha das “terras virgens” de Khrushchev) e uma taxa alta de investimento alimentavam altas taxas de crescimento econômico até os anos 60. (Ofer, 1987, p. 1.782-1.785)

Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, na década de 50 (e aguçando-se mais ainda a partir da década de 60), os insumos de trabalho e terra já não eram abundantes, devido ao atingir dos limites físicos da fronteira da expansão agrícola, à perda de considerável parte da população capaz de trabalhar em virtude da Segunda Guerra Mundial, esgotamento da mão-de-obra rural excedente, baixas taxas demográficas do componente eslavo (majoritário) da população, entre outros fatores. Sobravam, então, os investimentos em capital.

O problema com um crescimento extensivo baseado em aumento de investimentos em capital é que, matematicamente, ele também tem um limite. Se a taxa de investimento em capital é maior que o crescimento da economia como um todo (definindo-se, *ceteris paribus*, o crescimento extensivo), para que a renda nacional continue crescendo, é necessário taxas cada vez maiores de investimento. Na década de 60, as taxas de investimento na URSS já estavam próximas de 30% do PNB e continuavam crescendo. (Ofer, 1987, p. 1.788) Era uma das maiores do mundo. Até então, entre os países industrializados, apenas Japão e Noruega tinham tido, por longos períodos, médias maiores que essa. (*ibid.*, p. 1.787) Entretanto, Japão e Noruega não tinham a imensa carga de despesas com defesa que tinha a URSS. Isto significava que para que a URSS continuasse crescendo em seu modelo original (i. e., extensivamente) suas taxas de investimento teriam que subir a mais de 30% do PNB, o que, com o peso dos gastos em defesa, significaria um

⁷⁶ A participação da mão-de-obra feminina adulta na URSS (87% em 1980) era bem maior que nos EUA (59,7%) ou que nos países europeus da OCDE (48,5%). (OECD, 1982a, p. 33; Ofer, 1987, p. 1.783)

aperto talvez insuportável no setor de consumo, que já estava bastante sacrificado. Obviamente, o crescimento econômico do país não poderia seguir no mesmo caminho.

Aí estava grande parte do dilema soviético. De 1960 até o início da *perestroika*, os russos não haviam conseguido passar a um caminho de desenvolvimento intensivo. Segundo Ofer, “a contribuição relativa de insumos (*inputs*) para o crescimento [econômico] subiu a 80% no período pós-guerra e tornou-se o único componente de 1970 em diante, quando a produtividade estagnou...” (Ofer, 1987, p. 1.782) Temos, então, que o crescimento da produtividade na URSS, de maneira geral, diminuiu a partir dos anos 60 (devido ao esgotamento dos fatores extensivos de produção e a dificuldade de se adaptar a um desenvolvimento intensivo).

Desde a década de 60 (ou mesmo final dos anos 50), vários economistas e políticos soviéticos chamavam a atenção para o fato de que a URSS teria que passar a um tipo de crescimento *intensivo* da economia, se quisesse continuar tendo altas taxas de aumento da renda nacional. (KPSS, 1983-1989h, p. 130) As tentativas de reforma do sistema econômico a partir dali, principalmente as reformas de Kosygin (em meados da década de 60), a reorganização industrial de 1973-74, o decreto de julho de 1979 e os experimentos econômicos de Andropov (em 1983),⁷⁷ todas tinham como objetivo final aumentar os estímulos econômicos para se obter um aumento da produtividade do trabalho através de métodos “intensivos”. Entretanto, essas tentativas de mudança não alcançaram plenamente seu objetivo final. Como bem colocou Nötzold:

"Nos anos 70 a política industrial soviética concentrou-se mais do que nunca na modernização. Entretanto, fica evidente que a política de investimentos, que deveria ter gerado novos processos produtivos, não deu os resultados desejados. Há as seguintes indicações disto: a idade média do estoque das máquinas e instalações produtivas na indústria soviética aumentou mais ainda, de 12,2 anos em 1960 para 14,2 anos em 1980. Isto ocorreu porque as novas máquinas produzidas foram designadas, em sua grande maioria, para fábricas novas, em vez de substituírem o estoque obsoleto ou envelhecido das antigas fábricas. Conseqüentemente não foi possível modificar nos anos 70 o padrão industrial tradicional. O investimento foi usado para a *criação de novas unidades modernas* [grifo nosso] e não para a racionalização do já existente. Entretanto, se a racionalização das fábricas já existentes é baixa, o aumento na produtividade do trabalho é correpontemente baixo." (Nötzold, 1987, p. 70)

Este fracasso dos esforços de modernização e “intensificação” da economia soviética na época da RCT levaram diretamente à necessidade de uma “*perestroika*” (reestruturação) mais radical a partir de 1985, com Gorbachev. Entretanto, fica a pergunta: porque estes esforços de modernização e “intensificação” falharam?

É preciso entender as especificidades dos processos que ocorreram na URSS e no capitalismo avançado a partir da década de 60. Afinal, a grande maioria das áreas problemáticas do modelo econômico soviético citadas neste capítulo (a questão dos preços não refletindo escassez relativa, desequilíbrios no planejamento, estruturas verticais e autoritárias, “*zatravnaya ekonomika*” etc.) também estavam presentes nas décadas de 30, 40 e 50, mas, mesmo assim, a URSS obteve altos índices de crescimento econômico. Ou seja,

⁷⁷ Como mencionado anteriormente, as “reformas de Kosygin” (realizadas na segunda metade da década de 60, a partir de 1965) tentaram dar maior autonomia às empresas (em relação ao Gosplan central), estimulando-as a perseguir o indicador do lucro (que, sendo obtido através do aumento de produtividade e diminuição de custos, poderia ser retido em maior parte pelas próprias empresas, em vez de repassados ao orçamento central como antes). A reorganização industrial de 1973-74 unificou empresas de produção similar em unidades maiores chamadas *ob’edinenie* (= associação), para simplificar as tarefas de coordenação do planejamento central. O decreto de julho de 1979, entre outras medidas, tentou cálculos de *valor adicionado* como indicador a ser seguido pelas empresas (em vez dos tradicionais índices de produção bruta). Os experimentos econômicos de Andropov (decreto de julho de 1983) tentaram, em empresas selecionadas, estabelecer normas mais incentivadoras de eficiência e disciplina nas empresas. (SM SSSR, 1965, 1974, 1979 e 1983)

mesmo com todo aparente desequilíbrio entre diferentes setores da economia, apesar do grande desperdício em certas áreas, a economia cresceu e se fortificou. Assim, não foi por estes fatores, *em si*, que uma queda a partir dos anos 60 pode ser explicada. Precisamos analisar, então, as novas variáveis que entraram em jogo, tanto no campo capitalista como nos países do *sorex* nesta época. As razões por que a URSS não conseguiu se adaptar a um novo tipo de desenvolvimento a partir dos anos 60 estão a nosso ver relacionadas com os novos paradigmas de produção do período da Revolução Científico-Técnica e serão analisadas a seguir.

5 MODELO SOVIÉTICO DE PRODUÇÃO, FORDISMO, TOYOTISMO E RCT

5.1 INTRODUÇÃO

Já notamos anteriormente que o fordismo foi o paradigma de produção que se impôs como o mais eficiente na primeira metade do século e que, no período pós-Segunda Guerra Mundial, foi sendo formado um novo modelo organizacional que se acabaria revelando como mais eficiente e produtivo. O toyotismo começou a tomar forma nos anos 50, fortaleceu-se nos anos 60 e, a partir da década de 70, com a passagem para um mercado vendedor a nível mundial, demonstrou sua maior eficiência em relação ao padrão tradicional fordista. Os meados da década de 70 mostraram claramente a superioridade em termos de eficiência e taxas de aumento de produtividade do modelo japonês sobre o americano e marcaram também a época em que começava a ficar visível o “cul-de-sac” em que estava se metendo a economia soviética. O declínio soviético parecia inversamente proporcional ao sucesso do toyotismo japonês. Parece-nos que isto não foi uma mera coincidência, pois havia um certo paralelismo entre todos estes processos: de uma certa maneira o modelo soviético estava ligado (por meio de uma competição em termos de copiar e ultrapassar) ao fordismo. O modelo de industrialização soviético dos anos 30 foi montado numa época em que o fordismo⁷⁸ se impunha como o paradigma de produção mais eficiente em escala mundial. Houve uma tendência natural à incorporação de alguns de seus elementos ao modelo de industrialização soviético.

Desde o início da Revolução de 1917, ficava claro pela ideologia oficial marxista-leninista que, já que a União Soviética estava partindo de um patamar inferior ao dos países capitalistas avançados, ela teria que alcançar o estágio produtivo destes países para depois ultrapassá-los.⁷⁹ Isto incluiria copiar, quando necessário, os aspectos mais produtivos dos modelos organizacionais destes países. Por exemplo, Lenin, em seu artigo *As Tarefas Imediatas do Governo Soviético*, publicado em 28 de abril de 1918 no *Pravda*, na parte em que discutia o problema de como se elevar a produtividade do trabalho na Rússia, assim se exprimiu em relação aos métodos ocidentais de organização do trabalho:

“A tarefa que o governo soviético tem que colocar às pessoas é: aprender a trabalhar [eficientemente]. O sistema taylorista, a última palavra do capitalismo a este respeito, como todo progresso capitalista, é uma combinação da brutalidade refinada da exploração burguesa e um grande número de avanços científicos no campo da análise de movimentos mecânicos durante o trabalho, a eliminação de movimentos supérfluos e desajeitados, e a elaboração de métodos corretos de trabalho, a introdução do melhor sistema de controle e contabilidade etc. A República soviética precisa, a qualquer custo, adotar tudo que é valioso nos progressos da ciência e tecnologia neste

⁷⁸ Como no capítulo anterior em que fizemos a análise destes modelos organizacionais, sob o conceito de fordismo ficam subsumidos também os aspectos do taylorismo e fayolismo que, na prática fabril, acabaram sendo incorporados como partes integrantes deste.

⁷⁹ A história poderia ter sido bem diferente se a Revolução de 1917 tivesse sido acompanhada de revoluções socialistas nos países capitalistas avançados (especialmente Alemanha), como era esperado inicialmente por vários revolucionários russos, inclusive por Lenin. (Lenin, 1967-1970b, p. 456; Lenin, 1967-1970c, p. 508; Lenin, 1967-1970d, p. 417) Neste caso, não haveria esta necessidade de alcançar e/ou copiar um paradigma de produção mais avançado, pois o campo socialista já teria nele, incorporado, tal paradigma.

campo. A possibilidade de construirmos o socialismo depende do nosso sucesso em combinar o poder soviético e a organização administrativa soviética com os principais avanços do capitalismo atual. Nós precisamos organizar na Rússia o estudo e ensino do sistema taylorista e sistematicamente experimentá-lo e adaptá-lo às nossas finalidades.”⁸⁰ (Lenin, 1967-1970a, p. 189-190)

Os economistas russos Vladimir Popov e Nicolai Shmelev chamaram a atenção para a importância da vinda de trabalhadores ocidentais à Rússia, já na década de 20, para a assimilação das técnicas fordistas-tayloristas:

“[Nos anos 20, durante a NEP] O capital [estrangeiro] que veio à Rússia foi acompanhado por uma torrente de trabalhadores imigrantes de todas as partes do mundo. Milhares de trabalhadores de países ocidentais ofereceram assistência, conhecimentos e experiência à jovem República soviética [...] Acima de uma centena de mecânicos qualificados das fábricas *FORD* [grifo nosso] chegaram em 1921-22 para ajudar a montar a produção da Fábrica Moscou de Automóveis. Membros de um sindicato americano de trabalhadores da indústria de confecção de roupas fundaram uma cooperativa chamada de “Atelier da Terceira Internacional” e equiparam a primeira fábrica mecanizada de confecção de roupas com 600 trabalhadores, usando os princípios do taylorismo [...]” (Shmelev & Popov, 1989, p. 11)

Assim, desde o início, o desenvolvimento fabril soviético estava marcado por uma tentativa de copiar para poder alcançar (e depois ultrapassar) o que era considerado um paradigma superior de produção.

Com o início da industrialização forçada stalinista, nos anos 30, este paradigma de alcançar e ultrapassar não foi abandonado. Ao contrário, Stalin, (principalmente tendo em vista a instabilidade da situação internacional e a possibilidade de uma futura nova guerra mundial), foi bastante enfático em relação à necessidade de se cumprir esta tarefa. Em 1931, combatendo os argumentos daqueles que receavam ser o ritmo da industrialização forçada rápido demais, ele afirmava:

“Nós estamos cinquenta ou cem anos atrás dos países [capitalistas] avançados. Precisamos alcançá-los em dez anos. Ou conseguimos isso ou seremos tragados.”⁸¹ (Stalin, 1946-1951e, p. 39)

Na época dos primeiros planos quinquenais, então, continuou-se o padrão de tentar copiar o que havia de mais avançado no modelo fordista ocidental. Ao contrário do período da NEP, na década de 20, onde o número de *concessões* era relativamente alto, na década de 30 a absorção direta de tecnologias e métodos organizacionais ocidentais era realizada através, principalmente, de *contratos de assistência técnica*. (Sutton, 1971, p. 1; Hardt & Holliday, 1977, p. 194) O exemplo por excelência era o da Ford Motor Co. Foi assinado um contrato entre o governo soviético e a Ford em maio de 1929 para a criação da Fábrica de Automóveis Gorkii. Através dele, a companhia americana forneceria sua mais avançada tecnologia e métodos de produção para a fabricação, na URSS, dos carros de passeio Gaz-A e dos caminhões leves Gaz-AA (versões soviéticas, respectivamente, do carro Ford Modelo A e do caminhão Ford AA americanos). O acordo funcionou nos dois primeiros planos quinquenais. Neste período, a Ford treinou engenheiros soviéticos, tanto na URSS quanto

⁸⁰ Lenin foi também um dos maiores incentivadores da criação de órgãos como o SOVNOT, organização soviética fundada nos anos 20 para a realização de estudos de tempos e movimentos nos locais de trabalho, a fim de se obter a maior eficiência possível, com o mínimo de movimentos por parte do operário. A NOT (*Nauchnaya Organizatsiya Truda*, ou Organização Científica do Trabalho), como este tipo de estudo era chamado na URSS, era guiada por princípios claramente fordistas e tayloristas. (SES, 1980, p. 876; Voslenskii, 1980, p. 178; Conquest, 1967, p. 60)

⁸¹ Ironicamente, estas palavras se revelaram bem proféticas. Dez anos depois, em 1941, a Alemanha invadia a Rússia...

na própria fábrica de River Rouge nos EUA. E este não foi um exemplo isolado. Contratos similares foram assinados com outras companhias ocidentais, como a Austin Company, Tinken-Detroit Axle Company, Brown Lipe Gear Co., e outras. (Hardt & Holliday, 1977, p. 194-196) Através deles, os soviéticos iam tendo acesso às modernas técnicas fordistas ocidentais.

O modelo fabril microeconômico soviético, apesar de todas as diferenças nas relações macroeconômicas com o estado, foi desenvolvendo traços nitidamente fordistas. E isto não era acidental: provinha da necessidade, corporificada nas declarações acima dos líderes soviéticos, de alcançar os níveis de produtividade do paradigma superior dos países capitalistas avançados.⁸²

Esta estratégia de copiar⁸³ o modelo fordista ocidental tinha um sentido lógico dentro do contexto dos anos 30, pois era o paradigma de produção mais eficiente da época.

⁸² Por exemplo, nas fábricas, desde a época da industrialização nos anos 30, a utilização alternada de trabalho por peça (*sdel'naya rabota*) e salário por tempo, o estabelecimento de normas técnicas (*normativy*) e cotas de produção (e mesmo a introdução de bônus salariais e diferenciações salariais) eram claramente guiadas mais pela necessidade e objetivo de atingir padrões compatíveis com as exigências de eficiência à altura do modelo ocidental (fordista) mais avançado que de estabelecer formas alternativas socialistas de remuneração do trabalho. (Conquest, 1967, p. 59-60)

Neste contexto, os argumentos utilizados por Stalin, em sua campanha contra a *uravnilovka* (“nivelção” ou “igualitarismo” de salários), de que uma maior diferenciação salarial seria necessária e estaria de acordo com o princípio de que “no socialismo, o salário deve ser pago ainda de acordo com o trabalho realizado, e não de acordo com as necessidades” pareciam refletir uma preocupação com critérios de eficiência e racionalização econômica utilizados no modelo ocidental (fordista), no mínimo, tão forte quanto sua preocupação em estabelecer critérios salariais que corresponderem aos cânones do socialismo nos livros de Marx. (Stalin, 1946-1951h, p. 56-57)

⁸³ É importante notar que a estratégia soviética, mesmo ainda nos anos 30, não era simplesmente copiar cegamente o modelo fordista ocidental, e sim dominar as técnicas mais avançadas deste modelo para, no prazo mais rápido possível, tornar-se independente dele e *ultrapassá-lo*. (Mertts *et al.*, 1932, p. 237-238) Tanto que o número de contratos de assistência técnica e de máquinas estrangeiras importadas diminuiu sensivelmente no segundo plano quinquenal e mais ainda no terceiro, em comparação com o primeiro. Baseado num levantamento cuidadoso de fontes russas e estudos ocidentais, Parrott (1983, p. 29, 36 e 46) determinou que

“o comércio [exterior] foi responsável por quase quatro quintos de todas as máquinas-ferramentas instaladas em 1932 e quase 15% do total bruto de investimentos do primeiro plano quinquenal [enquanto que...] durante o segundo plano quinquenal o capital importado foi responsável por apenas 2% dos investimentos brutos e menos de 10% das máquinas-ferramentas foram produzidas no exterior [...] 40% dos principais modelos introduzidos [no setor de máquinas-ferramentas] entre 1938 e 1940 eram baseados em *design* estrangeiro, em comparação com 95% entre 1928-32 e 75% em 1933-37 [... Além disso,] o número de contratos de assistência técnica com companhias estrangeiras no segundo plano quinquenal foi aproximadamente metade do que no primeiro.”

Ou seja, como colocou Nove (1990, p. 220-221), “por volta de 1937, o material básico industrial, e da produção de armas, era fabricado dentro da União Soviética”. Esta trajetória era apresentada, pela propaganda ufanista soviética da época, como um dos sinais de que a URSS estava conseguindo sua independência tecnológica e alcançando um grau *qualitativamente* novo de paradigma industrial. Por exemplo, Mertts *et al.* (1932, p. 238-239), ao comentarem em artigo científico o elevado grau técnico da fábrica GAZ de automóveis instalada na cidade de Gorki, com ajuda da Ford Motor Co., subestimava a contribuição americana e afirmava que

“[...] a ‘última palavra’ da técnica capitalista é apenas a primeira palavra da técnica socialista e, neste campo, nós não nos limitamos a copiar a técnica capitalista, mas procuramos ir além em termos de progresso tecnológico [...] O nível de automação na GAZ é maior que em River Rouge [onde fica localizada a principal fábrica da Ford Americana].”

O ufanismo deste tipo de afirmação tem que ser entendido dentro do contexto de 1932, quando o artigo foi escrito, em que a União Soviética realmente estava importando e colocando em funcionamento as máquinas mais modernas [a “última palavra da técnica ocidental”], enquanto que o Ocidente se debatia ainda com os efeitos da crise de 1929. Entretanto, enquanto não se pode disputar o fato de que a União Soviética em finais da década de 30 tenha obtido notáveis resultados na diminuição radical de sua dependência tecnológica do exterior (e já com áreas de excelência, principalmente, em indústria pesada e de armamentos), as afirmativas de que a URSS já estaria conseguindo um tipo de paradigma de produção industrial *qualitativamente* distinto e superior ao fordismo ocidental deve ser vista mais como *wishful thinking* ou parte da propaganda ideológica do que fundamentada na realidade cotidiana do funcionamento das indústrias na URSS. Mesmo durante a década de 30, algumas vozes do *establishment* científico-industrial soviético advertiam contra um prematuro isolamento e autarquia da indústria e ciência do país baseado na crença da

A industrialização soviética, realizada sob a influência deste paradigma, obteve bons resultados, pelo menos em termos quantitativos, com altas taxas de crescimento nos anos 30, 40 e 50.⁸⁴ Problemas sensíveis começaram a partir dos anos 60, quando a economia mundial entrava num período de aprofundamento da Revolução Científico-Técnica que trazia uma série de novas exigências na produção. O fordismo não se mostrou adequado para enfrentar estas novas exigências. Um novo paradigma organizacional (toyotismo) foi se impondo como o mais adequado para esta nova época.⁸⁵ A URSS, entretanto, não conseguiu modificar seu paradigma de produção de maneira fundamental, continuando a seguir com um modelo fabril que funcionava orientando-se segundo uma ótica fordista-taylorista. É esta dificuldade do modelo soviético de se adaptar aos novos paradigmas superiores de produção que está no cerne dos problemas que levaram à necessidade de uma *perestroika* radical em meados dos anos 80. Analisaremos estas dificuldades, primeiro observando como o fordismo influenciou a industrialização soviética dos anos 30 em diante e depois passaremos aos problemas na época da RCT.

5.2 O FORDISMO E O MODELO SOVIÉTICO DE PRODUÇÃO

Vamos rever algumas das características principais do fordismo (subsumindo neste conceito as características tayloristas-fayolistas que vinham acopladas a ele na época da Segunda Revolução Tecnológica): produção rígida, especialização de tarefas, tempos impostos (pela administração, pela cadência da esteira rolante etc.), controle de qualidade separado da produção, economias de escala, separação total da administração e execução, fluxos verticais de informação e comando tendo prioridade sobre os fluxos horizontais, ênfase nas grandes quantidades com uma qualidade “suficientemente boa”.

Vemos que as características acima descrevem bastante bem o que ocorria no modelo soviético. A mania de gigantismo nos projetos da URSS, com suas imensas fábricas,⁸⁶ hidrelétricas etc. casava bem com a ênfase nas grandes quantidades e economias de escala.⁸⁷ A separação entre administração e execução, i.e., entre os planejadores e os executores, entre administradores e operários ficava bem demarcada, não só pelos princípios da “edinonachalie”, como pelas estruturas reconhecidamente verticais e autoritárias com que a macro e microeconomia soviéticas eram governadas.⁸⁸ O controle de

superioridade da capacidade instalada nativa. (Rubinshtein, 1937, p. 42) Na verdade, o modelo industrial soviético, apesar dos *slogans* ideológicos em contrário, continuava em uma corrida tecnológica tentando acompanhar os progressos dos países capitalistas centrais (que na segunda metade dos anos 30 já parcialmente se recuperava da crise de 1929 e começava a retomar seu dinamismo), *dentro dos parâmetros do paradigma industrial fordista* que se mostrava como o mais avançado e o qual a URSS se propunha a alcançar e ultrapassar. Ou seja, o nível tecnológico ocidental era um alvo móvel mais difícil de ser alcançado do que inicialmente previsto. (*ibid.*) O exemplo típico novamente pode ser dado pela fábrica de automóveis de Gorki, que a Ford americana ajudou a construir. Enquanto em 1932, quando recém-instalada, a fábrica soviética era uma das mais modernas do mundo, com um nível de automação que nada ficava a desejar às concorrentes ocidentais, o autor soviético Chudakov escrevia, em 1936, que, devido aos constantes progressos e modificações introduzidos nos modelos automobilísticos ocidentais, o caminhão GAZ-AA, produzido em Gorky, estava ultrapassado tecnologicamente por modelos mais avançados no Ocidente já em meados da década de 30. (Chudakov, 1936, p. 34) Esta foi uma constante na história do desenvolvimento do modelo econômico soviético: a tentativa de alcançar e ultrapassar o alvo móvel do paradigma mais avançado ocidental. E isto significou, na prática, que a URSS, de certa maneira, tinha seu desenvolvimento industrial moldado em função do paradigma fordista, sem ter conseguido alcançar inequivocamente a segunda fase (“ultrapassar”) da estratégia de “copiar para ultrapassar” este paradigma.

⁸⁴ Ver tabela no apêndice 2.

⁸⁵ Ver tabela no apêndice 7.

⁸⁶ Shmelev e Popov (1989, p. 115) escreveram, durante a *perestroika*: “As empresas soviéticas são as maiores do mundo. A empresa industrial média tem 1.000 trabalhadores e uma fazenda estatal ou coletiva média emprega 600 pessoas.”

⁸⁷ A lógica das economias de escala estava por trás de projetos gigantescos como a barragem do Dnieper, o centro metalúrgico de Magnitogorsk, do fábrica de tratores Kharkov, de Sverdlovski Uralmash etc.

⁸⁸ Na época da supremacia do paradigma fordista-taylorista no Ocidente, a administração empresarial, como afirmamos anteriormente, foi profundamente marcada também pelos princípios de divisões funcionais

qualidade ficava separado da produção⁸⁹ e, diferentemente do fordismo ocidental, freqüentemente a qualidade dos produtos ficava aquém de “suficientemente boa” (isto devendo-se muito à pressão para atingir as cotas numéricas, mensuráveis, do plano, em detrimento da qualidade). (Smirnitskii *et al.*, 1987, p. 164-166) A ênfase nas grandes quantidades e grandes escalas (uma característica fordista), levada ao excesso, trazia consigo um grau extremo de standardização *a nível de produtos finais de consumo*, com relativamente pouca variedade para o consumidor.⁹⁰

Assim, em relação a cadeia produtiva propriamente dita, o modelo soviético seguia um padrão claramente orientado por uma ótica fordista.^{91 92}

de Fayol. Seu famoso *organograma* passou a fazer parte do dia-a-dia do planejamento das empresas. No livro *Administration Industrielle et Générale* (de 1916), ele enumerava alguns dos princípios fundamentais a nortear a administração das empresas. É impressionante notar como a descrição poderia ser aplicada, *quase* que exatamente, ao funcionamento da administração das empresas soviéticas. A coincidência nos princípios (com apenas uma ou duas exceções) salta aos olhos.

“Enumerarei alguns dos princípios de administração que mais freqüentemente tive que aplicar: 1) divisão de trabalho; 2) autoridade; 3) disciplina; 4) unidade de comando; 5) unidade de direção; 6) subordinação do interesse individual ao coletivo; 7) remuneração; 8) centralização; 9) cadeia escalonada (linha de autoridade); 10) ordem; 11) equidade; 12) estabilidade no emprego; 13) iniciativa; 14) *esprit de corps*.” (Fayol, 1965, p. 19-20)

⁸⁹ O controle de qualidade na maioria das fábricas soviéticas ficava a cargo do OTK (*otdel tekhnicheskogo kontrolya* — Departamento de Controle Técnico) que funcionava, na tradição do modelo fordista, como um mecanismo “externo” ou *a posteriori* de fiscalização da qualidade dos artigos, ao final da linha de produção. Omarov *et al.* reclamavam, num manual industrial didático soviético, do número excessivo de funcionários nos OTK. Citaram casos de fábricas em que de 12 a 20% dos funcionários estavam empregados no OTK, em vez de diretamente no processo produtivo. (Omarov *et al.*, 1964, p. 106) Interessante notar como, já desde os anos 60, os soviéticos tinham consciência das insuficiências de um sistema de controle de qualidade *a posteriori*, fora do processo de produção propriamente dito, como no modelo fordista. Havia relatos na literatura técnica da URSS de que desde os anos 60 os soviéticos vinham tentando realizar experiências com um controle de qualidade simultâneo à produção. Entretanto, encontraram dificuldades para a generalização destas tentativas do que eles chamavam de *samokontrol* (autocontrole da qualidade). A maioria das unidades produtivas continuava tendo seus OTK funcionando na maneira fordista tradicional de reparar os defeitos *após* estes terem ocorrido. (Smirnitskii *et al.*, 1987, p. 164-166; Omarov *et al.*, 1964, p. 105-106 e 111-112)

⁹⁰ A famosa frase de Henry Ford de que o comprador de seu modelo T poderia “escolher qualquer cor que quisesse, desde que fosse preto”, poderia ser tomada como uma metáfora de algumas das dificuldades por que passavam os consumidores soviéticos em relação à pouca variedade de oferta.

⁹¹ Quando nos referimos ao modelo soviético de produção como sendo um modelo orientado por uma ótica fordista, não queremos dizer que um seja idêntico ao outro. A literatura econômica está cheia de descrições e relatos de como as fábricas soviéticas eram (em termos de microeconomia) menos eficientes que as fábricas fordistas ocidentais dos países avançados. Shmelev e Popov, por exemplo, arrolaram uma série de áreas em que as fábricas soviéticas não conseguiam chegar ao patamar de eficiência das fábricas ocidentais (mesmo fordistas, sem mencionar as toyotistas): havia excesso de estoques nas fábricas e uma tentativa de autarquia (auto-suficiência na produção dos bens intermediários e instrumentos de trabalho dentro da própria unidade de produção) devido aos problemas de fornecimento de peças; o nível da maioria dos artigos de consumo civil não chegava aos níveis das melhores fábricas ocidentais; o atendimento aos clientes era de baixa qualidade; o nível de qualidade dos produtos freqüentemente não chegava ao nível de “suficientemente boa” para os padrões fordistas [o que era considerado “suficientemente bom” nos países ocidentais era o nível ótimo dos soviéticos]; os graus hierárquicos verticais da alta administração das empresas, ao contrário do modelo fordista, sofriam interferências políticas externas etc. (Shmelev & Popov, 1989, p. 73-77, 80-81, 118 e 133)

Entretanto, todas estas deficiências, estas diferenças entre o modelo soviético de produção e o modelo fordista ocidental dos países avançados não invalida e sim corrobora nossa proposição. Não afirmamos que o modelo soviético de produção fosse idêntico ao modelo fordista ocidental e sim orientado por um sistema de valores [no que concerne estritamente ao processo produtivo do chão-de-fábrica: ver nota de rodapé seguinte] que *reflete e é guiado por uma ótica fordista*. Como notamos anteriormente pelas declarações citadas dos líderes da URSS, desde a época do início da industrialização, o ideal do modelo soviético era, na prática, conseguir alcançar os índices de produtividade do modelo mais eficiente ocidental [fordismo] através de cópia e adaptação deste. Vimos como as características de hierarquização vertical, separação de administração e executores (trabalhadores), economias de escala etc. foram as linhas-guia do modelo soviético. Os soviéticos tentavam, de todas as maneiras (consciente ou inconscientemente), alcançar o paradigma fordista. Competiam com o modelo fordista guiados pelo mesmo “facho” de valores e métodos comuns que tentavam, com maior ou menor grau de sucesso, acompanhar. Isto não quer dizer que conseguiam acompanhar os sucessos fordistas *em todos os campos e áreas*. Daí que as áreas de deficiência do modelo

Agora, passemos em revista as principais características do toyotismo: produção flexível, em pequenas séries com grande variedade, economias de escopo, desespecialização de tarefas (=polivalência operária), tempos partilhados (atribuição de tarefas moduláveis e variáveis), controle de qualidade simultâneo à produção, importância realçada dos fluxos horizontais de informação e interação, maior envolvimento do operário na organização da produção e ênfase na qualidade total e cooperação (de trabalhadores entre si, entre trabalhadores e gerência, e nas relações com as empresas subcontratadas).

Vamos analisar estes vários pontos em mais detalhes, principalmente as três características (conceitos) que consideramos fundamentais para entender a dificuldade que

soviético de produção mencionadas acima são as áreas em que este foi menos bem sucedido em sua política de “copiar para ultrapassar” o fordismo ocidental. Não que os soviéticos estivessem tentando manter áreas de diferença com o fordismo ocidental: ao contrário, se pudessem também nestas áreas estariam de acordo com a lógica fordista. Se em termos de grandes escalas e quantidades, os soviéticos (com suas gigantescas hidrelétricas e complexos industriais) nada ficavam a dever ao Ocidente, no aspecto da qualidade não tinham tido o mesmo sucesso em copiar o fordismo (isto para nem se mencionar o toyotismo). Mas, isto não quer dizer que não estivessem tentando chegar lá também neste campo. (Smirnitskii *et al.*, 1987, p. 164-166) Igualmente, o caso dos imensos estoques e a tentativa de autarquia (auto-suficiência) das unidades produtivas soviéticas que ultrapassavam, em muito, o que era considerado normal para um padrão fordista, representavam o “menor mal necessário” para se manter o sistema funcionando, dentro do contexto das dificuldades de abastecimento. Os soviéticos estavam conscientes disto e tentavam resolver o problema, a fim de chegar, pelo menos, a um nível próximo ao do que era comum no Ocidente. A questão é que, na prática, não conseguiam atingir esses níveis ideais (fordistas...) de estoque e confiabilidade nos fornecedores. Mesmo a questão da interferência político-partidária na alta administração das empresas, que seria, dentro das deficiências acima, a diferença mais radical com o fordismo, pode ser relativizada. Como vimos anteriormente, o próprio partido comunista, desde as resoluções do IX Congresso (confirmadas no início dos planos quinquenais por um decreto do Comitê Central de 5 de setembro de 1929 e por outros decretos em décadas posteriores) estabelecia a *edinonachalie* (responsabilidade de uma única pessoa, no caso os diretores das fábricas) como a base para o funcionamento da administração industrial no país, afastando-se da direção colegiada. (KPSS, 1983-1989b, p. 247-248; KPSS, 1983-1989e, p. 556-562) A idéia era que as instâncias partidárias evitassem se intrometer na administração cotidiana das empresas, concentrando seus esforços em *auxiliar* os diretores a cumprir as metas estabelecidas. Se, na prática, isto não acontecia, com as turbulências e mudanças de rota políticas influenciando na maior ou menor intromissão do partido na administração das empresas, isto pode também ser considerado o caso de uma tentativa de se seguir um padrão mais próximo do modelo fordista, mas com menor sucesso. A força com que, desde o início da industrialização, as autoridades soviéticas tentavam impor a “*edinonachalie*” mostrava claramente como eram influenciados pela tentativa de alcançar os paradigmas ocidentais mais avançados (na época, o fordismo). Entre manter uma forma colegiada de administração industrial (que, a princípio, estaria mais de acordo com uma forma política socialista) e a “*edinonachalie*” (que, no Ocidente, provava sua maior eficiência, ao menos a nível microeconômico), os soviéticos ficaram com a segunda. Agora, se, na prática, não conseguiam evitar a intervenção das instâncias partidárias na administração das empresas, isto já era um outro problema, que não diminui o fato de que a intenção dos líderes soviéticos estava guiada por um desejo de utilizar certos métodos fordistas para atingir seus objetivos.

Assim, as deficiências (ou diferenças entre o modelo soviético de produção e o fordismo ocidental) arroladas acima são “a exceção que prova a regra”. Ou seja, não negam que os soviéticos se guiaram, na maior parte do tempo de seu processo de industrialização, *por uma ótica fordista*, e que estas deficiências eram áreas em que os soviéticos, a contragosto, não conseguiam acompanhar o modelo fordista ocidental.

Para concluir, podemos citar o fato de que, na época da *perestroika*, diversos autores soviéticos estudiosos do toyotismo concordavam que o sistema industrial da URSS era baseado essencialmente em pressupostos do chamado “sistema americano” (isto é, o fordismo). Sobre isso, ver, por exemplo, Komlev & Vasyukova (1989, p. 20).

⁹² Estamos-nos referindo aqui apenas ao processo de produção propriamente dito. Ainda não mencionamos as implicações sócio-econômicas do fordismo na sociedade capitalista como um todo. Neste aspecto, a escola regulatória francesa (R. Boyer, A. Lieptz, M. Aglietta, e outros) via o fordismo como a base produtiva sobre a qual se assentou o fortalecimento do *Welfare State* da social-democracia. Os ganhos econômico-financeiros trazidos pela alta produtividade do modelo fordista teriam tornado possíveis toda uma estrutura de redistribuição de renda no sistema, via seguro-desemprego, educação e saúde gratuitas etc.

Mesmo estas implicações sócio-econômicas do fordismo ocidental não estariam em completo desacordo com a versão modificada do “fordismo soviético” já que, de certa modo, a URSS, com sua ênfase em educação e saúde gratuitas, eliminação do desemprego oficial (além de um “compromisso com um certo igualitarismo e estabilidade no emprego mesmo às custas da eficiência econômica”, como colocou Breslauer) também poderia ser vista como uma espécie de *Welfare State* (se tomarmos como *Welfare State* a sociedade em que o estado intervém para corrigir as “injustiças sociais do mercado”; no caso da URSS esta atuação passaria pela própria supressão do mercado capitalista como “fonte” destas injustiças e desigualdades sociais). Para uma das possíveis visões da União Soviética como uma versão modificada de *Welfare State* ver o ensaio de G. W. Breslauer (1978) “On the Adaptability of Soviet Welfare-State Authoritarianism”.

o modelo soviético teve para se adaptar aos novos paradigmas que se impunham como os mais eficientes na época da RCT: *flexibilidade, informação e qualidade*.

5.2.1 Flexibilidade

Uma das características básicas do fordismo era sua relativa *rigidez*. (Coriat, 1990, p. 19-20) O paradigma de produção que o substituiu como o mais eficiente na exploração das possibilidades da Terceira Revolução Tecnológica, o toyotismo, tem como uma de suas características mais marcantes, um grau comparativamente grande de *flexibilidade*. Foi devido a esta flexibilidade, num período de mercado vendedor (a partir da década de 1970) que o toyotismo foi capaz de demonstrar claramente sua superioridade sobre o fordismo em termos de crescimento da produtividade e eficiência. Para analisarmos as razões por que a União Soviética não conseguiu o mesmo relativo sucesso em sua estratégia de “alcançar os países capitalistas avançados” com o toyotismo,⁹³ como havia feito com o fordismo, devemos analisar este ponto mais detalhadamente.

A partir de finais da década de 1960, a União Soviética continuou obedecendo a ótica de um paradigma de produção (o fordismo) que estava sendo ultrapassado por outro mais eficiente (o toyotismo). Eis por que a URSS estaria fadada, então, a não conseguir alcançar a parte mais produtiva do capitalismo. O modelo soviético tinha, desde seus primórdios, características de extrema rigidez. (Gorbachev, 1987a, p. 5) Isto era, em grande parte, devido ao fato que tinha embarcado em um curso de “copiar (a fim de alcançar e ultrapassar)” o paradigma fordista. O modelo soviético fabril era tipicamente fordista em muitos de seus aspectos essenciais: ênfase em grandes quantidades, produção em série, economias de escala, prioridade dos fluxos verticais de informação e comando, fortes princípios hierárquicos etc. Estes eram exatamente os aspectos do fordismo que foram criticados e modificados pelos proponentes do toyotismo. *Rigidez* era uma das características mais visíveis do modelo soviético e uma das mais criticadas como uma das fontes de inércia do sistema. (Goldman, 1987, p. 101) Esta rigidez, parcialmente advinda da própria escolha de um padrão “fordista” de desenvolvimento, era tornada mais séria pelo fato de que aquela era uma economia de planejamento central, o que aumenta o potencial de rigidez. Centralismo significa que o “centro” toma para si inúmeras tarefas e decisões que, em outros contextos, seriam deixadas para as unidades individuais de produção na periferia. Isto não significa que o planejamento central tenha que ser, por definição, rígido; apenas que há um maior potencial para isto, dependendo de como este planejamento ocorra (objetivos obrigatórios ou meramente indicativos etc.). No caso da União Soviética este potencial de rigidez se materializou. Desde a época de formação do sistema administrativo de comando na década de 30, o princípio de *edinonachalie* (= comando e responsabilidade de uma única pessoa) ficou firmemente estabelecido na administração das empresas e no governo. Dos mais altos aos mais baixos escalões da administração pública, a responsabilidade pelo curso de ação adotado deveria repousar sobre uma única pessoa, afastando-se da idéia da administração colegiada. (KPSS, 1983-1989e, p. 556-562)

Esta longa distância entre os centros de decisão e aqueles que executam as tarefas leva à necessidade de um período de tempo maior entre o processo de tomada de decisão e sua implementação na prática. E não apenas isso. Para poder tomar as decisões, o centro tem que ser suprido com todas as informações necessárias para poder decidir qual o caminho mais apropriado a tomar. Aqui também um centralismo excessivo pode fazer com que se leve mais tempo para que as informações necessárias cheguem ao centro (aumentando a possibilidade do aparecimento de dados errôneos, informações falsas etc.). Tudo isto tende a fazer com que o centro tenha bastante cautela ao tomar suas decisões, para evitar erros, e se torne extremamente exigente de que todas suas políticas sejam implementadas “ao pé da letra” (afinal, como todos os membros da cadeia produtiva estão

⁹³ Ver tabelas dos apêndices 4 e 3 para as cálculos do desempenho dos modelos soviético, toyotista (japonês) e fordista (dos EUA) em termos de crescimento de produtividade e renda nacional.

intimamente conectados pelo plano central, falha em um dos pontos pode pôr em risco um número grande de outros integrantes desta cadeia).

Enquanto o fordismo ainda era o paradigma predominante de produção, esta rigidez do modelo soviético era compensada pela sua capacidade de concentrar grandes quantidades de recursos e esforços nas áreas prioritárias (especialmente indústria pesada), assim obtendo altas taxas de crescimento econômico em termos de produção bruta no seu período inicial de *take-off* do sistema.⁹⁴ A estrutura hierárquica, vertical do modelo soviético se encaixava relativamente bem nos princípios do modo fordista-taylorista-fayolista de produção, também vertical e hierárquico.

O funcionamento do sistema soviético estava baseado na completa obediência aos ditames do plano. Desvios deste não poderiam ser permitidos, já que poderiam causar “gargalos” na economia. Com isso, foi criada uma extrema rigidez que impedia um maior grau de experimentação nos escalões mais baixos da cadeia produtiva. Qualquer experimentação que desviasse do plano original necessitava de autorização especial “de cima”, o que, naturalmente, aumentava ainda mais o espaço de tempo entre o aparecimento de uma nova idéia e sua implementação na prática. Isto era sentido especialmente no campo tecnológico, da Pesquisa e Desenvolvimento (P & D). Apesar da enorme quantidade de investimento nesta área, subsistia o hiato entre ciência e produção. A distância entre os planejadores e o chão de fábrica tornava ainda mais difícil a tomada de decisões corretas sobre o processo mais eficiente a ser adotado. (Amman & Cooper, 1982, p. 17) Tudo isto revelou-se fatal numa época de Revolução Científico-Técnica que, por definição, significa a transformação da ciência em força produtiva (supressão do hiato entre ciência e produção).

Não se deve pensar que os soviéticos não estavam cômnicos destas limitações e destas novas necessidades trazidas pela Terceira Revolução Tecnológica. Na década de 70, S. A. Kheinman, o autor soviético do livro *Nauchno-Tekhnicheskaya Revoliutsiya: cegodnya i zavtra* (“Revolução Científico-Técnica: Presente e Futuro”), chamava a atenção para a ligação vital entre progresso técnico sob a RCT, flexibilidade e sociedade de informação. Ele começa constatando que, durante o período da RCT, rapidamente diminui o período de renovação do capital fixo (máquinas e equipamentos). Na época atual, com o desenvolvimento acelerado do progresso, os equipamentos tendem a ficar ultrapassados em prazos cada vez mais curtos e, se não forem renovados, a unidade produtiva que os utiliza corre o risco de estar usando tecnologia obsoleta. Isto cria um problema extra. Com as novas máquinas [normalmente sofisticadas e caras] funcionando com tempo de vida útil menor, corre-se o risco do custo de produção se tornar alto demais, a não ser que o crescimento na produtividade destas máquinas se torne também progressivamente cada vez mais alto, “geométrico”. Baseado na tabela que construiu em seu livro, Kheinman afirmou:

“Em caso de diminuição da vida útil [do equipamento] de 15 para 14 anos, a grandeza da amortização em geral e por unidade produzida, dada uma quantidade de produção fixa, cresce em 7,2%; na diminuição de 11 para 10 anos em 10%; e na diminuição de 6 para 5 anos em 20%. Neste caso, para se manter invariável a quantia empregada na amortização por unidade produzida, é necessário que a produtividade das máquinas seja aumentada em 50% no caso da diminuição da vida útil de 15 para 10 anos e *dobrada* no caso da diminuição de 10 para 5 anos de vida útil.” (Kheinman, 1977, p. 245)

Isto cria, então, uma limitação concreta à possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas dentro de modelos de produção baseados em máquinas rígidas e economias de escala, pois uma das características da RCT é sua tendência a ampliar a gama de produtos oferecidos à sociedade, não apenas através da criação de novos artigos previamente inexistentes, como através do aumento na variedade e estilo dos produtos atuais. Isto, num mercado que não esteja em fase de franco crescimento, pode levar à diminuição da escala de produção para máquinas rígidas que produzam apenas um dos diferentes modelos atuais dos antigos produtos padronizados. A saída, segundo Kheinman,

⁹⁴

Ver tabela do apêndice 2.

para continuar acelerando os ritmos do progresso científico-técnico, seria a introdução de máquinas de produção *flexíveis* que pudessem ser adaptadas para a produção de vários modelos diferentes, aumentando assim a escala de utilização de *cada* máquina.

“Esta contradição dialética do progresso técnico atual é resolvida através da síntese das especializações *funcional* e *por produto* das máquinas de produção, ou seja, criação de equipamento tecnológico *flexível* [grifo nosso].” (Kheinman, 1977, p. 64)

“A mais importante exigência a ser feita aos projetistas é que as novas máquinas, além de altamente progressistas e produtivas, devem ser, ao mesmo tempo, *flexíveis*, isto é, poderem ser facilmente reorganizáveis para, sem dispêndios consideráveis, serem utilizadas na criação de novos, e mais modernos, produtos e modelos, adaptem-se à utilização de novas tecnologias...” (*ibid.*)

Assim, é importante notar que, em meados da década de 70, na mesma época em que o Ocidente começava a se voltar seriamente para o estudo do modelo japonês, alguns especialistas soviéticos já estavam chamando a atenção para a necessidade de *flexibilidade* neste novo estágio da RCT. Também é impressionante como algumas das características citadas por estes especialistas tinham semelhanças com certos pressupostos do modelo toyotista. A partir do estudo teórico do funcionamento do progresso técnico sob a RCT, os autores soviéticos estavam chegando à conclusão que a *flexibilidade* seria a principal tendência da nova época. Isto se harmoniza com nossa análise do paradigma toyotista como sendo o que melhor subsumiu a base técnica da Terceira Revolução Tecnológica. Como havíamos notado anteriormente (vide nosso capítulo anterior sobre revoluções tecnológicas), os aspectos organizacionais do toyotismo precederam a adoção por este das novas tecnologias da RCT, mas foi apenas uma questão de tempo até que estas novas tecnologias da RCT — que, segundo Kheinman, tinham que ser flexíveis para que sua utilização se tornasse economicamente vantajosa dentro das “escalas” menores criadas pela maior variedade de modelos de um só produto — encontrassem seu “parceiro natural” no flexível modelo toyotista, numa espécie de casamento por afinidades.

Devemos enfatizar que os soviéticos não estavam totalmente inconscientes destas novas tendências tecnológicas. Como na década de 50 em que Khrushchev, Bulganin (1955, p. 2, c. 1) e outros líderes soviéticos, com bastante antecedência, já davam grande importância aos novos desenvolvimentos científicos nas áreas da cibernética, computação e eletrônica, havia, nos anos 70 e 80, também um grande hiato entre a consciência teórica da necessidade de mudança em direção a novos padrões de desenvolvimento tecnológico e as modificações que podiam ser implementadas no sistema na prática.

Em suma, *flexibilidade*⁹⁵ é um conceito chave para entender a diferença principal entre fordismo e toyotismo e também para compreender a dificuldade que os soviéticos tiveram para se adaptar aos novos tempos de um paradigma superior de produção.

5.2.2 Informação

⁹⁵ Tomemos o caso da técnica toyotista do JiT (*Just in Time*) que denota a altíssima flexibilidade do modelo japonês. O *Just in Time* requer a entrega, por parte dos fornecedores, das peças e componentes, sem nenhum tipo de atraso, como resposta imediata às necessidades da empresa produtora. Isto diminui a necessidade de estoques na própria empresa. Como poderia a URSS, com seus perenes problemas de abastecimento, utilizar tais técnicas? A literatura especializada está repleta de livros descrevendo como as empresas soviéticas procuravam acumular gigantescos níveis de estoques de peças e componentes, devido às dificuldades burocráticas de se conseguir a permissão do Gosplan (e outros órgãos encarregados da distribuição) para a obtenção dos suprimentos necessários (além do também eterno problema do atraso nas entregas dos produtos). (Schroeder, 1972, p. 114-115) Neste contexto, ficava muito difícil empregar técnicas flexíveis como o JiT, por exemplo.

A forma autoritária do centralismo soviético entrava em conflito, não apenas com a necessidade de flexibilidade, mas também com a necessidade de propagação de um outro pilar fundamental da Terceira Revolução Tecnológica: a *informação*.

Hávamos mencionado anteriormente que uma das características mais importantes da Terceira Revolução Tecnológica foi o fato de que os sistemas computadorizados, controles numéricos etc. invadiram não apenas a esfera da produção material, mas também vários outros domínios da atividade e vida humana. Os sistemas computadorizados são baseados na transmissão de sinais organizados e reorganizados em determinado padrão (binário, por exemplo). Mas estes “bits and bytes” nada mais são que pequenos “pedaços” de informação que, arrançados e rearrançados de diferentes formas, produzem determinados padrões de comportamento cibernético. Assim, a *informação*, neste sentido mais ampliado, assume uma importância sem precedentes na presente época para o desenvolvimento das forças produtivas. Informação, atualmente, não significa apenas uma mera acumulação de representações intelectuais da realidade usada para guiar o comportamento, mas separada deste. A informação, com o advento da cibernética e da computação integrados na esfera produtiva, tornou-se uma parte componente essencial do processo material de produção (para não mencionar sua influência em outros aspectos da vida moderna em geral).⁹⁶ Não admira que, especialmente nos países do Ocidente industrializado, os conceitos de “sociedade de informação” e “revolução da informação” sejam utilizados para descrever vários dos novos desenvolvimentos nas relações sociais e econômicas durante o período da RCT. (Castels & Kiselyova, 1995, p. 4)

Esta importância especial da Informação, em seu novo sentido ampliado, também era reconhecida na União Soviética. Como escreveu Kheinman:

“Junto com a matéria e a energia, a informação toma uma importância cada vez essencial e se torna um instrumento de trabalho e um produto do trabalho de uma quantidade cada vez maior de pessoas.” (Kheinman, 1977, p. 110)

Entretanto, as condições para o advento de uma verdadeira Sociedade de Informação entravam em conflito com alguns dos pilares do modelo soviético.

O sistema da URSS era baseado num centralismo estrito que não apenas empregava *edinonachalie*, mas também reprimia (no mínimo, parcialmente) o fluxo livre de informação dentro da sociedade, a fim de assegurar a preponderância do estado na esfera ideológica. Desde censura direta aos órgãos de imprensa até restrições no uso de máquinas fotocopadoras pelos cidadãos, diferentes meios eram empregados para se manter o controle da sociedade civil, mesmo que isso implicasse restrições ao livre fluxo de informação. Este padrão entrava em conflito com a crescente necessidade de propagação de informação (em seu sentido geral e em seu sentido “cibernético”) para um desenvolvimento intensificado dentro dos novos paradigmas da RCT. Tomemos o exemplo dos *minicomputadores pessoais*. Esta quarta geração de computadores tinha sua importância estratégica reconhecida nos meios científicos da URSS. Entretanto, enquanto que no Ocidente industrializado a tendência nas décadas de 70 e 80 era a disseminação de computadores cada vez mais portáteis e individualizados, os líderes soviéticos estavam relutantes (além de relativamente incapazes) em adotar esta nova abordagem, insistindo ainda nos “centros de computação coletivos”, onde o trabalho de computação e o intercâmbio de dados era realizado “coletivamente” (e onde o controle “de cima” era mais fácil de ser exercido...). Como colocou um crítico ocidental, a possibilidade de se adotar uma rede de computadores pessoais interligados por todo o país era amedrontadora para a cúpula dirigente da União Soviética.⁹⁷

⁹⁶ Diversos estudos estatísticos demonstram que uma porção crescente do PNB dos países ricos é gerada *diretamente* nos setores ligados à *informação*, como telecomunicações, educação, computadores, *software* etc. Para os EUA, por exemplo, as percentagens apontadas variam de aproximadamente um quarto a mais da metade do PNB, dependendo da definição de *tecnologias e indústrias da informação* adotada. (OECD, 1996b, p. 15; Survey, 1996, p. 43)

⁹⁷ Em 1986, Paul Snell escrevia:

Este posicionamento ambíguo em relação ao problema da Informação, por um lado reconhecendo a importância dos fluxos de informação e, por outro, relutando em liberar estes mesmos fluxos de seu controle (direto ou indireto) pelo estado, mostrava o dilema em que se encontrava a URSS. Assim, a questão da Informação (em seu sentido mais amplo) torna-se uma peça-chave para o entendimento das dificuldades que a União Soviética tinha em se adaptar aos novos paradigmas de maior eficiência dentro da RCT.

5.2.3 Qualidade

O conceito de “Qualidade Total” (Q.T.) também se tornava difícil de ser implementado sob as condições do sistema soviético. A pressão pelo preenchimento dos objetivos numéricos do plano impedia a possibilidade de se “interromper a linha de produção até que o defeito seja descoberto”, como preconiza a Q.T. Pode-se imaginar que pressões sofreria (dos superiores e dos colegas) alguém que decidisse interromper a linha de produção durante uma época de *shturmovshina*.⁹⁸

O conceito de *qualidade* assume uma relevância maior durante a RCT do que a mera fabricação de produtos sem defeitos. Um dos paradoxos que assombra os economistas atualmente é que, apesar das novas tecnologias da informação e dos microcomputadores evidentemente aumentarem a rapidez do fluxo de informações e possibilitarem a criação de máquinas mais produtivas, estes aumentos de produtividade, tão óbvios “a olho nu”, não se têm mostrado tão óbvios nas estatísticas macroeconômicas. Assim, os aumentos dos índices de produtividade de *todos* os países industrializados (inclusive do Japão) foram menores no período 1973-95 (os microcomputadores foram desenvolvidos na década de 70) que no período 1960-73. Uma das explicações para esta aparente contradição é que as tecnologias da informação tendem a criar toda uma área de serviços onde é bem mais difícil medir os índices de produtividade que na manufatura tradicional (Griliches, 1994, p. 11). Além disso,

“em muitos serviços é difícil até se estimar uma ‘unidade’ de produção, em parte porque a maior ‘produção’ aparece sob a forma de melhoramentos na *qualidade* [grifo nosso]. Em áreas como finanças, saúde e educação, os profissionais de estatística assumem que a ‘produção’ aumenta com o número de horas trabalhadas. O efeito paradoxal é que o incremento de produtividade medido é, por definição, igual a zero. Igualmente, a ‘produção’ das telecomunicações é medida em minutos de chamada, omitindo o incrível aumento de informação transmitida via *fax* ou *modem* mais rápidos. Ou o caso de

“Há evidência de que a produção de computadores pessoais na União Soviética tem sido retardada, com autores soviéticos apontando para problemas técnicos como a causa. No Ocidente, sugere-se que as autoridades soviéticas têm tentado impedir a introdução de sistemas descentralizados de informação do tipo disponível no Ocidente. A questão é se a introdução de computadores pessoais com comunicação em rede é realmente bem-vinda pelas autoridades soviéticas. O desafio com que elas se deparam é o da perda de controle da informação nos escalões mais baixos da sociedade. Os computadores pessoais *poderiam* ser utilizados para armazenar informação clandestina *samizdat* [...] se impressoras estiverem disponíveis, então, muita informação pode ser transformada em cópias regulares para distribuição mais geral e, claro, comunicação de computadores em rede pode ser usada nos dois sentidos e até informação classificada soviética poderia ser infiltrada ilegalmente por *experts* em computação. Parece que as autoridades soviéticas estão enfrentando um dilema sobre se esta nova tecnologia de informação descentralizada é realmente desejável [...] tanto que, ao contrário de outras tecnologias da computação [...] quando se fala em computadores pessoais, os autores soviéticos vêm logo com as desculpas de problemas técnicos que impedem sua produção em massa.” (Snell, 1986, p. 62)

⁹⁸ *Shturmovshina* = a prática de se intensificar enormemente a produção (frequentemente em detrimento da qualidade) em períodos quando as datas-limites do plano estão próximas.

uma companhia transportadora que introduza um sistema de computação que auxilie seus motoristas a escolher as rotas mais curtas, fornecendo assim um melhor serviço aos fregueses. Se, como consequência, a quilometragem rodada diminuir, as estatísticas demonstrarão uma queda na produção.” (Survey, 1996, p. 15)

Assim, cada vez mais frequentemente, os aumentos de produtividade das novas tecnologias da RCT se revelam sob a forma de melhorias na *qualidade*, o que é difícil de se medir em termos estatísticos tradicionais. Esta é uma razão extra por que o modelo toyotista, com sua ênfase na *qualidade total*, tornou mais fácil a assimilação das potencialidades da RCT. A URSS, com sua ênfase no aumento *numérico* da produção, priorizava a *quantidade*, em detrimento da *qualidade*, o que colocou mais um obstáculo para seu desenvolvimento nesta fase de aumentos *qualitativamente* novos na produtividade das tecnologias da RCT.

5.2.4 Aspectos Positivos do Sistema Soviético em Relação à RCT

Sem a vantagem do *hindsight* que temos hoje, seria difícil prever, *a priori*, digamos, na década de 50 ou início de 60, as dificuldades da União Soviética em se adaptar às exigências *específicas* da Terceira Revolução Tecnológica. Ao adentrar a década de 60, o clima era de otimismo no campo soviético. A URSS tinha alcançado o segundo PNB do mundo, lançara o primeiro satélite e o primeiro astronauta ao espaço, tinha criado uma base científica e educacional que, posteriormente, levaria o presidente Kennedy, dos EUA, em clima de apreensão e competição, a rever as bases de seu próprio sistema educacional. (Kennedy, 1966, p. 101) O otimismo ufanista da afirmação de Nikita Khrushchev, em 1961, de que a URSS, em 20 anos, deixaria os EUA bem para trás em volume de produção industrial não parecia tão descabido na época.⁹⁹ (KPSS, 1983-1989h, p. 130)

Obviamente havia críticas à maneira como o modelo econômico funcionava, mas a maioria das críticas ocidentais se dirigia à falta de mecanismos de mercado (propriedade privada, competição etc.) na economia. (Hayek, 1975, p. 219; Friedman, 1981, p. 14 e 17) Estas críticas não se aplicariam apenas especificamente à época da RCT, tendo caráter geral e validade para outras épocas também. Tanto que, a despeito deste tipo de crítica ter sido aplicado à URSS praticamente desde sua criação, isto não impediu que aquele país tivesse altos índices de crescimento econômico nas décadas de 30, 40 e 50.

Um outro tipo de crítica que talvez tivesse uma aplicação mais direcionada à época em que a RCT começava a ficar mais claramente delineada (a partir dos anos 60), seria a que o sistema de planejamento central tinha conseguido taxas iniciais de crescimento muito altas, por se tratar de uma economia do tipo mais simples. Quando se sai de um patamar próximo de zero, os progressos iniciais assumem um nível elevadíssimo. O difícil é manter estas altas taxas de crescimento depois, pois a economia se complexifica, os fatores envolvidos são mais numerosos e os riscos de “gargalos” e problemas de funcionamento aumentam. Este problema se potencializa numa economia planificada. Esta permite uma grande concentração de esforços e recursos nas áreas prioritárias, possibilitando, assim, um crescimento inicial (*take-off*) muito rápido. Neste período inicial, o número de variáveis

⁹⁹ Como colocaram Castels & Kiselyova (1995, p. 27),

“...a ironia é que, pelo menos de acordo com as estatísticas oficiais, apesar da desaceleração econômica e desarranjos sociais na década de 80, a União Soviética chegou a produzir substancialmente mais que os EUA em alguns setores da indústria pesada: ela produzia 80% mais aço, 78% mais cimento, 42% mais petróleo, 55% mais fertilizantes, [...] e cinco vezes mais tratores. O problema era que, entretanto, a ênfase do sistema produtivo mundial se havia transferido para a eletrônica e química especializada e estava começando a ocorrer a revolução biotecnológica. Em todas estas áreas a economia soviética estava em atraso considerável. Ou seja, a URSS perdeu o bonde da revolução nas tecnologias da informação que tomou forma no mundo em meados dos anos 70.”

(produtos) a serem controladas pelos planejadores é relativamente pequeno e “administrável”. Mas à medida que a economia se vai complexificando, o número de produtos fabricados cresce exponencialmente. Havia observações, já na década de 60, que, nem com os melhores computadores existentes, seria possível planejar e controlar todos os aspectos da fabricação, estoque, transporte e venda dos milhões de itens produzidos por uma sociedade altamente industrializada. (Richman, 1965, p. 17) Neste caso, seria de se prever uma desaceleração econômica natural com o passar do tempo.

Este tipo de crítica se revelou bastante séria, principalmente dentro das novas condições da RCT, que trazia em seu bojo exatamente uma grande variedade no número de modelos e produtos existentes nas sociedades modernas. Se, por um lado, a RCT trazia consigo uma aceleração brutal no número de modelos, produtos e serviços lançados no mercado, por outro lado, o desenvolvimento nos sistemas de computação aumenta a possibilidade, não só dos cálculos necessários ao planejamento da produção, como cria a possibilidade de controles automáticos de estoques, o que facilitaria a tarefa de planejamento centralizado.¹⁰⁰ A discussão sobre se é possível uma administração planejada (balanceada) da economia através dos recursos da computação moderna continua sendo uma eterna controvérsia entre defensores e críticos do planejamento centralizado.

Enfatizamos aqui que não era fácil prever, *a priori*, as dificuldades que a URSS teria para se adaptar aos novos tempos da RCT.¹⁰¹ Em nossa análise anterior, vimos que o

¹⁰⁰ Se por um lado a RCT aumenta o número de produtos a serem “planejados” e controlados, a própria RCT aumentou a capacidade dos sistemas de computação que possibilitariam este planejamento. Principalmente com o advento dos computadores pessoais ligados em rede, a partir da década de 70, ficou criada a possibilidade de controles automáticos de estoque (e.g., o controle automático das vendas em supermercados através de computadores-caixas que lêem os códigos de barra dos produtos), o que diminuiria em muito a carga de planejadores e controladores de um sistema de planejamento centralizado. O caso da companhia de produtos alimentícios Frito-Lay foi citado por Malone e Rockart como exemplo de como a microcomputação em rede traz a possibilidade de descentralização de várias informações e decisões antes acessíveis apenas a nível de escalão superior das empresas. A Frito-Lay tem seus empregados encarregados da distribuição rodoviária dos produtos

“registrando a venda de cada um de seus 200 produtos próprios em computadores ‘de palma de mão’ à medida que eles fazem a rota de distribuição. Toda noite esta informação é transmitida ao computador central. Em troca, o computador central envia informações sobre mudanças de preço e promoções especiais aos computadores ‘de palma de mão’ para uso no dia seguinte. Cada semana, o computador central resume as informações armazenadas e as combina com os dados externos sobre venda das marcas competidoras [...] A disponibilidade destas informações possibilitou à companhia descentralizar as decisões da matriz para [...] vários gerentes locais. Os gerentes podem usar estes dados não apenas para comparar as vendas reais com as vendas planejadas, mas também recomendar mudanças nas estratégias de vendas à alta diretoria.” (Malone & Rockart, 1991, p. 130)

¹⁰¹ É importante notar que os soviéticos, apesar de terem realizado suas 3 primeiras décadas de industrialização (anos 30, 40 e 50) guiados por uma ótica puramente fordista, com o intuito de “copiar e ultrapassar” a eficiência deste paradigma, já a partir dos anos 60 vinham tendo consciência de que características radicalmente novas e mais eficientes estavam surgindo na evolução dos processos produtivos. Ao contrário do que se pode apreender por uma leitura apressada da literatura descritiva das dificuldades que a URSS estava tendo para se adaptar aos novos processos da época da revolução da informação, os soviéticos bastante adiantadamente (já na década de 60 e mesmo finais dos anos 50) estudavam as novas tendências da época da Revolução Científico-Técnica e tinham a séria intenção de introduzi-las em sua economia. Muitas das inovações organizacionais do modelo toyotista, mesmo antes de estas se tornarem populares no Ocidente (foi em início e meados da década de 70 que a verdadeira enxurrada de livros sobre o toyotismo realmente fincou o pé no Ocidente) já eram estudadas na URSS, e sua introdução foi tentada em vários experimentos. Tomemos, por exemplo, os conceitos de Flexibilidade, Qualidade Total e *zero-defect production*. Já notamos anteriormente como S. Kheinman, na década de 70, em seus livros explicava cientificamente o porquê da necessidade dos processos e máquinas de produção serem *flexíveis* na época da RCT. (Kheinman, 1977, p. 64 e 245) Mas se formos atrás no tempo e tomarmos um manual industrial soviético de 1964, redigido por Omarov *et al.*, veremos que conceitos como “Qualidade Total” e *zero-defect production* tinham equivalentes soviéticos e que já estavam sendo experimentados em algumas empresas. Vale a pena citar partes daquele manual didático.

Ao relatar a questão do controle de qualidade nas fábricas (que, como vimos anteriormente, era realizado pelos OTK), Omarov *et al.* sugeriam que este controle, em vez de ser realizado *a posteriori* (identificando produtos malfeitos e mandando-os de volta à linha de montagem para serem reparados, como no fordismo tradicional), deveria “verificar e controlar, não tanto os artigos produzidos em si e sim os

modelo soviético “realmente existente” tinha contradições fundamentais com 3 pilares básicos (*flexibilidade, informação e qualidade*) dos novos paradigmas mais eficientes na época do RCT. Entretanto, se deixarmos de lado, por um instante, estas características e analisarmos os outros aspectos do toyotismo, veremos que alguns aspectos deste não teriam, a princípio, incompatibilidade, senão com o modelo soviético propriamente dito, pelo menos com a idéia, a nível teórico, do sistema de planejamento central em si (ou mesmo teriam alguma afinidade com este conceito).

O mais importante destes aspectos estaria, talvez, ao nível macroeconômico: a relação estreita entre os conglomerados e firmas japonesas e o governo central japonês. De certa maneira, o papel do planejamento e controle pelo governo central também era extremamente importante no Japão. Tomando carona nas características de *consenso*¹⁰² e *grupalidade* da cultura japonesa, o governo central tinha um papel ativo no direcionamento da economia para as prioridades prefixadas por ele,¹⁰³ numa maneira que demonstrava o quanto o governo japonês queria ter influência sobre o mercado e não ser meramente guiado por este. (Rastogi, 1995, p. 245) Isto tem certas semelhanças com a idéia do planejamento centralizado.¹⁰⁴

processos tecnológicos, equipamentos utilizados etc. [... a fim de] evitar defeitos antes que ocorram, prever...” (Omarov *et al.*, 1964, p. 105-106). Ora, este é um dos pilares da Qualidade Total toyotista, ou seja, prever e evitar os erros *antes* que aconteçam repetidamente. O objetivo disto, segundo os autores do manual russo, era se chegar a *bezdefektnoe izgotovlenie produktsii* (“produção sem defeitos”). (*ibid.*, p. 109) Isto seria conseguido através do *samokontrol’* (controle de qualidade realizado pelos próprios operários, durante a produção). (*ibid.*, p. 111) Ora, os conceitos russos de *bezdefektnoe izgotovlenie produktsii* e de *samokontrol’* equívalem aos conceitos toyotistas de *zero-defect production* e “controle de qualidade simultâneo à produção” típicos do toyotismo e demonstram como os soviéticos estavam conscientes das novas técnicas, mesmo no início da década de 60. E não apenas teoricamente. Segundo Omarov *et al.*, experiências com a *bezdefektnoe izgotovlenie produktsii* já eram, na época da publicação do manual (1964), realizadas “em mais de 50 fábricas de equipamentos do *sovmarkhoz* do Volga”. (*ibid.*, p. 109)

A verdade, entretanto, é que estas experiências não conseguiram vingar e se generalizar. Até meados dos anos 80, a maioria das fábricas soviéticas continuava, na prática, utilizando as formas tradicionais fordistas de controle de qualidade ao fim da linha de montagem e os problemas com defeitos persistiam. (Smirnitkii *et al.*, 1987, p. 164-166; Berliner, 1988, p. 74) Ou seja, os soviéticos tinham há bastante tempo consciência teórica da necessidade de mudar em alguns aspectos essenciais seu paradigma de produção, mas não conseguiam sua implementação *na prática*.

Estes relatos de como as técnicas típicas do toyotismo já vinham, com bastante antecedência, sendo estudadas pelos soviéticos, coloca a questão das dificuldades de adaptação do modelo de produção soviético aos novos paradigmas superiores da época da RCT. Nas décadas de 30, 40 e 50, os soviéticos vinham copiando um padrão fordista que representava, realmente, o que havia de superior no Ocidente. Mesmo depois da década de 60, quando já havia surgido o paradigma mais eficiente do toyotismo, a URSS continuou trilhando um caminho basicamente fordista, *não porque inexistissem nela especialistas e líderes políticos que tivessem consciência da força e potencial das novas técnicas de especialização flexível que vinham surgindo* (principalmente no Japão), e sim pelas dificuldades em mudar, *na prática*, seu modelo de produção para se adaptar a estas novas técnicas. A razão destas dificuldades, como vimos anteriormente, é que paradigmas como o toyotismo, com suas exigências de flexibilidade, maior ênfase na qualidade que na quantidade, e nos fluxos de informação horizontais, entravam em contradição mais forte com o modelo soviético que o fordismo, um paradigma cujas características de relativa rigidez, ênfase em estruturas verticais de informação e controle etc. “casavam” melhor com as características próprias do modelo implantado na URSS.

¹⁰² Aoki, 1984, p. 25.

¹⁰³ É interessante notar que, no período de reconstrução do pós-guerra, as prioridades estabelecidas pelo governo central japonês para a economia tinham grande semelhança com as prioridades estabelecidas pelo modelo soviético, em seu período de *take-off*, demonstrando inclusive algumas diferenças fundamentais com as receitas de desenvolvimento ocidentais clássicas. Segundo Minami:

“As políticas industriais adotadas pelo MITI [Ministério da Indústria e Comércio Internacional do Japão], em meados da década de 50, tinham o objetivo de tornar a indústria pesada e química o setor-líder do desenvolvimento econômico. A escolha destas indústrias era incongruente com a teoria econômica clássica, segundo a qual as indústrias de uso intensivo de mão-de-obra são mais vantajosas que indústrias intensivas em uso de capital (como a indústria pesada e a química) em uma sociedade que possua abundância de mão-de-obra e falta de capital.” (Minami, 1994, p. 122)

¹⁰⁴ Apesar de que estas semelhanças não devem também ser superestimadas, pois, apesar do governo japonês tentar influenciar o mercado, inclusive com “acordo de cavalheiros” com os grandes conglomerados, o faz ainda dentro dos instrumentos de política econômica clássica do capitalismo, não tentando substituir o mercado pelo plano. (Rastogi, 1995, p. 244)

A idéia do parágrafo acima fica reforçada se levarmos em conta que o tipo de desenvolvimento atual exige uma enorme concentração de recursos em Pesquisa e Desenvolvimento (P & D). Mesmo em países capitalistas, como os Estados Unidos, as forças do mercado privado não são suficientes. É exigido um imenso investimento do Estado, principalmente na área de pesquisa básica.¹⁰⁵ Além disso, não basta abrir a torneirinha dos recursos financeiros. É necessária uma política coerente e harmônica para que a pesquisa seja realizada levando-se em conta também os objetivos a longo prazo da sociedade (ou do estado) e não apenas os objetivos de curto prazo ligados à lucratividade das empresas. Isto é consenso entre a maioria dos teóricos que estudam P & D. (Shibata, 1984, p. 33-35) Em tal aspecto, uma economia de planejamento central, a princípio, poderia levar vantagem sobre uma economia puramente de mercado, ligada mais diretamente à lucratividade imediata.

Interferência realçada do governo central é uma característica da própria economia moderna. A despeito da batalha ideológica travada na década de 80, com os defensores do mercado desregulado e *small government* (Reagan, Thatcher, Escola de Chicago etc.), a verdade é que, na maioria dos países capitalistas, o papel regulador do governo já se tornou uma prática habitual. (Kornai, 1979, v. 2, p. 1.003)

Em termos mais concretos da RCT, o paradigma mais flexível (toyotismo) realizou suas potencialidades em estreita colaboração com o governo central do Japão. Ali, os ministérios ligados aos setores de planejamento, finanças e produção sempre tiveram um papel coordenador (e mesmo interventor)¹⁰⁶ muito pronunciado. O desenvolvimento japonês foi alavancado por uma estratégia de estreita colaboração das grandes empresas e

¹⁰⁵ Nos EUA, por exemplo, o governo é tradicionalmente responsável, sozinho, por cerca de metade de todos os gastos com P & D do país. De 1981 a 1989, o governo americano investiu diretamente (incluindo despesas com pesquisas nas universidades públicas) 485.800 milhões de dólares em P & D, enquanto que o setor privado, em sua totalidade, contribuiu com 495.450 milhões. (OECD, 1991b, p. 337) Na década de 70 (1970-79) a proporção de gastos do governo tinha sido ainda maior (55% contra 43% do setor privado). (OECD, 1984b, p. 77) A influência total do governo no campo da pesquisa não é desnudada totalmente por estas cifras. Elas não demonstram o efeito de incentivos fiscais à pesquisa privada, nem o papel central do governo no desenvolvimento das investigações nos campos menos lucrativos, mas essenciais, da pesquisa fundamental.

¹⁰⁶ A constante interação governo-empresas no Japão, com o primeiro tendo papel central coordenador (e mesmo interventor) na economia, recebia o nome, na literatura especializada, de “direcionamento administrativo”. Esta prática (institucionalizada, mas freqüentemente funcionando por canais de comunicação informais, em vez de necessariamente regulada por leis e decretos) era assim descrita por Ackley e Ishi:

“Essencialmente, o ‘direcionamento administrativo’ (*administrative guidance*) envolve o uso de influência, conselhos e persuasão para levar as firmas ou indivíduos a se comportarem da maneira que o governo considera a mais adequada. Naturalmente, a persuasão é exercida [...] por funcionários do governo que têm o poder de conceder — ou negar — empréstimos, subsídios, licenças, contratos governamentais, permissões de importação, câmbio, aprovação de formação de cartéis e outros objetivos desejáveis (ou indesejáveis) [...] Mas não é correto pensar no ‘direcionamento administrativo’ exclusivamente em termos de manipulação da ‘cenoura e do porrete’. Na verdade, a tradição japonesa da submissão privada à liderança governamental e o reconhecimento generalizado de que os funcionários do estado tem conhecimento, experiência e informação superior ao que está disponível à empresa comum, bem como o compartilhamento de valores, crenças e preferências políticas tanto pelos funcionários do governo e dos líderes do mundo dos negócios, tudo isso contribui para o sucesso do método.” (Ackley & Ishi, 1976, p. 236-237)

Shigeto Tsuru cita exemplos reais da forma que esta “*administrative guidance*” tomou:

“1. *Direcionamento administrativo* sem intermediários pelo Ministério da Indústria e Comércio Internacional [MITI], como no caso da indústria do cimento [...]

2. Estabelecimento de uma subcomissão especial na Comissão de Fundos Industriais do Conselho de Estrutura Industrial do MITI, como no caso da indústria do aço.

3. Coordenação através de discussão em reuniões bilaterais *ad hoc* de funcionários do governo e de líderes do mundo dos negócios, como no caso das indústrias petroquímica, madeireira e de fibras sintéticas.

4. Concessão de licenças para expansão da capacidade [produtiva] com base em leis específicas, como no caso da geração de energia elétrica e refino de petróleo.” (Tsuru, 1993, p. 97-98)

conglomerados com o MITI (Ministério da Indústria e Comércio Internacional).¹⁰⁷ Não estaria longe da verdade a afirmação de que o desenvolvimento nipônico se deu sob a égide dos planos econômicos nacionais.¹⁰⁸ Os elementos de planejamento estão fortemente ligados ao sucesso do modelo. Teoricamente, então, o planejamento central poderia vir a ser uma vantagem comparativa soviética no campo da economia, em geral, e em P & D, em particular.

As características toyotistas de *cooperação* (de trabalhadores entre si, de administração e trabalhadores, e nas relação com empresas subcontratadas) teriam também um “aliado natural” numa economia planejada. Teoricamente, onde se deveria ter um grau maior de cooperação do que numa economia de planejamento central, onde todos (ou quase todos) componentes funcionam (ou deveriam funcionar) de acordo com um esquema coordenado predefinido?

Poder-se-ia mesmo dizer que a maioria dos aspectos do modelo toyotista poderiam, teoricamente, também ser incorporados por um modelo de planejamento central (ou pelo menos não estariam, *a priori*, em oposição com a essência do sistema): desespecialização de tarefas (= polivalência operária), tempos partilhados (atribuição de tarefas variáveis e moduláveis), controle de qualidade simultâneo à produção, maior envolvimento do operário na organização da produção, ênfase na qualidade total, cooperação. Estes são aspectos que poderiam ser, teoricamente, incorporados também por um modelo de planejamento central.

Como vemos, não é tão óbvia assim a incompatibilidade entre um modelo de planejamento centralizado e muitos dos princípios do toyotismo, pelo menos a nível de abstração teórica. Alguns dos aspectos deste (cooperação, maior envolvimento do operário na produção) pareceriam estar até mais intrinsecamente ligados ao planejamento central que a uma economia de mercado livre. Na prática, mesmo estas características se revelaram difíceis de serem coadunadas com o modelo “realmente existente” soviético stalinista (e pós-stalinista) de planejamento central. Por que isto foi assim? Por que o modelo soviético não foi capaz de se adaptar às necessidades dos paradigmas superiores de produção? Por que não conseguiu transformar-se num planejamento central de tipo mais flexível, que possibilitasse maior participação dos trabalhadores e melhor aproveitamento das novas tecnologias da Terceira Revolução Industrial?

¹⁰⁷ P. N. Rastogi, autor de várias publicações sobre o modelo japonês, assim descreve o sistema nipônico de desenvolvimento:

“Papel crucial na elevação da economia industrial do país à sua atual posição de superioridade teve o MITI (Ministério da Indústria e Comércio Internacional) [...] O MITI criou um ‘cartel administrativo’ para regular a competição e coordenar o investimento entre as empresas na indústria [...] Assim, o padrão industrial do Japão pode ser considerado como o de uma economia de mercado regulado [...] Devido à íntima cooperação e implementação coordenada das políticas governamentais entre as firmas, sindicatos, bancos, *trading companies* e a burocracia, o funcionamento do país é freqüentemente comparado ao de uma única e gigantesca companhia: ‘Japão Ltda.’” (Rastogi, 1995, p. 244-245)

¹⁰⁸ De 1956 a 1985, o Japão teve 9 planos nacionais de desenvolvimento que eram preparados pelo Conselho Econômico subordinado ao primeiro-ministro. Nele são estabelecidas taxas de crescimento e outros índices macroeconômicos de produção a serem alcançados. Os planos são preparados com participação do Conselho Econômico, um órgão consultativo do governo onde tem assento representantes das grandes empresas, políticos, e alguns representantes de sindicatos, comunidade acadêmica e sociedade civil. Segundo Aoki, os objetivos dos planos nacionais têm grande influência sobre o comportamento das grandes empresas individualmente, servindo como referência para o estabelecimento de seus próprios planos de produção, dentro do esquema tradicional de cooperação íntima das grandes empresas com o governo central.

“Previsões sobre as taxas de crescimento macroeconômico são competitivamente feitas pelo setor privado também, e as previsões da Agência de Planejamento Econômico [do governo] não são sempre consideradas razoáveis por todas as empresas. Entretanto, o intercâmbio formal e informal de informação entre o governo e o setor privado no decurso do processo de planejamento, bem como o anúncio dos indicadores finais planejados constituem um importante processo de comunicação dentro da economia que ajuda a formar o estado geral de expectativas econômicas [...] De maneira geral, o que importa não é se a previsão será realizada, mas sim que um único indicador de previsão macroeconômico seja proposto para que ele sirva de quadro de referência para os planos de investimento das firmas individuais.” (Aoki, 1984, p. 32-36)

Para respondermos a estas perguntas, precisamos analisar a natureza do modelo soviético, suas origens e sua inserção na Economia Mundial.

6. A NATUREZA DO MODELO SOVIÉTICO E SUAS ORIGENS

6.1 CONCEITOS SOBRE A NATUREZA DO MODELO SOVIÉTICO

Que o capitalismo é um sistema contraditório e sujeito a instabilidades é um ponto sobre o qual a maioria esmagadora dos estudiosos concorda. O ponto da discórdia é sobre a profundidade de tais contradições e suas conseqüências para a sobrevivência desta formação social. Na segunda metade do século XIX um grande debate se instalou entre o marxismo e a chamada "economia política burguesa". Para esta última, o capitalismo era auto-reformável, podendo administrar seus conflitos internos e sobreviver *ad eternum* através de adaptações. Já para os seguidores de Marx, as contradições dentro do sistema eram tão grandes que levariam, mais cedo ou mais tarde, à sua destruição e substituição pelo socialismo.

Como o presente trabalho se insere dentro do âmbito do posicionamento teórico marxista, utilizaremos o instrumental de análise desta corrente para investigarmos os processos ocorridos durante a *perestroika*. A escolha deste posicionamento teórico nos levará a investigar os acontecimentos no período final da União Soviética "de dentro", isto é, dentro da perspectiva em que se inseria a URSS de ser um elo na tendência histórica (segundo Marx) da passagem do capitalismo ao socialismo.¹⁰⁹

Para compreendermos o que veio a acontecer com a URSS durante e após o turbilhão da *perestroika*, primeiro precisamos entender o que ela era antes. A primeira questão que se coloca, então, é sobre a natureza do sistema soviético. Afinal, poder-se-ia qualificá-lo de socialista?

Partindo-se da definição simples e direta de socialismo como uma formação em que os meios de produção são socializados e não privados, há uma forte tendência inicial a se qualificar a antiga URSS de socialista. Afinal, a maioria esmagadora dos meios de produção se encontrava nas mãos do Estado (que, na ausência de proprietários privados, reivindicava sua condição de representante dos interesses da coletividade).

Principalmente levando-se em conta as palavras de Marx no prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política* ("Em linhas gerais, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser designados como épocas que marcam o progresso da formação econômica da sociedade"),¹¹⁰ parecia que, realmente, a União Soviética seria o início da sociedade socialista que estava começando a tomar o lugar da capitalista.

Entretanto, devemos relembrar outra passagem do mesmo prefácio:

"Uma formação social jamais desaparece antes que todas as forças produtivas que caibam em seu bojo estejam desenvolvidas, e novas e

¹⁰⁹ É importante observar que esta descrição de Marx da história social da humanidade (como saindo do comunismo primitivo e passando pelos modos de produção antigo, feudal e capitalista para depois retornar a uma forma de comunismo novamente) não é de maneira alguma teleológica, como pretendiam alguns críticos do filósofo alemão. O comunismo não seria um objetivo, uma finalidade *a priori* pelo qual toda a história passada se teria guiado. Ao estudar as contradições *internas e intrínsecas* do capitalismo, Marx chegou à conclusão (a posteriori) que estas contradições levariam a uma direção específica que conduziria ao final da anarquia daquele modo de produção. Esta direção (sobre a qual ele fazia apenas considerações gerais, não tentando criar esquemas especulativos detalhados da sociedade futura) ele chamou de comunismo (cuja primeira fase inferior seria posteriormente chamada por Lenin de socialismo).

¹¹⁰ Marx, 1961-1971a, p. 9.

superiores relações sociais de produção nunca assumem seu lugar antes que as condições materiais para sua existência tenham sido criadas no âmago da própria antiga formação." (Marx, 1961-1971a, p. 9)

Este trecho chama a atenção para o fato de que, segundo Marx, a elevação do nível das forças produtivas tinha papel central no desenvolvimento histórico. A mera socialização dos meios de produção não seria suficiente para caracterizar sozinha o socialismo, como bem notou Trotskii:

"[...] do ponto de vista do marxismo a questão não é apenas de relações de propriedade. Marx entendia o [socialismo] como uma formação social cujo desenvolvimento econômico seria, *desde o começo* [grifo nosso], superior ao do capitalismo avançado." (Trotskii, 1936, p. 61)

Assim, não seria possível criar-se uma estrutura plenamente socialista sobre uma base produtiva de nível inferior ao do sistema burguês,¹¹¹ pois aí o socialismo se estaria encarregando de tarefas que caberiam ao capitalismo e repetindo muito de seus traços.

A idéia principal de Marx era que a revolução socialista ocorreria a partir das nações capitalistas avançadas e portanto herdaria, no mínimo, a base produtiva destes, elevando-a posteriormente. O filósofo alemão contemplara também a possibilidade de a revolução vir a eclodir primeiro em países mais atrasados, como a Rússia czarista, mas ligava o sucesso desta primeira revolta à necessidade de subseqüentes revoluções nas regiões mais adiantadas.¹¹²

¹¹¹ Engels também enfatizou bastante que o objetivo do movimento comunista não era meramente criar uma sociedade sem classes (afinal, o comunismo primitivo também era uma sociedade sem classes...) e sim criar uma sociedade sem distinções de classe que estivesse a um nível produtivamente superior ao do capitalismo, para conseguir sair do reino da necessidade e entrar no da abundância para todos. Assim, no artigo "Sobre o Movimento Social na Rússia" (de 1875), em que tratava inclusive das possibilidades de revolução naquele país, Engels (1961-1971a, p. 556-557) afirmava:

"A revolução que o socialismo moderno almeja é, em resumo, a vitória do proletariado sobre a burguesia e o estabelecimento de uma nova organização da sociedade através da destruição de todas as distinções de classe [...] Entre os povos primitivos e semiprimitivos também freqüentemente inexistiam as distinções de classe (e todos os povos passaram por esta condição). Nunca nos ocorreria restabelecer tal estágio, pela simples razão que as distinções de classe mais cedo ou mais tarde emergiriam novamente à medida que as forças produtivas da sociedades se desenvolvessem. Somente a partir de um certo nível de desenvolvimento das forças de produção da sociedade (muito alto até mesmo para nossos padrões modernos) torna-se possível elevar a produção a tal dimensão que a abolição das distinções de classe se torne um verdadeiro progresso, que perdure e não cause estagnação ou mesmo declínio do modo de produção."

¹¹² Sobre a possibilidade de revolução na Rússia atrasada, Marx (conjuntamente com Engels) escreveu no prefácio à edição russa de 1882 do *Manifesto Comunista*:

"Se [grifo nosso] a revolução russa se tornar um sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, então a atual propriedade comum da terra na Rússia pode servir como o ponto de partida para um desenvolvimento comunista." (Marx & Engels, 1961-1971b, p. 576)

Ou a afirmação mais direta de Engels no livreto de perguntas e respostas *Fundamentos do Marxismo*: "19 [pergunta]: É possível a revolução num só país?"

[resposta] Não. A grande indústria já criou um mercado mundial onde os povos do mundo, especialmente os civilizados, estão tão interligados que cada povo depende do que se passa nos outros [...] A Revolução Comunista não terá, então, caráter meramente nacional [...]" (Engels, 1961-1971, p. 374)

Idéia semelhante, apesar de que formulada a nível mais geral e teórico, é encontrada em *A Ideologia Alemã*, obra escrita conjuntamente por Marx e Engels. Ao se referirem aos pré-requisitos para a superação do fenômeno da *alienação* (*entfremdung*) através do comunismo, os autores enfatizaram que:

"[...] um alto] desenvolvimento das forças produtivas [...] é uma premissa prática absolutamente necessária, porque, sem isso, generalizar-se-ia meramente a privação, a *falta*. E, com a privação, a luta pelas necessidades recomeçaria, e toda a velha sujeirada retornaria novamente [...] Além disso, somente com este desenvolvimento universal das forças produtivas se estabelece um intercâmbio *universal* entre os

O que seria o regime criado pelos bolcheviques então? Segundo Trotskii,

"A URSS é uma sociedade intermediária entre o capitalismo e o socialismo, na qual: a) as forças produtivas são ainda insuficientes para dar um caráter socialista à propriedade do Estado; b) a tendência à acumulação primitiva, nascida da escassez, manifesta-se em inumeráveis poros da economia planificada; c) normas de repartição que preservam o caráter burguês estabelecem as bases da nova diferenciação da sociedade; d) o crescimento econômico, enquanto melhora vagarosamente a situação dos trabalhadores, promove uma formação rápida de estratos privilegiados; e) explorando os antagonismos sociais, a burocracia converteu-se numa casta incontrolável alheia ao socialismo; f) traída pelo partido dominante, a revolução social ainda existe nas relações de propriedade e na consciência das massas trabalhadoras; g) um desenvolvimento das contradições acumuladas pode tanto levar ao socialismo como ao capitalismo; h) no caminho do capitalismo, a contra-revolução teria que quebrar a resistência dos trabalhadores; i) no caminho do socialismo, os trabalhadores teriam que derrotar a burocracia. Em última análise, a questão será decidida pelo confronto das forças sociais nas duas arenas, a nacional e a mundial." (Trotskii, 1936, p. 287-288)

O que impedia a URSS de ser socialista não era o problema das relações de propriedade e sim o do nível de desenvolvimento das forças produtivas.¹¹³ A revolução, acontecendo num país relativamente atrasado, como a Rússia czarista, necessitaria da eclosão de revoluções em países mais avançados. Como após 1917 estas não ocorreram, a Rússia bolchevique ficou isolada em seu atraso econômico e, para sobreviver, utilizou mecanismos repressivos para elevar seu patamar de desenvolvimento.

Assim, nosso arcabouço teórico compartilha da visão daqueles que encaravam a URSS como uma sociedade "proto-socialista" (Bahro)¹¹⁴ ou sociedade "de transição" entre

homens que produz, por um lado, em *todas* as nações simultaneamente, o fenômeno das massas "desapropriadas" (competição universal), tornando cada nação dependente das revoluções umas das outras, e, por outro lado, substitui os indivíduos locais pelos indivíduos *histórico-mundiais*, empiricamente universais. Sem isso, 1) o comunismo poderia existir apenas como fenômeno local; 2) as próprias forças de intercâmbio não se desenvolveriam como poderes *universais* e insuportáveis: continuariam a ser "condições" locais cercadas de superstição e 3) cada extensão do intercâmbio aboliria o comunismo local. Empiricamente, o comunismo é possível somente como ato simultâneo e imediato dos povos dominantes, o que pressupõe um desenvolvimento universal das forças produtivas e do intercâmbio mundial relacionado com este." (Marx & Engels, 1961-1971d, p. 34-35)

¹¹³ Interessante notar que este viés "econômico-tecnológico" presente em Marx e (fortemente) em Trotskii, é encontrado também em diversos escritos bolchevistas, inclusive de Lenin e Stalin. Apesar de não colocarem a *existência* do socialismo em si dependente unidirecionalmente do desenvolvimento das forças de produção, ambos em diversas passagens enfatizam ser este desenvolvimento uma condição essencial para, pelo menos, a vitória *final* do socialismo sobre o capitalismo. Por exemplo, em seu texto de 1919 "Grande Iniciativa: heroísmo dos trabalhadores na retaguarda (a respeito dos 'subbotniks' comunistas)", Lenin escreveu:

"Em última análise, a produtividade do trabalho é o fator mais importante, o principal elemento para a vitória do novo sistema social. O capitalismo gerou um produtividade do trabalho sem igual no feudalismo. O capitalismo só pode ser totalmente derrotado, e será totalmente derrotado, pelo fato de que o socialismo cria uma produtividade do trabalho nova e muito maior." (Lenin, 1967-1970h, p. 21)

Stalin, em seu artigo de 1929 "Ano da Grande Transformação: sobre o XII aniversário da Revolução de Outubro", citou a passagem acima de Lenin, acrescentando:

"[...] somente o zelo e o entusiasmo pelo trabalho das massas pode garantir um aumento progressivo da produtividade do trabalho, *sem a qual* [grifo nosso] a vitória final do socialismo sobre o capitalismo é inconcebível." (Stalin, 1946-1951c, p. 120)

¹¹⁴ Segundo Bahro (1980, p. 21),

"Não é justificado chamá-los [os países do socialismo real] nem mesmo de 'pré-socialistas' (por analogia à primeira fase da época capitalista). O pré-capitalismo

capitalismo e socialismo (Troskii)¹¹⁵. Nossa posição se deve ao problema do nível de desenvolvimento das forças produtivas acima exposto e também à questão da democracia (propriedade estatizada, *nas condições soviéticas*, significaria realmente propriedade socializada?).

Nossa análise da *perestroika* se pauta dentro destes conceitos da URSS como sociedade "proto-socialista" ou "de transição". Procuramos analisar que processos estavam em jogo naquele país dentro do contexto marxista maior da passagem ou confronto entre capitalismo e socialismo.¹¹⁶

As considerações acima sobre a discrepância entre as relações sociais de produção (formalmente já socializadas) e o relativamente baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas já nos daria um primeiro caminho a seguir para a investigação do que poderia representar um processo do tipo da *perestroika*. Afinal, o próprio Marx sempre colocara que o conflito entre as relações sociais de produção e as forças produtivas eram o sinal para a necessidade de uma revolução social. Se partirmos de um posicionamento da URSS como "proto-socialista", mas com esse tipo de contradição interna, aí se encontra embutido um potencial de convulsão social muito grande. A *perestroika* se encaixaria neste quadro?

Para respondermos a esta questão necessitaremos utilizar mais um conceito marxista: o de revolução permanente. Segundo ele, a revolução não poderia parar em apenas um país. Principalmente se este fosse atrasado, a revolta teria que se espalhar às nações avançadas sob pena de ser reprimida ou se degenerar.

O conceito já vem de Marx e Engels. Ao darem diretrizes para a estratégia comunista na Alemanha, escreveram:

"Enquanto que os pequenos burgueses democráticos querem acabar a revolução o mais rápido possível [...] é nosso interesse e nossa tarefa tornar a revolução permanente até que todas as classes exploradoras tenham sido expulsas de sua situação de domínio, até que o proletariado tenha conquistado o poder do Estado e que a associação dos proletários tenha avançado tanto, não apenas em um país mas em todos os países dominantes no planeta, que a competição entre os proletários destes países tenha cessado e que as principais forças produtivas estejam concentradas nas mãos dos proletários [...] O grito de guerra deve ser: a Revolução em Permanência." (Marx & Engels, 1961-1971a, p. 245-248 e 254)

No século XX, Troskii foi quem mais propagandeou o conceito de revolução permanente. Ao contrário da teoria stalinista de que era possível a ocorrência por um longo tempo de "socialismo em um só país", Troskii pregava que, para sua própria sobrevivência

continha em si já os germes fundamentais da formação social capitalista tal como ela se mostra em seus estágios avançados, enquanto que [nos países do socialismo real] a socialização, que constitui uma característica determinante do socialismo, continua totalmente mascarada sob a forma de 'estatismo'. O termo mais preciso para designar [este países] seria o de 'proto-socialistas', ou seja, [neles] o socialismo está ainda em estágio embrionário".

¹¹⁵ "É portanto mais exato chamar o regime soviético atual, com todas suas contradições, não socialista, mas *transitório* entre capitalismo e socialismo ou *preparatório* para o socialismo" (Troskii, 1936, p. 62).

A posição de Troskii nos parece mais condizente com a realidade soviética que a posição de R. Bahro exposta na nota acima. Concordamos com Bahro quando ele diz que o socialismo na URSS se encontrava "em estado embrionário". Discordamos de sua posição sobre a estatização dos meios de produção da URSS, colocada em contraste com uma "verdadeira" socialização destes meios de produção. Acreditamos que, dentro das condições históricas do capitalismo no século XX, a estatização, *realizada num contexto revolucionário de alternativa e oposição à propriedade privada capitalista*, é um dos pressupostos ou estágios necessários para o alcance de uma verdadeira socialização (radical e democrática) dos meios de produção.

¹¹⁶ Colocamos esta posição em contrapartida às correntes que Kevin Kelly (1985, p. 51-71) identificou como vertentes herdeiras das concepções originais de Kautski e Stalin, ou seja, que viam o sistema soviético ou como uma forma de capitalismo de estado (na esteira das suspeitas de Kautski) ou como definitivamente socialista (seguindo Stalin).

(principalmente se ocorrendo em país atrasado), a revolução teria que assumir escala mundial até a extinção completa da sociedade de classes.

"A revolução permanente, no sentido que Marx havia atribuído a esta concepção, significa uma revolução que não termina senão com a liquidação total da sociedade de classe [...] É preciso distinguir três categorias de idéias que se unem [...] nessa teoria. Primeiro, ela compreende o problema da passagem da revolução democrática para a revolução socialista [...] Quanto ao seu segundo aspecto, [...] este] caracteriza a própria revolução socialista. Durante um período cuja duração é indeterminada, todas as relações sociais se transformam no curso de uma luta interior comum. A sociedade muda de pele sem parar. As transformações econômicas, técnicas, científicas, na família, nos modos, nos costumes formam, ao se completarem, combinações e relações recíprocas tão complexas que a sociedade não pode chegar a um estado de equilíbrio. Nisso se revela o caráter permanente da própria revolução socialista. Quanto ao seu terceiro aspecto, a teoria da revolução permanente considera o caráter internacional da revolução socialista que resulta do presente estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: constitui o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do impulso mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no terreno nacional, mas não pode parar aí. A revolução proletária só pode ser mantida nos quadros nacionais sob a forma de um regime provisório, mesmo que isto dure muito tempo, como demonstra o exemplo da União Soviética. Quando existe uma ditadura proletária isolada, as contradições interiores e exteriores sucedem-se e aumentam inevitavelmente. Se o Estado proletário permanecer isolado, sucumbirá finalmente, vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória dos proletariado dos países avançados. Desse ponto de vista, a revolução nacional não constitui uma meta em si, mas apenas um elo da corrente internacional. A revolução internacional, malgrado seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente." (Trotsky, 1972, p. 40-44)

Esta posição teórica enfatiza a existência de uma Economia Mundial. Não seria então uma questão de alguns países socialistas debatendo-se contra alguns países capitalistas e sim de um *locus* único, o Sistema Mundial, por cuja hegemonia se batem o capitalismo e os embriões do socialismo. (Kelly, 1985, p. 60)

Isto é uma diferença conceptual muito grande das tradicionais posições de dois sistemas coexistindo juntos por uma longa era. O que existiria, então, não seriam dois sistemas estanques, mas uma arena única: o *Sistema Mundial* ainda hegemonizado pelo capitalismo, mas com a emergência de embriões do socialismo. A vitória do socialismo estaria assegurada, não com a eclosão de revoluções isoladas em vários países, mas sim quando o socialismo se tornasse hegemônico em escala mundial.¹¹⁷

¹¹⁷ Isto não quer dizer que a teoria da revolução permanente afirme a existência de um capitalismo homogêneo e de domínio absoluto sobre a economia mundial. Ao contrário, é parte integrante dela a noção da lei de desenvolvimento desigual. Segundo esta, diferentes partes do mundo estão em diferentes estágios de desenvolvimento dos modos de produção. O capitalismo (dominante) traz consigo tendências a homogeneização (aspectos das sociedades mais avançadas são transferidos para as mais atrasadas etc.). Mas a desigualdade continua, como o demonstra a ocorrência de países que combinam a existência de uma industrialização capitalista com formas pré-capitalistas de produção em outras áreas da economia. O processo histórico caminha através de saltos, combinando a existência do antigo e do moderno. Esta interligação faz com que seja até possível a eclosão de uma revolução socialista primeiramente num país relativamente menos avançado (com elementos capitalistas mesclados a elementos mais atrasados), mas faz com que seja necessária a complementação desta por revoluções nos países mais adiantados de modo que o nível inicial da revolução

Este conceito da Economia mundial como arena única, cujas partes estão intrinsecamente ligadas, é importante para entender por que a União Soviética não poderia continuar caindo indefinidamente na corrida tecnológica com o Ocidente a partir dos anos 60 e 70. A sorte do regime soviético, em sua forma proto-socialista, estava intrinsecamente ligada à sua relação com o regime capitalista ainda hegemônico a nível internacional e com os resquícios de capitalismo (ou de outros modos de produção) em sua própria estrutura interna. Desde seus primórdios,¹¹⁸ o país dos *Soviets* se colocou em posição de constante

socialista seja, em escala mundial, já, desde o início, igual ou superior ao das nações capitalistas avançadas. (Trotskii, 1932, vol. 1, p. 5-6; Trotskii, 1936, p. 61)

¹¹⁸ Em 1917, em seu panfleto *A Catástrofe Iminente e como Combatê-la*, Lenin afirmava:

“A revolução fez com que o sistema **político** da Rússia, em poucos meses, alcançasse o dos países mais avançados.

Mas, isto não é suficiente. A guerra é inexorável e coloca o problema de maneira implacável: ou perecer, ou alcançar os países avançados também **economicamente** [...] Perecer ou ir em frente a todo vapor. É deste modo que a história colocou a questão.” (Lenin, 1967-1970e, p. 198)

Stalin também não ficava atrás em enfatizar que o destino da URSS estava intrinsecamente ligado aos resultados de sua *performance* em relação ao Ocidente avançado. Por exemplo, em seu relatório partidário *Resultados do Primeiro Plano Quinquenal*, de 1933, ao comentar as políticas empregadas para deslanchar o processo de industrialização nos anos 30, afirmou:

“O partido estava certo em perseguir a política de acelerar o desenvolvimento ao máximo?

Sim, estava absolutamente correto.

Nós tínhamos que empurrar o país, que estava cem anos atrasado, e que corria um risco mortal exatamente por causa deste atraso. Somente desta maneira poderíamos possibilitar ao país se rearmar na base da técnica moderna e, finalmente, atingir um patamar elevado. Além disso, nunca poderíamos saber quando os imperialistas atacariam a URSS e interromper nosso trabalho de construção. Mas eles poderiam atacar a qualquer momento, aproveitando-se da debilidade econômica e técnica de nosso país: sobre isso não há dúvida. Por isso o partido foi obrigado a empurrar o país, para não perder tempo, para utilizar ao máximo o período de calmaria e criar, na URSS, a base industrial que é a fundação de seu poder. O partido não podia aguardar os acontecimentos: tinha que acelerar os ritmos de desenvolvimento.

Finalmente, o partido tinha que acabar com a debilidade militar do país no prazo mais curto possível [...]” (Stalin, 1946-1951f, p. 183-184)

Esta mentalidade que o destino da URSS estava indissolúvelmente ligado a sua performance no campo da competição, principalmente econômica, com o sistema capitalista permeou o pensamento dos soviéticos e encontrou expressão em vários documentos do partido. Assim, em 1961, quando o XXII Congresso do PCUS estabeleceu um programa que previa (inclusive em termos *cronológicos*, de prazos) a passagem do socialismo ao comunismo na URSS em 20 anos, afirmava-se na resolução adotada:

“A União Soviética já ultrapassou o país capitalista mais avançado, os EUA, não só em termos de ritmos de crescimento relativo, como em crescimento absoluto, da produção industrial [...] O cumprimento do plano de sete anos levará a União Soviética a tal altura que não levará muito tempo para ultrapassar os EUA também na produção *per capita*. Esta será a vitória histórica mundial do socialismo sobre o capitalismo.” (KPSS, 1983-1989h, p. 68)

A própria passagem do socialismo ao comunismo, um processo, a princípio, *interno* da URSS (dentro da visão da construção do “socialismo em um só país”) era freqüentemente definida em termos comparativos ao campo capitalista avançado nas resoluções do XXII Congresso:

“A principal tarefa econômica do partido e do povo soviético consiste na fundação da base material e técnica do comunismo em um prazo de vinte anos [...] Desta maneira na URSS estará construída, em linhas gerais, a sociedade comunista [...] A criação da base material e técnica do comunismo [...] exige o desenvolvimento da indústria pesada. É baseado nela que os outros ramos industriais se reequiparão [...] Partindo desse ponto de vista, o PCUS determina aumentar o volume da produção industrial [...] em, pelo menos, seis vezes num prazo de vinte anos, deixando bem para trás os níveis gerais da produção industrial dos EUA [...]” (KPSS, 1983-1989h, p. 128-130)

Como vemos, a mentalidade dos líderes soviéticos, consciente ou inconscientemente, esteve sempre permeada por esta noção de que o desenvolvimento de seu país dependeria de suas relações, principalmente econômicas, com o campo capitalista. Parecia haver uma série de círculos concêntricos, em que o cerne do desenvolvimento do campo soviético era visto, primeiro na competição econômica com o Ocidente, e, dentro deste campo econômico, enfatizava-se o papel da indústria como um fator decisivo. Na própria citação de Stalin acima ele coloca a base industrial como a fundação de todo o poder (inclusive militar) da URSS. Por

competição com o capitalismo, primeiro para alcançá-lo e depois para tomar deste a hegemonia do Sistema Mundial. Tanto a nível ideológico (como o modo de produção que provaria ser o que melhor satisfaria as necessidades da população), como a nível da disputa militar e corrida armamentista e de ajuda ao Terceiro Mundo, passando também pelas trocas comerciais internacionais, a URSS não poderia permitir-se cair ainda mais na competição tecnológica e econômica com o Ocidente avançado em meados dos anos 80. Desde sua criação, a *raison d'être* do regime soviético era a superação do capitalismo. Por isso, ficava excluída qualquer possibilidade de *não-reforma* do sistema por volta de meados dos anos 80.¹¹⁹ Para a URSS, dentro da visão acima descrita, estava excluída a hipótese de se isolar, evitar qualquer tentativa de reforma e continuar lentamente caindo na competição tecnológica com o Ocidente.¹²⁰

O conceito de um Sistema Mundial¹²¹ de partes não homogêneas intrinsecamente ligadas entre si nos dá um quadro teórico que serve de suporte para a visão já exposta

isto, ao analisarmos a *perestroika*, enfatizamos a questão tecnológica, que, a partir dos anos 60, com o enfraquecimento dos fatores *extensivos* de crescimento econômico, passou a se tornar crucial para determinar o desenvolvimento industrial soviético e, a partir daí (dentro da lógica de seus líderes), o desenvolvimento dos outros aspectos (políticos, sociais etc.) da vida do país.

¹¹⁹ Para uma declaração literal de líderes soviéticos de que em meados dos anos 80 uma reforma do sistema se tinha tornado “não apenas necessária, mas *inevitável*” [grifo nosso], ver Gorbachev (1988, p. 17).

¹²⁰ Pode-se argumentar que, no período stalinista, a estratégia, relativamente bem-sucedida, foi exatamente essa: de se isolar da economia capitalista, tentar-se desenvolver através da autarquia. Por mais paradoxal que pareça, a nosso ver, isso não invalida a tese da revolução permanente. Ao utilizar a estratégia de se fechar dentro da URSS, tentando desenvolver o socialismo ali nascente através da industrialização forçada, Stalin, em nenhum momento, perdia de vista a noção de que a sobrevivência e desenvolvimento do socialismo em direção ao comunismo, *a longo prazo*, dependeriam de seu desempenho na batalha contra o campo capitalista. A relativa autarquia desejada por Stalin poderia ser vista como uma tática com vistas a vitórias na arena do Sistema Mundial no futuro. E o que ensejou a permanência deste sistema “semi-autárquico” stalinista por muitos anos foi exatamente sua *eficiência na competição com o ocidente avançado*. Durante a época stalinista, e até os anos 60, o regime soviético pôde manter este tipo de desenvolvimento, aparentemente autárquico e paralelo ao campo capitalista, porque esta estratégia possibilitou um grande desenvolvimento da indústria soviética, *mesmo em relação ao campo capitalista* (até os anos 60, os índices de crescimento da *produtividade* da indústria soviética eram maiores que os da maioria dos países capitalistas avançados). A partir do momento (finais dos anos 60 e, principalmente, meados dos anos 70) que os índices de crescimento da economia e da produtividade vinham diminuindo *em relação ao campo capitalista*, a situação muda e se impõe a necessidade de transformações.

O que queremos chamar a atenção aqui é que estas necessidades de mudanças eram tornadas prementes a partir de meados dos anos 70 não tão diretamente por causa da situação *interna* da URSS (que afinal, mesmo nos anos 80, vinha tendo índices de crescimento semelhantes aos dos EUA), mas devido à situação *comparativa* da URSS na competição com o capitalismo (numa luta pela hegemonia do Sistema Mundial, a URSS, devido à sua posição inicial inferior, tinha que crescer a níveis bem mais rápidos que os do campo capitalista para, no mínimo, alcançá-lo).

¹²¹ Grande parte de nossa análise da *perestroika* no presente trabalho se baseia no pressuposto de que a URSS não podia ser examinada separadamente da Economia Mundial. Assim, todas as transformações da época da Revolução Científico-Técnica no Ocidente (aparecimento de formas pós-fordistas e novos paradigmas flexíveis de produção, a revolução da informação etc.) afetavam diretamente a União Soviética.

O que ligava a URSS a tudo que ocorria no exterior não era um simples sistema de trocas (econômicas, políticas, ideológicas etc.) entre compartimentos estanques. Na verdade, para notarmos como a interligação entre as diversas partes do Sistema Mundial era realizada a um nível subjacente mais profundo, precisamos utilizar conceitos da economia política.

Em *O Capital*, Marx demonstrou como a *lei do valor*, em última instância, regula a produção e circulação de mercadorias na economia capitalista. Preobrazhenskii (1965), escrevendo durante o período da NEP nos anos 20, descrevia que, numa sociedade do tipo revolucionário mas relativamente atrasada, como a soviética, em que parte considerável da economia já estava estatizada, mas na qual ainda restavam grandes espaços para a produção privada (principalmente na agricultura), estabelecia-se uma certa dualidade no sistema. A parte privada da economia era ainda regulada pela *lei do valor*, como no capitalismo. Entretanto, a parte estatal (devido ao controle dos meios de produção nas mãos do estado, com o conseqüente *planejamento prévio* das atividades) passava a atuar seguindo novas regras originadas na formação social nascedoura. Estudando o caso soviético, Preobrazhenskii postulou que o setor estatal seguia o que ele chamou de *Lei da Acumulação Primitiva Socialista*. Por esta lei, era entendida

“ [...] a soma total das tendências conscientes e semi-espontâneas na economia estatal que são direcionadas para a expansão e consolidação das formas coletivas de organização do trabalho na economia soviética [... Estas envolvem] a determinação das proporções na distribuição das forças produtivas, formadas na

base da luta contra a lei do valor, dentro e fora do país, e tendo como objetivo a tarefa de alcançar o ponto ótimo para a reprodução ampliada socialista nas condições dadas e o máximo de capacidade de defesa do sistema inteiro contra a forma de produção capitalista de mercadorias [...] (Preobrazhenskii, 1965, p. 146; grifo nosso)

Ou seja, para Preobrazhenskii, o setor estatal soviético tendia a escapar da “ditadura” da lei do valor e a passar a ser regulado cada vez mais pelo *planejamento consciente* destinado a fortalecer a reprodução ampliada do sistema produtivo socialista. Por exemplo, empresas deficitárias, que no capitalismo seriam forçadas a fechar suas portas, podem, no sistema soviético, ser mantidas em funcionamento (devido ao seu valor estratégico, por exemplo). Os elementos conscientes passam a operar a um nível cada vez maior e as atividades serão planejadas com o fim de aumentar a capacidade de reprodução ampliada da economia socialista. No capitalismo (um sistema sem centros de planejamento de toda a atividade produtiva), a lei do valor, direta ou indiretamente, provê a regulação do equilíbrio do sistema.

Assim, nos anos 20 da NEP, Preobrazhenskii via a União Soviética como um sistema dual em que a *lei do valor* basicamente regulava as trocas do setor privado e a *lei da acumulação primitiva socialista* regulava, cada vez mais, o setor estatal. Obviamente, os compartimentos não eram estanques. A lei do valor afetava também o setor estatal, tendo em vista que este comprava do e vendia ao setor privado nacional (e internacional). O setor privado soviético sofria influências da lei da acumulação primitiva socialista quando o governo utilizava instrumentos de crédito para impor suas prioridades etc. Basicamente, Preobrazhenskii via então estas duas leis em conflito intrínseco uma com a outra e esperava que, com o tempo, e a estatização de partes cada vez maiores da economia, a lei do valor fosse perdendo sua importância reguladora na URSS.

Após os anos 30, já realizada a coletivização agrícola e a industrialização forçada, o panorama era outro. Enquanto, durante a NEP, a maior parte da população (os agricultores) fazia parte da economia privada, após a década de 30, a maioria das atividades econômicas estava nas mãos do estado. Na década de 50, por ocasião das discussões para elaboração de um novo manual oficial de economia política, Stalin (1952, p. 12-22) (inclusive, ironicamente, utilizando algumas posições próximas à de Preobrazhenskii) teceu considerações sobre o funcionamento da lei do valor no sistema soviético em seu livro *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*.

Segundo ele, onde houver produção de *mercadorias*, a lei do valor atuará (Stalin, 1952, p. 18). *Mercadorias*, recordemos, são bens produzidos, não para *uso* imediato e sim para *troca* (compra e venda etc.) (Marx, 1961-1971b, p. 55). Stalin (1952, p. 16 e 18) concedia que, na URSS, os bens de consumo pessoais *circulam* como mercadorias. São vendidos, contabilizados pelos custos e dispêndios, e não através de uma distribuição planejada, direta, “de acordo com a necessidades” (para uso imediato) que elimine a intermediação de dinheiro etc. Além disso, os *kolkhozy* (fazendas coletivas) não são propriedades do estado, como os *sovkhozy* (fazendas estatais, onde os agricultores são assalariados diretos do governo), e sim cooperativas agrícolas. Os agricultores dos *kolkhozy* produzem *mercadorias* esperando, através da venda dos alimentos, obter o maior lucro possível, que será dividido entre todos os cooperados. Isto sem mencionar a venda nos mercados livres *kolkhozianos* da produção privada realizada nos lotes pessoais a que tinha direito cada membro do *kolkhoz*. Assim, Stalin (1952, p. 18 e 19) afirmava que a lei do valor “dentro de certos limites, exerce função reguladora”, no campo da *circulação de mercadorias*, principalmente de bens de consumo, na URSS (o que levava a que esta lei também *influenciasse* no campo da *produção* dessas mesmas mercadorias). Já em certos áreas onde a regulação estatal socialista era quase completa, por exemplo, distribuição dos meios de produção e da força de trabalho entre os diferentes setores da economia nacional, a atuação da lei do valor ficaria minimizada (ou mesmo anulada), pois essas eram funções exercidas exclusivamente pelos órgãos planejadores do país com base na operação do que os economistas soviéticos chamavam de “lei do desenvolvimento harmônico e planejado da economia” (Nikitin, 1983, p. 312).

Stalin, em seu livro de 1952, fez questão de frisar que a existência de produção de mercadorias na URSS não significava o perigo de uma restauração capitalista:

“A produção de mercadorias é anterior à produção capitalista. Ela existiu na sociedade escravista [... e] na sociedade feudal [...] A produção capitalista é a forma mais desenvolvida da produção de mercadorias. A produção de mercadorias desemboca no capitalismo somente *se* existe a propriedade privada dos meios de produção, *se* a força de trabalho aparece no mercado como uma mercadoria que pode ser comprada pelo capitalista e explorada no processo de produção [...]” (Stalin, 1952, p. 15 e 16)

A existência da circulação e produção de mercadorias, em setores-chaves, mostrava como a lei do valor ainda exercia uma influência *dentro* da URSS. E é exatamente através da “ponte” deste canal subjacente comum entre a URSS e o resto da Economia Mundial que deve ser entendida a interligação entre os campos dos países capitalistas e os do assim chamado *socialismo realmente existente (sorex)*. A *lei do valor* regula, direta ou indiretamente, o funcionamento das economias distintamente capitalistas e influenciava, em campos-chaves, o funcionamento das economias do *sorex*. Por mais que Stalin e outros autores soviéticos tentassem enfatizar as limitações para a atuação da lei do valor na economia da URSS, a verdade é que o fato de o desenvolvimento das forças de produção (“em última análise, os níveis de produtividade do trabalho”) ser mais baixo na União Soviética que nos países capitalistas avançados tinha conseqüências diretas na correlação de forças da regulação da economia mundial como um todo (e em suas diferentes partes constitutivas). O valor das mercadorias produzidas nas economias mais avançadas, mais produtivas, estabelece, em última análise, os

anteriormente da *perestroika* como processo (numa parte da Economia Mundial) que se inseria dentro de um outro processo (este mais global) da Revolução Científico-Técnica (RCT). A RCT seria então um desenvolvimento da Economia Mundial que teve conseqüências diferentes em partes diferentes (isto é, de níveis de desenvolvimento desigual dos modos de produção): na parte "proto-socialista" (i.e., nos países do *sorex*), ela acabou desaguando numa *perestroika* desagregadora, enquanto que nos países capitalistas avançados ela também cria elementos de pressão, como excessiva concentração de renda, aumento do desemprego em escala mundial etc.

Robert Kurz, em seu livro *O Colapso da Modernização* expõe uma concepção com alguns pontos em comum a essa. Segundo ele, o final melancólico da *perestroika*, com a desagregação dos países de Leste europeu, não seria uma simples vitória do capitalismo sobre o "socialismo real". Kurz chama o processo global de "crise do sistema mundial produtor de mercadorias". Esta crise já tinha atingido no início dos anos 80 os países do Terceiro Mundo, engolfou o antigo Segundo Mundo no final dos anos 80 e início de 90 e se move perigosamente em direção ao coração das economias centrais capitalistas na forma de aumento de desemprego, concentração de renda, empobrecimento de antigas camadas médias da população e uma iminente crise da dívida externa. (Kurz, 1993, p. 206-213)

Apesar de não concordarmos em todos os detalhes com o tom excessivamente niilista da análise de Kurz, acreditamos que ele toca num ponto fundamental: o de que a crise do Leste europeu não foi apenas daquele bloco e sim um dos aspectos de uma crise mais global da Economia Mundial (o "sistema mundial produtor de mercadorias" de Kurz). E esta crise está, para nós, intimamente ligada à ocorrência da RCT, principalmente a partir dos anos 60. Já vimos que, desde esta década, os índices de crescimento da URSS (e dos países do *sorex*, em geral) vinham caindo. Mas não era apenas no campo do socialismo real que a RCT vinha causando dificuldades. Nos próprios países capitalistas avançados, os índices de crescimento vinham decaindo, a partir desta década. Como podemos ver na tabela 3.1 do apêndice 3, a economia japonesa, que cresceu a taxas anuais de 10,4% no período 1960-69, cresceu 4,7% em 1970-79 e 3,9% em 1981-85. Igualmente, os EUA cresceram anualmente a 4,3% em 1960-70, mas 3,2% em 1970-79 e 3,0% em 1981-85. Pior ainda, as próprias taxas de aumento da produtividade nos países capitalistas mostraram-se declinantes após a década de 70 (ver tabela 7.2 do apêndice 7). Assim, mesmo dentro do capitalismo, existe uma contradição entre o aumento tecnológico potencial enorme que a RCT põe à disposição do sistema e a capacidade que o sistema (mercado) tem de absorver e aproveitar este potencial. A RCT envolve investimentos em tecnologias caríssimas. Isto aumenta a concentração de riquezas em oligopólios e nos países centrais, alijando amplos setores mais atrasados da produção, o que causa desemprego. Esta transferência

parâmetros básicos pelos quais se guiará a realização dos valores das mercadorias produzidas em outras partes. (Mandel, 1985, p. 47-49) Por mais que a União Soviética tentasse, através da autarquia econômica, evitar a influência *direta* das mercadorias estrangeiras em seu mercado interno, sua posição de competição com o Ocidente obrigava a que ela tivesse que se adaptar e tentar alcançar as condições de produtividade superiores do Ocidente avançado. Na verdade, um certo círculo vicioso se formava para a URSS. Com uma produtividade do trabalho inferior à do Ocidente avançado, ela não conseguia alcançar a autarquia total e a dominação pelo setor estatal (socializado) da economia como um todo. E, sem este avanço do setor estatal sobre os resquícios de produção mercantil em sua economia (de modo que a *lei do valor* fosse sobrepujada pelas novas leis de regulação socialista "consciente" da produção), a lei do valor continuava a influenciar setores importantes da vida econômica da URSS, impedindo o país de alcançar um grau total de socialização e deixando-a vulnerável à regulação parcial pelas mercadorias produzidas em outras partes (capitalistas) da Economia Mundial.

Esta é a explicação, em termos de economia política, porque não devemos ver os países do *sorex* e o resto dos países capitalistas como dois blocos estanques em competição entre si. A Economia Mundial estabelecia um *locus* único, ainda hegemonizado pelo capitalismo, mas bastante heterogêneo, contendo elementos de outros modos de produção (formas pré-capitalistas ainda subsistiam em partes de alguns países atrasados, "embriões" do socialismo podiam ser encontrados em países do *sorex* etc.). Mas, exatamente por ser este um *locus* comum a todas essas diferentes formações, nenhuma delas podia ser vista de maneira totalmente separada uma das outras. Daí o fato dos desenvolvimentos na economia capitalista durante o período da Revolução Científico-Técnica terem conseqüências também no campo da *sorex*, e de a *perestroika* ter que ser analisada dentro do contexto do Sistema Mundial como um todo.

concentradora de renda, entretanto, cria uma contradição entre a capacidade potencial de produção e a demanda que efetivamente haverá para estes produtos.

Neste sentido, pode-se dizer que esta “Terceira Revolução Tecnológica” tem realmente um caráter “revolucionário” (em termos marxistas). Ela causou a desintegração de um novo modo de produção (proto-socialista) que estava em formação e está “forçando aos limites”, colocando em verdadeira prova de resistência a formação social do capitalismo, na medida em que eleva a competição tecnológica a níveis tais que alija imensos segmentos sociais (ou mesmo países) do mercado, aumentando as taxas mundiais de concentração de riqueza, de desemprego (mesmo nas potências centrais) e pobreza, e diminuindo a perspectiva para que muitas nações consigam sair de seu estágio atual de subdesenvolvimento. É neste sentido que vemos a interessante contribuição de Kurz ao debate da *perestroika*, desviando o eixo do discurso de uma mera constatação de “vitória” de um sistema social sobre outro para uma problemática maior, de escala mais planetária.

É interessante notar que um tal desenrolar histórico do desenvolvimento das forças e relações de produção dentro dos campos dos países capitalistas e do *sorex* tinha sido previsto como possibilidade por ninguém menos que Stalin (autor que parte de um quadro teórico completamente diverso do de Kurz). Em seu livro de 1952, *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*, o líder soviético, depois de reafirmar que o socialismo, em geral, já havia sido alcançado na União Soviética, criticava Yaroshenko por considerar que o futuro desenvolvimento harmônico das forças (e relações) de produção no país já estaria automaticamente garantido por terem passado a esta nova fase. Inclusive afirma que, mesmo no socialismo, as relações de produção podem entrar em conflito com as forças produtivas.

“O camarada Yaroshenko está errado quando afirma que não há contradição entre as relações de produção e as forças produtivas da sociedade no socialismo. Naturalmente, no presente período nossas relações de produção estão em conformidade com o crescimento das forças produtivas e as ajudam a avançar a passos de sete léguas. Mas seria errado descansar sobre os louros e pensar que não há contradições entre nossas forças produtivas e as relações de produção. Certamente existem (e existirão) contradições já que o desenvolvimento das relações de produção [normalmente] se atrasa, e [certamente] se atrasará, em relação ao desenvolvimento das forças produtivas. Se os órgãos dirigentes mantiverem uma política correta, estas contradições não se transformarão em antagonismos e não haverá possibilidade de surgir um conflito entre as relações de produção e as forças produtivas da sociedade. Seria um outro caso, se nós implementássemos uma política errada [...] Neste caso, o conflito seria inevitável, e nossas relações de produção se tornariam um freio para a continuação do desenvolvimento das forças produtivas.

A tarefa dos órgãos dirigentes é, portanto, identificar imediatamente as contradições incipientes, e tomar medidas para resolvê-las, adaptando as relações de produção ao crescimento das forças produtivas. Isto se refere, acima de tudo, a fatores econômicos como as fazendas coletivas [*kolkhozy*] e a propriedade e circulação de mercadorias. Naturalmente, no momento atual, estes fatores estão sendo utilizados com sucesso por nós para a promoção da economia socialista e trazem, sem dúvida, benefício à nossa sociedade. É inegável que trarão benefício também no futuro próximo. Mas seria uma cegueira imperdoável não perceber, concomitantemente, que estes fatores já estão começando a obstruir o desenvolvimento vigoroso das nossas forças produtivas, já que criam obstáculos à extensão completa do planejamento estatal à totalidade da economia nacional, especialmente na agricultura. Não há dúvida que, à medida do passar do tempo, estes fatores constituirão um obstáculo cada vez maior ao contínuo crescimento das forças produtivas no nosso país. A tarefa,

então, é eliminar essas contradições transformando os *kolkhozy* progressivamente em propriedade pública e introduzindo, também gradualmente, o intercâmbio de produtos em vez da circulação de mercadorias.” (Stalin, 1952, p. 52)

Na citação acima, Stalin tinha em mente, basicamente, os *kolkhozy* e a questão da propriedade e circulação de mercadorias, mas, o conceito exposto no primeiro parágrafo (isto é, *de que não fica descartada a possibilidade de, mesmo no socialismo, as relações de produção virem a entrar em conflito com as forças produtivas*), pode fornecer um *insight* para o que aconteceu com a URSS no período da Terceira Revolução Tecnológica ou Revolução Científico-Técnica. Durante as décadas de 30 a 60, as relações de produção do modelo *proto-socialista* soviético (baseadas num rígido modelo hierárquico vertical) estavam basicamente de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, não apenas na URSS, mas, o que é mais importante, de acordo com o paradigma de produção (o *fordismo*) que hegemonizava a parte mais avançada da Economia Mundial e que também era baseado em padrões de relativa rigidez, fluxos de informação e comando verticais e hierárquicos etc. Dentro de nossa visão do Sistema (Economia) Mundial como arena única e unificadora, este alinhamento das relações de produção soviéticas não apenas com as forças produtivas *internas* da URSS como também com a parte mais avançada das forças produtivas *mundiais* torna-se extremamente vital. Enquanto sua produtividade do trabalho fosse inferior à do Ocidente avançado, a União Soviética não podia permitir perder de vista o paradigma mais produtivo do sistema mundial: como vimos anteriormente, por mais que os líderes soviéticos perseguissem a autarquia econômica, a atuação da *lei do valor* constantemente os recolocava perante este problema. Quando, a partir dos anos 60, os novos paradigmas flexíveis (toyotismo etc.), que *estavam em gestação* desde a época do pós-guerra, vieram a atingir sua plenitude e desafiar, de maneira bem-sucedida, o fordismo, a situação muda de figura. Assim como no Ocidente um grande número de empresas (e mesmo governos) tiveram que realizar grandes modificações em seu *modus operandi* para se adaptar aos novos padrões flexíveis da era, na economia soviética as tradicionais relações de produção hierárquicas, rígidas, começaram a se tornar incompatíveis com o desenvolvimento das forças produtivas, tanto a nível *interno*, como a nível de Economia Mundial. Internamente, o modelo de crescimento econômico *extensivo* (e isto era praticamente consenso na URSS desde os anos 60) tinha, visivelmente, alcançado seu limite. Entretanto, a passagem para um modelo *intensivo* de crescimento (principalmente dentro do contexto de um país já urbanizado, com população de nível técnico e educacional alto) exigia o aumento da *iniciativa* vinda de baixo, das unidades de produção, das regiões etc. e não apenas o mero obedecer de ordens do centro. Esta é uma colocação reiterada em diversos documentos do PCUS. (KPSS, 1983-1989i, p. 111; KPSS, 1983-1989j, p. 37; TsKhSD, f. 2, op. 1, d. 805, l. 6) A nível global, quando o mundo inteiro (principalmente a partir da década de 70) passava a estudar os novos paradigmas flexíveis (a avalanche de estudos ocidentais sobre as técnicas japonesas e sua tentativa de adaptação por firmas ocidentais, por exemplo), começaram a ficar claras as desvantagens dos paradigmas rígidos e verticais como o fordismo ocidental e o *proto-socialismo soviético de características fordistas* e que, na época de competição acelerada da RCT, características como flexibilidade, iniciativa e criatividade se tornariam necessidades prementes aos modelos que fossem se revelar como os mais bem-sucedidos.

Ou seja, a partir dos anos 60, as relações de produção rígidas, verticais, hierárquicas do modelo soviético começaram a entrar em choque progressivamente cada vez maior com o desenvolvimento das forças produtivas. A *perestroika* (com sua ênfase em descentralização e “intensificação” da economia) foi uma tentativa de resolver este conflito. A incapacidade dos líderes soviéticos e do PCUS de resolver este descompasso *dentro do âmbito do modelo (proto-)socialista* e a conseqüente dissolução da URSS (e restauração do capitalismo) caracterizaram uma verdadeira *revolução* (no caso, *contra-revolução*), no sentido marxista do termo.

6.2 CONCLUSÃO

A partir das observações anteriores, podemos descrever o modo de produção soviético como *proto-socialista guiado à luz de princípios fordistas*. Essas características fordistas não provêm, necessariamente, da natureza interna do sistema de planejamento central, e sim das condições histórico-político-econômicas do contexto mundial em que este sistema foi criado.

O socialismo, segundo Marx, viria a dar solução às contradições do capitalismo, que chegaria ao seu ponto máximo de maturidade — e *contradições* — e começaria a se deteriorar. O socialismo — o planejamento centralizado — não seria apropriado para levar um país atrasado (e, ainda, com resquícios semifeudais em partes de sua economia rural) à industrialização, o que, tradicionalmente, é levada a cabo pelo capitalismo. O regime que surgiu na Rússia pós-1917, devido ao seu isolamento (a revolução não se espalhou por outros países capitalistas mais avançados, como se esperava na época), pelo modelo stalinista, tentou executar a tarefa da industrialização dentro de parâmetros do socialismo marxista (propriedade coletiva dos meios de produção, planejamento central etc.). Sem o nível necessário de desenvolvimento das forças de produção, seria este instrumental suficiente para se conduzir o desenvolvimento do país dentro do conceito que se convencionava chamar de “socialismo”? Esta seria uma dúvida teórica que só seria dirimida, *a posteriori*, na prática.

A escolha do caminho da industrialização forçada obrigou o sistema a absorver as características fordistas do paradigma predominante na Economia Mundial e, na falta de relações de coerção econômica da propriedade privada capitalista (o “pé invisível” de Joseph Berliner), a usar da coerção político-econômica do Estado como substitutivo do padrão capitalista.

O modelo soviético era, então, um modelo “híbrido”, de transição entre o capitalismo e socialismo, com algumas características dos dois modos de produção. Além de uma economia de escassez permanente e da existência de “mercado negro” nesta, a violência empregada na coletivização forçada e a opressão política necessária para manter a população disciplinada para a execução das tarefas de desenvolvimento nacional eram sinais de que o nível de desenvolvimento das forças produtivas não era ainda suficiente para promover um desenvolvimento de tipo mais harmônico e equilibrado. Estes mecanismos repressivos traçavam um paralelo com os mecanismos repressivos empregados pelo capitalismo em seus estágios iniciais de industrialização e desenvolvimento. A propriedade coletiva dos meios de produção e o planejamento central seriam os aspectos do sistema que encarnariam o socialismo ali em estado embrionário. O modelo soviético, como sistema “híbrido”, manteve, por todo seus anos de desenvolvimento, esta permanente tensão entre seus pólos “socialista” e “capitalista”. Em finais dos anos 50 e início de 60, parecia que, talvez, o pólo socialista do sistema pudesse finalmente tornar-se preponderante. A URSS alcançara, em meados dos anos 60, uma situação de alto desenvolvimento econômico, e Khrushchev, inclusive, já falava em ultrapassar o capitalismo em vinte anos e passar ao comunismo. Entretanto, a partir de meados dos anos 60 (e, principalmente, na década de 70) aceleraram-se os processos que tiveram origem no pós-guerra, mas que atingiam sua maturidade somente então (a RCT). Nesta época de RCT, o toyotismo começa a se revelar superior ao fordismo. O dilema soviético se renovou, então, a um nível superior. Se a União Soviética parecia estar alcançando o campo fordista tradicional do capitalismo, a partir de finais da década de 60 (e, principalmente, na década de 70), os novos desafios colocados pela RCT, que exigia paradigmas flexíveis como o toyotista, fazem com que a URSS comece a cair novamente na corrida tecnológica com o Ocidente, o que renova a tensão entre os dois pólos do sistema “híbrido” soviético.¹²² Esta tensão é exacerbada dentro do

¹²² Luís Fernandes, em seu excelente livro *URSS: ascensão e queda* estabelece bem a relação temporal entre as taxas de crescimento da economia e da produtividade na URSS e em diversos países ocidentais, utilizando dados de um famoso estudo comparativo soviético realizado pelo IMEMO (Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais) de Moscou, após o início da *perestroika*.

processo da *perestroika* soviética e conduzida a um nível explosivo em 1991, o que finalmente leva a um processo desintegrativo do sistema como um todo, naquele ano.

Assim, o emergir da RCT mudou os rumos da trajetória do modelo soviético, a partir da década de 60. O modelo, que parecia ter conseguido passar pela fase mais aguda e “violenta” da industrialização forçada (o “take-off”) e, ao que tudo indicava, poderia alcançar um estágio em que, devido à elevação do nível das forças produtivas, talvez se conseguisse passar a uma fase em que os elementos socialistas do sistema sobrepujariam os

"Pelos dados de B. Bolotin, o crescimento industrial na URSS de 1913 (quando ainda era a Rússia czarista) até 1950 foi mais elevado que o de qualquer país capitalista. A produção soviética de 1950 era 4,5 vezes a de 1913 (contra 3,5 do Japão, 2,9 dos EUA, 2,4 da Itália, 1,5 da Grã-Bretanha e 1,4 da Alemanha)[...] Do ponto de vista do crescimento do trabalho na indústria, a URSS também obteve o índice mais elevado do período - 200% - embora com uma diferença menos acentuada para os países capitalistas (185% do Japão; 180% dos EUA; 195% da Itália; 115% da Grã-Bretanha e 110% da Alemanha). O fato de a diferença dos índices de crescimento da produtividade na indústria ser menor do que na economia como um todo revela exatamente que o impulso básico para a elevação do trabalho social era o processo de industrialização *extensiva*[...] [A coisa muda de figura na segunda metade do século] Enquanto a produção industrial da URSS era 10,1 vezes maior em 1987 do que em 1950, a do Japão era 21,1 vezes maior. O crescimento da produção industrial das demais potências capitalistas no período foi mais lento: 2,5 vezes para os EUA; 6 para a Itália; 1,94 para a Grã-Bretanha; e 3,9 para a Alemanha [...] Do ponto de vista do crescimento da produtividade do trabalho social de 1950 a 1987, a União Soviética, com uma elevação de 359%, ficou atrás não só do Japão (968%), como da Itália (452%) e da Alemanha (388%). Continuou na frente dos EUA (210%) e da Grã-Bretanha (272%). Os dados para o crescimento da produtividade na indústria acompanham, basicamente, a mesma tendência." (Fernandes, 1991, p. 263-264)

Estes dados citados por Fernandes podem ser encontrados, em sua versão completa, em Bolotin (1987). Alguns deles encontram-se também no apêndice 4 desta tese. Como avaliar estes números? Não estariam eles em contradição com nossas afirmações de que a URSS caíra na competição tecnológica com o Ocidente após os anos 60? Afinal, o crescimento da *produtividade* do trabalho na sua indústria no período 1950-87 tinha sido maior que a dos EUA!

A chave da questão está em que, na década de 50 (principalmente) e também na de 60, a URSS manteve relativamente altos níveis de crescimento (abaixo somente dos do Japão). Mas, apesar de a RCT ter seu período inicial na década de 50 (desenvolvimento da *computação*), ela se aguçou nos anos 60 (início da fusão da computação com a *robótica*) e completou seu arcabouço básico nos anos 70 (formando a "Terceira Revolução Industrial" plena) quando à computação e à robótica se associou a *telemática* generalizada (através da *microeletrônica*). Foi exatamente a partir de meados dos anos 70, quando este ciclo se fecha, que a estagnação econômica da URSS *se consolida definitivamente*. A partir de 1975, seu crescimento econômico despenca para abaixo de 5% anuais, para nunca mais subir substancialmente acima dessa marca. Assim, como chamou a atenção Fernandes (1991, p. 263), os relativamente bons resultados da União Soviética no período 1950-87 são explicados principalmente pelo período 1950-75. De acordo com os cálculos de Pitzer & Baukol (1991, p. 61), o incremento da produtividade do trabalho na indústria da URSS foi maior que o dos EUA no período 1961-75 (3,5 contra 2,9), mas menor no período 1976-82 (0,9 contra 1,6). A partir daí a diferença a favor dos Estados Unidos aumenta mais ainda. Queremos com estes dados corroborar nossa tese de que o aprofundamento da RCT causou a queda nos índices econômicos da URSS. Se nos anos 60 e início dos anos 70, os antigos métodos de crescimento soviéticos (em grande parte extensivos) ainda podiam, mesmo a nível mais lento, "concorrer" com o Ocidente "fordista", a partir de meados da década de 1970, com o auge da "Terceira Revolução Tecnológica", isto se tornou impossível. Algo tinha que ser mudado no sistema. Além disso, a correlação temporal acima se encaixa bem dentro de nossa visão dos fenômenos de fordismo e toyotismo dentro da RCT. Assim como o aprofundamento da RCT marcou o aprofundamento dos problemas do modelo soviético, registrou também a supremacia dos paradigmas flexíveis (especialmente toyotismo) sobre o paradigma rígido do fordismo. A década de 50 representa a parte inicial da RCT (*computação*); na URSS as taxas de crescimento são altas mas não tão altas como antes, enquanto que no Japão o toyotismo começa a dar seus primeiros passos. A década de 60 alarga a RCT com a *robótica*, marca a formação definitiva e consolidação do toyotismo e o aparecimento de problemas visíveis no modelo extensivo soviético. A RCT alcança seus contornos relativamente definitivos na década de 70 (com a *telemática* e *microeletrônica*); os meados da década de 70 demonstram também a superioridade produtiva indiscutível do paradigma toyotista sobre o fordista (nesta fase da "onda com tonalidade de estagnação" da Terceira Revolução Tecnológica) e, a partir de 1975, os índices de crescimento da economia da URSS caem abaixo de 5% anuais para nunca mais se recuperarem substancialmente acima disto (deixando visível a fase de crise do sistema). Como colocamos anteriormente, não se trata de mera coincidência temporal, mas de fenômenos que têm interligação entre si.

“resquícios” capitalistas, viu-se novamente em dificuldades para se tornar igual ou mais produtivo que os paradigmas mais eficientes do campo capitalista.

Por volta de 1985, a distância tecnológica com o Ocidente avançado estava tão crítica que ficava óbvio que algo tinha que ser modificado. Devido às novas necessidades dos padrões de *flexibilidade, informação e qualidade* dentro da RCT, não seria mais possível recorrer-se novamente a um fechamento do regime, com utilização da força, como sob o stalinismo. Tal sistema fechado, autoritário, que funcionou relativamente bem na primeira metade do século, seria contraproducente pela sua *rigidez, insuficiência de fluxos horizontais de informação* e dificuldade de integrar a *qualidade* como constante em si. O modo de produção proto-socialista, então, não conseguiu mais atuar competitivamente e, durante sua derradeira tentativa de reforma radical (a *perestroika*), acabou sendo levado à desintegração.

SEGUNDA PARTE:
OUTROS FATORES DE PRESSÃO SOBRE
O SISTEMA SOVIÉTICO

7 A QUESTÃO DO FARDAMENTO DAS DESPESAS MILITARES

Diminuir o ritmo significa se atrasar. E aqueles que se atrasam são derrotados. E nós não queremos ser derrotados. Não, não queremos. A história da velha Rússia foi uma seqüência de derrotas devido ao seu atraso. Os cãs mongóis a derrotaram, assim como a derrotaram os vizires turcos, os senhores feudais suecos, os nobres poloneses e lituanos, os capitalistas ingleses e franceses e os barões japoneses. Todos a surraram devido ao seu atraso: atraso militar, atraso cultural, atraso político, atraso industrial, atraso agrícola. Atacam-na porque era lucrativo e podia ser feito impunemente [...] Esta é a lei dos exploradores: derrotar os atrasados e fracos. Esta é a lei da selva do capitalismo. Você é atrasado? Então você é um fraco e, portanto, está errado. Então, posso te surrar e escravizar. Você é forte? Então, você está certo e eu tenho que tomar cuidado contigo.

Eis por que não podemos nos atrasar [...]

Nós estamos 50 ou 100 anos atrás dos países avançados. Nós temos que alcançá-los em 10 anos. Ou fazemos isso ou seremos tragados. (Stalin, 1946-1951e, p. 38-39)

Estas palavras de Stalin, pronunciadas numa conferência de administradores industriais da URSS em 1931, referiam-se à necessidade de acelerar, e não diminuir, os ritmos de crescimento da indústria (principalmente, pesada) nos primeiros planos quinquenais. Mas também são bem ilustrativas de outra ênfase vital que marcaria o desenvolvimento do modelo soviético nas décadas por vir: a conexão sempre presente, mesmo nas décadas pós-stalinianas, entre os objetivos econômicos e as prioridades de defesa do país. Estes dois aspectos (a pressão pelos ritmos rápidos de crescimento industrial devido ao cerco de um ambiente externo hostil e a necessidade de sempre se conjugar o desenvolvimento econômico estreitamente com as necessidades de defesa) são fundamentais para se discutir a problemática que estamos introduzindo agora: a questão do fardo dos gastos militares na economia soviética.

Um dos pontos mais citados quando se discutem as dificuldades por que passava a economia soviética nos anos 80 (e que levariam ao desencadeamento da *perestroika*) era a questão dos gastos militares. Com a escalada dos custos envolvidos na produção dos armamentos modernos da era nuclear (armas atômicas, mísseis balísticos intercontinentais etc.) calculava-se que o peso dos gastos militares soviéticos se estaria tornando insuportável ao adentrarmos a década de 80. Era difícil fazer uma estimativa precisa destes dispêndios, já que seu montante era, literalmente, um segredo de estado. A única cifra publicada oficialmente, de maneira regular, era o item *oborona* (= “defesa”) do orçamento anual do país. Entretanto, esta cifra¹²³ era visivelmente baixa demais para cobrir os gastos de um país

¹²³ Com a abertura propiciada pela *perestroika*, alguns dos antigos segredos militares soviéticos foram trazidos à tona. Assim, em 1987, o ministro de finanças Boris Gostev admitiu que o valor do item “defesa” do orçamento daquele ano (20,2 bilhões de rublos) cobria apenas as despesas de manutenção e custos de infraestrutura das forças armadas (salários, pensões, reparos etc.), excluindo gastos de produção industrial militar, P&D de armas e outros. Isto vinha confirmar uma antiga suspeita dos pesquisadores ocidentais: de que o orçamento de defesa oficial da URSS representava, provavelmente, apenas as despesas operacionais e de manutenção das forças armadas, sendo os demais dispêndios disfarçados entre os outros itens gerais da indústria e ciência no orçamento. Mesmo esta base na realidade do orçamento de defesa deve ser aceita

que se mantinha em disputa constante, em busca de paridade¹²⁴ com os Estados Unidos. (Holzman, 1989, p. 101) Isto levava a que, no Ocidente, uma série de instituições e pesquisadores procurassem avaliar o montante "real" dos dispêndios militares da URSS. Na tabelas 8.1 e 8.2 no apêndice 8, apresentamos algumas das estimativas ocidentais no pós-guerra: as da CIA, do SIPRI e de William Lee.

As estimativas da Central Intelligence Agency eram as que tinham mais repercussão no Ocidente, devido a todo o aparato de pesquisadores e acesso a informações classificadas daquela agência do governo americano. Os estudos da CIA eram criticados, ora por subestimar os gastos soviéticos, ora por superestimá-los. William T. Lee era um dos críticos pelo lado da subestimação, enquanto que o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) representava a crítica do outro lado. Todas essas divergências eram naturais, pois as metodologias empregadas para tentar suprir a falta de informações oficiais soviéticas sobre o assunto diferiam.

O SIPRI utilizava o orçamento oficial soviético como base e tentava complementá-lo com informações de outras fontes primárias e secundárias. (*SIPRI Yearbook*, p. 171-172) William T. Lee também partia de fontes oficiais soviéticas, mas não apenas do orçamento e sim dos dados oficiais da indústria e da economia como um todo, tentando reconstituir o "percurso" da produção de bens finais e intermediários de produção (principalmente dos resíduos inexplicáveis pelas estatísticas em cada ramo de produção e que se pressupunha serem destinados secretamente à defesa) e avaliando que percentagem era provavelmente dedicada à produção militar. (Lee, 1977, p. 2 e 138-140) A CIA utilizava um método completamente diferente. Baseado na metodologia dos *building blocks*, a agência, coletando informações que não se baseavam exclusivamente nos livros estatísticos soviéticos e sim também, em grande parte, no uso de fotografias aéreas de satélites e outras formas de espionagem, procurava determinar a quantidade de materiais/produtos e mão-de-obra empregados em cada ramo ou subdivisão do setor militar soviético (por exemplo, quantos aviões eram produzidos, quantos soldados serviam em cada divisão etc.). De posse dessas informações, a CIA calculava quanto custaria para reproduzir, nos EUA, *em dólares*, um aparato militar de exatamente as mesmas proporções e características. (CIA, 1978, p. 13-14; Holzman, 1989, p. 103-104; *SIPRI Yearbook* 1988, p. 134) Isto tudo para se poder ter uma idéia dos gastos comparativos dos dois países em dólares.

Nenhum dos métodos, obviamente, era perfeito. O SIPRI era criticado por basear-se demais em informações oficiais soviéticas (e não determinar precisamente sua metodologia) e William T. Lee por fazer algumas pressuposições discutíveis e ter determinadas inconsistências metodológicas. (Becker, 1985, p. 6 e 8) A CIA era acusada de passar por cima das diferenças estruturais entre as sociedades soviéticas e americanas ao realizar seus cálculos. Por exemplo, imaginar-se quanto custaria, em dólares, nos EUA, manter-se uma brigada de 50 soldados, não quer dizer que o resultado seja o equivalente da quantia realmente gasta na URSS para manter-se estes 50 soldados (já que os soldos dos militares soviéticos eram mais baixos, relativamente, que nos EUA). Igualmente, o sistema de preços na URSS não obedecia às leis de mercado, sendo fixado administrativamente. Assim, um

cautelosamente, pois, posteriormente, um artigo do ministro de Defesa Mikhail Moiseev dava a entender que, por vezes, a liderança soviética disfarçava inclusive a direção (aumento ou diminuição) dos gastos militares oficiais:

“O estado soviético, confrontando-se com a situação político-militar mundial e com a necessidade de resolver rapidamente as complexas tarefas da construção do socialismo, foi obrigado a esconder informações sobre o estado de financiamento da defesa e sobre as tendências de variação [grifo nosso] neste processo. Isto era justificável tanto quando as dimensões absolutas do orçamento eram diminuídas, quanto quando (em consequência de intensificação na ameaça militar ao nosso país) elas eram aumentadas.” (Moiseev, 1989, p. 5)

¹²⁴ A tabela 8.3 do apêndice 8 apresenta as estimativas dos gastos militares do Pacto de Varsóvia, Nato, URSS e EUA. Podemos ali notar a tentativa da URSS de manter sua paridade (e do Pacto de Varsóvia) em relação à corrida armamentista com os EUA (e Nato em geral). Pela tabela, vemos como a União Soviética era responsável, sozinha, pela grande maioria dos gastos do Pacto de Varsóvia como um todo. Se levarmos em conta que o PNB soviético representava de 50 a 65% do americano (em meados da década de 80), vemos como os encargos militares pesavam muito mais sobre a URSS que sobre os EUA.

avião soviético poderia ter seu preço mantido artificialmente baixo (mesmo abaixo de seus custos de produção) onerando menos os ministérios de defesa do que normalmente custaria nos EUA. (*SIPRI Yearbook*, 1992, p. 208-212) Além disso, algumas das revisões periódicas que a CIA fazia de suas estimativas tinham sido criticadas pela inconsistência com os cálculos anteriores da própria agência (daí a diversidade de estimativas da CIA na tabela 8.2 do apêndice 8 do presente trabalho).¹²⁵

Procuremos agora observar a questão do fardo militar em termos de porcentagem de PNB gasto. Se observarmos as tabelas 8.1 e 8.2, veremos que as estimativas do SIPRI, de Lee e da CIA diferem, não apenas em magnitude da porcentagem de PNB dedicada aos gastos militares, mas também, por vezes, na direção (aumento ou diminuição) das modificações desses gastos. Entretanto, podemos entrever algumas tendências gerais que se podem considerar similares na maioria das estimativas. Se nos guiarmos principalmente pelos dados de Lee e CIA na tabela 8.1, veremos que, depois de um alto índice de gastos na primeira metade da década de 50 (devido às tensões da guerra da Coreia), houve uma certa diminuição em 56-57, talvez refletindo a atmosfera de maior distensão do período do XX Congresso (com ênfase na melhoria do setor de consumo da economia). No início da década de 60, com a crise dos mísseis de Cuba, o bloqueio de Berlim e a aceleração da corrida armamentista atômica e da fabricação dos caros mísseis de longo alcance, houve um recrudescimento dos dispêndios de defesa, seguido de uma relativa pausa, entre os anos 1963-65, aproximadamente. O período 1966-70 viu novamente uma rápida aceleração nos gastos militares. Os aumentos dos gastos militares em quantias absolutas nem sempre correspondem aos aumentos em porcentagem de PNB, pois estes dependem de quão rapidamente cresce o Produto Nacional Bruto do país: o mesmo aumento em termos absolutos representará diferentes proporções do PNB em épocas de crescimento mais rápido ou mais lento da economia como um todo. As décadas de 70 e 80 representam tendências diferentes, em termos de porcentagem de PNB. Enquanto Lee vê os gastos subindo constantemente até atingir um auge de 18% do PNB em 1980 (último ano de suas estimativas), a CIA também vê uma porcentagem alta do PNB sendo gasta em defesa, mas de forma relativamente constante durante todo o período, com um pequeno incremento na porcentagem geral a partir de meados da década de 70. É importante notar que as estimativas da CIA sofreram diversas revisões ao longo do período.

A questão que se colocava era a seguinte. A maioria das estimativas ocidentais apontava que o fardo militar estava atingindo proporções incrivelmente altas na década de 80, às vésperas da *perestroika*, e isto numa época em que a economia soviética encontrava dificuldades de crescimento. Vários estudiosos (D. Holloway, W. Lee, M. Castels etc.) apontavam para o fato de que a defesa poderia estar requisitando recursos que seriam necessários em outras áreas da atividade econômica (principalmente investimento e consumo). Alguns autores chegavam a colocar a questão do fardo militar como uma das questões-chaves que levou a economia soviética à beira da estagnação em finais da década de 70 e início de 80, sendo, portanto, um dos pontos “responsáveis” pela necessidade do desencadeamento de uma “*perestroika*” do sistema. O caríssimo programa SDI (Strategic Defense Initiative, conhecido popularmente como “guerra nas estrelas”), proposto pelo presidente americano Ronald Reagan na década de 80, teria complicado ainda mais a situação, forçando os soviéticos a manter (ou aumentar) os gastos militares às custas dos já sacrificados outros setores da economia, o que teria sido uma das “últimas gotas” de estiramento das tensões internas do sistema.

Como avaliar a questão militar na URSS? Teriam os excessivos gastos de defesa contribuído realmente para a decadência econômica do país em finais dos anos 70 e início de 80? Em caso positivo, em que grau? Teria este sido realmente o principal ponto para se explicar a desaceleração da economia no período imediatamente anterior à *perestroika*?

Antes de entrarmos nesta avaliação propriamente, é preciso colocar que o fardo da defesa não era visto pelos analistas apenas pelo ângulo *monetário* da porcentagem crescente de PNB gasta com fins militares (o que significaria que haveria menos recursos financeiros

¹²⁵ Para uma crítica profunda das inconsistências das revisões da CIA, ver Holzman (1989). O autor levanta suspeitas de uso político das estatísticas da agência.

nas áreas de investimento civil ou consumo). Na URSS, desde os anos 30, havia-se formado um *sistema de prioridade para o setor de produção militar*. (Cooper, 1976, p. 3; CIA, 1978, p. I; Holloway, 1982, p. 280-281; Gaddy, 1996, p. 40-43) Devido às conhecidas dificuldades de abastecimento de matérias-primas e componentes no país (com problemas de atraso no fornecimento ou de qualidade dos produtos entregues), o setor militar tinha prioridade na entrega de produtos de melhor qualidade e, freqüentemente, recebia a alocação da melhor mão-de-obra especializada existente. Uma corrente ocidental de análise inclusive via a economia da URSS como um modelo dual: um setor civil com grande incidência de deficiências e um setor militar bastante eficiente em termos de qualidade relativa de produção. (Davis, 1990, p. 155) Esta eficiência era obtida, em grande parte, graças ao sistema de prioridade, que poupava o setor militar das dificuldades cotidianas de abastecimento por que passava o setor civil. Além disso, o setor militar tinha, de longa data, seus próprios inspetores de qualidade (os *voenpredy*), com poder e autonomia para rejeitarem *brak* (= “produção defeituosa”) das empresas fornecedoras. (MO SSSR, 1976-1980, v. 2, p. 271-272; Voenpredy, 1987, p. 1)

Tudo isso fazia com que o setor militar na URSS tivesse uma produção de qualidade, respeitada inclusive a nível internacional.¹²⁶ Entretanto, este sistema de prioridade era visto também como uma fonte extra de “fardo” sobre a economia como um todo na medida em que drenava uma proporção excessivamente alta da melhor mão-de-obra e dos melhores produtos intermediários para si, deixando menos para os setores civis. Isto não seria um problema, se o setor militar servisse como um modelo de eficiência (em termos de processos gerenciais ou tecnológicos) a ser “copiado” ou seguido pelas empresas da economia civil. Entretanto, os críticos apontavam para o fato de que a atmosfera de excessivo sigilo que cercava quase todos os projetos de defesa impedia que as inovações realizadas naquele setor se transferissem automaticamente à área civil. Ou seja, na visão destes críticos, o setor militar funcionava como uma “esponja”, absorvendo uma cota desproporcional dos recursos materiais e humanos do resto da economia e não retribuindo à altura como poderia, com *spin-offs* tecnológicos ou gerenciais. (Castels & Kiselyova, 1995, p. 29)

¹²⁶ Um estudo comparativo da corrida tecnológico-militar entre a URSS e os países ocidentais avançados, realizado pelo Centre for Russian and East European Studies (CREES) da University of Birmingham na Grã-Bretanha, resumia assim alguns dos principais aspectos do nível tecnológico comparativo do setor de defesa soviético:

“[...] a relação tecnológico-militar entre a União Soviética e os países capitalistas avançados sofreu variações [...] Nos anos 30, a União Soviética criou a maior indústria de produção de tanques do mundo e alguns dos seus *designs* para tanques estavam entre os mais avançados. Nos anos 40 e 50, os tanques soviéticos eram superiores à maioria dos tanques ocidentais. Nos anos 60, entretanto, as potências ocidentais criaram vários MBTs (Main Battle Tanks) que dissiparam a liderança dos soviéticos nesta área. Nos anos 70, os soviéticos equilibraram a situação. Quanto à pesquisa de foguetes, os soviéticos estiveram entre os pioneiros neste campo nas décadas de 20 e 30. Após 1945, a URSS embarcou em um programa de mísseis balísticos com base na tecnologia capturada dos alemães. Nos anos 50, a União Soviética clamava para si duas importantes realizações: a primeira explosão bem-sucedida de uma bomba de fusão nuclear e o primeiro voo experimental bem-sucedido de um ICBM (Intercontinental Ballistic Missile) [...] Nos anos 60, houve uma aceleração no desenvolvimento das tecnologias americanas de ICBM que deixou a União Soviética bem para trás. Nos anos 60 e princípio da década de 70, a União Soviética introduziu duas novas gerações de ICBMs que ajudaram a diminuir o hiato tecnológico. Assim, a relação entre o nível tecnológico dos dois lados tem variado.” (Holloway, 1982, p. 276-277)

O estudo do CREES alcançava somente a década de 70. Em 1987, uma avaliação comparativa semelhante foi feita pelo departamento de defesa americano. Em 20 áreas de tecnologias *básicas* (com potencial de aproveitamento militar), os EUA lideravam em 15 campos, a URSS em nenhum e empatavam em 5 (ótica, fontes de energia, carga explosiva convencional, energia direcionada e carga explosiva nuclear). No setor específico de tecnologias de sistemas militares desenvolvidos, de 31 áreas, os EUA lideravam em 16, empatavam em 10 e a URSS liderava em 6 (guerra química, guerra biológica, defesa de mísseis balísticos, minas, defesa anti-satélite e mísseis terra-ar). (JEC, 1988, p. 158-160) É importante notar que esta avaliação se referia somente ao nível da tecnologia em si, e não media necessariamente a eficiência com que estas armas pudessem ser empregadas na prática.

Esta visão do setor militar como “esponja” de recursos é difícil de ser avaliada em vista da precariedade das informações disponíveis. Primeiramente, sempre foi complicado determinar exatamente o que era *especificamente militar* nas indústrias daquele setor. Desde os anos 30, a economia da URSS foi planejada para assegurar *convertibilidade* das indústrias civis e militares para o caso de guerra. (Lagovskii, 1961, p. 179, 180 e 184) Assim, a famosa indústria civil de tratores da URSS foi criada de modo que pudesse ser utilizada para produção de tanques de guerra, caso necessário. (Cooper, 1976, p. 13; MO SSSR, 1976-1980, v. 7, p. 662-664) Igualmente, as indústrias dos ministérios militares produziam uma quantidade surpreendente de bens civis que variavam desde gravadores, motocicletas e tratores até... carrinhos de bebê e samovares!¹²⁷ Segundo afirmativas do próprio Brezhnev no XXIV Congresso do PCUS, em 1971, 42% da produção dos ministérios militares era destinada a fins civis. (Brezhnev, 1971, p. 46) Obviamente, o contrário também era verdadeiro: parte da produção civil (por exemplo, aço, matérias-primas etc.) era consumida pelas indústrias de defesa.

Em segundo lugar, é necessário qualificar a visão de que o setor de defesa transferia muito pouco de suas inovações tecnológicas ou gerenciais para a área civil. Na verdade, isso pode ter variado com o tempo e dependido das condições gerais da economia. Se, por um lado, nos anos 80 esta afirmação parece ter validade, vista de uma maneira geral, por outro lado, alguns autores enfatizaram como o setor militar, por diversas vezes, serviu para forçar a elevação do nível tecnológico *da economia como um todo*. Cooper (1976, p. 24-25 e 28) forneceu alguns exemplos da época da industrialização dos anos 30. Naquela década, as empresas militares não apenas diretamente fabricaram entre um sexto e um quinto do total de máquinas-ferramentas do país, como suas excessivas exigências, em termos de qualidade e necessidade de máquinas cada vez mais sofisticadas para fins militares, exerceram uma pressão “para cima” no que se referia a demandas técnicas para as empresas produtoras civis, forçando-as a elevar seus níveis tecnológicos. Por exemplo, a necessidade de aço e ligas de alta qualidade para a produção de armamentos levou à criação de empresas com capacidade para tal produção. A aviação civil foi diretamente beneficiada pelas inovações conseguidas na produção de aeronaves militares (um dos setores que tinha maior prioridade no esquema de rearmamento soviético): os aviões civis eram freqüentemente adaptações dos modelos militares. Além disso, como colocou um especialista soviético da época, citado por J. Cooper em seu *paper* de 1976:

“...as exigências da indústria de aviação nos outros ramos de produção eram tão grandes que elas exerciam um influência decisiva no perfil e desenvolvimento de uma série de outros ramos de produção (metalurgia ferrosa e não-ferrosa, indústria de máquinas-ferramentas, engenharia elétrica etc.)” (Rinberg, 1935, p. 3)

Assim, a questão do setor militar como uma “esponja” de recursos, em relação à URSS, dependerá do contexto da época. O próprio conceito do setor militar como um “fardo” sobre a economia de um país como um todo é aberto à discussão. Isto é visto mais claramente dentro da economia capitalista. Nos Estados Unidos, por exemplo, grande parte da produção de armamentos é realizada por empresas *do setor privado*, que recebem encomendas governamentais.¹²⁸ Inclusive, uma quantidade significativa desta produção é

¹²⁷ Depois de analisar cuidadosamente a que ministérios pertenciam as diferentes empresas soviéticas produtoras de alguns bens civis selecionados, Cooper (1986, p. 38 e 41) concluiu que, dos produtos fabricados em 1980, as indústrias dos ministérios de defesa produziram 100% dos videocassetes, tvs, rádios e câmaras fotográficas, além de (aproximadamente) 10% dos automóveis, 30% das bicicletas, 47% dos refrigeradores, 35% das máquinas de lavar e 33% dos aspiradores de pó.

¹²⁸ O Departamento de Defesa americano subcontrata a empresas privadas grande parte dos bens e serviços que adquire. No ano fiscal de 1985, por exemplo, o orçamento do Departamento de Defesa foi de 264,2 bilhões de dólares. Deste total, mais da metade (150,7 bilhões) foi destinada a empresas privadas para aquisição de armas, veículos, subvenção de Pesquisa e Desenvolvimento etc. (Department of Defense, 1985, p. 9; *Statistical Abstract of the United States* 1987, p. 298)

exportada.¹²⁹ Assim, a criação de armamentos não apenas proporciona lucro, como movimentada a economia e gera empregos. Nessas condições, a marca do “apogeu” de 18% do PNB destinado ao setor militar que a URSS atingiu nos anos 80 (segundo a estimativa ocidental mais alta entre as apresentadas no apêndice 8) não representaria, *necessariamente*, um sinal de “fardo insuportável” para a economia. Não existe correlação *definitiva* entre gastos militares e diminuição da atividade econômica entre os países do mundo. No máximo, pode-se falar de tendências observadas com alguma frequência. Basta dizer que a URSS não era o país do mundo com maior percentagem de gastos militares do PNB. Israel, por exemplo, no período 1970-1985, empregou uma média anual de 23,8% de seu PNB em defesa e não se observava correlação direta entre os períodos de maiores gastos militares e os de desaceleração econômica no país. (WMEAT 1970-1979, p. 63; WMEAT 1989, p. 51)

Entretanto, os exemplos acima são de economias capitalistas, onde a possibilidade do lucro poderia transformar a produção de armamentos em um comércio, mais do que ser unicamente um “fardo na economia”. Mas e num sistema não-capitalista como o soviético, onde esta possibilidade era mais limitada?¹³⁰ Representaria 18% da renda nacional¹³¹ na década de 80 uma carga insuportável para o país?

Analisando-se exclusivamente a experiência histórica da URSS, também não se chega a uma conclusão definitiva sobre a correlação entre o aumento dos gastos militares e a desaceleração econômica. O final dos anos 70 e os anos 80 não foram o período de maior percentagem de PNB gasto em defesa. Mesmo excluindo-se o período da Segunda Guerra Mundial, dois outros períodos representaram gastos iguais ou maiores que nos anos 80 em termos de gastos militares em percentagem de PNB: a *primeira metade da década de 50*, quando, sob a influência das tensões da guerra da Coreia, os gastos atingiram um pico de quase 20% do PNB, segundo estimativas ocidentais (ver dados da coluna CIA-3 na tabela

¹²⁹ Na década que antecedeu a *perestroika* (1975 a 1985), o valor das exportações de armas dos EUA totalizou 103,5 bilhões de dólares (a preços de 1983). Isto equivalia (em dólares constantes de 1983) à cerca de metade do PNB do Brasil em 1984! (WMEAT 1986, p. 67 e 139).

¹³⁰ Apesar do potencial lucrativo da indústria de armamentos ser menor na URSS que nos países do Ocidente (onde parte da produção é realizada pela iniciativa privada), ele não era de todo nulo no período que precedeu a *perestroika*. Afinal, a URSS também realizava exportação de armas em larga escala. É verdade que até a década de 60 estas seguiam uma lógica mais baseada na ideologia (exportação a países socialistas em moeda local, fornecimento a movimentos de liberação nacional etc.) que em objetivos comerciais, mas isto sofreu uma mudança posteriormente.

“[A partir da década de 70,] apesar das armas soviéticas ainda serem comparativamente baratas, ficou marcada uma mudança nas práticas dos anos 50 e 60 quando a URSS oferecia grandes descontos, financiamento em dez anos a juros de dois por cento ao ano, e aceitava mercadorias locais como forma de pagamento. A mudança nesta política veio parcialmente em resposta ao aumento nas rendas dos países produtores de petróleo, alguns dos quais — Iraque, Líbia e Argélia — ficaram entre os maiores compradores dos soviéticos. Mas, mesmo a Etiópia, ao que parece, tinha que cobrir suas compras em moeda forte. O resultado líquido desta política foi melhorar o saldo comercial soviético. Estima-se que, entre 1971 e 1980, 65% da venda de armas soviéticas aos países menos desenvolvidos era em moeda forte, e rendeu \$21 bilhões.” (Holloway, 1983, p. 125)

¹³¹ Com as revelações da *perestroika* veio também o montante que os gastos militares “reais” da URSS chegaram a atingir na década de 80. Quem os revelou foi o próprio Gorbachev, em discurso pronunciado em 1990 na cidade de Nizhniy Tagil, nos Urais:

“[...] no período do décimo primeiro plano quinquenal, e mesmo no décimo segundo [...] o peso dos gastos militares chegou a atingir 18% da renda nacional [...]” (Gorbachev, 1990, p. 2).

Assim, na década de 80, os gastos militares chegaram a atingir 18% da renda nacional da URSS. O conceito soviético de renda nacional (chamado no Ocidente de Produto Material Líquido) difere do conceito ocidental de Produto Nacional Bruto (= total de bens e serviços produzidos pelo conjunto de pessoas físicas e jurídicas de um país), principalmente pelo fato de incluir somente a produção *material*, excluindo o setor terciário de serviços. Assim, levando-se em conta que em 1985 (segundo *Narkhoz* 1990, p. 5) o PML da URSS representava 74,4% de seu PNB, o máximo de 18% do PML a que se referiu Gorbachev representaria 13,4% do PNB soviético na época.

Esta cifra de 18% do PML (ou 13,4% do PNB) era quatro vezes maior que as cifras apresentadas oficialmente pelos líderes russos no período anterior à *perestroika*. Pela tabela 8.2 do apêndice 8 vemos que as dotações oficiais de defesa do orçamento soviético entre 1981 e 1985 (período do décimo primeiro plano quinquenal) representavam pouco acima de 3% do PML.

8.2 do apêndice 8) e também *os anos que precederam a Segunda Guerra Mundial, na década de 30*. Exatamente a primeira metade da década de 50 foi um dos períodos de grande crescimento econômico da URSS; maior, por exemplo, que na menos tensa militarmente segunda metade da década (ver tabelas do apêndice 3). Os anos 30 representam um caso mais complexo, que merece ser analisado em maiores detalhes.

Primeiramente, a década de 30 é um período em que o índice de informações disponíveis no Ocidente, principalmente sobre assuntos sigilosos como a defesa nacional, era bem menor que nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Com a desintegração da União Soviética e a abertura parcial de antigos arquivos classificados de instituições soviéticas como o Gosplan, o Sovnarkom (Conselho de Comissários do Povo) e outras, está-se tornando possível obter uma idéia mais precisa dos gastos militares “reais” daquela época, apesar de as informações serem apresentadas ainda em forma fragmentada, resultado de trabalhos de pesquisadores individuais para diferentes anos da época. Na tabela 8.5 do apêndice 8 aparecem várias estimativas de gastos militares em percentagem de PNB/PML. Bergson e JEC 1957 realizaram suas estimativas antes da *perestroika*; Davies e Harrison, na década de 90, tiveram acesso aos antigos arquivos classificados soviéticos. Bergson (1961, p. 149) deixava claro que calculava os gastos de defesa, *como colocados oficialmente no orçamento da URSS* (apenas excluindo aposentadorias militares), sem pretender desvendar os dispêndios militares “escondidos” em outras dotações da indústria e ciência. JEC 1957 se propunha a calcular os gastos “reais” de defesa. Analisando-se pelo ano 1940, JEC 1957 chegou a uma avaliação consistente com as descobertas “pós-*perestroika*” de Davies e Harrison. Apesar de Davies e Harrison não fornecerem dados precisos para os anos 1937-40, se pudermos nos guiar pela percentagem do orçamento soviético oficialmente dedicado à defesa (ver linha *oficial % orç.* da tabela 8.5), observamos que, de 1936-7 até 1940, os gastos com defesa sofreram uma aceleração vertiginosa. É verdade que os anos 1937-40, apesar de serem marcados por crescimento econômico, o foram de maneira menos intensa que em alguns outros períodos da década. Segundo dados oficiais, o Produto Material Líquido da URSS cresceu a médias anuais de 16,2% entre 1928 e 1937 e “apenas” 10% entre 1937 e 1940. Pela perspectiva ocidental, segundo um dos cálculos de Bergson (1961, p. 271), o PNB soviético cresceu a médias anuais médias de 11,9% em 1928-37 e 3,4% em 1937-40. Isto poderia significar que os gastos militares amplificados em 1937-40 repercutiram negativamente no crescimento econômico. Entretanto, isto provavelmente é apenas uma parte da verdade, pois este comportamento parece ter sido parte de um caráter cíclico maior do desenvolvimento da economia no período, do que exclusivamente uma função dos gastos militares.

Na década de 30, a URSS, ao contrário dos países capitalistas, teve um crescimento econômico contínuo. Entretanto, este processo não foi regular. Podem-se distinguir alguns “ciclos” de crescimento mais rápido e menos rápido da economia, devido ao que Davies (1994, p. 154-156) chamou de “crises de superinvestimento”. O excesso de ambição dos planos quinquenais grandiosos, e a radicalidade das transformações estruturais por que passava o país num processo de industrialização forçada, tornava difícil planejar e prever centralmente todos os detalhes destas transformações e manter as proporções devidas entre os diferentes ramos de produção. Periodicamente estas desproporções tornavam-se cada vez mais numerosas. Surgia um momento em que se tornava impossível cumprir todos os projetos ambiciosos planejados por falta de recursos em alguns setores e excesso em outros: vários projetos, então, se acumulavam como “incompletos” (o que aumentava mais ainda o desequilíbrio da economia, pois se contava com aqueles projetos para “alimentarem” outros ramos produtivos). Nesse momento, os planos anuais tinham que ser revistos, uma quantidade menor de novos projetos era apresentada e dava-se ênfase a conclusão de projetos já iniciados. Este ritmo mais “calmo” permitia que se aumentasse a percentagem de projetos concluídos como previsto, o que restaurava um melhor equilíbrio e proporção entre os diversos ramos produtivos. Assim, a economia soviética seguia um ritmo cíclico de: fase de investimentos e planos ambiciosos → excesso de investimento → aumento das desproporções entre os diferentes ramos econômicos → diminuição dos ritmos planejados, com vista à diminuição do número de projetos incompletos etc. → aumento no número de

projetos completados, melhor proporção entre os diversos ramos → retomada de ritmos rápidos de crescimento → nova fase de investimentos e planos ambiciosos. A maioria dos estudos ocidentais do fenômeno vê as seguintes fases de crescimento *mais rápido* (+) e *menos rápido* (-): 1928-1930(+); 1931-33(-); 1934-36(+); 1937-39(-) (Zaleski, 1971, p. 270; Davies, 1994, p. 154). O ano de 1940 é controverso nas estimativas ocidentais, com alguns autores incluindo-o dentro da fase de crescimento desacelerado de 1937-39 (Davies, 1994, p. 154), e outros apontando para uma determinada recuperação às vésperas da guerra.¹³² (Zaleski, 1971, p. 270) As estatísticas oficiais soviéticas também apontam estes “ciclos”, mas com pequenas diferenças em alguns anos. (Davies, 1994, p. 154; ver também tabela 3.2 do apêndice 3) Segundo os dados soviéticos, os ciclos são os seguintes: 1928-1931(+); 1932-33(-); 1934-36(+); 1937-38(-); 1939-40(+).

Assim, em relação aos gastos de defesa nos anos 1937-40, não parece que eles tenham sido os *principais* causadores da desaceleração do crescimento econômico do período (apesar de possivelmente também terem contribuído, em parte, para isso, juntamente com os efeitos negativos que os grandes expurgos da época tiveram sobre a camada de quadros da administração). Como vimos acima, esta desaceleração parecia inserir-se num quadro cíclico maior da economia. Tanto que o período 1939-40, exatamente quando os soviéticos estavam aumentando urgentemente os gastos com defesa devido à proximidade da guerra, foi uma época de “aceleração” dentro dos ciclos vistos acima.

Além dos anos 1937-40, o período do primeiro plano quinquenal (1928-32) que, pelo menos até a década de 70, era considerado, no Ocidente, um período em que os gastos militares estavam num nível relativamente moderado em termos de percentagem de PNB, também foi marcado por gastos militares que, se não eram da magnitude de 1937-40, eram, no mínimo, o dobro, do que se antes julgava. (Davies, 1993, p. 580; ver também tabela 8.5 no apêndice 8) Ou seja, a maior parte dos anos 30 foi marcada por um nível relativamente alto de gastos militares, com um pico no final da década. Entretanto, também foram marcados por acelerado crescimento econômico. Além disso, como podemos ver comparando as tabelas 8.6 e 8.4 do apêndice 8, as taxas de crescimento anual médio de gastos militares na URSS foram incomparavelmente mais altas nos anos 30 que nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial: 26,6% entre 1928 e 1940 (Ofer na tabela 8.6) contra médias anuais pouco acima de 3% para todo o período 1955-85 (segundo o mesmo Ofer na tabela 8.4). Ou seja, na década de 30, o impacto da introdução da crescente militarização foi muito maior, pois se partiu de um patamar menor em termos de gastos com defesa. Nas décadas do pós-guerra, em que a URSS já partiu de um patamar mais elevado em termos de economia militarizada, os aumentos de dispêndios com segurança nacional foram menores e mais igualmente distribuídos ao longo do tempo. Se houvesse alguma correlação direta entre aumento de gastos militares e impacto desagregativo na economia como um todo, esta correlação deveria ter-se feito sentir mais fortemente na década de 30 do que no pós-guerra (quando os gastos se mantiveram constante e uniformemente altos, tanto em períodos de rápido quanto de mais lento crescimento econômico).

Assim, a questão do “fardo dos gastos militares” na economia soviética tem que ser vista dentro dos diferentes contextos históricos. Um alto nível de gastos militares não representa *automaticamente* desaceleração econômica. Tudo dependerá de como esta “economia de guerra” se encaixa no modelo econômico geral do sistema. (Holloway, 1983, p. 171) Ao que tudo indica, nos anos 30, por exemplo, em que o processo da industrialização inicial de uma economia menos sofisticada exigia grande concentração de recursos em áreas básicas (construção de grandes usinas hidroelétricas, produção de aço, máquinas-ferramentas etc.), a “disciplina” e hierarquia na distribuição de recursos estimulada pela economia militarizada parece ter servido de estímulo para manter os ritmos da “industrialização forçada”. (*ibid.*) Já na década de 80, com uma economia industrial e desenvolvida, uma população de nível educacional alto e hábitos urbanos mais exigentes, as contradições entre as demandas do setor civil e militar estavam-se tornando mais agudas.

¹³² Algumas estimativas ocidentais, acompanhando a curva das estimativas oficiais soviéticas, notam uma pequena recuperação já em 1939-40, após o crescimento mais reduzido de 1938 (ver, por exemplo, Moorsteen & Powell, 1966, p. 622-623).

Além disso, os padrões industriais mundiais estavam caminhando em direção ao que Piore & Sabel (1984) chamavam de *especialização flexível*. Esta flexibilidade exigida pelos novos paradigmas industriais entrava em contradição com o caráter eminentemente rígido de uma economia militarizada.

O problema do "fardo militar", no caso soviético, parece não ser uma questão de quantias ou percentagens em si, mas sim da maneira como este setor militarizado "se encaixa" na economia como um todo. Nos anos 30, a economia militarizada parece não apenas não ter atrapalhado, como talvez inclusive ter possibilitado um crescimento econômico baseado na industrialização forçada. Na época do pós-guerra, na primeira metade dos anos 50, o alto índice de gastos militares também não impediu um rápido crescimento econômico.¹³³ Quanto às décadas de 70 e 80, a maioria dos analistas ocidentais parece ter visto uma contradição emergindo entre o setor militar e civil da economia. Mas se por um lado as demandas do setor militar pareciam estar-se tornando excessivas para as condições da economia como um todo, parece ser exagerado colocar este processo como um de *causalidade* (como, por vezes, o colocam certos autores), ou seja, dos gastos militares *causando* a desaceleração econômica, e sim como o caso de uma economia algo claudicante, que já continha falhas, e que não estava mais em condição de manter um aparato militar tão grande. Para tornarmos esta idéia mais clara, podemos traçar um paralelo, *no mundo ocidental*, com o aparato de *welfare state* (salários-desemprego, medicina gratuita etc.) que, nos dois últimos decênios, tem estado sob ataque até nas tradicionais social-democracias européias. Não é que os gastos do *welfare state* tenham *causado* a desaceleração econômica ocidental iniciada nos anos 70 (como por vezes parecem sugerir alguns economistas monetaristas) e sim que, devido a uma crise estrutural (cujas causas estão em outra parte e são ligadas também às mudanças no paradigma industrial mundial) as economias ocidentais parecem não se encontrar mais em condições de manter um aparato tão grande da rede social do *welfare state* quanto antes. Mas o fato de as despesas do *welfare state* estarem-se tornando um fardo pesado num mundo de mercados menores e competição intensificada e flexível não significa que essas despesas tenham sido a *origem* dos problemas da desaceleração.¹³⁴

¹³³ Mesmo no setor de consumo (onde o problema dos gastos militares é freqüentemente colocado como o dilema *guns versus butter*), o nível de consumo *per capita* da URSS parecia estar mais ligado a outros fatores como, por exemplo, o desempenho da agricultura (e produtividade agrícola) — são famosos os efeitos devastadores sobre a economia soviética dos anos de má colheita! — do que propriamente a aumentos e diminuição nos gastos militares. (Cohn, 1970, p. 174)

¹³⁴ Alguns estudos econométricos parecem confirmar esta tese de que os gastos com defesa, apesar de representarem um fardo considerável na economia, não seriam a principal causa da desaceleração econômica da URSS. Becker, na resenha que fez em 1985 de três estudos econométricos ocidentais de simulação de substituição de gastos militares soviéticos por investimentos civis — Hopkins/Kennedy (1982), Wharton Econometric-SOVMOD (Bond, 1983) e Hildebrandt (1983) — chegou à conclusão que, sem a resolução do problema da estagnação da produtividade na economia, que a URSS vinha sofrendo nos anos 70 e 80, uma diminuição nos gastos com defesa teria pouco efeito prático para uma renovada aceleração da atividade econômica soviética:

“A importância desta conclusão é realçada se considerarmos a magnitude da melhoria [econômica] resultante de uma diminuição dos custos de defesa. Os vários estudos de simulação de maneira geral concordam que os benefícios de crescimento advindos de uma limitação do aumento dos gastos militares são limitados. Apesar do orçamento de defesa ser grande, as mudanças postuladas nestes estudos e a magnitude da desaceleração real de gastos [militares] são relativamente pequenas em comparação ao imenso volume de capital fixo da sociedade [...] A diferença entre os gastos militares mantidos após 1976 a uma taxa assumida de 4,5% e a taxa limitada [dos estudos] teria totalizado, em 1982, cerca de 37 bilhões de rublos [...] Se esta quantia consistisse inteiramente de materiais e equipamentos facilmente transformáveis em recursos para investimentos, [...] o investimento industrial teria aumentado, neste período, em 13%, mas isto teria adicionado apenas 6% ao valor do capital industrial fixo ao final de 1981...

Assim, os cortes [nos gastos militares] teriam que ser mais substanciais e prolongados para se ter um impacto mais significativo nas taxas de crescimento do PNB. Dependendo de como essas economias fossem realocadas, os efeitos no consumo poderiam ser mais aparentes. Assumindo que os cortes em gastos com encomendas militares fossem alocados à formação de capital, Hildebrandt foi o mais

Por fim, uma última palavra para melhor contextualização do problema. Toda a discussão acima se pautou em critérios de racionalidade econômica de mercado. Ou seja, qual o custo de oportunidade dos dispêndios militares? A economia da URSS estaria melhor, mais eficiente, crescendo mais rapidamente, se estes gastos não estivessem sendo empregados em defesa e sim em outra esfera produtiva? Entretanto, este tipo de análise, freqüentemente empregada por analistas ocidentais ao examinar a questão militar soviética, deixa de lado um fator importante, ou seja, que *a lógica do Estado soviético não era guiada primariamente por considerações de racionalidade econômica de mercado*. O Estado soviético, desde as origens leninistas, adotava suas decisões baseado em critérios de *maximização de poder* (dentro de uma lógica marxista), que freqüentemente entrava em choque com os princípios de eficiência microeconômica capitalista. A questão da sobrevivência e fortalecimento do poder soviético, dentro de um contexto de “cerco capitalista”, foi a consideração principal nas primeiras décadas de sua existência. Todos os outros objetivos, táticos e estratégicos, ficavam subordinados a esta questão: o que não é difícil de entender visto a seqüência de episódios militares (como Primeira Guerra Mundial, intervenção estrangeira, guerra civil, rearmamento geral na década de 30, Segunda Guerra Mundial...) em que se viu envolvido o poder soviético literalmente desde seu nascimento. (Gorbachev, 1988, p. 173-174) Mas não apenas isso. Mesmo a partir da década de 60, em que, já fortalecida, a URSS podia “dar-se ao luxo” de transferir parte da competição com o capitalismo para o plano econômico, outros aspectos tornavam impossível, na prática, a “coexistência pacífica” duradoura entre os dois sistemas (a despeito da retórica oficial eventualmente empregada). Assim como o capitalismo é intrinsecamente expansionista, devido às características do processo de valorização-acumulação de capital, a lógica marxista do poder soviético tornava-o inerentemente expansionista também. Isto fica mais claro visto do ângulo de uma teoria como a da revolução permanente, em que o florescimento do sistema comunista não seria possível sem o concomitante enfraquecimento (e posterior desaparecimento) do capitalismo a nível mundial. A coexistência de dois sistemas baseados em lógicas mutuamente exclusivas tornava o militarismo uma consequência quase que natural. Durante toda sua existência (mesmo no auge da época do *slogan* “coexistência pacífica”),¹³⁵ os líderes soviéticos deixavam claro o

pessimista entre os estudos citados, estimando que, se o orçamento de defesa fosse congelado ao nível de 1980, seria obtido um aumento anual de apenas 0,5% em consumo *per capita*. Hopkins e Kennedy eram mais otimistas: no seu estudo, o congelamento do orçamento de defesa renderia um aumento em consumo *per capita* de 1%. Apenas se a diminuição dos gastos militares fosse acompanhada de outras medidas que aumentassem a produtividade dos recursos em uso [...] os efeitos teriam sido substanciais, mesmo a médio prazo.” (Becker, 1985, p. 32-33)

Assim, a chave para os problemas de desaceleração econômica estava na resolução do problema da estagnação na produtividade a partir dos anos 70, e não nos gastos de defesa *em si*. Ou seja, era possível um cenário (que aliás era o que ocorreu nos anos 30 e parte das décadas de 50 e 60) em que aconteceria um aumento de gastos militares, *concomitante* a um aumento no *consumo* e (rendimento de) *investimento*: bastaria que a produtividade fosse crescente. Como a partir dos anos 70 a produtividade estava estagnada (ou mesmo decrescente, segundo alguns autores ocidentais), os gastos com defesa se tornavam um fardo pesadíssimo. Entretanto, de nada adiantaria realizar cortes militares, se não fosse resolvido a raiz do problema, que era a *estagnação na produtividade*. Esta é uma das razões por que os esforços posteriores de Gorbachev de realizar cortes no orçamento militar e de reconversão de indústrias militares em indústrias civis não renderam os resultados desejados.

¹³⁵ Vejamos, por exemplo, as palavras de Khrushchev :

“Agora, deixem-me falar um pouco de guerra e paz [...] É claro que nós não gostamos de gastar o trabalho de muitas pessoas na produção de meios de destruição em vez de bens materiais benéficos. Mas, enquanto coexistirmos num mundo com países imperialistas, enquanto os monopolistas se opuserem ao acordo de desarmamento, nós somos obrigados a manter um exército equipado com o mais moderno equipamento e armas militares [...]

Recentemente, nós tivemos que enfrentar o seguinte problema na União Soviética. O estado estava vendendo carne à população a preços mais baixos do que ele pagava às fazendas coletivas [...] A carne estava sendo vendida a preço abaixo do custo de produção.. Nós tivemos que aumentar o preço que o estado pagava, de modo que as fazendas coletivas pudessem obter [lucro...] Mas, de onde obter os fundos [necessários]? Naturalmente, nós poderíamos ter diminuído as alocações da defesa e

sentimento de ameaça permanente que representava o capitalismo. Inclusive esta ameaça permanente era usada como justificativa para a manutenção do formidável aparato de defesa. (Stalin, 1946-1951e, p. 38-39; Stalin, 1946-1951g, p. 302 e 305; Khrushchev, 1963, p. 172-173; Brezhnev, 1970-1982b, p. 375; Gorbachev, 1988, p. 173-174; Moiseev, 1989, p. 5)

Em conclusão, este “formidável aparato de defesa” era parte integral do sistema soviético staliniano e pós-staliniano, não cabendo, do ponto de vista interno do sistema, possibilidade de *trade-off* (em termos puramente econômicos de custos de oportunidade) dos gastos militares por um sistema que priorizasse fortemente o setor civil.¹³⁶ Além disso, em relação especificamente à *perestroika*, não há indicações diretas que a existência e manutenção deste aparato tenha *causado* a desaceleração econômica nas décadas de 70 e 80 (e que levaram a liderança do país a deslanchar o processo da “reestruturação”).¹³⁷

produzido menos bombas, foguetes e outras armas. Entretanto, nós nos perguntamos se isso seria uma decisão sábia. O povo daria palmadinhas nas nossas costas? Como todos os membros do governo soviético e do Comitê Central do nosso partido, eu sabia que quando o preço da carne sobe, os compradores não ficam satisfeitos. Todo mundo quer um produto melhor e mais barato. É natural. E, mesmo assim, nós decidimos aumentar o preço da carne [ao consumidor...]” (Khrushchev, 1963b, p. 172-173)

¹³⁶ Esta possibilidade de *trade-off* existiria somente em termos estratégicos *político-militares*, em que uma política de desarmamento *geral*, com manutenção de paridade, possibilitaria à URSS investir mais no setor civil, tentando transferir o grosso da competição socialismo-capitalismo para o campo econômico. (Khrushchev, 1963a, p. 158; Gorbachev, 1988, p. 173-174)

¹³⁷ O fato de, ao contrário de alguns autores, não considerarmos o alto grau de dispêndios militares como um dos fatores que poderia explicar *per se* a desaceleração econômica *específica* do período *pré-perestroika* na URSS não significa que não consideremos que as despesas militares representavam um considerável fardo para o sistema econômico do país. O fardo da defesa era *um* dos principais fatores que explicavam por que a URSS, apesar de possuir um dos maiores PNBs do mundo, não conseguia prover seus cidadãos com um nível de vida condizente com a dimensão da renda nacional produzida. Entretanto, como enfatizamos anteriormente, este alto nível de despesas com defesa foi uma constante na maior parte do período soviético pós-década de 30 e, portanto, não poderia servir de explicação para períodos *específicos* de desaceleração econômica (principalmente porque não é encontrada correlação direta e inequívoca entre os períodos de aumento de despesas militares e de desaceleração do crescimento econômico do país).

8 A QUESTÃO DA AGRICULTURA SOVIÉTICA

8.1 INTRODUÇÃO

Um ponto, com características similares ao problema dos gastos militares em suas conseqüências na desaceleração econômica da URSS nas décadas de 70 e 80 (desaceleração essa que levaria à necessidade de uma *perestroika* do sistema em meados dos anos 80), era o da agricultura. A agricultura soviética, depois de ter sido vista como fonte de acumulação de recursos para financiar o processo de industrialização forçada dos anos 30, a partir dos anos 60 passou crescentemente a ser considerada, por muitos, um “fardo” na economia do país, em vista da relação desfavorável entre a enorme quantidade de recursos que consumia e sua baixa produtividade. (Hedlund, 1984, p. 11; Doolittle & Hughes, 1987, p. 27) Pela tabela 9.1 do apêndice 9 podemos ver que, enquanto que no período pré-Segunda Guerra Mundial, o setor agrícola tinha prioridade menor na escala de destinação dos investimentos, a partir dos anos 50 esta cota foi progressivamente aumentando: na década que antecedeu a *perestroika*, mais de um quarto dos investimentos de capital do país eram dedicados, direta ou indiretamente, à agricultura.¹³⁸

Esta situação se tornava crítica, pois com a queda nas taxas de crescimento da produtividade do capital soviético, em geral desde os anos 60 (esgotamento do modelo extensivo de crescimento) (ver tabela 5.1 do apêndice 5), tornava-se necessária uma quantidade cada vez maior de investimentos para se manter o crescimento econômico. (Gorbachev, 1985, p. 15) No início dos anos 80, às vésperas da *perestroika*, a competição por recursos entre agricultura, defesa, indústria e outros setores estava cada vez mais acirrada.

A princípio, uma alta destinação de recursos ao setor agrícola não seria problema se os rendimentos advindos desta área fossem correspondentemente altos. Os críticos, entretanto, apontavam para o fato de que a esta prioridade financeira não correspondia uma elevada produtividade. Ao contrário, a agricultura soviética parecia estar-se tornando um “poço sem fundo” de investimentos. (Ek, 1987, p. 1) O problema não era apenas de baixa produtividade agrícola, mas também de uso ineficiente dos insumos e equipamentos disponíveis e de um elevado desperdício pós-colheita. O próprio Gorbachev (1985, p. 20), numa conferência do partido em 1985, afirmava que quase 1/5 da colheita era perdida na fase de armazenamento, transporte ou processamento.

Colocados nestes termos, os gastos com agricultura realmente eram um dos pontos de tensão mais fortes que poderiam contribuir para as dificuldades econômicas crescentes da URSS, principalmente a partir de meados da década de 70. Inclusive, ao contrário dos gastos militares, que (a partir dos anos 30) praticamente se mantiveram sempre relativamente altos durante todo o período soviético, os gastos com agricultura (em termos de percentagem de investimentos totais) aumentaram a partir das décadas do pós-guerra, atingindo seu apogeu (ver tabela 9.1) na década que antecedeu a *perestroika*. Assim, os gastos excessivos com agricultura pareciam ser mais um problema característico da época anterior à *perestroika* que os próprios dispêndios militares (que tradicionalmente sempre se

¹³⁸ Às vésperas da *perestroika*, o Comitê Central encomendou vários relatórios sobre os pontos de estrangulamento da agricultura soviética, as dificuldades financeiras do setor e as medidas que deveriam ser tomadas para superá-las. TsKhSD, f. 5, op. 90, d. 378 contém vários destes relatórios confidenciais datados de 1984-85 (desclassificados em 1996).

mantiveram elevados, em épocas de alto e baixo crescimento econômico, sendo, portanto, mais difícil imputar a eles ser a causa do baixo crescimento econômico do período específico anterior à *perestroika*).

Realmente, havia um entendimento, não apenas entre autores ocidentais, como entre os próprios soviéticos, que um setor rural melhor em termos de produtividade, com uma relação mais eficiente entre investimentos e produção, poderia tornar mais fácil a tarefa de retomada da aceleração econômica pretendida em meados dos anos 80. Entretanto, a agricultura, mesmo no mundo atual, é um campo muito específico, com peculiaridades que freqüentemente exigem uma leitura com mais nuances que, por exemplo, o mais “standardizável” campo da indústria. Por isso, o nível real da contribuição do setor agrícola soviético é uma questão altamente polêmica.

8.2 ORIGENS DO PROBLEMA

O “modelo econômico soviético”, a que nos referimos no presente trabalho, tem como sua fronteira temporal mais longínqua o final da década de 20 e início da de 30, quando o final da NEP e início dos planos quinquenais começou a dar-lhe contornos mais definitivos. No período de formação inicial deste modelo, dois processos, iniciados mais ou menos na mesma época, tiveram uma influência fundamental: a coletivização agrícola e a industrialização forçada. E estes dois processos estavam intrinsecamente interligados. Como a URSS não podia contar com recursos externos para financiar sua industrialização (como o fizera a Rússia czarista), os recursos teriam que vir da própria agricultura. Esta era uma conclusão que estava relativamente óbvia aos líderes soviéticos no final da década de 20. Entretanto, a maneira como este processo deveria ser realizado dividia as opiniões. Por um lado, havia os que defendiam uma política de exercer pressão sobre o setor agrícola, com a criação de termos de comércio desfavoráveis à agricultura (preços mais baixos e taxação mais alta aos produtores de artigos agrícolas, preços mais altos para produtos industriais etc.), de modo a executar a *perekachka* (= “bombeamento”, transferência) de recursos da agricultura para a indústria. (Preobrazhenskii, 1965) Por outro lado, o campo de Bukharin defendia uma política de incentivos e prioridade à agricultura e de “enriquecimento” dos camponeses para que, com isso, uma produção agrícola mais elevada, através de impostos, levasse à criação de recursos, senão para uma industrialização forçada, pelo menos para um processo de industrialização gradual, porém harmônico e estável. (Bukharin, 1967, p. 245-316; *idem*, 1967a, p. 375-397) No centro da discussão estava a avaliação dos resultados da NEP (Nova Política Econômica) dos anos 20 no campo agrícola.

A NEP foi proclamada em 1921, como medida para fugir ao impasse da queda de produção durante os anos da guerra civil russa (1918-1921). No terreno da agricultura, ela substituiu a odiada *prodrazverstka* pelo *prodnalog*.¹³⁹ A possibilidade de poder vender no mercado livre a produção acima do nível do *prodnalog* visava dar aos camponeses o incentivo para recuperarem o nível de produção perdido durante a guerra civil. Livres dos confiscos exorbitantes e outras dificuldades, os camponeses realmente puseram mãos à obra. Se em 1921, ao final da guerra civil, o nível da produção agrícola bruta da URSS era 60% do nível de 1913, em 1925-26 aquele nível foi, de maneira geral, restaurado (ver tabela 9.2 no apêndice 9). O ano de 1925 marcou o apogeu da NEP. A partir daí, a produção agrícola continuou a crescer, mas não a níveis tão rápidos. E um fenômeno negativo começou a se tornar aparente: o atraso no crescimento do excedente *comercializável* das

¹³⁹ *Prodrazverstka* = confisco obrigatório de produção dos camponeses que superasse as necessidades mínimas de sua família para consumo próprio (medida de emergência criada pelo governo soviético durante a guerra civil para garantir o fornecimento das cidades e do exército durante a guerra civil de 1918-1921). *Prodnalog* = imposto em gêneros agrícolas. Pelo sistema do *prodnalog*, o camponês deveria fornecer uma certa quantidade mínima da produção, em grão, ao governo, podendo vender no mercado livre o resto de sua colheita. Instaurado em 1921, o *prodnalog* seria substituído, a partir do ano 1923, por um imposto comum em dinheiro. (SES, 1980, p. 1.076)

colheitas. Apesar da produção geral estar aumentando, a quantidade de grãos disponíveis no mercado não crescia na mesma proporção. Ou seja, devido a diversos fatores, como, por exemplo, preços baixos para produtos agrícolas, a dificuldade de se conseguir artigos industriais a preços acessíveis (a famosa “crise das tesouras”) etc., o camponês não encontrava incentivos para comercializar toda a produção. Ele preferia utilizar quantidades cada vez maiores de grãos para consumo próprio, em sua dieta e como ração para animais (ou guardá-los para vendas futuras em épocas de escassez e preços melhores), a colocá-los à disposição do governo ou do mercado. A produção aumentara durante a NEP, o camponês estava comendo definitivamente melhor, mas o excesso disponível no mercado não crescia na mesma proporção. Stalin (1946-1951a, p. 85), em um discurso em maio de 1928, apontava que, em 1926-27, apenas 13,3% da colheita fora colocada no mercado (i.e., consumida fora da zona rural) contra um índice de 26% em 1913. A tabela 9.3 do apêndice 9 mostra estes dados. Por ela vemos que, na época do czarismo, as grandes propriedades rurais e camponeses abastados eram responsáveis pela maior parte dos grãos colocados no mercado interno e externo, enquanto que os pequenos camponeses tendiam à agricultura de subsistência (com uma percentagem de comercialização externa menor). Com a reforma agrária promovida pela revolução soviética, a pequena propriedade era responsável pela maior parte da produção agrícola. Estes pequenos camponeses continuavam a tender à agricultura de subsistência, com o resultado de que os excedentes comercializáveis da NEP não acompanhavam o ritmo de crescimento da produção como um todo. Pela tabela 9.3 vemos como apesar de os dois anos (1913 e 1926-27) terem uma produção bruta mais ou menos equivalente, o excedente comercializável de 1926-27 era menos da metade do de 1913.

Assim, às vésperas do primeiro plano quinquenal, em 1928, os líderes soviéticos viam-se diante de um dilema. Necessitavam de um excedente agrícola crescente para financiar a industrialização, mas a estrutura da agricultura herdada da NEP não parecia apropriada para isto. Pequenos camponeses isolados, sem capital individual para grandes investimentos em maquinaria, tendiam a utilizar os grãos mais para consumo próprio que para o mercado. A possibilidade de se permitir o enriquecimento dos camponeses de maiores posses (*kulaks*), para que estes, com capital aumentado, pudessem realizar maiores investimentos na produção, estava ideologicamente proibida. (Stalin, 1946-1951a, p. 87-88) A saída, onde estava a saída? A resposta foi dada pelo próprio Stalin:

“A saída está, primeiramente, na transição das pequenas propriedades camponesas espalhadas e atrasadas para as grandes fazendas comunitárias, amalgamadas e de larga escala, equipadas com maquinaria, armadas com conhecimento científico e capazes de produzir um máximo de grãos para o mercado. A solução está na transição da agricultura camponesa individual para a agricultura comunitária, coletiva.” (Stalin, 1946-1951a, p. 88)

Estas palavras serviram para marcar o tom da nova política a ser implantada. O XV Congresso do Partido Comunista, em 1927, que estabeleceu as diretrizes para a redação do primeiro plano quinquenal, também instruiu que

“[...] a tarefa de unificação e transformação das pequenas unidades de produção individuais agrícolas em grandes unidades coletivas deve ser colocada como a principal tarefa do partido na zona rural... [com o partido] indicando categoricamente que esta transformação só deve ser realizada com o consentimento dos camponeses [...]” (KPSS, 1983-1989f, p.299)

Apesar do tom relativamente moderado da declaração, que enfatizava o caráter voluntário e de persuasão da campanha, que deveria mostrar aos camponeses as vantagens econômicas de se associar às fazendas cooperativas coletivas (*kolkhoz*), a prática real tomou outros rumos. No ardor de cumprir os objetivos do plano e de aumentar a quantidade de grãos que os camponeses deveriam vender ao Estado para fornecimento às cidades, o processo de coletivização acabou-se transformando numa verdadeira batalha entre o poder soviético e boa parte da população rural. Os detalhes desta “batalha”, os excessos e

arbitrariedades cometidos foram alvos de estudos ocidentais minuciosos, e também de denúncias dos próprios soviéticos. (Lewin, 1985; Strauss, 1969; Antonyuk *et al.*, 1983, p. 209) Os ritmos de coletivização, implantada com brutal determinação, foram rápidos. Em 1928, apenas 1,7% das unidades rurais eram coletivas. Ao final do primeiro plano quinquenal, em 1932, 61,5% das unidades rurais já tinham sido coletivizadas. Em 1937, ao final do segundo plano quinquenal, o índice de coletivização era de 93% e em 1940, de 96,9%. (Narkhoz 1958, p. 346)

Num período relativamente curto, a agricultura soviética sofreu uma verdadeira revolução passando de uma base de pequenos produtores agrícolas a uma agricultura coletivizada, de larga escala. Além disso, a maneira como este processo foi realizado, e os parâmetros que o guiaram, marcariam o setor rural soviético por várias décadas seguintes. Para se entender a lógica da coletivização, é importante notar, como se depreende da discussão de Stalin acima (em relação à tabela 9.3), que o objetivo da coletivização não era simplesmente aumentar a produção agrícola (afinal, isto a NEP conseguira: ver tabela 9.2) *e sim aumentar o excedente agrícola que pudesse ser utilizado para financiar a industrialização*. (Stalin, 1946-1951a, p. 93 e 94)

Shaffer (1977, p. 58-59) resumiu bem as tarefas colocadas frente à agricultura coletivizada soviética *vista deste prisma*:

“Para o bem ou para o mal, a prioridade fundamental da liderança soviética era a industrialização rápida a qualquer custo [...] Para se industrializar à velocidade máxima, todos os esforços tinham que ser direcionados para o desenvolvimento acelerado do setor da indústria pesada. As tarefas designadas ao setor agrícola refletiam esta prioridade. A tarefa principal era fornecer a comida e matérias-primas necessárias nas cidades e, se possível, gerar um superávit de exportações capazes de financiar a maquinaria e equipamentos importados. Em outras palavras, a maximização da produção agrícola comercializável, e não o mero aumento da produção nas fazendas, era o objetivo. A segunda tarefa era fornecer comida e matérias-primas a preços mínimos: não havia recursos para a produção de grandes quantidades de bens de consumo industriais para pagar pelos artigos agrícolas. A tarefa final era gerar um excedente de mão-de-obra necessário para as fábricas [...]”.

Esta visão resumida é bastante consistente com os desenvolvimentos históricos posteriores da coletivização e com declarações de líderes do partido e vários documentos oficiais. (Stalin, 1946-1951f, p. 176-177; KPSS, 1983-1989g, p. 104-105; Gorbachev, 1987a, p. 413-415) É importante tê-la em mente quando se avaliam os resultados da coletivização da agricultura soviética. Estes resultados podem ser analisados do prisma produtivo *em si*, isto é, do aumento da produção ou produtividade agrícola do país em comparação com outros modelos alternativos que hipoteticamente poderiam ser adotados, ou do ponto de vista de como a agricultura atendeu às tarefas prioritárias acima, como colocadas pelo regime. Procuraremos analisar os resultados por estes dois prismas.

8.3 PEQUENA *VERSUS* LARGA ESCALA NA AGRICULTURA

Antes de analisarmos os resultados da coletivização e sua influência no desenvolvimento agrícola posterior, faremos alguns comentários sobre uma das questões que estava no cerne da decisão de se partir para a coletivização da agricultura soviética: a necessidade de se abandonar a estrutura de pequenas propriedades rurais substituindo-as por grandes fazendas coletivas, que permitiriam as vantagens da larga escala de produção.

A experiência mundial do século XX mostra a existência destes dois tipos de produção agrícola em países industrializados. Por um lado, há o modelo americano ou canadense da fazendas de porte considerável e no outro extremo do espectro temos uma

agricultura como a japonesa, baseada em diminutas propriedades agrícolas daquele país extremamente populoso. De maneira geral, *em economias avançadas e eficientes*, a agricultura de grande escala tende a ter uma maior produtividade por trabalhador rural empregado, enquanto que a agricultura de pequena escala tende a ter uma maior produtividade por área plantada. (Strauss, 1969, p. 95) Pela tabela 9.4 do apêndice 9, podemos ver esta tendência claramente. Tomando o ano de 1985, por exemplo, enquanto que no Japão a produção de cereais por hectare foi de 5,8 toneladas, nos EUA ela foi de 4,1. Já na produtividade por trabalhador rural (ano 1986), o índice dos EUA foi 54,7 e o do Japão apenas 10,1. Os países da Europa Ocidental (como a RFA, no exemplo da tabela) ocupam uma posição intermediária entre estes dois tipos, estando bem mais próximos da agricultura de pequena escala do que da de grande escala (os índices de produtividade da Alemanha Ocidental demonstram isso). A escolha de um ou outro modelo como o mais eficiente dependerá das condições naturais de cada país (disponibilidade de terra, mão-de-obra, capital etc.).

No caso da URSS às vésperas do primeiro plano quinquenal, a preferência pela agricultura de larga escala realmente parecia a mais racional. Com extrema abundância de terras e uma necessidade de mão-de-obra para a aceleração da industrialização, vários analistas, inclusive ocidentais, concordavam que a preferência pela agricultura de larga escala seria a mais apropriada para as condições da URSS de então. (Strauss, 1969, p. 96-97; Shaffer, 1977, p. 60) Esta preferência se tornava mais justificada se levarmos em consideração o baixo grau de capitalização dos camponeses da NEP. A agricultura de pequena escala é produtiva em países como o Japão, Alemanha etc. devido ao fato de que estes pequenos camponeses contam com todo um aparato eficiente de suporte técnico, condições de capitalização através de empréstimos e subsídios do governo etc. Estas condições estavam ausentes na URSS de 1928. A maioria dos lotes rurais (ver tabela 9.3) era formada por pequenos camponeses, cuja produção era mais dedicada à subsistência do que à geração de um excesso de capital que pudesse ser transformado em investimentos para modernizar a agricultura. Pela tabela 9.6 do apêndice 9, podemos ver a estrutura de investimentos em capital fixo da URSS. De 1918 a 1928, pouco dinheiro era investido na agricultura (apenas 3,1% do total de investimentos). Denotando a estrutura de subsistência da agricultura, a maior parte dos investimentos (67,5%) era destinada à construção de moradias e outros investimentos não-produtivos. Ou seja, a maioria dos pequenos produtores rurais independentes da NEP investia pouco na modernização dos processos produtivos, com compra de máquinas etc., utilizando métodos mais primitivos, mas que envolviam menos gastos financeiros. Com o primeiro plano quinquenal (1928-32), podemos ver a mudança radical na estrutura de investimentos: os investimentos não-produtivos, em moradias, caíram a 16,1% do total, enquanto que os investimentos produtivos dispararam. Os 16,8% que passou a receber a agricultura representam o capital lançado, principalmente através das fazendas coletivas, na modernização e industrialização da agricultura, com aquisição de tratores, maquinaria etc.

É importante notar que a decisão de se efetuar a coletivização forçada não passava apenas pela questão *econômica* da agricultura de larga escala como a mais eficiente nas condições soviéticas. Ela foi consideravelmente uma decisão *política* do partido para permitir que a agricultura servisse como base para a industrialização do país (dentro do conceito da hegemonia do proletariado na aliança com o campesinato), e não como um fim em si. (Stalin, 1946-1951a, p. 93-95; Stalin, 1946-1951f, p. 176-177)

8.4 RESULTADOS DA COLETIVIZAÇÃO

Partindo das observações acima, podemos começar a analisar os resultados da coletivização como processo produtivo e como meio de financiamento da industrialização. Para isso, é importante observarmos a tabela 9.2 do apêndice 9. Nela temos o índice de crescimento da produção agropecuária bruta da URSS. Pela linha *papb*, vemos que, de um

índice 100 no período pré-revolucionário (ano 1913),¹⁴⁰ a produção caiu a 60 durante a guerra civil (ano 1921). A produção só foi recuperar seu nível de 1913 por volta de 1925-26. E o que aconteceu durante a coletivização do primeiro plano quinquenal? Devido aos ritmos iniciais excessivamente rápidos da coletivização, a forma desorganizada como foi realizado o processo, a resistência (passiva e ativa) de boa parte da população camponesa, a produção *caiu!* Vemos que, de um índice 124 em 1928, a produção agropecuária caiu a 107 em 1932. A queda foi sentida principalmente na pecuária. Pela linha *ppb*, observamos que, de um índice 137 em 1928, a produção pecuária despencou para 75(!) em 1932. A pecuária foi especialmente atingida, pois muitos dos camponeses, antes de se associarem “voluntariamente” às fazendas coletivas, preferiam matar seus animais, para comer ou vender, a entregá-los ao uso comum. Os animais morreram aos milhões: de 68,1 milhões de cabeças de gado em 1929, o país passou a ter 38,6 milhões em 1933. (Stalin, 1946-1951g, p. 321)

Entretanto, *e isso é fundamental para se entender a lógica dos líderes soviéticos de então*, apesar da produção total ter caído no primeiro plano quinquenal, o excedente comercializável da produção *subiu* (!). Pela mesma tabela 9.2 (linha *pac*) vemos que a NEP deixara uma herança dúbia: por um lado a produção subira, alcançando e ultrapassando os níveis de 1913. Por outro, a agricultura de subsistência da maioria dos camponeses (ver também tabela 9.3) fazia com que a parte *comercializada* da produção permanecesse abaixo de 1913. Pela tabela 9.2 (linha *pac*), vemos que, mesmo com a queda de produção no período 1928-32, o excedente comercializado aumentou em relação ao período da NEP. Ou seja, a contribuição *financeira* que a agricultura deu (pelo menos no I plano quinquenal) à industrialização veio não de um aumento da produção e sim de um grande “arrocho” extrativo em termos de baixa remuneração salarial, baixos preços agrícolas e requisições violentas do excedente agrícola. Houve uma transferência forçada de recursos da agricultura para o setor industrial-urbano.¹⁴¹ Pela tabela 9.6, podemos notar que a grande transferência de recursos dos investimentos foi do setor de construção de moradias para os outros setores no primeiro plano quinquenal (a partir de 1928). Os pequenos camponeses, que com sua tendência à agricultura de subsistência empregavam a maior parte das rendas de sua produção para melhorar o consumo alimentar próprio (ou de seus animais) e em melhorar individualmente sua própria situação de moradia,¹⁴² através do arrocho extrativo tiveram

¹⁴⁰ Para efeito de comparações com o período pré-revolucionário, o ano 1913, na verdade, não é o mais adequado, pois foi um ano de safra recorde. Como veremos adiante, a produção agrícola da Rússia tradicionalmente sofre variações violentas devido a instabilidades climáticas e naturais. O ideal, para se verificar o estado *de facto* da agricultura, tanto soviética quanto czarista, é tomarmos a média de alguns anos. Por exemplo, se o ano da safra recorde de 1913 foi 100, o índice médio anual da produção bruta no período 1909-1913 foi de 88. (*Sel'khoz* 1960, p. 23)

¹⁴¹ A questão da transferência líquida de recursos da agricultura para o setor urbano de modo a financiar a industrialização nos primeiros planos quinquenais é uma das mais controversas. No Ocidente, a visão tradicional aceita por muito tempo de que a agricultura “financiou” a indústria neste período começou a ser criticada mais fortemente a partir dos anos 60. (Karcz, 1967; Millar, 1970 e 1974) Para um debate entre defensores e críticos desta tese, ver Millar & Nove (1976). Para uma tentativa soviética de quantificar esta transferência líquida (no período do primeiro plano quinquenal) ver Barsov (1968). Entre os autores ocidentais, Millar (1974) e Ellman (1975) realizaram cálculos alternativos para conferir os de Barsov (1968).

Como chamou atenção Alec Nove, a transferência de recursos da agricultura para financiar a industrialização parece ter sido mais forte no segundo e terceiro planos quinquenais que no primeiro (Millar & Nove, 1976, p. 58). Durante o primeiro plano quinquenal (1928-32), a queda inicial na produção agropecuária causada pela forma desorganizada e violenta como foi executada a coletivização e mais os investimentos iniciais necessários à instalação das máquinas e equipamentos da nova agricultura de larga escala dos *kolkhozy*, fez com que menos renda líquida pudesse ser extraída do setor rural naquele período do que seria de se esperar. Barsov (1968, p. 81), a partir dos cálculos sofisticados expostos em seu artigo, estimou que apenas cerca de 30% do custo da industrialização soviética *no período do primeiro plano quinquenal* foi financiado pela transferência líquida de recursos da agricultura. Ou seja, não havendo financiamento externo, isto significaria que a maior parte do esforço de industrialização de 1928-32 foi baseada (para se utilizar a expressão russa corrente na época) num *rezhim strogoi ekonomii* (“regime de economia rigorosa”), em que houve um aumento na taxa do sobreproduto extraído do trabalho (urbano e rural) e dedicado à acumulação para reprodução ampliada da base industrial do país (numa economia capitalista pura, isto equivaleria a um aumento na taxa de exploração da mais-valia utilizada para fins produtivos).

¹⁴² Pela tabela 9.6 podemos ver que, no período 1918-1928, que cobre predominantemente o período da NEP, do total de investimentos, 67,5% eram dedicados à construção de moradias. Desta percentagem

estas rendas canalizadas para outras partes produtivas da economia (inclusive para investimentos *produtivos* na própria agricultura, mas principalmente na indústria).

Independentemente do aumento da produção em si, as fazendas coletivas aumentaram o poder extrativo do estado e seu poder sobre a sociedade. A grande contribuição da coletivização, do ponto de vista interno do sistema, parece ter sido a de colocar “os últimos remanescentes do capitalismo” (i.e, os camponeses independentes) à disposição do sistema de economia comando-administrativa,¹⁴³ facilitando a realocação de recursos financeiros e mão-de-obra de acordo com as prioridades estabelecidas centralmente.

Os críticos da coletivização, além de enfatizarem os enormes custos humanos de como foi realizado o processo, apontam para as evidências de que ela marcou de modo tão profundo o setor rural soviético que mesmo em épocas posteriores diversas insuficiências do sistema não conseguiram ser sanadas, deixando a agricultura do país em desvantagem comparativa com a de outras nações industrializadas (Strauss, 1969, p. 123-129; Lewin, 1975, p. 397 e 515).

Precisamos, então, analisar como a agricultura soviética se portou posteriormente.

8.5 STALIN, KHRUSHCHEV, BREZHNEV...

Pela tabela 9.1 do apêndice 9 (linha *I.P.D.*), podemos notar uma grande diferença no tratamento dos investimentos na agricultura na época pré e pós-Segunda Guerra Mundial. Enquanto que no período stalinista, o setor rural recebia baixa prioridade dos investimentos (sendo tratado mais como um gerador de recursos para a indústria), a partir da ascensão de Khrushchev esta situação mudou. Com a indústria já mais desenvolvida e podendo gerar seus próprios recursos, os líderes soviéticos passaram a dar mais atenção ao setor agrícola, na tentativa de torná-lo mais produtivo. O quadro inverteu-se então. A percentagem de investimentos na agricultura passou a aumentar de década para década. Nos dez anos que antecederam a *perestroika* soviética, mais de um quarto dos investimentos em capital fixo do país estavam sendo despejados na agricultura. Os críticos apontavam que, mesmo com toda esta quantidade de recursos, a agricultura baseada em fazendas coletivas não conseguia se tornar suficientemente produtiva. (Ek, 1987, p. 1)

Observemos como se desenrolou o processo de produção na URSS. Pela tabela 9.2, podemos observar que a produção agrícola bruta soviética, após a queda no primeiro plano quinquenal, se recuperou ao final do segundo (1937). Em 1940, a produção agropecuária bruta era 45% maior que a de 1913. Entretanto, com o advento da Segunda Guerra Mundial, o índice produtivo caiu novamente. Em 1945, os soviéticos tinham uma produção 14% menor que a de 1913. Ou seja, ao entrar no pós-guerra, os soviéticos estavam de volta aos índices de produção pré-revolucionários. Entretanto, com uma estrutura de fazendas coletivas já montadas e baseadas no uso de maquinaria de produção em larga escala, a recuperação dos níveis de produção no pós-guerra foi mais rápida. Principalmente após a década de 50, com Khrushchev inaugurando a época de maior atenção (e mesmo prioridade) para a agricultura, os ritmos de aumento dos índices de produção agrícola da URSS, de 1950 a 1986, foram rápidos e bem maiores que os dos EUA e Europa Ocidental no mesmo período (ver tabela 9.5).

dedicada a moradias, 86,7% eram financiados pela própria população, com o resto sendo coberto pelo estado (incluindo fazendas coletivas). (*Narkhoz* 1961, p. 535 e 540) Isto denota o forte caráter de “subsistência” da agricultura da NEP (os camponeses compunham a maior parte da população), com os pequenos agricultores descapitalizados preferindo empregar a maior parte de suas rendas improdutivamente (i.e, na construção ou melhoramento de moradias etc.) a investir em caros equipamentos e maquinaria para modificar os métodos tradicionais de plantio e colheita a que estavam acostumados.

¹⁴³ Stalin (1946-1951f, p. 173), comentando a situação gerada pela NEP, afirmava:

“[...] o poder soviético não pode, por longo tempo, basear-se em dois pilares completamente opostos: na grande indústria socialista, que **elimina** os elementos capitalistas e na pequena propriedade rural individual, que **gera** elementos capitalistas.” [grifo no original]

Precisamos, então, separar bem os fatos. Em termos de produção total, a agricultura soviética cresceu bem mais rapidamente que a dos países capitalistas industrializados (tabela 9.5). Ao adentrarmos a década de 80, a URSS era o maior produtor mundial de trigo e o segundo (atrás dos EUA) de cereais em geral. (*FAO Yearbook* 1987, p. 113-117) Entretanto, este aumento da produção era conseguido através de uma injeção comparativamente muito maior de recursos e mão-de-obra que em outros países industrializados. Como foi constatado, em 1976, numa conferência sobre agricultura soviética promovida pelo Kennan Institute de Washington:

“Desde 1950 a produção agrícola soviética mais que dobrou. Apesar do progresso ter sido irregular, a média de crescimento anual tem sido da magnitude respeitável de 3,5% por ano, mais que o dobro da dos EUA e acima dos 3% médios para o resto do mundo. Como resultado deste progresso relativamente rápido, a produção (*output*) soviética em 1974 atingiu 85% da produção americana, em comparação com mais ou menos três quintos em 1950 [...] Desde 1950 os insumos (*inputs*) colocados à disposição da agricultura cresceram em três quartos e incluíram custosos programas que requeriam apoio maciço da indústria [...] Em contraste com o impressionante aumento de insumos injetados na agricultura soviética, os insumos das fazendas americanas permaneceram virtualmente constantes desde 1950. Em resultado, quase que 50% do crescimento da produção americana é atribuível a um aumento em produtividade dos fatores.” (Diamond, 1976, p. 3-5)

Ou seja, a partir dos anos 50, quando passou a colocar a melhoria da agricultura como uma de suas prioridades, a URSS obteve um substancial aumento de sua capacidade produtiva. Entretanto, este aumento veio a um custo relativamente muito alto de investimento. Enquanto que nos EUA os aumentos de produção eram obtidos, em grande parte, através do progresso técnico (sem muito aumento proporcional de dispêndios com insumos), na URSS as melhorias de produção e produtividade eram obtidas através de alocação cada vez maior de recursos ao setor rural. E isto, nas décadas de 70 e 80, se revelava um peso grande demais numa economia que não crescia tão rapidamente quanto antes.

Pelas tabelas 9.5 e 9.4 do apêndice 9, vemos que, apesar da produção agrícola total da URSS, entre 1950 e 1985 ter crescido bem mais rápido que as dos EUA e da Europa Ocidental, a produtividade por trabalhador rural e por hectare não cresceu ao mesmo ritmo. Em 1985, por exemplo, a produtividade por hectare da União Soviética era aproximadamente 1/3 da americana, enquanto que a produtividade por trabalhador rural era quase 10 vezes menor (a URSS tinha 16,2% de sua população empregada na agricultura contra apenas 2,8% nos EUA). (Tabela 9.4 e *FAO Yearbook* 1987, p. 69 e 78)

É importante notar que esta baixa produtividade não era compartilhada por todos os países do antigo Leste europeu socialista. Alguns destes países, como a Alemanha Oriental, a Hungria e Checoslováquia tinham uma agricultura de produtividade por hectare relativamente alta. Pela tabela 9.4, podemos ver que, em 1985, a produtividade por hectare de cereais da Alemanha Oriental era próxima à dos EUA. Na cultura do trigo, por exemplo, a produtividade por hectare (em meados dos anos 80) da Alemanha Oriental, Hungria e Checoslováquia era maior que a dos EUA (apesar de que a produtividade por trabalhador rural era menor). (*FAO Yearbook*, 1987, p. 16-17)

O fato de que a agricultura da URSS era menos produtiva, mesmo em relação a outros países do Leste europeu socialista, era explicável, *em parte*, pelas condições climáticas e naturais do país.

Estas dificuldades naturais ficam realçadas se comparadas diretamente com a situação do setor rural americano. Apesar de a URSS ter uma superfície 2,5 vezes maior que a dos Estados Unidos, devido às condições ruins, apenas cerca de 1/4 da superfície era utilizada para a agropecuária em 1985 (contra quase 50% nos EUA). (*FAO Yearbook* 1987, p. 51 e 57) Apenas 1% das terras aráveis dos EUA estão em áreas consideradas

problemáticas para a agricultura, contra 60% na URSS. (Novosti Press Agency, 1977, p. 151) Como colocou um ministro da agricultura soviético:

“Todo o território dos EUA fica ao sul do paralelo 48, enquanto que na URSS isto é verdade apenas para 1/3 das terras. Enquanto que apenas 1,1% do território soviético tem uma precipitação anual acima de 700 mm, a percentagem americana é de 60% [... Na União Soviética] a precipitação é insuficiente em 2/3 da área plantada de cereais [...] secas severas acontecem a cada três anos... A variação de temperatura é extrema [...] Sessenta por cento da terra arável soviética tem uma temperatura de 5 graus ou menos, contra apenas pouco mais que 10% nos EUA [...]” (Matskevich, 1973, p. 4)

É importante manterem-se estas dificuldades naturais em vista, principalmente quando se examina a questão das grandes importações de grãos realizadas pela URSS nos anos 70 e 80. Naquela época, diversas análises colocavam o problema como “a URSS não consegue se alimentar com a própria agricultura”. (Ek, 1987, p. 1) Isto era verdade apenas em parte. Como vimos, através de uma grande injeção de recursos, a agricultura soviética, superando os EUA, era a maior produtora mundial de trigo em 1985, por exemplo. (FAO Yearbook 1987, p. 113-117) Por que havia anos em que a URSS se tornava um dos maiores importadores de trigo, então?

A resposta tem duas ramificações. A primeira era a instabilidade climática. Como vimos acima, quase que um ano em três a União Soviética sofria secas bastante severas (fora outros problemas naturais). Isto se revelava no caráter zigzague da produção, com dois ou três anos de boas colheitas, entremeadas por um fracasso.¹⁴⁴ Nesses anos, as necessidades de importação se tornavam prementes.

Essas necessidades de importação se intensificaram nas décadas de 70 e 80, devido ao aumento das rendas reais da população. Com o preço dos gêneros alimentícios fixados pelo governo e estáveis por longo período de tempo, e os salários nominais e reais subindo, começou a ocorrer uma mudança nos padrões alimentares da população: o consumo de uma percentagem maior de carne, em vez da tradicional dieta baseada em cereais. Como colocou um estudo da OCDE de 1983:

“O aumento no padrão de vida soviético desde os anos 60 se revela também num [...] maior consumo de produtos animais, frutas e legumes e numa queda no uso proporcional *per capita* de produtos de batata e outros cereais[...] O consumo diário de calorias de um cidadão soviético médio é [...] semelhante ao de um cidadão americano. Mas a estrutura de consumo de alimentos nos dois países é diferente: nos Estados Unidos 37 a 40% das calorias têm origem animal, enquanto que na URSS esta proporção é de apenas 26-27%.” (OECD, 1983a, p. 12)

O incremento no consumo de produtos de origem animal elevou, em muito, o nível de exigência sobre a agricultura soviética, pois a pecuária demanda grandes espaços rurais e uma quantidade aumentada de insumos (formados, em parte, por próprios produtos agrícolas, utilizados como alimentação para os animais).

Assim, como colocou Hedlund (1984, p. 1), às vésperas da *perestroika*, o governo soviético estava “ficando sob intensa pressão e exigências não tanto por *mais comida* como por uma *dieta melhor*, principalmente em termos de aumento no consumo de carne” (grifo no original). E esta elevação na utilização de produtos de carne intensificava a pressão no sistema agrícola como um todo, pois diminuía o espaço (não abundante) de terras férteis que teria que ser dedicado à pecuária e desviava parte crescente da produção agrícola para

¹⁴⁴ Por exemplo, observando-se o índice anual de produção de cereais da URSS na década que antecedeu a *perestroika*, pode-se notar perfeitamente a subida e descida dos anos de boa e má colheita.

uso como forragem e alimentação animal. A tentativa do governo soviético de tentar cobrir as crescentes necessidades de consumo da população levava a um aumento da taxa de importações de produtos agrícolas em consequência de anos de má colheita.

8. 6 CONCLUSÃO

O setor rural soviético, de 1950 a 1985, conseguiu aumentos substantivos em termos de produção total. Entretanto, esses aumentos foram conseguidos ao custo de uma percentagem crescente dos investimentos nacionais. Nos anos 80, a agricultura estava absorvendo mais de um quarto de todos os investimentos do país (linha %I.D.I. da tabela 9.1). Isto acontecia numa época em que (devido à diminuição da produtividade do capital em geral na economia) a disputa dos diferentes setores pelos reduzidos recursos disponíveis para investimento estava-se tornando cada vez mais acirrada. Como a agricultura não respondia com um aumento de produtividade à altura do aumento nos investimentos,¹⁴⁵ é justo dizer que os crescentes gastos com este setor eram um dos fatores que pesavam sobre a economia soviética na década que antecedeu a *perestroika*. Os gastos com agricultura, talvez mais diretamente que os gastos com defesa, podiam ser conjecturados como um dos fatores explicativos parciais (secundários) da desaceleração econômica *específica* do período anterior à *perestroika*, pois estes gastos atingiram seu auge exatamente nesta época (ao contrário dos gastos com defesa que atingiram picos tanto em fases de rápido como de lento crescimento econômico, sendo mais difícil atribuir especificamente a eles a desaceleração dos períodos *específicos* de relativa estagnação). Se os dispêndios com o setor agrícola não foram a causa principal da desaceleração econômica no período que antecedeu a *perestroika*, pode-se dizer que contribuíram para *agravar* a problematidade da situação.

1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
75,5	127,1	110,6	138,2	102,5	108,3	89,2	105,8	107,5	94,9	107,1	120,0

Fonte: *FAO Yearbook* 1986, p. 46

¹⁴⁵ Pela tabela 9.1, podemos ver que enquanto a percentagem de investimentos na agricultura soviética cresceu bastante desde os anos 50, a percentagem da renda nacional gerada na agricultura *decreceu*. Apesar de por si só não poder ser tomado como conclusivo, isto é bastante sintomático dentro das condições do desenvolvimento da URSS.

9 O PROBLEMA DAS NACIONALIDADES NA URSS

9.1 COLOCAÇÕES GERAIS

Uma das questões mais freqüentemente levantadas quando se discutem os processos desintegrativos que levaram à extinção da União Soviética é o problema das nacionalidades. Principalmente porque a desintegração da URSS, em finais de 1991, parece ter sido executada exatamente através da afirmação da existência de *nações* independentes (antigas repúblicas do país) que se impuseram por sobre a antiga *União (das Repúblicas Socialistas Soviéticas)*. Há um certo consenso entre os estudiosos que a questão das nacionalidades teve um papel fundamental durante o desenrolar da *perestroika*, notadamente após 1988-89 (quando surgiram os primeiros conflitos interétnicos prolongados e abertamente violentos, em Nagorno-Karabakh). (Carrère d'Encausse, 1995, p. 12; Tishkov, 1997, p. 49)

O presente trabalho se propõe a estudar as causas da *perestroika*, isto é, que fatores levaram os dirigentes soviéticos a deslançar os processos de descentralização econômica e abertura política na URSS em meados dos anos 80. Se a importância do papel do problema das nacionalidades é clara no *desenrolar* da *perestroika*, precisamos analisar também a importância deste papel no *deslançamento* da *perestroika*. Ou seja, até que ponto o problema das nacionalidades foi um dos “fatores de pressão” que levaram Gorbachev e outros líderes soviéticos a *iniciar* as reformas em 1985.

Este é um ponto controverso já que, antes de 1985, as questões étnicas na URSS, em geral, não eram vistas como um problema “explosivo” do sistema. Ao contrário do campo econômico, por exemplo (onde as deficiências acumuladas na virada dos anos 70 para 80 eram apontadas por vários autores, ocidentais e soviéticos, como preocupantes ou mesmo “alarmantes”), no campo do estudo das etnias reinava uma relativa calma. Pelo lado soviético, a maioria dos estudiosos trabalhava dentro da concepção oficial de que os problemas nacionais tinham sido (ou estavam sendo) resolvidos pelas políticas do governo e que, inclusive, havia uma tendência à *sblizhenie* (aproximação), ou mesmo *sliyanie* (fusão), das etnias em direção a um *povo soviético (sovietskii narod)*. (Kulichenko, 1981, p. 4; Troitskii, 1984, p. 77; Kozlov, 1988, p. 218-220) Pelo lado ocidental, também a maioria dos estudiosos analisava as relações interétnicas na URSS “pré-*perestroika*” sem observar um caráter eminentemente “explosivo” nas áreas de tensão existentes.¹⁴⁶ (Azrael, 1978, p.363; Anderson, 1978, p. 309 e 332; Bialer, 1980, p. 216; Lapidus, 1983, p. 32-33; Motyl, 1991, p. 509-510)

Para entendermos a contradição entre um período de aparente *calmaria* nas relações interétnicas no período anterior a Gorbachev,¹⁴⁷ e a explosão de conflitos nesta área,

¹⁴⁶ Existiram exceções, evidentemente, como citaremos mais adiante. Hélène Carrère d'Encausse (1978, p. 280), Richard Pipes (1977, p. 10) e Zbigniew Brzezinski (1975, p. 31) foram algumas das vozes que, com maior ou menor veemência, antes de 1985, apontavam já para o potencial desestabilizador de certas tensões interétnicas na URSS.

¹⁴⁷ O fato de a maioria dos estudos soviéticos e ocidentais descreverem as relações interétnicas na URSS dentro de um quadro relativamente estável para o período anterior à *perestroika* não se deve a um mero *cochilo* ou descuido acadêmico dos estudiosos envolvidos. O próprio autor do presente trabalho, em viagens por 12 das 15 repúblicas soviéticas, realizadas no período 1989-92 quando cursava mestrado em Moscou, é testemunha deste tipo de visão por grande parte da população. Em suas viagens, o autor entrevistou soviéticos das mais diferentes nacionalidades e profissões. Instados a relatar como descreveriam as relações entre as nacionalidades da URSS no período anterior à *perestroika*, a grande maioria dos entrevistados dizia-se extremamente surpresa com a explosão aberta de conflitos após 1988-89. O quadro descrito era que, em geral,

principalmente a partir de 1988-89, precisamos analisar a especificidade de alguns conceitos geográfico-etnográficos quando utilizados no contexto soviético.

A antiga URSS, na época do início da *perestroika*, era formada por 15 **repúblicas** (sendo que a maior de todas, a República Socialista Federativa Soviética Russa, comumente chamada Rússia, ocupava sozinha aproximadamente 76% do território total do país e 52% de sua população). (SES, 1980, p. 1.149 e 1.261-1.262; Goskomstat 1989-1990, v. 4, pt. 1, livro 1, p. 5) O censo de 1979 (o último antes do início da *perestroika*) computou dados sobre 109 grupos étnicos em toda a URSS (Goskomstat, 1989-1990, v. 4, Pt. 1, livro 1, p. 3). Estes grupos étnicos eram divididos em três categorias principais: *natsional'nost'*, *narodnost'* e *inostrannyi men'shstvo*, traduzidas no Ocidente, respectivamente, por *nacionalidade*, *subnacionalidade* e *minorias estrangeiras*. Nos censos populacionais, eram considerados *nacionalidades* (*natsional'nosti*) os grupos étnicos mais consolidados e maiores (acima de 300 mil pessoas aproximadamente como, por exemplo, russos, ucranianos, estonianos e outros); os de menos de 300 mil pessoas eram, em geral, considerados *subnacionalidades* ou *narodnosti* (calmucos, esquimós, tchuktches etc.).¹⁴⁸ Exemplos de *minorias estrangeiras* são coreanos, finlandeses, tchecos, eslovacos...

Pelos exemplos acima, pode-se notar que, quando os soviéticos acusavam a existência de mais de 100 nacionalidades na URSS, o termo *natsional'nost'* era usado mais livremente, às vezes englobando as outras duas subcategorias também. A dificuldade lingüística se complexifica quando se nota a inexistência, na língua russa, de outra palavra para designar o conceito que chamamos de “etnia”. Em russo, o termo *natsional'nost'* freqüentemente assume o sentido de “etnia”, além de “nacionalidade”. É importante observar que a nacionalidade, na Rússia, para efeitos legais, está ligada à linha de descendência familiar (*jus sanguinis*) e não necessariamente ao local de nascimento (*jus soli*). Enquanto que no Brasil, por exemplo, o filho de um casal de imigrantes japoneses nascido em nosso país, já é considerado “nacionalidade: brasileira” para fins de documentação legal, na Rússia (assim como em outros países eslavos) isto se passa de maneira diferente. Os documentos legais de identificação da URSS continham dois itens: “cidadania” e “nacionalidade”. Preenchia-se invariavelmente: “cidadão soviético”, mas o item “nacionalidade” era preenchido de acordo com a nacionalidade ou do pai ou da mãe, *independentemente do local de nascimento*. Assim, no caso de uma criança nascida na república do Azerbaijão, de pai russo e mãe estoniana, a pessoa, no futuro, nunca seria classificada de azerbaijana e sim de russa ou estoniana. *E isto se prolongava por várias gerações*, sempre com a nacionalidade dos pais determinando a dos filhos de maneira totalmente independente do local de nascimento.¹⁴⁹ É importante se manter isso em mente

as relações interétnicas na URSS mantinham-se em nível de amistoso a tolerável e que, mesmo nas áreas de tensão mais visíveis (povos do Báltico *versus* russos; armênios *versus* azerbaijanos) os ressentimentos não alcançavam níveis explosivos, mantendo-se relativamente sob controle. Este quadro era descrito pela quase totalidade dos russos entrevistados e pela maior parte das outras nacionalidades. Ou seja, a explosão de conflitos interétnicos no desenrolar da *perestroika*, pegou de surpresa não apenas os políticos e acadêmicos, como também grande parte da população da URSS.

¹⁴⁸ É importante notar que a diferença entre *natsional'nost'* (“nacionalidade”) e *narodnost'* (“subnacionalidade”) não é uma questão meramente matemática, quantitativa. *Natsional'nost'* é empregado pelos russos para descrever os grupos étnicos que já teriam atingido um *status* mais adiantado e se consolidado, formando uma “nação” (*natsiya*) em si mesmo. *Narodnost'* seriam grupos étnicos menos consolidados em seus aspectos culturais, territoriais, lingüísticos etc. Segundo os soviéticos, *narodnosti* são grupos étnicos “mais desenvolvidos que as *tribos*, mas que ainda não atingiram o *status* de nação”. (SES, 1980, p. 872) O conceito soviético de “nação” (*natsiya*) será discutido mais adiante.

¹⁴⁹ Isto criava situações como a presenciada pelo presente autor em Moscou. Um conhecido soviético seu tinha a nacionalidade *alemã*, apesar de sempre ter vivido na Rússia, falar somente o russo, nunca ter estado na Alemanha etc. Ele era alemão porque seus ancestrais, desde a imigração para a Rússia há mais de 100 anos, sempre tinham mantido, para seus filhos, a nacionalidade alemã de um dos cônjuges, na linha de descendência. Pelas leis brasileiras, por exemplo, tendo nascido no Brasil, ele teria direito à nacionalidade brasileira já na primeira geração nascida no país.

O resultado deste *jus sanguinis* é que na língua materna de Dostoievskii desenvolveram-se duas palavras para designar os cidadãos nascidos na Rússia: *russkie* e *rossiyane*. *Russkie* designa as pessoas de *nacionalidade russa*. *Rossiyane* designa as pessoas nascidas na Rússia, mas não necessariamente de nacionalidade (*natsional'nost'*) russa. Cidadãos na situação do conhecido alemão (acima descrito) do autor são, então, *rossiyane* mas não *russkie*.

quando se investiga a erupção de problemas étnicos em países eslavos. Ao contrário do Brasil e em outros países, cujo conceito de *nacionalidade* assegura uma relativamente rápida incorporação de imigrantes já praticamente desde a primeira geração nascida no país, o conceito eslavo de *natsional'nost'* mantém vivo, por várias gerações e por vezes indefinidamente, elementos da cultura original.

Como se vê, o conceito de *nacionalidade* na antiga União Soviética diferia do uso em diversos países ocidentais: *natsional'nost'*, por vezes, assumia o conceito que denominamos *nacionalidade* e, por vezes, assumia um significado próximo ao que chamamos de *etnia*.

Esta ambigüidade lingüística reflete o caráter ambíguo da tarefa que os bolcheviques receberam como herança do czarismo: como resolver o problema das relações entre as nacionalidades, sem a utilização dos instrumentos imperialistas utilizados até 1917. Afinal, o próprio Lenin (1967-1970e, p. 67) denominava o império russo de “prisão das nacionalidades”.

A estratégia soviética em relação ao problema era marcada por duas tendências opostas. Por um lado, a ideologia marxista oficial propugnava, por sua própria essência, o *internacionalismo proletário*. (KPSS, 1962a, p. 25; KPSS, 1962b, p. 156) A ênfase era colocada nos conflitos *de classe* e não entre nações: os conflitos nacionais eram vistos como derivados das contradições capitalistas que levavam ao imperialismo econômico e político.¹⁵⁰ (Stalin, 1946-1951b, p. 291, 303 e 305-307) Por outro lado, os soviéticos tentaram satisfazer (na medida do possível e sempre dentro do paradigma marxista-leninista de papel de vanguarda do partido) as necessidades de *territorialidade* e *expressão cultural* inerentes (ou latentes) nas definições soviéticas de “nação” e “nacionalidade”.¹⁵¹ As Constituições soviéticas de 1924, de 1936 e 1977 consolidaram a divisão territorial da URSS baseada fortemente em princípios étnicos.¹⁵² Se tomarmos a época do início da

¹⁵⁰ Apesar de historicamente a URSS ter apoiado os movimentos e guerras de liberação dos países do Terceiro Mundo, os soviéticos nunca colocavam a liberação *nacional* como um fim em si, e sim como uma etapa na caminhada daqueles países ao socialismo. É interessante notar que, nos dicionários e enciclopédias soviéticas, o verbete *nacionalismo* (*natsionalizm*) continha apenas definições negativas do termo. Assim, por exemplo, no dicionário (puramente lingüístico) de S. I. Ozhegov (considerado um dos mais prestigiosos e competentes lexicógrafos soviéticos), no verbete *natsionalizm* são dadas duas definições:

“*Nacionalismo*: 1. Ideologia e política burguesa e pequeno-burguesa que parte da idéia da superioridade nacional e confronta sua própria nação às outras, subordinando os interesses de classe dos trabalhadores aos assim chamados interesses nacionais gerais. 2. Forma de psicologia de superioridade e antagonismos nacionais, forma de pensamento estreito nacional.” (Ozhegov, 1990, p. 396)

Ou seja, nos dicionários soviéticos nunca aparecia a definição *positiva* de *nacionalismo* que é freqüentemente empregada no terceiro mundo como “postura combativa contra interesses imperialistas estrangeiros”. Esta ausência reflete a posição bolchevique de longa data de que o nacionalismo e os conflitos nacionais são fenômenos históricos da época do capitalismo. (Stalin, 1946-1951b, p. 303 e 305-307)

¹⁵¹ As definições de “nação” e “nacionalidade” nos dicionários soviéticos (mesmo até as vésperas da *perestroika*) eram influenciadas pelo ensaio de Stalin “O Marxismo e a Questão Nacional” (de 1913, escrito por encomenda de Lenin para servir como base para as discussões do partido sobre a questão nacional). Nele, Stalin (1946-1951b, p. 296-297) definia que “uma nação é uma comunidade estável de pessoas, historicamente constituída na base de língua, território, vida econômica e estrutura psicológica comuns que se manifestam numa cultura comum” e que “somente a presença de todas estas características conjuntamente constitui uma nação [...] Basta a falta de uma destas características para que uma nação deixe de ser nação”.

Assim, apesar de insistir sobre o ponto de que as nações são “produto do desenvolvimento capitalista”, o ensaio (que, aprovado por Lenin, teria influência decisiva nas políticas bolchevistas posteriores) enfatizava também conceitos de “territorialidade” e “cultura” (entre outros) como correlatos necessários para se entender a essência do que define uma nação em si. (Stalin, 1946-1951b, p. 294-297 e 303) Isto se refletiria, como veremos, nas políticas de criação de regiões “autônomas” no país baseadas em critérios étnicos, que assegurariam às nacionalidades um território e desenvolvimento cultural próprios. A fórmula de Stalin, acima exposta, tornar-se-ia a definição clássica de “nação” nos dicionários soviéticos até a década de 80. (BSE, 3 ed., v. 17, p. 375; SES, 1980, p. 879)

¹⁵² É importante notar que tal divisão territorial da URSS baseada em princípios étnico-nacionais, aparentemente a mais “natural” e “lógica”, não foi aceita unanimemente no partido. Partindo-se do pressuposto de que as nações são *produtos do desenvolvimento capitalista*, nos primeiros anos da revolução, algumas correntes partidárias achavam necessário realizar uma divisão territorial da URSS que não tivesse nenhuma ligação com os princípios nacionalistas, de modo a exatamente “quebrar” esses resquícios de formas de pensar capitalistas entre os povos da URSS (e partir para a existência de um futuro *povo soviético*

perestroika, por exemplo, veremos que a *União* (das Repúblicas Socialistas Soviéticas) estava dividida em 15 repúblicas.¹⁵³ As repúblicas tinham, basicamente, 3 tipos de divisões territoriais imediatas (*oblast'* [= “região”], *krai* [“território”] e *okrug* [= “área”]), que, por sua vez, eram subdivididas em diversos *raiony*¹⁵⁴ (“distritos”, mais ou menos equivalentes a grandes municípios). Entretanto, além desta subdivisão administrativa comum, o princípio étnico se fazia notar pela existência também de unidades administrativas *autônomas* nos locais onde havia grandes concentrações de uma (ou várias) específicas etnias. Os principais tipos, em ordem crescente de importância (de acordo com a quantidade de pessoas daquela nacionalidade) eram: *avtonomnyi okrug* (= “área autônoma”), *avtonomnaya oblast'* (= “região autônoma”), e *avtonomnaya respublika* (= “república autônoma”). Estas unidades administrativas autônomas eram parte constitutiva das *repúblicas da União*, mas tinham autonomia para decidir sua forma específica de administração em diversas esferas, principalmente cultural e educacional (possuindo escolas e editoras de livros em suas próprias línguas etc.), além de terem seus representantes específicos no Soviete das Nacionalidades.¹⁵⁵ Assim, as autoridades soviéticas procuravam dar uma base territorial própria para as diversas nacionalidades e grupos étnicos. Às vésperas da *perestroika*, por exemplo, havia 20 repúblicas autônomas, 8 regiões autônomas e 10 áreas autônomas na URSS. (SES, 1980, p. 1.262) Através da criação de entidades como a República Socialista Soviética Autônoma (RSSA) Darguestana, a RSSA Buriata, a RSSA Careliana, a Região Autônoma Altaica e outras, muitos grupos étnicos conseguiram sua base territorial própria pela primeira vez durante o período soviético.

Assim, notamos que as políticas soviéticas em relação a divisões étnicas no país continham uma certa dualidade: por um lado a ideologia marxista oficial enfatizava o *internacionalismo proletário*, criticando os fenômenos meramente nacionalistas (sem conteúdo de classe) como “resquícios da mentalidade capitalista”. (KPSS, 1962a, p. 25; KPSS, 1962b, p. 156; KPSS, 1986, v. 1, p. 75) Por outro, o período soviético, de certa maneira consolidou e desenvolveu as noções de nacionalidade, através de sua divisão territorial baseada em princípios étnicos (com existência de regiões autônomas baseadas no mesmo princípio etc.). Em suma, através da consolidação das noções de *territorialidade* e *expressão cultural*¹⁵⁶ que normalmente acompanham suas definições de nacionalidade, o

indivisível). Como ilustração desses pontos de vistas que favoreciam o centralismo por sobre o direito das “nações” soviéticas, ver, por exemplo, as declarações de G. L. Pyatakov e L. B. Sunitsa, protocoladas nas atas do VIII Congresso do Partido Comunista Russo (bolchevista), realizado de 18 a 23 de março de 1919 (Rossiiskaya Kommunisticheskaya Partiya (bol'shevikov), 1933, p. 80-81 e 88-89).

¹⁵³ As 15 repúblicas constitutivas da União eram: Rússia, Bielo-Rússia, Ucrânia, Armênia, Geórgia, Azerbaijão, Moldávia, Lituânia, Estônia, Letônia, Quirguízia, Uzbequistão, Cazaquistão, Tadjiquistão e Turcomênia.

¹⁵⁴ A palavra *raion*, em russo, também pode significar *distrito* no sentido de *bairro* de uma cidade grande.

¹⁵⁵ O Soviete Supremo (legislatura máxima do país) era dividido em duas câmaras de iguais poderes e número de deputados: o Soviete da União (eleito na base de um cidadão/um voto) e o Soviete das Nacionalidades (formado na base da representação étnica: 32 representantes para cada uma das 15 repúblicas da União, 11 de cada república autônoma, 5 de cada região [*oblast'*] autônoma e um de cada área [*okrug*] nacional). (BSE, 3 ed., v. 4, p. 564)

¹⁵⁶ Além de fortalecer a expressão *territorial* étnica, o governo soviético tomou importantes medidas no campo *cultural*. Enquanto que na época do czarismo a maioria das regiões não-russas não possuía autonomia própria, tendo uma relação de subordinação unidirecional à Rússia, no período soviético as diferentes repúblicas foram integradas na União com igualdade jurídica formal. Além disso, o governo soviético, desde o início, promoveu uma política de elevação do nível educacional de diversas das etnias que se encontravam em condições desfavoráveis nesta esfera na época da Revolução de 1917. Alfabetos foram criados para as etnias que não possuíam língua escrita; escolas, teatros e outras organizações culturais construídas para este fim. O partido, a partir das resoluções do X Congresso em 1921, e pelas décadas seguintes, investiu seriamente na política de *korenizatsiya* (“nativização”) dos quadros do partido e do governo, isto é, promoveu um esforço de educação de profissionais nativos de cada nacionalidade que pudessem realizar a administração de suas próprias repúblicas e regiões de origem (KPSS, 1983-1989c, p. 366; Conquest, 1967a, p. 50; Tishkov, 1997, p. 35). O resultado foi um acentuado aumento no nível educacional e profissional das nacionalidades menores e uma diminuição nas diferenças entre as nacionalidades mais avançadas e as mais atrasadas nessas esferas. O fato de, na prática, essas medidas promotoras de avanço social e educacional dos quadros e populações nativas estarem sempre subordinadas às prioridades do Partido Comunista (o que impedia manifestações de interesses puramente nacionalistas divorciados da linha oficial) não invalida a constatação de que houve uma melhoria

período soviético, de certa maneira, “acordou” diversas tendências nacionalistas ou étnicas que, sob o czarismo, eram ainda inexistentes¹⁵⁷ ou mantidas subjugadas (latentes) por motivo das políticas claramente imperialistas e repressivas adotadas então. A ironia deste efeito colateral (não intencional) de *consolidação* dos traços nacionais na URSS (através, principalmente, da autonomia territorial e expressão cultural) foi notada por estudiosos no campo acadêmico. (Suny, 1993, p. 126; Rakowska-Harmstone, 1977, p. 32; Tishkov, 1997, p. 229 e 234) Os efeitos desta consolidação se fizeram sentir principalmente no caso das pequenas etnias (*narodnosti*) menos numerosas que, durante o czarismo, ficavam relegadas a uma posição extremamente secundária, recebendo pouca atenção oficial do centro e que, durante o período soviético, não raramente receberam oportunidades de melhorar o nível da educação e publicar em suas próprias línguas, além das já mencionadas autonomias territoriais.

Obviamente, estes benefícios culturais e territoriais não significavam que as nacionalidades tinham uma autonomia *real* de poder em relação ao centro.¹⁵⁸

real no nível cultural da maioria das nacionalidades no período soviético. O analfabetismo foi praticamente erradicado nos anos 50 em *todas* as nacionalidades (TsSU, 1980a, p. 18). Além disso, a partir dos anos 60, algumas das nacionalidades, antes mais atrasadas, começaram a ultrapassar os próprios russos em termos educacionais. Como foi colocado num simpósio americano sobre o problema das nacionalidades, em meados da década de 70 a situação dos russos por etnia se encontrava já mais ou menos assim:

“Os russos estão na sexta posição em termos de educação superior e, em termos de padrão de vida, são oficialmente os terceiros, atrás dos letões e dos estonianos. Na realidade, são apenas os sextos ou sétimos porque os padrões de vida [reais] na Geórgia, Armênia e em grande parte da Ucrânia são certamente superiores.” (Linden & Simes, 1977, p. 4)

Estes dados apresentados são corroborados pelos censos russos da época (ver, por exemplo, Goskomstat, 1989-1990, v. 4, pt. 2, livro 2).

¹⁵⁷ Assim, antes de 1917, os atuais quirguizes e mesmo os uzbeques e cazaques ainda não tinham uma consciência nacional definitivamente formada, pois muitos ainda eram povos nômades, com uma consciência mais tribal que nacional. (Bennigsen, 1971, p. 169 e 176; Kozlov, 1988, p. 157) Muitos dos “uzbeques” de 1924, por exemplo, provavelmente ainda pensariam sobre si como primariamente membros de uma tribo (barlas, lokait etc.) ou como habitantes de determinada localidade (“bukhareense”, “samarkandiano” etc.). (Critchlow, 1991, p. 11) As políticas de conceder *territorialidade* e *expressão cultural* às diversas etnias (existentes ou em formação) levou à *consolidação*, ou mesmo *formação*, de diversas nacionalidades *dentro do período soviético*. Bennigsen (1971, p. 169) arrola, entre as nacionalidades (*natsional'nosti*) e subnacionalidades (*narodnosti*) que se formaram (em termos de consciência nacional própria, consolidada) dentro do período soviético as seguintes: tchuvaches, iacutos, altaicos, gagaúzios, uzbeques, turcomanos e cazaques.

¹⁵⁸ Um exemplo de como o poder *real* não era descentralizado em termos de nacionalidade, era o fato de que, tradicionalmente, o primeiro secretário do Comitê Central do Partido em cada uma das 15 repúblicas soviéticas era nativo da respectiva república, mas seu vice, não raramente, era um russo (ou eslavo) de nacionalidade. Já houve, inclusive, ocasiões mais esporádicas em que o *primeiro secretário* de algumas repúblicas era um russo, e não um nativo (por exemplo, o russo Brezhnev na Moldávia e no Cazaquistão) (SES, 1980, p. 169 e 1.475).

Quando instados, na década de 70 por Maurice Jackson, um membro do Comitê Central do Partido Comunista dos Estados Unidos da América em viagem pelo Azerbaijão, a explicar o porquê de o segundo secretário do PC azerbaijano ser um russo e não alguém do local, os interlocutores soviéticos deste dirigente responderam que esta pergunta não tinha razão de ser, já que não importava se quem estava nos cargos dirigentes era russo ou de outra nacionalidade, e sim que a política seguida na república fosse correta do ponto de vista comunista. (Jackson, Maurice em comunicação pessoal ao autor em 18/06/97 em Washington, DC, EUA)

Retirando-se a questão do primeiro e segundo secretários, o resto da administração nas repúblicas era realizada com quadros basicamente locais. Este tipo de relação se refletia a nível federal e do partido também. Escalões inferiores e médios do poder tinham uma distribuição mais igualitária entre as nacionalidades. O topo, onde se encontrava o poder *real*, *máximo*, tendia a ter predominância de russos. (Hough & Fainsod, 1979, p. 457) Por exemplo, o *Politburo* do Comitê Central, que era o órgão de poder máximo do partido, a partir da década de 60 até a *perestroika*, passou a ter uma média por volta de 70% de russos em sua composição de membros votantes (apesar dos russos só representarem pouco mais de 50% da população). (*EZH BSE*, 1967, p. 37; Hough & Fainsod, 1979, p. 457; Carrère d'Encausse, 1993, p. 10-11) O primeiro *Politburo* da era Brezhnev (a partir de 1965) continha 55% de russos. Nos anos 70 e 80 esta proporção aumentou. O *Politburo* de 1977 tinha 71% de russos e o de 1982 77%. Em 1987, o *Politburo* de Gorbachev manteve a média de 1982 (dos 13 membros votantes, 10 eram russos). (*EZH BSE*, 1980, p. 18; Carrère d'Encausse, 1993, p. 10)

Abundantemente explorada pelos estudos ocidentais e mesmo abertamente decretada pela ideologia oficial do internacionalismo proletário, a divisão territorial da URSS em princípios étnicos e sua política cultural em relação às etnias eram consideradas um *meio* para facilitar o *fim* desejado que era o controle, pelo partido, dos processos sociais em direção a uma sociedade comunista sem classes e sem divisões e conflitos étnicos. (KPSS, 1983-1989a, p. 105; Lenin, 1967-1970i, p. 164) Tanto que, principalmente a partir dos anos 60, o PCUS passou a propagar fortemente a teoria de que estava ocorrendo uma *sblizhenie* (“aproximação”) e mesmo *sliyanie* (“fusão”) dos diferentes povos que compunham a URSS em direção à criação de um *povo soviético* único. (KPSS, 1983-1989h, p. 163-165) Como prova destas tendências citava-se, entre outros fatores, a ausência de conflitos entre nacionalidades, o alto índice (um dos mais altos do mundo) de casamentos interétnicos, um crescente intercâmbio cultural e nivelção educacional entre as nacionalidades. (KPSS, 1983-1989h, p. 163-164; Tishkov, 1997, p. 111)

Esta questão da primazia dos russos dentro do mosaico de nacionalidades soviéticas é extremamente complexa. O presente autor foi testemunha, na Rússia em finais dos anos 80, de que um sentimento bastante generalizado entre os russos comuns era de se sentirem inferiorizados economicamente em relação a diversas outras nacionalidades. Isto se refletia na repetição de frases como: “Nós, russos, mandamos muito mais dinheiro, especialistas, recursos, para as outras nacionalidades que recebemos”, “muitas das repúblicas têm nível de vida mais alto que a República Russa: as repúblicas do Báltico vivem melhor, os povos do Cáucaso se alimentam muito melhor, comem muito mais frutas e verduras frescas” etc. Estes sentimentos que os russos comuns não viviam da “exploração” das outras nacionalidades (“muito pelo contrário”) encontram eco na literatura etnográfica soviética e mesmo em alguns escritos ocidentais. (Zaslavsky, 1982, p. 124-125; Tishkov, 1997, p. 70) Quanto ao fato de que, a nível dirigente, a nacionalidade russa, de maneira geral, dominava a camada superior do PCUS, isto parecia estar mais diretamente ligado ao fato de que os russos eram, de longe, a nacionalidade mais numerosa da população, ao fato de o PCUS, partido por natureza centralizador, ter sido *originalmente* um partido russo [“Partido Operário Social Democrata Russo”, “Partido Comunista Russo (bolchevista)”...], ter tido tradicionalmente seu centro (num partido centralista, o centro tem peso preponderante) em Moscou etc. Ou seja, a preponderância da nacionalidade russa nas camadas dirigentes do PCUS passava mais por uma certa *inércia centralizadora*, em que o centro relutava em tomar medidas descentralizadoras de poder em diversos campos (e não apenas no campo da composição étnica das camadas dirigentes). Tanto a questão do poder não pode ser absolutizada em bases étnicas que, por grande parte da existência da URSS, o poder *máximo real* definitivamente não estava em mãos russas (Stalin, afinal, era georgiano...). Sem negar a preponderância, *na prática*, da nacionalidade russa nas camadas decisórias mais cruciais do partido, acreditamos que esta preponderância étnica não deve ser vista como uma forma intencional de afirmação meramente nacionalista (um *fim em si*), e sim como *instrumento*, um *meio* (algo rude e imperfeito) de facilitar as tarefas de controle centralizador de poder num país etnicamente tão diverso como a URSS. Tanto que a manifestação de tendências chauvinistas russas (ou mesmo meramente nacionalistas) era condenada pelo partido. (KPSS, 1983-1989d, p.83; Stalin, 1946-1951d, p. 267 e 1946-1951i, p. 239) Uma exceção qualificada a isso talvez tenha sido durante a Segunda Guerra Mundial quando, sob a pressão insuportável dos alemães na fase inicial da guerra, Stalin apelou também a *slogans*, por vezes puramente nacionalistas, de “luta pela mãe pátria” a fim elevar o moral das tropas e da retaguarda; e a doutrina do povo russo como o “irmão mais velho e experiente” dentro da comunidade de etnias soviéticas, que encontrou eco nos meios acadêmicos e jornalísticos principalmente no período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. (Nechkina, 1951) Entretanto, mesmo conceitos paternalistas como este do “irmão mais velho” não provinham de fontes meramente nacionalistas, mas tinham um conteúdo de classe (independentemente de aceitarmos a veracidade dos argumentos ou não). Assim, Stalin, em discurso no XII Congresso do Partido Comunista Russo (bolchevista), realizado em 1923, atacava uma excessiva descentralização do poder para as nacionalidades nos seguintes termos:

“Para nós, comunistas, é claro que a base de todo nosso esforço é o trabalho para fortalecimento do poder dos trabalhadores e, somente depois disso, vem a outra questão. Questão que é muito importante, mas que fica subordinada à primeira: a questão nacional. Dizem que não devemos ofender as nacionalidades. Está certíssimo e eu concordo com isso. Mas criar a partir disso uma nova teoria de que é preciso colocar o proletariado grande-russo em situação de desigualdade em relação às nações previamente oprimidas não faz sentido [...] É evidente que a base política da ditadura do proletariado é constituída primariamente pelas regiões centrais, industriais, e não a periferia, que é basicamente rural. Se deslocarmos nosso peso para a periferia rural em detrimento das regiões proletárias pode acontecer um “racha” no sistema de ditadura do proletariado. Isto é perigoso, camaradas [...] É preciso lembrar que, além do direito dos povos à autodeterminação, existe o direito da classe trabalhadora de fortalecer o seu poder: o primeiro está subordinado ao segundo.” (Stalin, 1946-1951d, p. 264-265)

Afinal, quem estava certo: os que apontavam para uma *relativa calmaria* nas relações interétnicas na URSS no período anterior à *perestroika*, ou aqueles poucos autores que indicavam que havia uma tensão perigosa nas relações entre as nacionalidades neste mesmo período?

O autor que, na época anterior à *perestroika*, mais veementemente colocou o problema das nacionalidades (apontando seu potencial desagregador) talvez tenha sido a francesa Hélène Carrère d'Encausse. Desacreditada por muitos no período anterior a 1985, e elevada à condição de quase "profeta" da desagregação da URSS (*l'empire éclaté...*) nos anos 90, seria interessante apresentar aqui os pontos levantados por Carrère d'Encausse como "pontos de pressão" no antigo regime soviético que tinham relação com as questões étnico-nacionais.

Em seu livro de maior repercussão no período anterior à *perestroika*, denominado *L'Empire Éclaté* (de 1978), Carrère d'Encausse trabalhou a partir de duas vertentes principais: perspectivas demográficas e problemas com as etnias (principalmente, muçulmanas) na URSS. No livro, a autora apontava para certos problemas existentes entre etnias (abafados pelo aparente monolitismo do sistema soviético) como, por exemplo: as três nacionalidades bálticas (lituanos, estonianos e letãos) que, por terem sido (re)incorporadas de maneira truculenta há relativamente pouco tempo (na Segunda Guerra Mundial), guardavam sentimentos anti-Rússia; o problema da emigração dos judeus soviéticos (apontados como vítimas de um anti-semitismo sutil, que permearia não apenas camadas da população como instâncias do poder); a questão do renascimento de um certo nacionalismo cultural embrionário na Ucrânia e na Geórgia, nos anos 70; o problema do ressentimento guardado das nacionalidades deportadas *en masse* por Stalin devido a acusações de colaboracionismo com os nazistas na época da Segunda Guerra Mundial (além dos casos dos tártaros da Criméia e alemães do Volga, especialmente estudados por d'Encausse em seu livro, devemos citar também os chechenos, inguches, calmucos, caratchais, balcares e meskhes. (Carrère d'Encausse, 1978, p. 196-219, 226-233 e 273)

A autora mostrava também outros fatores mais sub-reptícios e pouco estudados antes dos anos 80. Um destes seria o seguinte fato, constatado pelas estatísticas soviéticas, mas que tinha sua "problematicidade" negada pela ideologia oficial da convivência pacífica entre os povos da URSS: o crescimento da parte eslava da população há muito tempo vinha sendo BEM menor que o da parte oriental, especialmente a muçulmana. (Carrère d'Encausse, 1978, p. 86) Pela tabela 10.1 do apêndice 10, podemos visualizar este processo. Nela se vê que todas as nacionalidades que mais crescem são orientais e muçulmanas (destaques para quirguizes, turcomanos, uzbeques, e tadjiques). Depois vêm principalmente os povos não muçulmanos do Cáucaso (georgianos e armênios) e moldavos. Sensivelmente mais abaixo vemos os eslavos (russos, bielo-russos, ucranianos) disputando a "lanterninha" da quase estagnação no crescimento com os do Báltico, sendo que os estonianos e letãos estavam com crescimento quase a zero nas últimas décadas. Carrère d'Encausse afirmava que, com a baixa taxa de natalidade dos eslavos (majoritários), o peso da população "muçulmana" cresceria proporcionalmente a ponto de poder afetar o equilíbrio político do país, já que o islamismo e as outras tradições orientais formam um modo de vida diferente do pregado por Moscou e estavam, nos últimos anos, encontrando ressonância como *aglutinador cultural* naquela região. (Carrère d'Encausse, 1978, p. 269-270) Isto, em especial após as convulsões no mundo muçulmano devido à ascensão de Khomeini no Irã, poderia levar a um afastamento do centro e uma aproximação com as nações fundamentalistas islâmicas, de consequências imprevisíveis.¹⁵⁹ Além disso, a prosseguir esta tendência (ver tabela 10.1 do apêndice 10), a nacionalidade russa, na virada do século, deixaria de ser a majoritária (em termos absolutos) do país: passar para abaixo da barreira "psicológica" dos 50% da população, poderia trazer implicações políticas em termos de descentralização de poder também

A estudiosa francesa apontava para uma outra área problemática em relação à população da URSS. A relativamente baixa taxa de natalidade geral do país levaria a uma

¹⁵⁹ A respeito do "problema muçulmano" na URSS ver Bennigsen & Broxup (1983) e Bennigsen & Wimbush (1985).

aguda falta de mão-de-obra, falta esta que poderia ter conseqüências muito graves para uma economia extensiva, baseada em grande uso do fator trabalho, como a soviética. O problema era agravado pelo fato de que, exatamente nas regiões onde pesava a escassez de trabalhadores, as taxas de natalidade tendiam a ser baixas, ao passo que nas partes com abundância de mão-de-obra o crescimento populacional era maior. Pior: as correntes migratórias, em geral, se desenvolviam no sentido de "inchar" mais ainda as áreas saturadas e de abandonar algumas regiões com déficit de mão-de-obra. (Carrère d'Encausse, 1978, p. 109-114) Assim, por exemplo, havia *emigração* dos Urais, Sibéria e do extremo oriente (regiões onde havia falta de mão-de-obra), não compensada por *imigração* a estas áreas. (*ibid.*, p.110-111) Igualmente, russos e outros eslavos tendiam a emigrar para o Báltico ou para a Ásia Central (áreas já densamente povoadas ou com problemas de excesso de mão-de-obra), enquanto que as populações destas regiões com densidade excessiva ou demonstrando um certo excesso de mão-de-obra tendiam a não emigrar tanto quanto os eslavos. (*ibid.*) Mesmo a região do norte do Cáucaso que possui também um certo excesso de mão-de-obra, mas cuja população tende a emigrar, termina por ter um *superávit* de movimentos migratórios, pois o clima quente atrai moradores de outras regiões. (*ibid.*, p. 111) Ou seja, os movimentos migratórios da URSS tendiam a aguçar o problema de desequilíbrios regionais na alocação de mão-de-obra.¹⁶⁰

Por todo o exposto acima, Carrère d'Encausse juntava-se às vozes no Ocidente (Robert Conquest, Richard Pipes, Zbigniew Brzezinski e outros) que apontavam para diversas áreas preocupantes de tensão no campo étnico e demográfico da URSS, já antes da *perestroika*.

9.2 BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE NACIONALIDADES NA URSS

Neste ponto, antes de realizarmos uma análise destes problemas apontados, faremos um pequeno resumo sinóptico histórico do desenvolvimento das relações entre as nacionalidades da URSS.¹⁶¹

— O império russo se formou entre os séculos XVI e XIX. No final do século XV e início do século XVI, o Grande Ducado de Moscúvia começa a dominar as regiões a sua volta onde viviam eslavos russos, tais como Novgorod (1471) e Pskov (1510). O primeiro czar, Ivan IV ("O terrível", 1533-1584) inicia a expansão em direção a territórios "não-russos". Com a conquista dos canados de Kazan (1552) e Astrakhan (1554-56), ele passa a dominar o rio Volga. Assim, a conquista do canado tártaro de Kazan é geralmente considerada o início da construção do império russo, pois marca a primeira expansão de Moscou para além dos territórios onde viviam predominantemente russos. O século XVII viu a expansão do império até a Sibéria e até o rio Dnieper. No século XVIII, Pedro I, o Grande (1682-1725), levou as fronteiras ao norte até o mar Báltico e incorporou a Ucrânia oriental enquanto que Catarina II, a Grande (1762-1796), conquistou a Criméia (ao sul, alcançando o mar Negro) e repartiu a Polônia com a Prússia e a Áustria. No século XIX houve a incorporação da Geórgia (1801), Finlândia (1809), a Polônia central (1815), do Cáucaso e da Ásia Central. Assim, das 15 repúblicas que formavam a URSS na época da *perestroika*, todas já tinham tido seu território incorporado (totalmente ou em parte) ao império russo antes de 1917.

¹⁶⁰ Para uma visão "interna" soviética dos problemas com alocação geográfica da mão-de-obra, ver o relatório secreto de 1983 do Gosplan sobre a distribuição das forças produtivas na URSS recentemente aberto (parcialmente) aos pesquisadores. (TsKhSD, f. 89, op. 41, d. 2, l. 3)

¹⁶¹ A cronologia resumida de eventos que se segue é baseada (*passim*) nas seguintes fontes: AN SSSR-I.I., 1966-1980; Novosti Press Agency, 1988; *EZH BSE*; jornais *Pravda*, *Izviestiya*, *Sovetskaya Latvija*, *Sovetskaya Litva*, *Sovetskaya Estoniya*, *Pravda Ukrainy*, *Zarya Vostoka*, *Turkmenskaya Iskra*, *Pravda Vostoka*, *Kazakhstanskaya Pravda*, *Golos Armenii e Vyshka*; Carrère d'Encausse, 1993 e 1995; Tishkov, 1997; Fowkes, 1997.

— A URSS, desde sua criação em 1922, se assume legalmente como um estado multinacional *federativo*, que se propõe a dar expressão territorial e cultural a suas diferentes etnias componentes.¹⁶²

— A época da industrialização e, principalmente a coletivização agrícola forçada, nos anos 30, com suas exigências de centralização do poder máximo em Moscou, cria tensões no campo étnico-nacional. A coletivização agrícola forçada impõe regras de sedentarismo a população rurais de forte tendência nômade no Cazaquistão e em outras partes da Ásia Central e cria tensões entre lideranças com tendências nacionalistas na república que é considerada o “celeiro” da URSS, a Ucrânia, que sofre enormemente com as requisições excessivas de grãos mesmo em épocas de seca, fracasso de colheita e fome (como em 1932-33).

— A Segunda Guerra Mundial traz a deportação interna em massa de algumas pequenas nacionalidades acusadas de colaboracionismo com o nazismo: os alemães do Volga, os chechenos, os tártaros da Criméia, os inguches, os calmucos, os karatchais, balcares e meskhes (estas nacionalidades só seriam reabilitadas oficialmente a partir de 1957, com o *degelo* khrushcheviano). Durante a guerra, há uma reutilização de *slogans* nacionalistas (“pela mãe pátria russa” etc.) para mobilização das massas no esforço de defesa. O período staliniano no pós-guerra é marcado por uma certa reavaliação histórica do papel dos russos durante o czarismo: alguns trabalhos acadêmicos e jornalísticos, inclusive, enfatizavam determinados aspectos positivos de progresso que os russos teriam trazido aos povos mais atrasados de seu império, a despeito do papel opressor do czarismo.¹⁶³

— O *degelo* khrushcheviano do final dos anos 50 e início dos anos 60 traz uma liberalização política e descentralização da economia, produzindo uma (pelo menos aparente) redução de tensões no campo étnico: as nacionalidades deportadas durante a guerra são reabilitadas e a grande maioria delas reconduzidas a territórios próprios; a entrada da URSS num nível superior de desenvolvimento (o “socialismo maduro”, no jargão oficial) propicia uma melhoria no nível de vida da população (em relação ao período stalinista) nas diversas repúblicas, diminuindo a possibilidade de acirramento de descontentamentos étnicos devido a insatisfações de caráter econômico. O aumento do nível migratório entre as repúblicas (entre outras coisas devido a campanhas, como a das “terras virgens”, que levam emigrantes do centro para áreas mais periféricas e afastadas) e do número de casamentos interétnicos levam a ideologia oficial a proclamar a tendência a *aproximação e fusão* das diversas nacionalidades.

— Durante os anos Brezhnev (principalmente a partir da década de 70) reaparecem certas tendências desconfortáveis a nível étnico: a excessiva desproporção entre o crescimento lento das populações eslavas e européias em comparação ao das nacionalidades asiáticas e

¹⁶² Em 30 de dezembro de 1922 foi criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas com 4 repúblicas: Rússia, Ucrânia, Bielo-Rússia e Transcaucásia (que englobava as atuais Armênia, Geórgia e Azerbaijão). Em 1925 foram incorporadas à União a República Socialista Soviética (RSS) Uzbeque e a RSS Turcomana. Em 1929 a *república autônoma* Tadjique foi transformada em República da União. A Constituição de 1936 estabeleceu a existência de 11 repúblicas na União: Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Rússia, Bielo-Rússia, Ucrânia, Uzbequistão, Turcomênia, Tadjiquistão, Cazaquistão e Quirguízia (as duas últimas eram *repúblicas autônomas* que, em 1936, foram elevadas à condição de *repúblicas da União*). Em 1940, a Estônia, Lituânia e Letônia foram incorporadas à União como repúblicas. Neste mesmo ano, a URSS invadiu a Bessarábia (que tinha sido tomada pela Romênia em 1918) e esta região, fundida com a *república autônoma* [soviética] *moldava*, passou a constituir mais uma república da União, a Moldávia. (SES, 1980, p. 1.263)

¹⁶³ Por exemplo, um ensaio na revista oficial do Instituto de História da Academia de Ciências da URSS colocou, em 1951:

“O czarismo era a prisão dos povos: esta fórmula é profundamente verdadeira. Neste país o irmão mais velho dos povos de nosso país, o povo grande-russo, sofria também [...]

Ao avaliar os resultados da incorporação dos povos à Rússia czarista, os historiadores devem prestar particular atenção às evidências de intercâmbio entre os povos, ao elemento novo e positivo que, a despeito do czarismo, o povo grande-russo introduziu em suas vidas econômicas e culturais. A tarefa dos historiadores é descrever a perspectiva histórica de unidade e luta dos trabalhadores dos vários povos sob a liderança do seu irmão mais velho, o povo russo, e subseqüentemente sob a hegemonia do proletariado [...]” (Nechkina, 1951, p. 45 e 47)

muçulmanas; o problema da migração dos judeus para o Ocidente; um certo renascimento de sentimentos nacionalistas em algumas repúblicas (na própria Rússia, na Geórgia, Ucrânia);¹⁶⁴ campanhas anticorrupção em repúblicas periféricas (Geórgia e, posteriormente, em 1984, no Uzbequistão)¹⁶⁵ levam a um certo tensionamento étnico; em 1978, na Geórgia, e em 1979, em Tselinograd (no Cazaquistão), ocorrem incidentes de colorações étnicas.¹⁶⁶ — Apesar destas tendências “incômodas” acima assinaladas, Gorbachev assume o cargo de secretário-geral do PCUS em 1985 com uma situação étnica aparentemente bastante estável em termos de estado multinacional. O Gorbachev crítico que (rompendo uma tradição de “palmadinhas nas próprias costas” dos secretários-gerais até então) faz um relatório ao XXVII Congresso do PCUS (em 1986) apontando diversas deficiências no modelo soviético, quando toca no assunto das nacionalidades muda de tom, descrevendo-a como uma área em que a URSS tinha conseguido progresso exemplar (apesar de alertar para a necessidade de vigilância, a fim de evitar que “resquícios” de “nacionalismo estreito e chauvinista”, que ainda existam, se desenvolvam).¹⁶⁷

¹⁶⁴ O afastamento em 1972 do primeiro secretário do partido na Ucrânia, Petr Shelest, e sua substituição pelo também ucraniano V. Chtcherbitski (mas, desta vez, com um segundo secretário russo) é vista como sinal de desconfiança de que Shelest estaria sendo condescendente, ou mesmo incentivando um nacionalismo ucraniano sutil, que se evidenciava pela reafirmação da importância da cultura da Ucrânia no passado, mesmo no período pré-revolucionário. (Carrère d’Encausse, 1978, p. 220-221) Na Rússia, o renascimento nacionalista estar-se-ia revelando na busca da preservação de monumentos e outros marcos culturais do passado (a organização *Pamyat*, criticada de ser anti-semita no período da *perestroika*, aglutinaria vários grupos fundados no final dos anos 70 para preservação destes bens culturais russos); revelar-se-ia também, de certa forma (sutil e latente), nas obras dos escritores considerados “ruralistas” (como Valentin Rasputin, Vasili Belov e outros) que demonstravam nostalgia por uma vida rural russa mais “pura”, que vinha desaparecendo com o tempo.

¹⁶⁵ Na era Brezhnev e Andropov, as lideranças do partido detectaram um aumento dos níveis de corrupção em algumas repúblicas, cujos primeiros secretários estariam sendo (ativa ou passivamente) coniventes. O centro agiu para substituir estes primeiros secretários por outros encarregados de realizar uma “limpeza” no quadro corrupto deixado por seus antecessores. Assim, em 1972, Eduard Shevardnadze substituiu Vasili Mjavanadze na Geórgia. Em finais de 1983, na era Andropov, deslançou-se uma investigação sobre a administração (1959-83) do primeiro secretário Sharaf Rashidov no Uzbequistão. Rashidov tinha sido um dos favoritos de Brezhnev por sua lealdade a Moscou e pelos indicadores de sucesso econômico da república, especialmente na produção de algodão, sua principal cultura e que abastecia toda a URSS. De 1984 a 1986 foram realizados expurgos entre os quadros do partido, pois a corrupção e favoritismo pareciam estar realmente generalizados até o mais alto escalão (não apenas em termos financeiros, de malversação de propriedade pública, como em falsificação das estatísticas de crescimento econômico, principalmente da produção de algodão, que tinha sido menor do que a anunciada ao próprio centro). Em 1986, Rashidov foi postumamente (havia morrido logo após o início das investigações) condenado. (Ligachev, 1996, p. 210-219)

Estas campanhas anticorrupção nas repúblicas, apesar de baseadas em fatos reais, tiveram também um efeito colateral desagradável no campo étnico. Em algumas repúblicas criou-se um sentimento de que suas nacionalidades estariam sendo vistas como profundamente atoladas em corrupção e que para que pudessem sair dessa situação necessitariam da “vigilância” do centro moscovita. Isto era sentido principalmente nas repúblicas do Cáucaso e da Ásia Central, onde os laços comunitários e familiares tradicionalmente mais fortes freqüentemente eram vistos pelo centro como facilitadores de uma atmosfera de “compadrismo” conducente ao favoritismo e mesmo corrupção. Como favoritismo e corrupção não eram monopólio destas repúblicas, sendo encontráveis por praticamente todo o sistema soviético, essas campanhas anticorrupção criaram um clima estranho entre centro e periferia. O centro, desconfiado da perda de controle do que ocorria em algumas repúblicas, tendia a apertar uma vigilância “paternalista” enquanto que a periferia, por vezes, tinha o sentimento de estar sendo usada como “bode expiatório”. (Carrère d’Encausse, 1993, p. 21 e 23-24)

¹⁶⁶ Em 1979, uma demonstração de estudantes na cidade de Tselinograd no Cazaquistão protestou contra anunciados rumores de que a região seria transformada em território autônomo para receber os alemães (soviéticos) do Volga que tinham sido deportados por Stalin na época da Segunda Guerra Mundial. Além disso, seria interessante anotar a existência de um protesto, de caráter nacionalista, na Geórgia. Em abril de 1978, houve uma demonstração pública em Tbilisi contra a eliminação da cláusula do artigo da Constituição da República da Geórgia que determinava que o georgiano era a língua oficial da república (a Constituição da Geórgia estava sendo reformulada em 1978, em consonância com a promulgação da nova Constituição soviética de 1977). Diante da mobilização popular, a idéia foi abandonada e a cláusula mantida na nova Constituição georgiana.

¹⁶⁷ Apresentando o relatório político do Comitê Central no XXVII Congresso do PCUS, Gorbachev afirmou:

“A Grande Revolução Socialista de Outubro lançou as bases para a resolução da questão nacional em nosso país. Baseando-se nos ensinamentos de V. I. Lenin e nas conquistas do socialismo, o Partido Comunista realizou um imenso trabalho de

— A partir de 1988-89 começam a explodir os primeiros conflitos violentos oficiais no terreno interétnico na URSS.¹⁶⁸ O primeiro grande marco, que acordou o país de seu “sono

transformação neste campo. Seu resultado é uma conquista notável do socialismo, que enriqueceu a civilização mundial. A opressão nacional e a desigualdade entre as nacionalidades foram *definitivamente extintas* [grifo nosso] [...] O povo soviético é uma forma qualitativamente nova de comunidade social e internacional, cimentada pela unidade de interesses econômicos, ideologia e objetivos políticos.

Mas os nossos sucessos não devem criar a impressão de não-problematicidade dos processos nacionais. Contradições são características de toda forma de desenvolvimento: elas são inevitáveis neste campo também. O principal é notar seus aspectos emergentes e limites, prontamente buscar e dar respostas a essas questões colocadas pela própria vida. Especialmente porque, nessa esfera, ainda não foram totalmente extirpadas e, por vezes, se fazem dolorosamente presentes tendências ao isolamento nacional, localismo e parasitismo [...]

Nós nos orgulhamos especialmente das realizações da cultura socialista multinacional soviética. Incorporando em si a riqueza de formas e cores nacionais, ela está se transformando em um fenômeno único na cultura mundial. Mas é importante que o interesse saudável em tudo que é valioso nas culturas nacionais de maneira nenhuma degenere em tentativas de se isolar do processo objetivo pelo qual as culturas nacionais interagem e se aproximam. Isto se aplica, entre outras coisas, a certas obras literárias e acadêmicas que, à guisa de manter uma originalidade nacional, tentam apresentar, sob uma visão idílica, certos resquícios religiosos e nacionalista-reacionários que se contrapõem à nossa ideologia, à maneira de vida socialista e à nossa visão científica do mundo.” (KPSS, 1986, v. 1, p. 75-76)

Assim, de maneira geral, Gorbachev via o campo das relações interétnicas como uma esfera em que o governo soviético tinha sido bastante bem-sucedido, podendo dar exemplo ao mundo (ao contrário de outras esferas, especialmente a economia, sobre as quais ele foi bem crítico no relatório, apontando concretamente diversas deficiências). Os problemas que o secretário-geral via como ainda não resolvidos no campo nacional, ele os atribuía ou ao desenvolvimento natural dos processos históricos (“contradições” como parte normal do desenvolvimento) ou como “resquícios” de mentalidade nacionalista estreita (identificadas especialmente nos campos da cultura e religião). Em resumo, o campo das relações étnico-nacionais não era uma das maiores preocupações de Gorbachev no início da *perestroika*.

Esta posição do líder soviético não era meramente uma questão de retórica oficial auto-indulgente com os progressos alcançados no campo étnico. O secretário-geral realmente acreditava que, na esfera das relações entre nacionalidades, reinava uma atmosfera, de maneira geral, tranqüila, cujos pontos mais “quentes” poderiam ser resolvidos dentro dos limites do regime. Gorbachev, como provavelmente a maioria dos russos, só viria a perceber que algo de novo, e preocupante, estava ocorrendo no campo étnico alguns anos mais tarde. Na verdade, o secretário-geral do PCUS percebeu o nível de seriedade dos conflitos interétnicos *somente depois que os primeiros conflitos interétnicos abertamente violentos irromperam no período posterior da perestroika* (i.e., após o início das disputas armadas entre armênios e azerbaijanos pelo território de Nagorno-Karabakh em 1988-89). Esta conscientização tardia da seriedade dos problemas interétnicos foi admitida posteriormente pelo próprio Gorbachev em uma reunião *privé* em Washington em 1992. Em maio daquele ano, o bibliotecário-chefe da *Library of Congress*, James Billington, organizou um *café da manhã com debate* entre o líder soviético e um grupo seletivo, composto principalmente de acadêmicos americanos. Depois de ter afirmado que a questão mais complicada e que mais o surpreendeu durante a época da *perestroika*, tinha sido a dos separatismos nacionalistas, Gorbachev recebeu a pergunta de quando ele tinha se tornado consciente disto (isto é, da seriedade a tal ponto deste problema). A resposta, surpreendente, foi: “No outono ou inverno de 1990.” (comunicação pessoal ao autor de dois participantes da reunião: professor Harley Balzer, em 30 jun. 1997 na Georgetown University e professor Blair Ruble, em 21 jul. 1997 no Kennan Institute, em Washington, DC, EUA; episódio também citado em Remnick, 1997, p. 17)

Esta resposta deixou perplexos os ouvintes americanos, pois finais de 1990 representa mais de um ano após a irrupção dos primeiros conflitos interétnicos armados em Nagorno-Karabakh! O testemunho de Gorbachev vem reforçar a hipótese (como afirmado anteriormente, comprovada pela experiência pessoal do presente autor quando de sua estada na URSS e também compartilhada por diversos autores etnográficos russos, mesmo os críticos do regime soviético, como Tishkov) de que a irrupção dos conflitos interétnicos abertos em 1988-89 pegou de surpresa a maior parte dos russos e grande parte dos soviéticos em geral, pessoas essas que, mesmo após o início da *perestroika*, ainda não viam no campo das relações étnicas tensões de nível não resolvível dentro do próprio sistema. (Tishkov, 1997, p. 46-47)

Para um relato da falta de sensibilidade e experiência de Gorbachev com o problema das nacionalidades, ao assumir o secretariado do PCUS em 1985, ver Carrère d’Encausse (1993, p. 6-13, esp. p. 12).

¹⁶⁸ É importante notar que, já no ano de 1986, houve um incidente sério que augurava os futuros problemas étnicos abertamente violentos de 1988-89. Nos dias 17 e 18 de dezembro de 1986 houve protestos públicos nas ruas de Alma-Atá, capital do Cazaquistão. Uma multidão, composta na maioria de jovens e estudantes, protestava contra a substituição do primeiro secretário do partido naquela república, Dinmukhamed A. Kunaev (um cazaque) por Gennadi Kolbin (um russo). No choque da polícia com os manifestantes, pelo

dogmático” no campo étnico, foi o conflito entre armênios e azerbaijanos pela região de Nagorno-Karabakh. A violência do *progrom* de Sumgait, em fevereiro de 1988, logo no início da disputa, choca a população da URSS como um todo.¹⁶⁹ O precedente de violência generalizada vingaria em outras regiões. No “domingo negro” de 9 de abril de 1989 na capital da Geórgia, Tbilissi, tropas governamentais reprimem violentamente uma demonstração de apoio a pessoas que executavam uma greve de fome pela independência

menos duas pessoas morreram e houve grande número de feridos. Este era o primeiro protesto público de monta que resultava em morte na URSS desde os protestos na cidade russa de Novocherkarsk contra um aumento no preço de carne e manteiga, em 1962 (sobre este incidente de Novocherkarsk, ver os relatórios secretos do KGB na época, recentemente desclassificados nos arquivos russos, especialmente TsKhSD, f. 89, op. 6, d. 16). O balanço do poder em relação ao equilíbrio étnico era uma questão sensível no Cazaquistão, pois nesta república, como resultado das constantes imigrações, os cazaques eram minoria (36% da população contra 41% de russos).

¹⁶⁹ A região autônoma (*avtonomnaya oblast'*) de Nagorno-Karabakh era parte constituinte da república soviética do Azerbaijão, mas a grande maioria de sua população era armênia. A região sempre foi motivo de disputa histórica, pois fazia parte da rota utilizada por pastores nômades azerbaijanos. Apesar de 95% da população na época ser constituída de armênios, o governo soviético em 1923 coloca Karabakh como parte do Azerbaijão. Esta situação foi desconfortável aos armênios. Principalmente a partir de 1965, foram feitas petições ao governo central por parte de habitantes de Karabakh para a transferência da região à Armênia, mas sem sucesso. Com o início da *perestroika*, este movimento ganhou impulso. Em 11 de fevereiro de 1988, ocorreram demonstrações em Stepanakert, capital de Karabakh e, posteriormente, em Erevan, capital da Armênia. Uma petição pedindo a unificação de Karabakh à Armênia foi enviada a Moscou e rejeitada. Em 20 de fevereiro, o Soviete de Nagorno-Karabakh (onde, refletindo aproximadamente a proporção da população em geral do *oblast'*, os armênios eram maioria na proporção de 3 contra 1 em relação aos azerbaijanos) vota pela incorporação da região à Armênia e forma o Comitê Karabakh para organizar a atuação do movimento separatista. A tensão aumenta nos dias que se seguem, pois Stepanakert e Erevan colocam pressão em Gorbachev para reconhecer a decisão do Soviete local. Em 28 de fevereiro, as notícias oficiais de que dois azerbaijanos teriam morrido em choques com armênios perto da cidade de Agdan (bem ao lado de Nagorno-Karabakh) provocam um ataque indiscriminado contra armênios que viviam em Sumgait, um subúrbio de Baku, a capital do Azerbaijão. Nos dois dias que durou o massacre de Sumgait, morreram mais de trinta pessoas e centenas ficaram feridas. Tropas federais foram enviadas à região. Em 23 de março de 1988, o Soviete Supremo da URSS adotou uma resolução condenando a decisão unilateral tomada pelo Soviete de Karabakh e o funcionamento do Comitê Karabakh, acusado de separatismo irresponsável. Em 15 de junho, o Soviete Supremo da Armênia passa uma resolução a favor da incorporação de Karabakh à república. A escalada de tensão e violências esporádicas aumenta, havendo um impasse entre a posição dos armênios, de um lado, e a de Moscou e azerbaijanos, de outro (contra a mudança no *status* de Karabakh). Em 7 de dezembro de 1988 um terremoto de grandes proporções causa destruição no nordeste da Armênia e deixa dezenas de milhares de mortos. Em 12 de janeiro de 1989 foi decretada intervenção federal em Nagorno-Karabakh. A administração da região foi temporariamente transferida para o governo federal, com a instalação de um estado de emergência. A questão de Karabakh e a posição de Moscou, incapaz de resolver a questão na prática, fomentam insatisfações nacionalistas. Em setembro de 1989, o Azerbaijão inicia um bloqueio ferroviário à Armênia. O conflito passa a assumir contornos de guerra civil entre as duas repúblicas. Moscou ordena ao Azerbaijão desmontar o bloqueio. Sofrendo uma recusa, tropas federais assumem o controle do sistema ferroviário azerbaijano em inícios de outubro. Apesar de solucionado o problema do bloqueio, a situação continua tensa. Em novembro de 1989 seria formada uma frente popular na Armênia (Movimento Nacional Armênio). Em vista desta falta de progresso nas negociações, em 28 de novembro, o Supremo Soviete da URSS decide terminar o período de intervenção federal em Nagorno-Karabakh. A situação volta, então à “estaca zero”, pois se, por um lado, Nagorno-Karabakh volta a ficar subordinado ao Azerbaijão (com recomendações expressas para que seja respeitado seu *status* de *avtonomnaya oblast'*, ou *região autônoma*), por outro, o governo local fica nas mãos do Soviete de Karabakh (de maioria armênia e anti-Azerbaijão). Em primeiro de dezembro de 1989, a Armênia declara que o enclave é parte da “república armênia unificada” e a 11 de fevereiro de 1990 anuncia que as leis federais só terão validade no território armênio se não contradisserem as leis locais. Para restabelecer a ordem, especialmente após um *progrom* sofrido por armênios no azerbaijão em 13 de janeiro de 1990, tropas federais invadem e ocupam Baku, sob resistência azerbaijana. A ocupação e o estado de emergência proclamado na cidade (no dia 19 de janeiro) seriam marcados por numerosas conflitos armados que deixam dezenas de vítimas fatais. Em 5 de agosto de 1990, um ex-alto oficial do Comitê Karabakh, Levon Ter-Petrosian, é eleito presidente da Armênia. Posteriormente, durante sua presidência, Erevan modificaria um pouco sua posição, de exigência de anexação de Karabakh pela Armênia para um apoio à “autodeterminação” dos armênios de Karabakh. Todo o ano de 1990 e o primeiro semestre de 1991 seriam marcados pelo impasse de posições e escaramuças (ocasionalmente com grande número de vítimas) em torno de Karabakh. Em 26 de novembro de 1991 o Azerbaijão decidiu abolir oficialmente o *status* de Nagorno-Karabakh como *região autônoma* (*avtonomnaya oblast'*). Em contrapartida, as autoridades armênias de Karabakh decidiram-se autoproclamar república em dezembro, inclusive registrando um pedido de ingresso na CEI. Assim, em finais de 1991, na época da dissolução da União Soviética, o conflito em torno de Nagorno-Karabakh persistia, indefinido.

da república, causando mais de vinte mortes e cerca de duzentos feridos. O acontecimento deixaria ressentimentos indeléveis na população local, aumentando a simpatia com os separatistas. No vale de Fergana no Uzbequistão, na primeira quinzena de junho de 1989, uzbeques realizaram um *progrom* contra a minoria turca meskhetiana. Em 17-21 de junho de 1989 na cidade petroleira de Novyi Uzen (no Cazaquistão) ocorrem demonstrações violentas de rua, durante as quais os cazaques entram em conflito com trabalhadores imigrantes de outras repúblicas (lesguianos do Daguestão, chechenos, inguches e ossétios). Na região de Osh (República da Quirguízia), no verão de 1990, explode um conflito entre uzbeques e quirguizes com mais de 100 mortos.¹⁷⁰ Em linhas gerais, pode-se dizer que o ano de 1988 foi o ano do aparecimento de conflitos étnicos sérios, que chocaram os soviéticos a tomar consciência dos problemas nesta esfera. A disputa por Nagorno-Karabakh, em 1989, num episódio inédito, se transforma num conflito aberto entre as repúblicas da Armênia e do Azerbaijão. O ano de 1989 marcaria a instalação definitiva de movimentos de caráter decididamente nacionalistas e o início das generalização das violências interétnicas. Na vanguarda do movimento nacionalista estão as repúblicas do Báltico (principalmente Lituânia e Estônia) de onde se inicia a formação de *frentes populares* nacionais para coordenar o movimento e unificar a ação dos grupos e organizações informais que se vinham formando desde o início da *perestroika*. Do Báltico a estratégia de formação de *frentes populares* se espalha para outras repúblicas (Geórgia, Ucrânia, Moldávia etc.).¹⁷¹ Nas repúblicas do Báltico, as mais adiantadas do processo, 1989

¹⁷⁰ A região (*oblast'*) de Osh na República da Quirguízia (na fronteira com Uzbequistão) tinha uma população multiétnica, com quirguizes (56%) e uzbeques (26%) como os maiores grupos. Os uzbeques acusavam a administração da região de não estar mantendo o tradicional equilíbrio proporcional entre nacionalidades de acordo com sua porcentagem na população. A crise econômica da *perestroika* exacerbava os ânimos entre quirguizes e uzbeques na disputa por empregos e melhorias no nível de vida de cada população. Na semana de 4 a 10 de junho de 1990, os conflitos étnicos entre as duas nacionalidades explodiram na região de Osh e vizinhanças. O estopim parece ter sido a revolta dos uzbeques ao saberem de uma decisão das autoridades locais de utilizar, para construção de moradias para quirguizes, os terrenos de uma fazenda coletiva uzbeque que havia sido ocupada por quirguizes. A semana de choques étnicos, crimes e mortes terminou com 120 uzbeques, 50 quirguizes e um russo morto e mais de 5 mil crimes registrados (roubos, assassinatos, saques, violações etc.).

¹⁷¹ A primeira *frente popular* criada foi a da Lituânia (chamada *Saiudis*), em sua capital, Vilnius, em 3 de junho de 1988. Em Tallin, a 1 de outubro de 1988, foi formada a *frente popular* estoniana e em 8 de outubro, em Riga, foi criada a *frente popular* da Letônia. Em 13 e 14 de maio de 1989 seria criado o *Conselho do Báltico* para coordenar as ações destas três organizações. Do Báltico, esta estratégia de *frentes populares* se foi espalhando para diversas outras repúblicas. *Frentes Populares* foram criadas oficialmente na Bielorrússia (em 19 de outubro de 1988), na Moldávia (20 de maio de 1989), em julho de 1989 na Geórgia e no Azerbaijão, em 8 de setembro na Ucrânia (o chamado RUKH), em 4 de novembro na Armênia (o Movimento Nacional Armênio). A criação das frentes populares, devido a sua grande representatividade, colocava um problema às seções do Partido Comunista nas repúblicas. Ou apoiar as demandas lingüísticas, ecológicas e de descentralização dos novos movimentos (arriscando-se a aumentar os fervores nacionalistas) ou agir contra as *frentes* e arriscar-se à alienação de parte da população simpática àquelas demandas. Na maioria das repúblicas, os Partidos Comunistas locais eram críticos ou abertamente contra as frentes populares. No Báltico, entretanto, a situação foi diferente. Os partidos comunistas da Lituânia e da Estônia, após um início reticente, passaram a até dar apoio a algumas plataformas nacionalistas (o PC lituano, liderado por Brazauskas, em 23/12/89, declararia, inclusive, sua própria independência do PCUS). Na Letônia (cuja população continha 54% de letãos apenas e 33% de russos), o PC local manteve-se inicialmente mais subordinado a Moscou, mas, como nas outras duas repúblicas bálticas, a frente popular tinha relativa liberdade de propagar suas idéias (posteriormente o PC letão também tomaria um rumo independente do centro). No Báltico e em outras repúblicas, a população russa local formou os chamados *interfront*, ou *frentes internacionalistas*, que se opunham às reivindicações nacionalistas e separatistas.

Até o primeiro semestre de 1989 (e grande parte do segundo, em algumas repúblicas) os grupos informais (*neformal'nye ob'edineniya*), e posteriormente as frentes populares, concentravam-se muito em reivindicações lingüísticas e ecológicas e demandas de maior descentralização de poder decisório para as repúblicas em questões internas. A exceção eram as repúblicas do Báltico, onde o processo estava mais acelerado. Baseados no argumento de que sua anexação pela URSS tinha sido baseada no pacto secreto germano-soviético de 1939 e, portanto, não tinha validade legal, os Sovietes Supremos das repúblicas bálticas proclamaram sua *soberania*: Estônia (em 16/11/88), Lituânia (em 18/5/89) e Letônia (em 28/7/89). Grande impulso no prestígio para este movimento tinha sido a vitória de candidatos nacionalistas das três frentes nas eleições de março de 1989 para o Congresso de Deputados do Povo. Nestas eleições, consideradas as primeiras relativamente livres desde a criação da URSS (apesar do PCUS ser ainda o único partido registrado,

candidatos alternativos individuais puderam ser também inscritos), candidatos nacionalistas ou simpáticos às idéias dos grupos nacionalistas conquistaram a maioria das vagas reservadas às repúblicas do Báltico.

Além das repúblicas do Báltico, alguns movimentos nacionalistas de outras repúblicas conseguiram eleger candidatos (mas longe de serem a maioria) nas eleições para o Congresso de Deputados do Povo, em março de 1989, notadamente a Moldávia e Ucrânia. Entretanto, afora as repúblicas do Báltico, a maioria dos movimentos nacionalistas, no primeiro semestre de 1989 (e, para muitos, no segundo semestre também), estava ainda na fase das reivindicações lingüísticas, ecológicas e de certa autonomia. A questão lingüística, principalmente, se tornou catalisadora de sentimentos nacionalistas. Em diversas repúblicas, leis foram passadas tornando a língua local, a *única* língua oficial para assuntos internos (ou seja, documentos oficiais, avisos de trânsito etc. teriam que ser todos escritos na língua oficial da república). Este tipo de lei lingüística foi passada, entre outros, na Estônia (18/1/89), Lituânia (25/1/89), Letônia (05/5/89), Moldávia (1/9/89) e foi se espalhando por outras repúblicas.

O ano de 1990 marca uma radicalização de posições. Nas repúblicas do Báltico (com a Lituânia na dianteira do processo), a palavra de ordem passa de *soberania* (um termo algo vago que, no início, na prática, representava que as leis locais teriam prioridade sobre as leis da URSS, enquanto se negociavam os termos de uma nova relação entre as repúblicas e a URSS) à *independência* e *secessão*. Nas outras repúblicas (com Geórgia, Moldávia, Armênia e Azerbaijão na dianteira), a discussão evolui de uma política nacionalista que enfatiza elementos culturais e lingüísticos para a discussão de *soberania* e (logo após, quase imediatamente) de *independência*. O parlamento da Lituânia declarou a *independência* da república em 11 de março de 1990. Em 4 de maio, o Soviete Supremo da Letônia emitiu uma declaração no mesmo sentido. A Estônia tomou um caminho diferente. Os dois parlamentos “paralelos” que vinham funcionando a partir de 1990 (o Soviete Supremo normal da república, em 30 de março de 1990, e o Congresso da Estônia, eleito independentemente das leis soviéticas, em 12 de março de 1990), ambos adotaram a posição de que o estado estoniano que existia legalmente era o mesmo da república independente do tratado assinado por Lenin em Tartu, em 1920, e que sua anexação à URSS tinha sido feita de forma ilegal, baseada nos protocolos secretos do pacto Molotov-Ribbentrop de 1939. Portanto, não seria necessário nem mesmo uma declaração de independência, já que legalmente a ocupação de 1940 não tinha base legal: restaria apenas negociar com Gorbachev os detalhes da volta ao *status quo* legal da Estônia pré-1939. A Geórgia declararia sua independência em 9 de abril de 1991, no aniversário de dois anos do massacre de manifestantes por tropas soviéticas em Tbilissi. Grande parte das outras repúblicas declararia sua independência imediatamente após a tentativa de golpe de agosto de 1991.

Março de 1990 marcou também as eleições soviéticas para os parlamentos locais e das repúblicas. Como resultado delas, Yeltsin foi eleito (a 29 de maio) presidente do Soviete Supremo da Federação (República) Russa, com a plataforma de “soberania total” à Rússia. Em 13 de março de 1990, foi criado também o cargo de *presidente da URSS*, para o qual foi nomeado Gorbachev. Em 11 de junho de 1990, a própria Rússia declarou sua *soberania* em relação à URSS (e, finalmente, a 31 de outubro de 1990, a última das 15 repúblicas que ainda não dera este passo, a Quirguízia, também o fez).

O quadro étnico se complicou em 1990, pois, neste ano, a maioria das *repúblicas autônomas* que existiam dentro da estrutura das 15 repúblicas componentes da URSS (e mesmo algumas das *regiões autônomas*) declararam sua própria *soberania* (com vistas principalmente a dispor autonomamente dos recursos locais). Isto criou vários conflitos com as repúblicas da União, que não aceitavam esta soberania em áreas de seu território. Assim, a Geórgia reprimiu os nacionalismos *internos* da Abkhazia e da Ossétia; a região de *Transdnestre* (de maioria russa) e a minoria gagaúza ao sul se rebelariam na Moldávia; os russos posteriormente teriam problemas com os chechenos em seu território etc. Assim, por volta do segundo semestre (outono) de 1990, a situação na URSS estava-se tornando alarmante e de conseqüências imprevisíveis. Tomando consciência de que a situação se estava tornando incontrolável, Gorbachev acena com plano de um novo tratado da União que passaria grande parte das responsabilidades e direitos para as repúblicas, mas manteria algumas funções essenciais como responsabilidade do centro (defesa, banco central e moeda única, legislação federal etc.). Sendo a cada vez não aceito pelas repúblicas, Gorbachev apresentou 3 propostas sucessivas para este tratado da União (uma em 23 de novembro de 1990, outra em 9 de março de 1991 e a terceira em 18 de junho de 1991), sendo que cada versão fazia mais e mais concessões às repúblicas. Neste período foi realizado um referendo na URSS (boicotado pelas três repúblicas do Báltico e mais Armênia, Geórgia e Moldávia) em 17 de março de 1991, consultando a população se desejava preservar a União Soviética ou não, com maioria (76,4% dos votantes) favorável à manutenção da União. Em 23 de abril de 1991, no subúrbio moscovita de Novo Ogarevo, Gorbachev e a maioria dos líderes das repúblicas tentam um acordo preliminar para a formação de uma “união de estados soberanos”. Os detalhes seriam tratados pelos próprios líderes republicanos, em vez de impostos pelo centro. Em 12 de junho de 1991, Boris Yeltsin foi eleito, pelas urnas, para o recém-criado cargo de presidente da Rússia. A situação chegava a um impasse, com as repúblicas se recusando a aceitar as sucessivas propostas de Gorbachev para um novo tratado da União. Finalmente, após negociações prolongadas e exasperantes durante todo o verão, um novo tratado da União, criado a partir da fórmula discutida em Novo Ogarevo, estava pronto para ser assinado no dia 20 de agosto de 1991 por representantes da Rússia, Bielo-Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Uzbequistão. O tratado deixaria as repúblicas com amplos poderes, inclusive com mecanismos facilitadores da secessão para aquelas que assim o desejassem. Entretanto, às vésperas da data marcada para a assinatura, no dia 19 de agosto, ocorreu a tentativa de *putsch* em que Gennady Yanayev (vice-presidente da URSS), Vladimir Kryuchkov (chefe do KGB), Valentin Pavlov (primeiro-ministro), Boris Pugo (ministro do interior), Dimitri Yazov (ministro do exército), Anatoly Lukyanov (presidente do Soviete Supremo) e outros tentaram depor

já marca a autoproclamação de sua própria *soberania* em relação à União. Nas outras repúblicas (com destaque para Moldávia, Geórgia, Azerbaijão e Ucrânia) o ano de 1989 ainda é marcado por um nacionalismo que se concentra em tarefas mais culturais (principalmente de questões lingüísticas de asserção do idioma nacional) e na luta por uma maior descentralização do poder para as repúblicas. O ano de 1990 marca uma radicalização do processo: as repúblicas do Báltico passam das palavras de ordem de *soberania* para *independência* e *secessão* e as outras passam das reivindicações de caráter cultural e lingüístico para as de *soberania* (sendo que, quase imediatamente após, surgem logo os debates sobre *independência* e *secessão*). O ano de 1990 também é marcado pela escalada e disseminação de conflitos étnicos em várias repúblicas, através do aparecimento de um fator complicador: diversas *repúblicas autônomas* e *regiões autônomas*, que sempre existiram dentro do quadro das 15 repúblicas constitutivas da URSS, exigem também sua soberania em relação a estas.¹⁷² O primeiro semestre de 1991 é marcado pela radicalização e intensificação das pressões das repúblicas por autonomia total do centro e por sua recusa em aceitar as condições das propostas de Gorbachev para um novo tratado da União. Diante do impasse criado, num contexto de crescentes conflitos étnicos que se estavam generalizando, ocorre a tentativa frustrada do *putsch* de agosto de 1991 que, afastando Gorbachev, visava refortalecer a União quase moribunda através da repressão dos movimentos nacionalistas à força. Com o fracasso do *putsch*, no segundo semestre o país fica praticamente à deriva, à espera de um acordo para concretizar a transformação da URSS em alguma forma de confederação de estados soberanos ou independentes. O impasse é quebrado pela declaração unilateral das repúblicas eslavas (Rússia, Bielo-Rússia e Ucrânia), em 8 de dezembro de 1991, de que se estavam desligando da URSS e formando uma Comunidade de Estados Independentes para a qual convidavam as outras repúblicas interessadas. Com as outras repúblicas (menos as três do Báltico e a Geórgia, que se encontrava em guerra civil) se juntando posteriormente a este grupo e criando oficialmente a CEI em 21 de dezembro, a URSS deixava de existir, na prática. A auto-renúncia de Gorbachev ao cargo de presidente em 25 de dezembro e a extinção "oficial" da URSS, assinada por um pequeno grupo de 30 deputados do parlamento soviético em 26/12/91, veio apenas dar os toques finais formais a este processo.

9.3 CONCLUSÃO

Gorbachev e preservar a integridade da URSS à força das armas. Com o fracasso do *putsch* ao final de três dias, Gorbachev retorna a Moscou em 23 de agosto. Entretanto, desmoralizado, não consegue impedir que as repúblicas agissem por conta própria. Algumas delas declaram sua independência unilateralmente logo após a tentativa de *putsch*: Moldávia (27/8/91), Bielo-Rússia (25/8/91), Azerbaijão (30/8/91), Uzbequistão (31/8/91), Tadjiquistão (9/9/91), Armênia (23/9/91). O Soviete Supremo da Ucrânia, a 24 de agosto, adotou uma resolução pela independência ucraniana, a ser confirmada por um referendo popular marcado para primeiro de dezembro. A Estônia (em 20/8/91) e Letônia (em 21/8/91) também reconfirmaram nestas datas suas declarações de independência, agora com caráter de vigência imediata. O PCUS, acusado de ter tomado parte na tentativa de *putsch* de agosto, teve sua existência legal suspensa pelo Soviete Supremo em 29/8/91. Em 18 de outubro é assinado um acordo em Alma-Atá para a formação de uma "comunidade" (evitou-se a palavra "união") econômica entre as ex-repúblicas. O tratado, entretanto, foi assinado por apenas 8 das repúblicas (continha também a assinatura de Gorbachev). Em vista do dilema formado em que se estava tornando impossível conseguir o consenso de todas as repúblicas, a 8 de dezembro, em Minsk, os chefes de estado da Rússia, Bielo-Rússia e Ucrânia declararam que suas repúblicas se estavam retirando unilateralmente da URSS, iniciando a formação de uma Comunidade de Estados Independentes entre elas e convidando outras repúblicas a juntarem-se a elas. Isto acaba ocorrendo: em 21 de dezembro, em Alma-Atá, as repúblicas da URSS (menos as três do Báltico, já independentes, e a Geórgia, que se encontrava em guerra civil interna) assinam oficialmente a criação da SNG (*Sodruzhestvo Nezavisimikh Gosudarstv* ou Comunidade de Estados Independentes-CEI). Em 25 de dezembro, Gorbachev anuncia sua renúncia pessoal ao cargo de presidente da URSS, passando o "botão nuclear" a Yeltsin. Em 26 de dezembro, 30 deputados do parlamento soviético "votam" pela dissolução oficial da URSS e aprovam o tratado de Alma-Atá (criador da CEI), antes de decidir pela própria auto-extinção do órgão legislativo do qual fazem parte.

¹⁷² Desta forma, a *república autônoma* da Abkházia e a *região autônoma* da Ossétia do Sul estavam a exigir sua independência da Geórgia e na Moldávia movimentos autonomistas tomaram forma na região do Transdniestre (de população majoritariamente russa) e entre a população gagaúza (que vivia no sul da república).

Após as colocações acima, ficam as perguntas. Afinal, havia ou não havia tensões interétnicas fortes (“explosivas”) na URSS pré-*perestroika*? A situação com o problema das nacionalidades foi um dos determinantes do deslanchamento da *perestroika*?

A resposta à segunda pergunta, a nosso ver, é *não*. Entre os fatores que mais fortemente levaram a liderança soviética a iniciar a *perestroika* em 1985 não constava o problema das nacionalidades. Ao se analisar os textos partidários de 1985-86 não se nota uma análise crítica e sentimento de premência de resolução de problemas éticos como urgentes (ao contrário de outras áreas, principalmente a econômica, em que críticas eram formuladas juntamente com afirmações da necessidade de mudanças no mais curto prazo possível). Menções de expressões de “nacionalismo estreito”, principalmente nas áreas da cultura e religião, eram acompanhadas de definições como “resquícios do passado” que poderiam ser solucionados pelo próprio sistema, sem necessidade de mudanças radicais. Gorbachev era um dos que tinha esta visão na época. Como vimos anteriormente, ele inclusive admitiu claramente que só viria a ter consciência que os problemas étnicos poderiam ser um perigo à própria existência da URSS em 1990.

Entretanto, esta resposta à segunda pergunta do primeiro parágrafo não nos dá subsídios para a primeira pergunta (“havia ou não tensões interétnicas sérias na URSS antes da *perestroika*?”). Afinal, o fato de os líderes soviéticos não perceberem a situação interétnica pré-*perestroika* como alarmante ou preocupante, não significa que não pudesse haver problemas (cujas dimensões estariam passando despercebidas pela liderança do país).

Nossa análise nos conduz a crer que: (1) a “questão nacional” não tinha sido satisfatoriamente resolvida na URSS pré-*perestroika* (havia tensões interétnicas, de maior ou menor grau, em alguns pontos), mas que (2) as tensões interétnicas não tinham, naquele época, força suficiente para deslanchar um processo desintegrativo ou centrífugo na União Soviética e que (3) os processos nacionais, em seu saliente papel posterior, serviram como *conduits* ou canalizadores de insatisfações populares provindas de outras áreas, que encontraram nos movimentos étnicos sua plataforma de expressão mais eficiente.

Analisemos por partes as afirmações acima.

Antes de tudo, queremos colocar nossa discordância com as numerosas interpretações, muito comuns no Ocidente, que o problema das nacionalidades na URSS se estava exacerbando no período soviético devido a uma política de “repressão” (cultural, política etc.) de minorias étnicas. (Smal-Stock, 1960; Armstrong, 1968) Inclusive acreditamos que, possivelmente, o contrário tenha ocorrido: diversas minorias étnicas (principalmente, as pequenas, mas não apenas) talvez tenham encontrado sua forma de expressão nacional *dentro* do período soviético.

Para entendermos a afirmação acima, é preciso ter em mente que a URSS não expandiu o império russo. Das 15 repúblicas soviéticas da época de Gorbachev, todas tinham sido parte do império russo antes da tomada do poder pelos bolcheviques.¹⁷³ O *status quo* das muitas nacionalidades do ex-império russo não *piorou* no período soviético: ao contrário, melhorou, pois de colônias passaram a ser partes de um *estado multinacional*. Neste estado multinacional, não apenas havia a igualdade jurídica (formal) entre as repúblicas, como no campo da expressão cultural nacional a situação era bem mais favorável que sob o czarismo. Por isso, fica difícil se analisar uma escalada nas tensões interétnicas no período soviético (digamos, sob Brezhnev, por exemplo) através da explicação que a situação *nacional* em si tivesse piorado (estivesse piorando) sob o regime soviético, com a adoção de medidas mais repressivas etc. Enfatizamos a *situação nacional em si* (das nações como nações) em oposição à situação (econômica, política, social) das *populações de cada nação constitutiva* da URSS, pois estas são duas categorias diferentes

¹⁷³ É importante notar que as três repúblicas do Báltico (Lituânia, Letônia e Estônia) e parte da Moldávia tiveram um período de independência entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial sendo reincorporadas durante o período da Segunda Guerra Mundial. Durante o período da guerra civil russa (1917-21) movimentos independentistas chegaram a ter controle das repúblicas do Cáucaso (Geórgia, Armênia e Azerbaijão).

(diferença esta que se tornará vital para entender os processos desintegrativos no final da *perestroika*, como veremos posteriormente).

Assim, se não concordamos com autores como Smal-stock e Armstrong, que viam o “problema nacional” na URSS se aguçando devido a políticas de repressão, concordamos com Tishkov (1997, p. 234) quando este diz que, ao contrário, se tomarmos a totalidade das etnias componentes da URSS, foi no período soviético que parte significativa delas encontrou suas formas de expressão nacional mais sofisticadas.¹⁷⁴ Ironicamente, estas expressões nacionais, geradas (ou, pelo menos, fortificadas) durante o período soviético¹⁷⁵ podem ter servido de base para o fortalecimento de tendências de auto-afirmação onde antes não existia nenhuma base estabelecida, através do aumento de expectativas, exigências etc.

Entretanto, tal aumento de expectativas ocorreu *dentro* do regime soviético, a partir de suas próprias políticas, e poderia ser resolvido dentro dele. É nossa posição que as relações interétnicas, mesmo já às vésperas da *perestroika*, ainda se situavam dentro do limite do “resolúvel” dentro do sistema. Baseamos esta nossa posição: 1) na percepção dos líderes soviéticos (que, como vimos, no campo das nacionalidades, ao contrário de outras esferas, não viam, até os primeiros anos da *perestroika*, razão para alarmismo (KPSS, 1986, v. 1, p. 75-76; Andropov, 1990, p. 14); 2) na percepção da quase totalidade dos etnólogos e analistas soviéticos da questão, além da maioria dos observadores ocidentais especializados que não encaravam, *antes da perestroika*, a questão nacional como uma de potencial desintegrativo imediato ou a curto prazo (Azrael, 1978; Bialer, 1980; Zaslavsky, 1982; Lapidus, 1983; Troitskii, 1984; Kulichenko, 1984; Kozlov, 1988; Motyl, 1991); 3) em nossas entrevistas e contatos pessoais com soviéticos de diferentes nacionalidades, em 12 das 15 repúblicas soviéticas, durante nosso período de estudo de mestrado na URSS na época da *perestroika*. (Segrillo, 1992)

Obviamente, não estamos afirmando aqui que não houvesse problemas na área étnica. Um estado multinacional (herdado de uma estrutura imperial), composto de mais de 100 diferentes nacionalidades, não poderia ter uma estrutura completamente sem tensões (*especialmente dentro do conceito de nacionalidade dos países eslavos, baseado no jus sanguinis, que eterniza a manutenção e reprodução das diferenças étnicas*, em oposição à facilitação da assimilação propiciada pelo conceito legal de nacionalidade baseado principalmente em local de nascimento, *jus soli*, como no Brasil). Os casos mais óbvios eram o das três nacionalidades do Báltico e o das nacionalidades deportadas *en masse* por Stalin durante a Segunda Guerra Mundial. As três repúblicas do Báltico (Lituânia, Estônia e Letônia), por terem sido reincorporadas há relativamente pouco tempo, na época da Segunda Guerra Mundial (tinham sido independentes no período entre as duas grande guerras), eram as em que as tensões nacionalistas se mostravam maiores. Igualmente, entre nacionalidades deportadas à força, de maneira brusca e violenta, era natural que restassem ressentimentos sérios por muito tempo depois. Entretanto, mesmo entre essas

¹⁷⁴ Segundo Tishkov (1997, p. 234):

“É verdade. Um forte regime político unitário controlava cuidadosamente os processos políticos e procurava micro-administrar as relações interétnicas. Mas, a despeito dos muitos crimes cometidos pelo governo soviético contra grupos étnicos, uma quantidade enorme de recursos também era transferida para programas abrangentes que visavam a apoiar as ‘culturas nacionais’ [...] O mosaico cultural foi amplamente documentado, academicamente descrito e encenado nos repertórios de numerosos teatros periféricos e centrais, óperas, museus e grupos de dança e música folclórica. Foi precisamente esta política soviética de alimentar culturas locais, facilitadas pela elite profissional de intelectuais e administradores, que forneceu um poderoso material e uma base simbólica para o nacionalismo localizado que iria posteriormente desafiar as identidades de cultura e cidadania comuns da União Soviética.”

¹⁷⁵ Assim, o sistema soviético teve efeitos diferentes nas nacionalidades *menores ou menos consolidadas* no período pré-revolucionário (como gagaúzos, iacutos, uzbeques, turcomanos, cazaques etc.) e nas nacionalidades *maiores ou já bem consolidadas* antes do período pré-revolucionário (como na Armênia, Geórgia, Lituânia etc.). Neste segundo caso, poder-se-ia argumentar uma repressão, pelo menos parcial, dessas culturas nacionais na URSS. Entretanto, mesmo nesses casos, a questão é controvertida: afinal, é bastante discutível considerar-se que as culturas na Armênia, Geórgia, Lituânia etc., durante o período soviético eram *mais* reprimidas que no período czarista.

nacionalidades, devem-se fazer qualificações. Se, por um lado, houve a deportação dessas nacionalidades inteiras durante os anos de guerra, é igualmente verdadeiro que em 1957 (num processo que se estendeu pelos anos seguintes), estas deportações foram oficialmente condenadas pelo próprio regime soviético, as nacionalidades reabilitadas e a todas (com exceções dos tártaros da Criméia, alemães do Volga e meskhes) foram restabelecidos territórios próprios.¹⁷⁶ A partir da década de 60, estas nacionalidades deportadas se foram reincorporando à vida normal do país, escolas com as línguas nacionais criadas, quadros próprios do partido sendo educados etc. Este longo período de reintegração representou muito em termos de diluição de grande parte dos sentimentos de amargura, humilhação e baixa auto-estima do período imediatamente posterior às deportações. Não que não tivessem ficado marcas das ignominiosas deportações, mas ao final da década de 70 e início de 80, as populações karatchais, calmucas, chechenas etc. já estavam bem mais reintegradas à vida normal do país. (Tishkov, 1997, p. 164) Mesmo no caso mais sério no período imediatamente anterior à *perestroika*, que eram as repúblicas do Báltico, a memória dos russos como tropa de ocupação encontrava-se mesclada a um sentimento popular de certa resignação com a duração prolongada desta “ocupação” (já mais de 40 anos) e da ânsia natural de grande parte da população de ascender na escala social dentro do próprio sistema soviético. (Carrère d’Encausse, 1978, p. 273)

Mesmo no caso de armênios e arzerbaijanos, apesar das rivalidades históricas do período do czarismo entre os povos do Cáucaso, vários observadores indicavam também a existência de uma grande “maioria silenciosa” da população que mais ou menos se assimilava à situação de componentes de um mesmo estado multinacional soviético. (Dashdamirov, Zhvaniya & Mravyan, 1984) Relatos de ex-moradores de Nagorno-Karabakh denotavam como a escalada explosiva do conflito os pegou de surpresa, já que as relações interétnicas entre armênios e azerbaijanos, até ali, eram relativamente razoáveis, inclusive com diversos exemplos de coexistência pacífica, e mesmo amigável, entre membros das duas nacionalidades, com escolas onde conviviam crianças das duas nacionalidades etc.¹⁷⁷ (Tishkov, 1997, p. 136)

Tudo o que expusemos acima não é para negar a existência de áreas de tensão dentro da estrutura étnica soviética na época pré-*perestroika*. Apenas queremos enfatizar que o nível a que tinham chegado estas tensões não seria suficiente para explicar, *por si só*, a explosão de conflitos violentos nos anos finais da *perestroika*. Entretanto, como conciliar uma situação de *relativa* calma no campo das relações interétnicas no período anterior a 1985 e uma explosão de conflitos neste campo alguns anos depois?

A chave, a nosso ver, está no fato de que estes conflitos interétnicos serviram de *conduit*, de canal de transmissão (e amplificação), para contradições (insatisfações etc.) *provindas de outras áreas, especialmente a econômica*.

Antes de explicarmos como isto se passou na época da explosão dos primeiros conflitos étnicos violentos, em 1988-89, seria interessante relembrar antecedentes desta situação, em que antes da *perestroika*, motivações provindas da área econômica intervieram na esfera étnica, acirrando rivalidades entre as nacionalidades. Um exemplo claro disso foram as campanhas anticorrupção nas repúblicas da Geórgia e do Uzbequistão. A revelação da extensão da corrupção e favoritismo generalizados nas repúblicas da Geórgia (em 1972) e no Uzbequistão (em 1984-86) levou o governo central a determinar uma ampla campanha de combate a tais práticas naquelas repúblicas, inclusive com a realização de expurgos nas seções locais do partido para dismantelar as pequenas “máfias”

¹⁷⁶ A maioria das nacionalidades deportadas em massa por Stalin durante a Segunda Guerra Mundial foi reabilitada em 1957. Os alemães do Volga, tártaros da Criméia e meskhes foram reabilitados oficialmente na década de 60. Assim, por um decreto do *Presidium* do Soviete Supremo de 9/1/57, confirmado por lei do Soviete Supremo de 11/2/57, os balcares, chechenos, inguches, calmucos e karatchais, não só foram reabilitados como receberam novamente autonomia territorial. (VS SSSR, 1957, p. 134) Os alemães do Volga, os tártaros da Criméia e os turcos meskhetianos foram reabilitados por decretos do *Presidium* do Soviete Supremo, respectivamente, de 29/8/64, 05/9/67 e 30/5/68. (VS SSSR, 1964, p. 931; VS SSSR, 1967, p. 531-532; VS SSSR, 1968, p. 311-312)

¹⁷⁷ O autor também ouviu testemunhos neste sentido de membros da comunidade armênia e azerbaijana em Moscou em 1990.

que se iam formando. Entretanto, essas campanhas anticorrupção tiveram um efeito colateral indesejável: muitos dos nativos consideravam a intromissão de Moscou como uma forma de discriminação contra toda uma nação, acusada de ser “incorrigivelmente corrompida”. (Carrère d’Encausse, 1993, p. 21) Isto levava a uma reação nacionalista instintiva, pois, como corrupção não era privilégio apenas destas nacionalidades, elas se sentiam compreensivelmente discriminadas.¹⁷⁸ (*ibid.*) Ou seja, uma política inicialmente guiada por objetivos econômicos (terminar com a corrupção naquelas repúblicas para acabar com o desperdício, desvio de verbas e material do governo, falsificação de estatísticas econômicas etc.) terminou por ter repercussões no campo dos sentimentos nacionalistas.

Igualmente, no período da *perestroika* em si, as contradições e insatisfações no campo econômico refletiam e aguçavam as contradições no campo dos problemas entre nacionalidades.

Tomemos o caso do acirramento dos sentimentos populares entre russos e habitantes da região do Cáucaso (georgianos, armênios, azerbaijanos, chechenos etc.). Citamos tal exemplo, pois fomos testemunhas deste processo de transformação das atitudes populares entre etnias diferentes. Antes da *perestroika*, a imagem dos habitantes da Geórgia, Armênia etc. entre os moscovitas era principalmente de povos hospitaleiros. Os balneários do mar Negro eram freqüentados por russos de férias, que voltavam as suas cidades encantados com a tradicional hospitalidade dos habitantes do Cáucaso.¹⁷⁹ Ou seja, apesar (ou talvez por causa) da distância geográfica, uma das imagens mais fortes do Cáucaso entre a maioria dos moscovitas, antes e no início da *perestroika*, era o da grande hospitalidade a visitantes convidados. Entretanto, após o início da *perestroika*, esta imagem foi-se alterando radicalmente. Em 1989-90, a imagem básica dos habitantes do Cáucaso entre os moscovitas e outros habitantes de cidades grandes na Rússia era de *explorador (no comércio) e mesmo criminoso*. A que se devia esta transformação? Após o início da *perestroika* foi permitida a existência de “cooperativas” para efetivação de pequenos serviços e comércio varejista. Os produtos agrícolas frescos vindos do ensolarado Cáucaso, principalmente frutas e verduras, que antes eram distribuídos pelos canais governamentais, passaram a ser distribuídos nas grandes cidades russas por pequenas estruturas semiprivadas, operando no mercado livre. Essas cooperativas (na verdade, estruturas praticamente privadas, pois a exigência formal inicial de se ter pelo menos três donos “em cooperativa” não diminuía seu funcionamento guiado basicamente pelo lucro individual) vendiam produtos de qualidade superior (mas a preços muito acima do tabelamento das lojas oficiais) nas feiras livres da cidade. Foram sendo formadas verdadeiras “máfias” de comerciantes vindos do Cáucaso (principalmente georgianos, armênios e azerbaijanos) que passaram a dominar os mercados livres de Moscou. Isso levou a população moscovita a criar uma forte “antipatia” pelas nacionalidades do Cáucaso a partir de sua experiência com esses “especuladores” (como eram chamados). A situação piorou durante o desenrolar da *perestroika* quando, além da distribuição a varejo, começaram a se formar estruturas criminosas organizadas em Moscou. Várias dessas organizações foram erigidas em bases étnicas.¹⁸⁰ A partir deste momento, criou-se uma verdadeira barreira étnica de ódio e preconceito entre russos e habitantes do Cáucaso na capital e em outras grandes cidades da Rússia. Na época da guerra da Chechênia, a imagem dos chechenos como “ladrões” já estava marcada fortemente no

¹⁷⁸ Para uma visão interna do Comitê Central do PCUS sobre a situação do combate à corrupção, malversação de fundos do estado e especulação às vésperas da *perestroika* (1983-4), ver TsKhSD, f. 5, op. 90, d. 67, 68 e 69. Estas pastas contêm relatórios originalmente secretos (desclassificados em 1995) dos Comitês Centrais dos PCs republicanos e dos secretários de *obkom* e *kraikom* sobre a situação do combate aos crimes acima mencionados, nas suas áreas de atuação, incluindo dados estatísticos.

¹⁷⁹ O autor foi testemunha da hospitalidade dos georgianos. Os habitantes do Cáucaso formam uma sociedade mais tradicional, mais “rural” que as cosmopolitas cidades grandes russas. Isso se reflete no comportamento mais gregário de seus membros. A hospitalidade extremada a visitantes convidados é uma constante na quase totalidade das culturas locais.

¹⁸⁰ De acordo com dados do Ministério do Interior da Federação Russa (ver tabela 10.2 do apêndice 10), na época da dissolução da URSS, a máfia chechena de Moscou se especializava no câmbio de dólar e exportações ilegais; a máfia azerbaijana, no transporte de drogas; a máfia georgiana, na extorsão de hotéis; a tártara de Kazan, nos jogos de azar etc.

imaginário popular. Desse modo, motivações de caráter econômico entre os “consumidores” e os “produtores exploradores” extrapolaram para o campo étnico, em Moscou, com os caucasianos vistos como os “controladores das feiras livres da cidade” ou “das máfias dos negócios escusos”.

Muitos dos conflitos étnicos mais fortes do período da *perestroika* tinham motivações econômicas a atizá-los. No conflito de Nagorno-Karabakh (entre armênios e azerbaijanos), devemos notar que, antes de 1917, Karabakh (onde os armênios sempre foram maioria) era parte da rota de pastores nômades azeris que utilizavam os pastos das montanhas da região no verão e depois migravam no inverno para as estepes de Mil'sko-Karabakh, entre Nagorno-Karabakh e os rios Kura e Araks. (Tishkov, 1997, p. 75-76) Apesar da coletivização dos anos 30 ter trazido uma sedentarização, em geral, dos azeris e outros povos nômades da Ásia Central, o pastoreio e criação de gado foram menos afetados neste sentido: na década de 80, às vésperas do conflito, os *chabans* (pastores) azerbaijanos ainda utilizavam a rota de Karabakh (cruzando-o na primavera e no outono, acompanhados de suas famílias) para transportar os rebanhos dos *kolkhozy*. Azerbaijanos de origem rural estavam entre os que mais se opuseram à passagem de Karabakh ao domínio da Armênia. (*ibid.*)

Igualmente, na região de Osh (Quirguízia), tradicionalmente havia uma disputa entre quirguizes e uzbeques pela utilização das melhores terras para pasto e como rotas de pastores nômades. (Tishkov, 1997, p. 76) No caso do massacre de turcos meskhetianos (ou meskhes) por uzbeques em Fergana, a própria Hélène Carrère d'Encausse chama a atenção para o detalhe de que o fato que a minoria meskhe no Uzbequistão, de maneira geral, era melhor posicionada, em termos de emprego, que o uzbeques. (Carrère d'Encausse, 1993, p. 103) Isto gerava uma certa inveja dos uzbeques. (*ibid.*) Durante a séria crise econômica da *perestroika*, essas tensões em Osh e Fergana transformaram-se em violência. Este tipo de fenômeno se repetiu na maioria das situações de conflitos étnicos: em tempos de crise e disputa por empregos e oportunidades econômicas ocorria a tendência de se realizar essas disputas em linhas étnicas, entre o “nós” e “eles” de outros povos (fenômenos aliás comum no mundo em geral, vide o ressurgimento de animosidades racistas-fascistas na Alemanha e em outros países europeus devido ao problema do desemprego). O caso (já mencionado anteriormente) dos distúrbios na cidade petroleira de Novyi Uzen (no Cazaquistão) em 1989, quando os cazaques, premidos pelo desemprego, lutavam pela expulsão dos trabalhadores imigrantes de outras nacionalidades, é emblemático desta canalização para linhas étnicas dos problemas econômicos.

As próprias demandas ecológicas que marcaram o nascimento e consolidação inicial de muitos movimentos nacionalistas da URSS na época da *perestroika* (no Báltico; na Armênia; em vários povos siberianos e do ártico, como iacutos, buriatas etc.) podem ser vistas de um prisma econômico, não apenas por marcarem a aparente falência do modelo industrial vigente, que não resguardava as preocupações sociais neste campo, como porque a principal palavra de ordem para restabelecer a segurança ecológica destas nacionalidades era a da descentralização do poder decisório sobre recursos e investimentos para as repúblicas e regiões. (Tishkov, 1997, p. 70)

O que queremos chamar a atenção com os exemplos acima é que não foram as animosidades puramente étnicas no período pré-*perestroika* que foram responsáveis pela explosão de violência interétnica posteriormente e sim as *perturbações econômicas que levaram a um acirramento das tensões interétnicas (algumas latentes, acumuladas de períodos históricos anteriores e não satisfatoriamente resolvidas) durante o desenrolar da perestroika.*¹⁸¹ A partir do momento em que forças centrífugas no campo econômico começaram a se desenvolver e o poder político-econômico (antes concentrado primariamente no PCUS) começou a ser disputado por diversas outras correntes, a esfera

¹⁸¹ Assim, Motyl (1991, p. 509), numa posição um pouco mais radical que a nossa, escreveu sobre as relações étnicas no final da *perestroika*:

“[...] os esforços de Gorbachev para transformar a União Soviética, na verdade, produziram as próprias forças centrífugas que ameaçam subvertê-la. Em outras palavras, a *perestroika* não tanto *liberou* forças latentes que aguardavam uma oportunidade para se assumirem quanto as *criou* [...]”

das nacionalidades passou a ser um campo fértil de *catalisação* e *alavancamento* desta disputa de poder. Quando a *perestroika* atingiu o estágio anárquico, em que a hegemonia do PCUS e a legitimação do regime soviético começaram a ser colocadas em dúvida e atacadas, a bandeira nacionalista serviu como um dos meios mais eficazes e diretos para se atingir estes fins. Consciente ou inconscientemente, a “carta” do nacionalismo foi utilizada com cada vez mais intensidade pelas forças interessadas na destruição do antigo regime. Não que não houvesse um substrato de tensões interétnicas por trás deste movimento, mas estas tensões foram utilizadas como catalisadores das insatisfações populares na área econômica (principalmente a rápida deterioração do nível de vida durante os anos da *perestroika*). Ou seja, na fase final da *perestroika*, houve uma utilização ideológica do nacionalismo para justificar processos e interesses em outras áreas (por exemplo, a introdução de relações de mercado, o fim da hegemonia do PCUS etc.). Num país como a URSS, em que a consciência popular, bem ou mal, após mais de 70 anos de socialismo real, estava relativamente impregnada de valores anticapitalistas, o mero propagandeamento do capitalismo como solução para a crise soviética encontraria resistências maiores.¹⁸² Assim, a “carta” nacionalista era uma forma de acelerar os processos desintegrativos do antigo sistema, utilizando-se um conceito que pudesse estar próximo ao imaginário popular (pelo menos, a nível local).

Pode-se traçar um paralelo simbólico entre a utilização da “carta” nacionalista na URSS da *perestroika* e a ideologia estadunidense da “democracia” e “direitos humanos”, tão frequentemente utilizada para justificar a manutenção do domínio econômico e da *pax americana*, de forma imperialista, em diversos países do mundo. (Carter, 1977; Kissinger, 1977, p. 59-60; Clinton, 1996, p. 270-271) Justificar intromissões da CIA e outros órgãos do governo americano em assuntos internos de países da América Latina e de outros continentes com base no desejo americano (real) de ampliar sua área de influência e dominação econômica não seria uma estratégia capaz de capturar o imaginário popular, nem no exterior e, nem mesmo, domesticamente. Por isso, é utilizado o manto ideológico de disseminação da “democracia” e dos “direitos humanos” no mundo para justificar intervenções americanas em diversas áreas e países. Isto fica muito claro numa análise das contradições destas intervenções. A CIA tenta derrubar Fidel Castro “para instaurar a democracia” em Cuba. Entretanto, a CIA (e o governo dos EUA) apoiaram governos ditatoriais (Brasil pós-64, Chile de Pinochet etc.) na própria América Latina (governos estes que permitiram a ampliação de negócios americanos no país). O governo dos EUA condenava as fronteiras “fechadas” da URSS, e recebia, de braços abertos, fugitivos ou exilados do regime soviético, mas a ideologia do “livre trânsito” entre povos não o impedia de negar vistos à maioria dos mexicanos e latino-americanos pobres que desejassem entrar no país (com receio que decidissem ficar para trabalhar ilegalmente). Esta estratégia ideológica, de camuflar interesses econômicos com ideais nobres, funcionava bastante bem. Grande parte da população dos EUA e mesmo dos países neocolonizados assimila, em maior ou menor grau, a ideologia de que os Estados Unidos são os “campeões e guardiões da democracia” e responsáveis por sua defesa e disseminação no mundo.

Mas esses aspectos mais intencionais do uso ideológico da “carta” nacionalista são apenas uma faceta do problema no caso soviético. Na verdade, as raízes da possibilidade de tal uso devem ser buscadas no fato que a formação da consciência nacional e de estados nacionais fortes está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento de estados nacionais centralizados e fortes foi, na verdade, uma das características e condições do desenvolvimento do capitalismo manufatureiro e industrial e da expansão do comércio que o acompanhou. Por isso a consciência nacional se torna extremamente e intrinsecamente arraigada entre os habitantes de países em que as relações capitalistas florescem. Assim como a consciência tribal ou feudal predominou em épocas passadas, a maioria dos habitantes dos países capitalistas nem consegue se imaginar fora de

¹⁸² A prova disso é que somente nos dois últimos anos da *perestroika* a palavra “capitalismo” era utilizada para descrever a direção dos processos em ocorrência (mesmo pelos *democratas*, do campo de Yeltsin). O eufemismo utilizado até quase o final da *perestroika* era “relações de mercado”, termo que não tem a mesma conotação radical, de ruptura com o sistema, da palavra capitalismo, já que *relações de mercado* teoricamente existiram no período da NEP soviética sob Lenin.

um quadro de referência nacional. Entretanto, se a consciência nacional é característica do capitalismo, uma alteração no modo de produção para o socialismo acarretaria mudança para uma consciência *internacionalista*. (Marx & Engels, 1961-1971c, p. 479; Lenin, 1967-1970g, p. 354) A URSS se encontrava, então, nesta situação de transição. Como argumentamos em outra parte desta dissertação, não pertencemos ao campo que considerava que a União Soviética já tinha entrado totalmente na fase socialista. Neste caso, os problemas nacionais já deveriam ter sido realmente resolvidos. Consideramos, como Trotskii (1936, p. 287-288) que a URSS era uma sociedade de transição entre capitalismo e socialismo e, portanto, afetada por uma série combinada de fatores característicos dos dois sistemas, cujo resultado final poderia ser um avanço do sistema em direção ao socialismo ou um retrocesso ao capitalismo. A *perestroika* revelou-se, em última instância, um retrocesso ao capitalismo. Era natural, então, que uma volta de elementos de consciência puramente nacionalista acompanhasse este processo.

Estas interações conjugadas socialismo-capitalismo e internacionalismo-nacionalismo tampouco devem ser analisadas apenas no período da *perestroika*. Durante todo o período de existência da URSS estas interações estiveram em jogo. Em nosso trabalho, analisamos as diferenças entre as décadas de 30 a 60 e após. Dos anos 30 até 60, o regime fordista de produção era o mais avançado do mundo e muitos de seus princípios centrais (centralismo, hierarquia, rigidez etc.) eram princípios também do modo de produção “proto-socialista” soviético. Entretanto, após os anos 60, novos paradigmas de produção flexível (notadamente, o toyotismo) começam a se impor como os mais avançados em escala mundial. Seus princípios (flexibilidade, ênfase em fluxos horizontais de informação, ênfase em qualidade etc.) são antagônicos aos princípios do modo de produção soviético. Neste período, o sistema soviético perde muito do seu dinamismo e acaba entrando em estagnação. Podemos notar um paralelo histórico entre os momentos em que o sistema soviético estava mais dinâmico (parecia caminhar realmente para uma hegemonia socialista, domesticamente e no exterior) e um aumento do internacionalismo como ideologia que se impunha dentro da URSS. Apesar de todos os excessos e repressões de Stalin, o processo de aproximação e internacionalização (sovietização) das nacionalidades se aprofundou naqueles anos, atingindo um auge por volta de 1960, sob Khrushchev. O programa do PCUS de 1961, que previa atingir o comunismo num prazo de vinte anos, e também enfatizava que as nacionalidades se estavam aproximando, se misturando e que, posteriormente (durante o comunismo), se iniciaria um processo de fusão das nações (num *homus sovieticus* comum), não era apenas uma mera fantasia ideológica dos líderes da URSS. As constantes migrações entre as repúblicas (principalmente durante a industrialização, campanha das terras virgens etc.), a elevação do nível cultural das nacionalidades menores, os casamentos interétnicos, tudo levava à existência de uma tendência de maior homogeneização entre as culturas. Entretanto, após meados dos anos 60 e início dos anos 70, com as crescentes dificuldades econômicas, o sistema soviético sofre um impasse. A desaceleração na economia obriga a liderança a realizar uma série de experimentos econômicos que, se analisados profundamente, revelam, na verdade, a utilização de certos mecanismos de êxito no capitalismo (descentralização decisória para o nível das empresas, lucro como um dos indicadores de sucesso das empresas etc.). Ou seja, a nova fase da economia mundial a partir dos anos 60, com seus paradigmas de produção originais, não era favorável ao sistema soviético e aguçou as contradições deste regime de transição entre capitalismo e socialismo: o avanço inexorável do sistema rumo ao socialismo já não parecia tão certo. Isto se revelou no campo étnico-nacional também. Observadores ocidentais começaram a captar sinais de renascimento de sentimentos nacionalistas incipientes já no período Brezhnev. Alguns destes observadores captaram esta diferença de atitudes entre o período khrushcheviano (pelo menos até os anos 1960-61) e o período brezhneviano posterior. (Carrère d’Encausse, 1995, p. 35-36)

Em suma, consideramos que o processo de reaparecimento de fenômenos nacionalistas na URSS deve ser visto, não isolado em si mesmo, mas em coordenação com outros processos que ocorriam (principalmente na esfera econômica) e que representavam o “vaivém” do modo soviético de produção na sua complicada transição entre capitalismo e socialismo. Os autores que analisarem os problemas étnicos da URSS partindo do

pressuposto que os fenômenos nacionalistas têm vida própria em si, independentemente do modo de produção em que operam, estarão confundindo “a última gota d’água” que derrama o balde, com o processo mais profundo que levou, na verdade, à elevação do nível da água neste. O fato de os processos nacionalistas, na prática, terem selado a desintegração física da URSS pode confundir os analistas e mantê-los na camada mais superficial do processo. Isto pode ser ilustrado tomando-se o exemplo da especialista francesa Héléne Carrère d’Encausse. Ela foi (merecidamente, aliás) considerada uma “profeta” da explosão nacionalista da *perestroika*. Em seu principal livro do período pré-1985, *L’Empire Éclaté* (de 1978) ela já apontava para os problemas étnicos que a URSS enfrentaria posteriormente em escala mais séria. Entretanto, sua posição é de *autonomizar* a questão nacional, tornando-a uma variável *em si* dos vetores que afetavam o sistema (não é à toa que um de seus primeiros livros do período pós-URSS chama-se *The End of the Soviet Empire: the triumph of nations* ou, em francês, *Gloire des Nations*). Entretanto, esta *autonomização* ou *absolutização* da consciência nacional pode levar à confusão do fenômeno externo com os processos internos, da forma com o conteúdo. Tanto esta análise partindo da absolutização dos processos nacionais é inexata que, se verificarmos atentamente o (*pós-perestroikamente*) glamourizado livro *L’Empire Éclaté*, verificaremos que, apesar de nele ser apontada uma gama vasta de problemas nacionais que poderiam vir (como vieram) a causar problemas para o sistema soviético no futuro, Héléne d’Encausse não foi capaz de prever os problemas nacionais que realmente se revelariam as questões mais urgentes na época da *perestroika*. Vários dos problemas apontados como mais sérios por d’Encausse acabaram não se revelando como realmente os maiores responsáveis pela desintegração da URSS e outros problemas menos enfatizados pela autora desenvolveram-se com maior velocidade e se tornaram realmente preocupantes. Isto porque estas questões nacionais estavam ligadas a processos econômicos outros. Se estes problemas nacionais fossem realmente tão autônomos, haveria menos dificuldade de se prever os desenvolvimentos individuais de cada um. Assim, por exemplo, no capítulo de *L’Empire Éclaté* dedicado aos problemas étnico-nacionais de maior gravidade (intitulado “L’Intégration en Crise”), d’Encausse (1978, p. 195-224) aponta os quatro problemas que ela considerava os mais prementes, em termos de integração do sistema: 1) a questão das duas nacionalidades (alemães do Volga e tártaros da Criméia) deportadas em massa por Stalin durante a Segunda Guerra Mundial e nunca retornados aos seus lugares de origem; 2) o problema dos judeus na URSS; 3) o renascente nacionalismo georgiano; 4) o também renascente nacionalismo ucraniano. Além disso, em seu livro d’Encausse dá bastante ênfase ao desenvolvimento de uma crescente consciência islâmica entre os povos da Ásia Central. Quando comparamos este quadro, com os problemas que se tornaram realmente mais explosivos no período da *perestroika*, verificamos um certo descompasso. Durante a *perestroika*, importância fundamental teve a disputa por Nagorno-Karabakh entre Armênia e Azerbaijão. Explosões étnicas ocorreram também no vale de Fergana (entre uzbeques e meskhes), na região de Osh (entre uzbeques e quirguizes) e o conflito entre as minorias abkházia e ossétia e a maioria georgiana na República da Geórgia. Papel fundamental também tiveram os países do Báltico, que iniciaram todo o processo de independência das repúblicas. Ou seja, Héléne d’Encausse acertou que haveria problemas étnicos e descreveu bastante bem o leque de “pontos quentes” em que isto poderia ocorrer. Mas se os processos nacionais tivessem realmente uma existência “em si” deveria ser possível prever, pelo menos, algumas tendências gerais de desenvolvimento: onde este processo estaria mais forte, onde mais atrasado etc. É exatamente aqui que a análise de d’Encausse revela suas deficiências: os processos étnicos que se desenvolveram depois da *perestroika* não parecem ter-se desenvolvido a partir de suas contradições e motivações *internas* e sim por aspectos externos. Alguns dos processos descritos por d’Encausse como mais adiantados, ou como problemas emergentes, não foram os que se revelaram mais urgentes durante a *perestroika* e vice-versa. Assim, o problema dos judeus e das duas nacionalidades desprovidas de território (tártaros e alemães), apesar de terem marcado sua presença durante a *perestroika*, não estavam entre os mais urgentes (na verdade, se se deve apontar o problema mais urgente entre as nacionalidades deportadas, provavelmente o nome apontado seria o dos chechenos que não apenas tinham sido reabilitados, como tinham readquirido território

próprio). Os nacionalismos na Geórgia e na Ucrânia realmente tiveram um papel importante na *perestroika*, mas foram eclipsados, pelo menos inicialmente, pelos problemas entre os nacionalismos da Armênia e Azerbaijão. Na verdade, o problema das rivalidades históricas entre as três nacionalidades do Cáucaso (Armênia, Geórgia e Azerbaijão) nem foi analisado por d'Encausse em seu livro de 1978 (talvez por considerar que tivessem sido suplantadas durante o período soviético). O problema do Islamismo como aglutinador cultural dos povos da Ásia Central (*pan-islamismo*), tão enfatizado por d'Encausse, acabou nem tendo um papel tão vital assim para os movimentos separatistas das repúblicas da Ásia Central (que vieram a realizar suas independências de maneira mais ou menos separada, individual, não coordenadamente). Inclusive, a noção de um possível pan-islamismo entre as repúblicas da Ásia Central ficou bastante eclipsada pelos choques das etnias muçulmanas entre si durante a *perestroika* (*progrom* em Fergana dos uzbeques contra os meskhes, rivalidade realçada entre uzbeques e tadjiques, choques entre quirguizes e uzbeques em Osh etc.). O principal erro de cálculo de d'Encausse em *L'Empire Éclaté* talvez tenha sido em relação ao Báltico. No livro, a autora francesa menciona que nas três repúblicas do Báltico (Estônia, Lituânia e Letônia), (re)anexadas à URSS há relativamente pouco tempo (no período da Segunda Guerra Mundial), os sentimentos anti-soviéticos estavam mais “frescos”, com as memórias de uma sociedade diferente ainda imbuídas dentro de parte da memória popular. Entretanto, em *L'Empire Éclaté* d'Encausse não explora muito esta via, pois considerava que as emigrações de outras nacionalidades (especialmente de russos) para a região e o baixo índice de crescimento demográfico daquelas nacionalidades criava um perigo até de aniquilação étnica em termos demográficos. Em vista do papel *fundamental* que as repúblicas do Báltico tiveram na iniciação e desenvolvimento dos movimentos de independência durante a *perestroika*, fica evidente um erro de cálculo da autora nesta área.¹⁸³

As observações acima não têm a intenção de diminuir o mérito de d'Encausse em apontar a existência de problemas étnico-nacionais na URSS ainda antes da *perestroika*. Queremos é chamar a atenção para o fato de que a dinâmica dos movimentos étnico-nacionais na URSS seguia não uma via de desenvolvimento própria, “autônoma”, e estava, sim, ligada a outros fatores das transformações econômicas por que passava o modo de produção e a sociedade soviética nos anos 70 e 80.¹⁸⁴ Eis por que era difícil prever a forma

¹⁸³ Eis aqui, citada por extenso, a passagem escrita por d'Encausse em suas conclusões sobre as repúblicas do Báltico no contexto nacional soviético anterior à *perestroika*:

“Um segundo grupo é composto de nacionalidades que têm um alto grau de consciência nacional, mas condenadas pelas circunstâncias à fragilidade, ou mesmo à extinção. Este é especialmente o caso das nações bálticas, particularmente dos estonianos e dos letãos. A despeito da força de seus sentimentos nacionais, a despeito de tudo que os distingue historicamente e culturalmente dos outros povos da URSS, estas nacionalidades estão indo em direção não à assimilação, mas à extinção física. O possível desaparecimento de nações dotadas de personalidades tão fortes é uma tragédia histórica da qual todo nacional do Báltico tem consciência. Entretanto, ninguém parece poder impedir isso. Frente a frente com o destino, as nacionalidades bálticas não parecem capazes de formar nem ao menos um bloco báltico. Cada um se torna mais frágil por se isolar em seu caso particular e nas coisas que os separam historicamente uns dos outros. Este isolamento e retração em si aumentam a extrema vulnerabilidade desta parte da URSS, que, de qualquer ponto de vista adotado, é a mais moderna, a mais impregnada de influências estrangeiras, a menos soviética. E, mesmo assim, aparentemente, nada disso impede a caminhada dos povos bálticos em direção a seu aniquilamento como nações.” (Carrère d'Encausse, 1978, p. 273)

¹⁸⁴ Assim, levando-se em considerações estes aspectos, a análise que Zaslavsky (1982, p. 124-125) havia feito das perspectivas das relações étnicas na URSS no início da década de 80 (antes, portanto, da *perestroika*) parece ter tocado em alguns pontos mais sensíveis. Ele escreveu:

“A deterioração geral da situação econômica tem efeito direto nas relações étnicas na União Soviética. Assim, durante os anos 60 e 70, a administração central foi obrigada pelo rápido crescimento populacional da Ásia Central a investir pesadamente naquelas repúblicas para criar novos empregos, serviços sociais e escolas, a fim de evitar um outro aumento das já existentes desigualdades de renda *per capita* entre as diferentes regiões do país. Apesar de politicamente justificáveis, tais investimentos têm obviamente pouco valor produtivo: sob as condições econômicas atuais é improvável que possam continuar. É mais provável que a

que esta dinâmica tomaria no futuro, partindo-se de uma posição que absolutiza os processos nacionais (nacionalistas) por cima de considerações de transformações econômicas e luta de classes. O resultado final da *perestroika* não é um mero “Triumph of the Nations” por sobre quaisquer outras considerações. A “Gloire des Nations”, neste contexto, representa um retrocesso a processos nacionalistas característicos da época capitalista, retrocesso esse que é *conseqüência* e não *causa* dos outros processos (principalmente) econômicos por que passava o regime soviético em sua eterna (enquanto durou) luta para se afirmar na transição entre capitalismo e socialismo.¹⁸⁵

liderança direcionem os investimentos para as regiões que garantam um máximo de retorno. Não se deve esquecer que a produtividade *per capita* na Estônia, Letônia e RSFSR é três vezes maior que nas repúblicas da Ásia Central[...]

A inflação e a crescente importância dos mercados também influenciam as relações entre nacionalidades [...] Alguns grupos entre as populações das repúblicas nacionais são os produtores primários de carne, lã, legumes e mesmo produtos têxteis (se considerarmos o desenvolvimento dessas indústrias na periferia e a relativa fraqueza do controle estatal sobre suas atividades). A população russa se vê como cada vez mais dependente de um mercado cujos preços sobem constantemente e que é dominado por representantes das repúblicas do sul. Os trabalhadores russos que comparam suas rendas com as dos ‘povos comerciantes’ do sul, sentem inveja e irritação. Isto causa uma considerável amargura nas relações, a nível interpessoal, entre os russos e outros grupos étnicos.”

¹⁸⁵ A mesma linha de pensamento nos leva a negar veementemente a visão daqueles estudiosos (e.g. Linden & Simes, 1977, p. 4) que vêem os processos nacionalistas como “irracionais”, não seguindo nenhuma lógica (apriorística ou histórica) e, portanto, sendo esta a razão de porque esta é uma esfera sobre a qual é difícil se fazer previsões.

10 A NOMENKLATURA COMO CLASSE EXPLORADORA? PERESTROIKA COMO SUBLEVAÇÃO DAS MASSAS EXPLORADAS?

O lançamento em 1980 do livro *A Nomenklatura* de M. Voslenskii causou sensação no Ocidente e popularizou o termo do título. Nesta obra, o autor, ele mesmo um *emigré* que fizera parte dos altos escalões na URSS, descreveu, a partir de sua *inside experience*, como via o funcionamento das camadas dirigentes do poder soviético, em termos de exploração de classe. O termo *nomenklatura*, na linguagem burocrática soviética, se referia ao fato de o PCUS manter listas internas, classificadas e hierarquizadas, com os nomes das pessoas que ocupam cargos dirigentes no país ou que são mantidas em reserva para estes postos. A aprovação para qualquer nível destas listas era cuidadosamente controlada pelas instâncias correspondentes do partido imediatamente superiores ao cargo em questão.¹⁸⁶ (Voslenskii, 1980, p. 70-71) A partir do livro de Voslenskii, tornou-se comum *no Ocidente* a utilização do termo *nomenklatura* para designar-se a camada burocrática dirigente da União Soviética. Após a *perestroika* (principalmente a partir de 1989), esta nova conotação do termo passou a ser utilizada na URSS pelos próprios autores russos nativos críticos do sistema.

Voslenskii caracterizou a *nomenklatura* como uma "classe" diferenciada das outras, não um mero estrato social. Vejamos sua argumentação:

"Lenin [(1967-1970h, p. 15)] deu esta definição de classe: 'Chamam-se classes, vastos grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam num sistema hierarquicamente definido de produção social, por sua relação (na maioria das vezes fixada e consagrada por leis) direta com os meios de produção, por seu papel na organização social do trabalho, pelos modos de obtenção e importância da parte das riquezas sociais de que dispõem. As classes são grupos de homens, um deles podendo apropriar-se do trabalho de outro, por causa do lugar diferente que ocupa numa estrutura determinada, a economia social'[...] O grupo dos 'dirigentes', tal como é nomeado na URSS, enquadra-se nesta definição de Lenin? Sim, os 'dirigentes' constituem um grupo humano numeroso, que se distingue dos outros grupos da sociedade soviética por seu lugar (preponderante) no sistema de produção social; por sua relação com os meios de produção (o direito

¹⁸⁶ *Nomenklatura* é uma palavra russa de origem latina: em latim, significa *lista de nomes*. (Prohkorov *et al.*, 1980, p. 909) Em russo, no sentido político geral, a palavra se refere à "lista de postos [cargos] que qualquer instituição tenha o direito formal de nomear ou confirmar. Por exemplo, um ministério tem sua *nomenklatura*, assim como o *Soviete* municipal, várias organizações do alto escalão dos sindicatos, e assim por diante." (Hough & Fainsod, 1979, p. 644) Praticamente esta mesma definição é encontrada num livro sobre os estatutos do PCUS publicado pela editora oficial soviética de literatura política, a *Gospolitizdat*:

"É costumeiro denominar-se *nomenklatura* a lista de postos de carreira que os órgãos do partido têm a obrigação de manter sob sua supervisão constante. [Por exemplo] Na *nomenklatura* do comitê regional do partido estão incluídos os dirigentes regionais; nos comitês distritais do partido, os dirigentes de instituições distritais. Na prática, isto significa que os comunistas que são dirigentes de organizações e instituições, antes de nomear alguém a uma posição de responsabilidade, devem apresentar esta pessoa para confirmação pelo órgão correspondente do partido. Este procedimento é válido, não apenas para a nomeação, mas também para o afastamento do cargo. Sem permissão do órgão partidário, os comunistas que são dirigentes de organizações e instituições não podem afastar ninguém de nenhum cargo constante na *nomenklatura* daquele órgão." (Bugaev & Leibzon, 1962, p. 154-155)

de dispor deles); por seu papel (diretor) na organização social do trabalho e pela parte (importante) da riqueza social de que se apropria." (Voslenskii, 1980, p. 35)

Teorias sobre a degenerescência burocrática da União Soviética foram expostas por diversos autores: Trotskii, Ernest Mandel, Rudolf Bahro, Bruno Rizzi, Milovan Djilas, Ota Sik, Andrei Amalrik, Charles Bettelheim e outros. A polêmica variava em se considerar a burocracia como uma classe distinta ou apenas um "estrato" social.

Rizzi (1985, p. 67), Djilas (1957, p. 37-41), Amalrik (1970, p. 43), Sik (1981, p. 159) e Bettelheim (1974-1983, v. 3, p. 210-211) estavam entre os que consideravam a burocracia uma verdadeira classe social distinta. Os trotskistas consideravam-na um "estrato" social.

Esta discussão "classe *versus* estrato" social foi epitomada na célebre disputa intelectual de Trotskii com o italiano Bruno Rizzi. Em seu livro de 1939, *A Burocratização do Mundo*, Rizzi foi um dos pioneiros em lançar a idéia de que fascismo e stalinismo eram diferentes faces de um mesmo sistema, que ele denominou *coletivismo burocrático*. E considerava que a burocracia soviética se convertera numa classe distinta e exploradora do proletariado naquele país. Segundo ele:

"Na sociedade soviética, os exploradores não se apropriam da mais-valia diretamente, como o faz o capitalista quando embolsa os dividendos da sua empresa, e sim indiretamente, através do Estado, que embolsa o montante global da mais-valia nacional, e a distribui, então, a seus funcionários." (Rizzi, 1985, p. 75)

Trotskii considerava a burocracia um "estrato social", uma "excrecência parasitária", mas negava que ela constituísse uma "classe" social:

"As classes são caracterizadas pela sua posição econômica dentro de um sistema social, principalmente por sua relação com os meios de produção [...] As tentativas de apresentar a burocracia soviética como uma classe de 'capitalistas de estado' certamente não resistirão ao teste da crítica. A burocracia não possui ações ou títulos. Ela é recrutada, suplementada e renovada como uma hierarquia administrativa, independentemente de quaisquer relações de propriedade específicas. O burocrata individual não pode transmitir aos seus herdeiros os direitos de exploração do aparelho estatal. A burocracia usufrui de seus privilégios sob a forma de um abuso do poder [...] Pode-se argumentar que o grande burocrata pouco se importa com as formas prevaletentes de propriedade, desde que estas lhe garantam a renda necessária. Este argumento ignora não apenas a instabilidade dos direitos do burocrata, mas também a questão de seus descendentes [...] Privilégios valem apenas pela metade, quando não podem ser transmitidos aos descendentes. Mas o direito a herança é inseparável do direito de propriedade. Não é suficiente ser o diretor de uma empresa: é necessário ser também acionista." (Trotskii, 1936, p. 280, 282, 286 e 287)

Bettelheim (1976, p. 26) usou o conceito de "capitalismo de estado" para descrever a União Soviética. Afirmava que, a despeito do manto ideológico, o modelo de acumulação de capital na URSS seguia uma lógica que era essencialmente capitalista, de retirada de mais-valia dos trabalhadores para o favorecimento de uma classe separada (o equivalente soviético da "burguesia" capitalista) e de um projeto nacional que nada tinha a ver com os interesses desses explorados. (Bettelheim, 1974-1983, v. 3, p. 210-211 e 221-223)

Já os trotskistas não consideravam a União Soviética capitalista e sim como uma "sociedade estagnada na transição [...] entre capitalismo e socialismo] (em função da derrota das revoluções proletárias nos países mais avançados)". (Fernandes, 1991, p. 260)

Bahro, Wittfogel e outros autores que Robert Kurz (1993, p. 55-58) chamou de "orientalistas" procuraram "explicar o estatismo bolchevique pela tradição do despotismo asiático com um regime de modernização baseado na economia de guerra". (Haddad, 1993, p. 56)

Como vimos, havia muitas teorias que implicavam a existência de uma classe (ou pelo menos um "estrato") social distinta e dominadora na URSS. Onde existem exploradores e explorados, haverá a luta social. Se esta exploração atingia níveis demasiadamente altos, como os expostos por alguns dos autores acima, estaria, então, latente a possibilidade de esta luta tomar a forma de convulsões sociais que poriam em risco a existência do próprio regime soviético.

Seria este, então, o caso com a *perestroika*? Teria sido ela um exemplo de como as massas exploradas se "sublevaram" contra seus exploradores?

Parece-nos acontecer aqui uma situação análoga ao do "problema das nacionalidades". Não entendemos que a *perestroika* tenha começado como um movimento dos "explorados". Ao contrário, ela foi, em seus estágios iniciais, um movimento vindo de cima para baixo. Houve uma decisão política do PCUS de iniciar a "reconstrução" que tomava "de surpresa" o próprio cidadão médio soviético. Tanto que a reação inicial de muitos russos, ao ouvirem pela primeira vez Gorbachev anunciar as mudanças em 1985, foi de ceticismo. (Gorbachev, 1988, p. 77-79) Afinal, se nem as reformas de Khrushchev, de Kosygin, de Andropov e outras conseguiram ir muito longe, por que esta iria?

Assim é que o primeiro anúncio das reformas veio "de cima", na reunião plenária do Comitê Central do PCUS em abril de 1985, um mês após Gorbachev ter sido eleito secretário-geral. A implementação das mesmas foi um ato de vontade política das correntes alinhadas com Gorbachev e enfrentou muitas resistências, dentro e fora do partido. (Gorbachev, 1988, p. 78)

Mas uma vez deslanchado o processo, principalmente a partir de fins de 1988 em diante, ele começou a fugir do controle partidário. A descentralização de poder vinda a reboque da introdução da economia de mercado trouxe à tona, realmente, uma "sublevação" contra as tentativas do partido de manter as rédeas do processo. Os comunistas passaram a ser perseguidos e achincalhados em várias repúblicas, irrompeu irresistivelmente a "economia das sombras" (informal, clandestina ou criminosa), países-satélites se sublevaram e, finalmente, em meados de 1991, as massas saíram às ruas para expulsar de vez o projeto nacionalista-comunista dos autores da tentativa de *putsch* de agosto daquele ano.

Em relação ao tema das *causas da perestroika soviética*, a nosso ver, não foi uma "sublevação" das classes exploradas que *causou a perestroika* (já que ela foi uma iniciativa de cima para baixo do partido). Mas, uma vez o processo iniciado, estas insatisfações das massas (assim como os anteriormente expostos problemas entre nacionalidades) agiram como aceleradores dos processos desintegrativos.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se dispõe a analisar as causas principais da *perestroika*, isto é, que fatores levaram os líderes soviéticos a deslanchar aquele processo tão radical de reformas em meados dos anos 80. Como vimos pela análise dos documentos e obras publicadas na época, a preocupação central dos governantes estava na sensível desaceleração econômica das duas décadas precedentes e no crescente hiato tecnológico com o Ocidente que criavam uma série de efeitos colaterais indesejáveis (como, por exemplo, a dificuldade em manter a elevação do padrão de vida da população num contexto de quase estagnação da economia) e que tornavam premente a necessidade de que “algo tinha que ser feito”, caso contrário a União Soviética se acabaria tornando uma potência de segunda classe.

Nosso segundo passo a partir desta constatação foi analisar, então, o que levava a esta desaceleração no crescimento econômico e tecnológico do país. Os economistas ocidentais, já de longa data, vinham apontando o modelo econômico soviético como ineficiente. O fato de não haver propriedade privada e competição de mercado, segundo eles, levava ao desperdício, desinteresse no trabalho, atitude de “propriedade que é de todos não é de ninguém” em relação aos instrumentos de trabalho do estado etc. Entretanto, estas explicações, típicas dos *economics textbooks* ocidentais, não serviriam para explicar a desaceleração econômica *específica* das duas décadas precedentes à *perestroika*, já que este estado de coisas praticamente sempre existiu na URSS da era dos planos quinquenais e nem por isso o país deixou de ter índices de crescimento muito altos nos anos 30, 40 e 50. Ou seja, havia algo de novo “no ar”, exógeno, que causava esta desaceleração nas décadas antecedentes à *perestroika*. Como expusemos anteriormente, este “algo de novo” seria o aprofundamento da Terceira Revolução Tecnológica na economia mundial.

Na época da Terceira Revolução Tecnológica surgiram novos padrões organizacionais da produção industrial, baseados em *flexibilidade*, fluxos mais *horizontais* de informação e comando e ênfase na *qualidade*. Encontrando-se em permanente competição econômica com o Ocidente, a URSS (cujo sistema *rígido*, de fluxos *verticais* de informação e comando e ênfase em *quantidade e economias de escala* encaixava-se relativamente bem nas regras ditadas pelo fordismo ocidental nas décadas de 30, 40, 50 e parte da de 60) não conseguiu se adaptar a estes princípios básicos dos novos paradigmas industriais mais avançados da economia mundial *sem solapar os pilares de seu próprio sistema*.

Consideramos este o dilema central dos líderes soviéticos e a razão principal por que se tornava necessário, e mesmo inevitável (Gorbachev, 1988, p. 17) que medidas urgentes de reformulação fossem tomadas em meados dos anos 80 quando a estagnação relativa da economia estava atingindo níveis de pré-crise em algumas áreas.

O fato de considerarmos este o aspecto central e principal da trama, obviamente não implica que consideremos este o único vetor agindo sobre o sistema. Não se trata de reduzir tudo a um mero economicismo. Havia, naturalmente, outros fatores (políticos, sociais etc.) que influenciavam a situação. Entretanto, consideramos importante destacar a *centralidade* das causas econômicas que apontamos, pois, sem isso, poderíamos chegar a conclusões equivocadas sobre o processo de deslançamento da *perestroika*, confundindo forma e conteúdo e embaralhando causa e efeito. É importante, sim, analisar outros fatores políticos e sociais que influíam sobre os líderes soviéticos no seu processo de tomada de decisão no início da *perestroika*, mas temos que analisar esses outros fatores *em conjugação* com esta nossa explicação central, ou seja, com as novas variáveis introduzidas na competição

econômica URSS-Occidente na época da Terceira Revolução Tecnológica. Seria como se um feixe de diversos vetores estivesse atuando sobre o sistema. No cerne deste feixe (coordenando a direção principal do movimento) estaria nossa explicação central. Outros vetores estariam na periferia, afetando também o movimento do feixe, mas dentro de certos limites impostos pelo cerne principal.

Ou seja, no presente trabalho, queremos expor o *cerne* da questão de porque se tornou necessário, quase inevitável, o deslanchamento da *perestroika* em meados dos anos 80. Por isso nos concentramos no aspecto econômico-tecnológico que consideramos central. Uma investigação fascinante (e que, por sua amplitude, representaria, no mínimo, a redação de outro trabalho acadêmico de grandes dimensões) seria tentar coligar todos esses outros vetores (políticos, sociais, e mesmo outros vetores econômicos diversos) e explicar suas relações entre si e com o “cerne” econômico exposto neste livro.

Outra razão por que consideramos importante “isolar” estes fatores especificamente ligados às transformações da época da Terceira Revolução Tecnológica como causas cardinais é para distinguir entre os fatores que afetavam a URSS desde há muito tempo e os que passaram a atuar exatamente nas décadas anteriores à *perestroika*. É relevante fazer esta distinção, pois a URSS, como Estado criado de forma revolucionária, sempre esteve sob pressão de diversos fatores que atuavam no sentido de “forçar” o sistema (i.e, exigir mudanças nele). Como exemplo disso, podemos citar pressões e propaganda de países capitalistas exigindo abertura política no país, os gastos militares altos que podem “esgotar” uma economia civil etc. Muitos desses fatores, por si só, tradicionalmente, não eram fortes o suficiente para forçar realmente mudanças radicais no sistema. Mas, num contexto de “esgotamento” das possibilidades do sistema produtivo causado pela inabilidade de se adaptar aos novos padrões mais avançados da economia mundial, esses outros fatores “periféricos” podem ampliar a gravidade da situação e acelerar o processo da necessidade de mudanças. Entretanto, para não se confundir a periferia com o centro, a forma com o conteúdo, é preciso sempre ter em mente quais são os aspectos mais essenciais da questão.¹⁸⁷

¹⁸⁷ Um exemplo disso seria a interessantíssima explicação dada por Moshe Lewin em seu livro *O Fenômeno Gorbachev*. Nesta obra, M. Lewin coloca como central a questão da *urbanização* (em sentido lato, com todas as implicações sociais daí advindas) para se entender a necessidade de uma *perestroika* em meados dos anos 80. Segundo ele, as imensas transformações modernizadoras na URSS (de uma sociedade inicialmente agrária para uma sociedade industrial-urbana na segunda metade do século) levaram a um tremendo hiato entre a “nova” população soviética mais educada, sofisticada e exigente e as possibilidades oferecidas pelo Estado soviético, que se manteve fechado e com uma rigidez ultrapassada. (Lewin, 1988, p. 178-179) Em meados dos anos 80, este hiato estaria assumindo proporções ameaçadoras para a estabilidade do regime.

Consideramos um grande mérito de M. Lewin chamar a atenção para esses problemas realmente sérios trazidos pelo processo de urbanização e modernização da URSS. Entretanto, colocá-lo como o problema central que levava à necessidade de uma *perestroika* no país significa, a nosso ver, confundir a hierarquia dos vetores principais da questão. As complicações causadas pela urbanização eram realmente um fator de pressão no sistema, mas, sem a atuação das causas principais apontadas por nós, não teria força autônoma suficiente para provocar uma ruptura no sistema nos anos 80. Primeiramente, porque as transformações urbanas das décadas pré-*perestroika* não foram absolutamente as mais traumáticas dentro da história da União Soviética. O que a sociedade mudou neste sentido entre, digamos, meados da década de 60 e de 80, não foi nada em comparação, por exemplo, com as transformações ocorridas entre a década de 20 e a de 50 (com a coletivização forçada, aumento brutal do nível de escolarização etc.). Se o regime soviético (mais fraco naquela época) foi capaz de suportar as violentas transformações das décadas de 30 e 40, fica difícil supor que não seria capaz de fazer o mesmo nas décadas de 60, 70 e 80, quando já estava bem mais fortalecido e as transformações eram relativamente não tão radicais. Além disso, muitos países do mundo passaram por processos de urbanização e industrialização de igual monta, sem que isso representasse necessariamente a *ruptura* do tecido social ou revoluções em seu modo de produção. Parece-nos que o estado soviético, *ceteris paribus*, em meados dos anos 80, era forte o suficiente para absorver, de maneira geral, o impacto das transformações das décadas de 70 e 80.

Não estamos negando aqui a seriedade dos problemas expostos por Lewin. Entretanto, é preciso estabelecer uma hierarquia na *centralidade* dos fatores principais que levaram os líderes soviéticos a deslanchar a *perestroika*. O problema da urbanização, mesmo colocado em sentido lato como em Lewin (1988), não poderia, *por si só*, explicar a necessidade *premente* de reformas do sistema em meados dos anos 80. A complicação trazida pela urbanização era um dos fatores que pesavam sobre o sistema soviético, mas tem que ser vista em conjugação com as causas mais centrais. Ou seja, essas causas mais centrais expostas por nós anteriormente podem explicar grande parte dos problemas que levaram os líderes soviéticos a deslanchar a

Uma outra observação final para a qual achamos importante chamar a atenção. Grande parte da análise que fizemos dos novos paradigmas organizacionais surgidos na indústria no período da Terceira Revolução Tecnológica, ou seja, os paradigmas que Piore & Sabel (1984) chamaram de “especialização flexível”, foi baseada no mais famoso e influente deles, o toyotismo. Em vista das atuais vicissitudes do Japão na economia mundial, pode surgir a inevitável pergunta: “Mas o famoso modelo japonês de desenvolvimento não está em crise atualmente?”

Aqui é muito importante estabelecer-se a diferença entre toyotismo e “modelo japonês” (expressão que pode ter várias conotações). O toyotismo a que nos referimos é um novo paradigma industrial *microeconômico*, representante maior e mais forte dos padrões de “especialização flexível” surgidos na época da Terceira Revolução Tecnológica, cuja origem geográfica está, por acaso (ou não tão por acaso...), no Japão. Na época da Terceira Revolução Tecnológica o toyotismo se revelou tão fortemente o mais avançado dos paradigmas industriais que levou as indústrias tradicionais fordistas a estudarem-no e tentarem copiar várias de suas técnicas de “especialização flexível”. Avassalados pela superioridade japonesa nas décadas de 70 e 80, as indústrias fordistas ocidentais (especialmente nos ramos mais estratégicos como indústria automobilística, eletrônica etc.) somente conseguiram melhorar sua competitividade na década de 90, *através exatamente da adoção de várias técnicas da “especialização flexível”*. Atualmente rara é a grande empresa que não emprega pelo menos alguns dos novos métodos de *Just in Time*, Controle Total de Qualidade, círculos de qualidade, métodos flexíveis de produção etc. *Flexibilidade* é, atualmente, a palavra-chave na indústria mundial. O exemplo mais claro disso é a indústria automobilística americana. A Ford, Chrysler e GM (projeto Saturno) enviaram observadores às fábricas japonesas durante os anos 80 e passaram a empregar muitos métodos flexíveis em suas fábricas. O próprio fato de, em meados da década de 90, ter diminuído a liderança da Toyota, em termos de produtividade, em relação a essas fábricas ocidentais, *representa a própria vitória do toyotismo*, ou seja, o reconhecimento de sua superioridade através da disseminação de suas técnicas (o que, obviamente, com o tempo, levaria as concorrentes a “diminuir a distância”).

Assim, o toyotismo e os métodos de “especialização flexível” foram exatamente os “carros-chefes” das inovações na época da Terceira Revolução Tecnológica. Já o chamado esgotamento do “modelo japonês” se refere aos problemas *macroeconômicos* do Japão, *oriundos principalmente de seu setor financeiro* (problemas de excessiva capitalização, especulação e “bolhas” no setor financeiro, regulamentação frouxa do setor bancário, dificuldades cambiais etc.). Na verdade, boa parte desses problemas está ligada também à supercapitalização e “financeirização” do país, isto é, à passagem de um estágio de país eminentemente “produtor” (onde o capital está ligado mais diretamente à produção) para um país que, tendo crescido muito acima das possibilidades internas de seu mercado, passa a investir no setor financeiro seu grande excesso de capital. Arrighi (1994, p. 345 e 352-353) chamou bem a atenção de que várias potências-líderes do passado, como a Inglaterra, por exemplo, também passaram por esta fase de “financeirização”.

Em suma, aqui também, para não confundir a parte com o todo, ou a periferia com o cerne, é importante separar o que é *toyotismo* (um paradigma *microeconômico* industrial surgido geograficamente no Japão e ao qual nos referimos no presente trabalho) e o *modelo japonês* de desenvolvimento como um todo (cujo componente financeiro tem envolvido o sistema numa crise *macroeconômica* nos anos 90).

Como conclusão de tudo que foi exposto acima, fica claro que a compreensão plena do surpreendente processo da *perestroika* envolve uma análise da interligação entre diversos fatores, macro e *microeconômicos*, nacionais (internos da URSS) e internacionais etc. O fenômeno da “globalização” da economia mundial, apesar de muitas vezes ser visto como algo que se acelerou principalmente a partir da década de 70 e entre os países capitalistas, talvez na verdade se revele apenas a face externa de processos mais profundos

perestroika, mesmo sem levarmos em conta a questão da urbanização. Já o problema da urbanização, *sem ser examinado conjugado a essas outras causas principais*, não pode explicar o deslanchamento da *perestroika*.

e bem mais antigos que, inclusive, afetavam, em medida superior ao que tradicionalmente se considerava, o próprio bloco do “socialismo real”.

12 FONTES

12.1 PESQUISAS DE ARQUIVO:

GARF (*Gosudarstvennyi Arkhiv Rossiiskoi Federatsii* — Arquivo Estatal da Federação Russa; ex-TsGAOR SSSR, Arquivo Estatal Central da URSS da Revolução de Outubro), Moscou, Rússia.

RGAE (*Rossiiskii Gosudarstvennyi Arkhiv Ekonomiki* — Arquivo Estatal de Economia da Rússia; ex-TsGANKh SSSR, Arquivo Estatal Central da Economia da URSS), Moscou, Rússia.

RTsKhIDNI (*Rossiiskii Tsentr Khraneniya i Izucheniya Dokumentov Noveishei Istorii* — Centro da Rússia para Conservação e Pesquisa de Documentos da História Recente; antigo TsPA-IML, Arquivo Partidário Central do Instituto de Marxismo-Leninismo), Moscou, Rússia.

TsKhSD (*Tsentr Khraneniya Sovremennoi Dokumentatsii* — Centro de Preservação da Documentação Contemporânea), Moscou, Rússia.

OBS.: Na presente obra seguimos a forma padrão de referência a fontes de arquivo na Rússia, ordenada da seguinte maneira: 1) sigla do depositório -> 2) F. (= *Fond*, “fundo”) -> 3) OP. (= *Opis*’, “série”) -> 3) D. (= *Delo*, “dossiê”) -> 4) L. (= *List*, “folha”). Exemplo: TsKhSD, f. 89, op. 41, d. 2, l. 3.

12.2 PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

- The American Economic Review*, Nashville, American Economic Association.
- Annual Review of Engineering Industries and Automation* (atualmente *World Engineering Industries and Automation*), Nova York, United Nations: Economic Commission for Europe.
- Aviapromyshlennost'* ["Indústria Aeronáutica"], Moscou, Glavnoe Upravlenie Aviatsionnoi Promyshlennosti (Glavaviaprom).
- Bol'shevik* ["Bolchevique"], Moscou, teoreticheskii i politicheskii zhurnal TsK VKP(b), ["publicação político-teórica do Comitê Central do Partido Comunista de Toda a União (bolchevista)"].
- Canadian Journal of Political Science*, Toronto, Canadian Political Science Association.
- Druzhba Narodov* ["Amizade dos Povos"], Moscou, editora Izvestiya [Revista mensal da Soyuz Pisatelei SSSR]
- The Economic Journal*, Londres, Royal Economic Society.
- Economic Outlook*, Paris, Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD).
- Economic Studies*, Paris, Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD).
- Economic Survey of Europe*, Nova York, United Nations publishing division.
- The Economist*, Londres, The Economist Newspaper Limited.
- EKO*: ver *Ekonomika i Organizatsiya Promyshlennogo Proizvodstva*.
- Ekonomicheskaya Gazeta* ["Gazeta Econômica"], Moscou, TsK KPSS. [Semário econômico do Comitê Central do PCUS].
- Ekonomika i Organizatsiya Promyshlennogo Proizvodstva* (EKO) ["Economia e Organização da Produção Industrial"], Novosibirsk, Akademiya Nauk SSSR: Ordena Lenina Sibirskoe Otdelenie ["Academia de Ciências da URSS, Divisão Siberiana"].
- Europe-Asia Studies* (ex-*Soviet Studies*), Glasgow, University of Glasgow.
- EZH BSE*: ver *Ezhegodnik Bol'shoi Sovetskoi Entsiklopedii*.
- Ezhegodnik Bol'shoi Sovetskoi Entsiklopedii* ["Anuário da Grande Enciclopédia Soviética"], Moscou, Izdatel'stvo 'Sovetskaya Entsiklopediya'.
- FAO Yearbook*, Roma, Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- Foreign Affairs*, Nova York, Council on Foreign Affairs.
- Golos Armenii* ["A Voz da Armênia"], Erevan, Organ Tsentral'nogo Komiteta Kommunisticheskoi Partii Armenii ["Órgão do Comitê Central do Partido Comunista Armênio"].
- Handbook of Economic Statistics*, Washington, Central Intelligence Agency: Directorate of Intelligence.
- Industrial Structure Statistics*, Paris, Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD).
- International Security*, Cambridge (EUA), Center for Science and International Affairs of Harvard University.
- Istoriya SSSR* ["História da URSS"], Moscou, Akademiya Nauk SSSR: Institut Istorii. [izdatel'stvo "Nauka": revista fundada em 1956 e editada 6 vezes por ano].
- Izvestiya* ["Notícias"] (título completo: *Izvestiya Sovetov Narodnykh Deputatov SSSR* ["Notícias dos Conselhos de Deputados do Povo da URSS"]), Moscou, Izdatel'stvo "Izvestiya Sovetov Narodnykh Deputatov SSSR".
- Kommunist* ["Comunista"], Moscou, teoreticheskii i politicheskii zhurnal Tsentral'nogo Komiteta Kommunisticheskoi Partii Sovetskogo Soyuza ["publicação teórico-política do Comitê Central do PCUS"]
- Krasnaya Zvezda* ["Estrela Vermelha"], Moscou, Ministerstvo Oborony SSSR ["Ministério da Defesa da URSS"]
- Main Economic Indicators*, Paris, Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD).

- Main Science and Technology Indicators*, Paris, Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD).
- Mirovaya Ekonomika i Mieżhdunarodnye Otnoshieniya* (MEMO) [“Economia Mundial e Relações Internacionais”], Moscou, Akademiya Nauk SSSR: Institut Mirovoi Ekonomiki i Mezhdunarodnykh Otnoshenii [“Academia de Ciência da URSS: Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais”].
- Narkhoz SSSR*: ver *Narodnoe Khozyaistvo SSSR*.
- Narodnoe Khozyaistvo SSSR: statisticheskii ezhegodnik* [“Economia da URSS: anuário estatístico”], Moscou, Tsentral’noe Statisticheskoe Upravlenie SSSR (TsSU) e (a partir de 1987) Gosudarstvennyi Komitet SSSR po Statistike (Goskomstat) [“Administração Central de Estatística da URSS (TsSU) e (a partir de 1987) Comitê Central de Estatística da URSS (Goskomstat)”].
- New Left Review*, Londres, New Left Review Ltd.
- Ogonek* [“luz”], Moscou, semanário político-literário.
- Partiinaya Zhizn’* [“Vida Partidária”], Moscou, Comitê Central do PCUS [revista quinzenal do TsK KPSS]
- Planovoe Khozyaistvo* [“Economia Planificada”], Moscou, Gosudarstvennyi Plannovyy Komitet SSSR [“Comitê de Planejamento Estatal da URSS (Gosplan)”]
- Problems of Communism*, Washington, Documentary Studies Section of International Information Administration.
- Post-Soviet Affairs (ex-Soviet Economy)*, Silver Spring (EUA), Joint Committee on Soviet Studies of the American Council of Learned Societies e Social Science Research Council.
- Pravda* [“Verdade”], Moscou, Organ TsK KPSS [“Órgão do Comitê Central do PCUS”].
- Pravda Ukrainy* [“Verdade da Ucrânia”], Kiev, Organ Tsentral’nogo Komiteta Kompartii Ukrainy, Verkhovnogo Soveta i Soveta Ministrov Ukrainskoi SSSR [“Órgão do Comitê Central do Partido Comunista da Ucrânia, do Soviet Supremo e do Conselho de Ministros da RSS Ucrâniana”].
- Pravda Vostoka* [“Verdade do Oriente”], Tashkent, Organ TsK Kompartii Uzbekistana, Verkhovnogo Soveta i Soveta Ministrov Uzbekskoi SSR [“Órgão do CC do PC Uzbeque, do Soviete Supremo e do Conselho de Ministros da RSS Uzbeque”]
- Review of Economic Statistics*, Cambridge (EUA), Department of Economics of Harvard University.
- Revue d’Etudes Comparatives Est-Ouest*, Paris, Editions du Centre National de la Recherche Cientifique.
- SIPRI Yearbook of World Armaments and Disarmament*, Stockholm, Stockholm International Peace Research Institute.
- Slavic Review*, Columbus (EUA), American Association for the Advancement of Slavic Studies.
- Sobranie Postanovlenii Pravitel’stva Soyuza Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik* [“Coleção dos Decretos do Governo da URSS”]. Moscou, Upravlenie Delami Soveta Ministrov SSSR.
- Sotsialisticheskaya Industriya* [“Indústria Socialista”], Moscou, TsK KPSS [Jornal industrial diário do Comitê Central do PCUS].
- Sotsialisticheskaya Rekonstruktsiya i Nauka* [“Reconstrução Socialista e Ciência”], Moscou, NISA-TEKHPROPA NKTP SSSR.
- Sotsialisticheskoe Stroitel’stvo SSSR: statisticheskii ezhegodnik* [“Construção Socialista da URSS: anuário estatístico”], Moscou, Tsentral’noe Upravlenie Narodno-Khozyaistvennogo Utsheta Gosplana SSSR [“Administração Central de Contas da Economia Nacional da Comissão de Planejamento Estatal da URSS”].
- Soviet Economy* (atualmente *Post-Soviet Affairs*), Silver Spring (EUA), Joint Committee on Soviet Studies of the American Council of Learned Societies e Social Science Research Council.
- Soviet Studies* (atualmente *Europe-Asia Studies*), Glasgow, University of Glasgow.
- Sovetskaya Estoniya* [“Estônia Soviética”], Tallin, Organ Tsentral’nogo Komiteta Kompartii Estonii, Verkhovnogo Soveta i Soveta Ministrov Estonskoi SSR [“Órgão do

Comitê Central do Partido Comunista da Estônia, do Soviete Supremo e do Conselho de Ministros da RSS Estoniana”].

-*Sovetskaya Latvija* [“Letônia Soviética”], Riga, Organ Tsentral’nogo Komiteta KP(b) Latvii i Verkhovnogo Soveta Latviiskoi SSR [“Órgão do Comitê Central do Partido Comunista da Letônia e do Soviete Supremo da RSS Letã”].

-*Sovetskaya Litva* [“Lituânia Soviética”], Vilna, Organ Tsentral’nogo Komiteta Kommunisticheskoi Partii Litvy, Prezidiuma Verkhovnogo Soveta i Soveta Ministrov Litovskoi SSR [“Órgão do Comitê Central do Partido Comunista Lituano, do Presidium do Soviete Supremo e do Conselho de Ministros da RSS Lituana”].

-*SP SSSR*: ver *Sobranie Postanovlenii Pravitel’stva Soyuza Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*.

-*Statistical Yearbook*. Nova York, United Nations publishing division.

-*Statisticheskii Ezhegodnik Stran-Chlenov Soveta Ekonomicheskoi Vzaimopomoshchi* [“Anuário Estatístico dos Países-Membros do CAME”], Moscou, Sekretariat SEV [“Secretariado do CAME”].

-*Statistical Abstract of the United States*, Washington, United States Bureau of the Census.

-*Turkmenskaya Iskra* [“A centelha Turcomana”], Ashkhabad, Organ Tsentral’nogo Komiteta Kommunisticheskoi Partii Turkmenistana, Verkhovnogo Soveta i Soveta Ministrov Turkmenskoi SSR [“Órgão do Comitê Central do Partido Comunista Turcomano, do Soviete Supremo e do Conselho de Ministros da RSS Turcomana”].

-*Vedomosti Verkhovnogo Soveta Soyuza Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik* [“Registro do Sovet Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas”], Moscou, Verkhovnyi Sovet SSSR [“Soviete Supremo da URSS”].

-*Vneshnyaya Torgovlya SSSR: statisticheskii sbornik* [“Comércio Exterior da URSS: compêndio estatístico”], Moscou, Ministerstvo Vneshnei torgovli: glavnoe planovo-ekonomicheskoe upravlenie [“Ministério do Comércio Exterior da URSS”].

-*Voprosy Ekonomiki* [“Questões da Economia”], Moscou, Akademiya Nauk SSSR: Institut Ekonomiki [“Academia de Ciências da URSS: Instituto de Economia”].

-*Voprosy Istorii* [“Questões da História”], Moscou, Akademiya Nauk SSSR-Institut Istorii [“Academia de Ciências da URSS - Instituto de História”].

-*VVS SSSR*: ver *Vedomosti Verkhovnogo Soveta Soyuza Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*.

-*Vyshka* [“Torre”], Baku, Gazeta Tsentral’nogo Komiteta Kompartii Azerbaidzhana [“Jornal do Comitê Central do Partido Comunista Azerbaijano”].

-*WMEAT*: ver *World Military Expenditures and Arms Transfer*.

-*World Economic Survey*, Nova York, United Nations publishing division.

-*World Engineering Industries and Automation (ex-Annual Review of Engineering Industries and Automation)*, Nova York, United Nations: Economic Commission for Europe.

-*World Industrial Robots*, Nova York, United Nations: Economic Commission for Europe e International Federation of Robotics.

-*World Military Expenditures and Arms Transfer*, Washington, United States Arms Control and Disarmament Agency.

-*World Policy Journal*, Nova York, World Policy Institute.

-*Yearbook of National Accounts Statistics*, Nova York, United Nations publishing division.

-*Zarya Vostoka* [“Arrebol do Oriente”], Tbilisi, Organ TsK KP Gruzii, verkhovnogo Soveta Gruzinskoi SSR i Soveta Ministrov Gruzinskoi SSR [“Órgão do CC do PC Georgiano, do Soviete Supremo e do Conselho de Ministro Georgianos”].

12.3 FONTES PUBLICADAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS NÃO-PERIÓDICAS:

- ACKLEY, Gardner e ISHI, Hiromitsu. Fiscal, Monetary and Related Policies. In: PATRICK, Hugh, ROSOVSKI, Henry. (Eds.) *Asia's New Giant: How the Japanese economy works*. Washington: the Brookings Institution, 1976. 943 p. Cap. 3, p. 153-247.
- AGANBEGYAN, Abel G. Vazhnie Pozitivnye Sdviigi v Ekonomicheskoi Zhizni Strany ["Importantes Realizações Positivas na Vida Econômica do País"]. *EKO*, Novosibirsk, n. 6, p. 3-16, 1984.
- _____. *Perestroika: le double défi soviétique*. Paris: Economica, 1987. 257 p.
- _____. *The Challenge: economics of perestroika*. Londres: Century Hutchinson, 1988. 248 p.
- _____. *Inside Perestroika: the future of the Soviet economy*. New York: Harper & Row, 1989a. 241 p.
- _____. *Movendo a Montanha*. São Paulo: Best seller, 1989b. 302 p.
- AKADEMYA NAUK SSSR: INSTITUT EKONOMIKI ["Academia de Ciências da URSS: Instituto de Economia"]. *Sotsialisticheskoe Narodnoe khozyaistvo SSSR v 1933-1940 gg.* ["Economia Socialista da URSS em 1933-1940"]. Moscou: Izdatel'stvo AN SSSR, 1963. 667 p.
- AKADEMYA NAUK SSSR: INSTITUT ISTORII ["Academia de Ciências da URSS: Instituto de História"]. *Istoriya SSSR: s drevneishnikh vremen do Velikoi Oktyabr'skoi Revolyutsii* ["História da URSS: desde a idade antiga até a Grande Revolução de Outubro"]. Moscou: Nauka, 1966-1980. 12 v.
- ALLWORTH, Edward *et al.* *Soviet Nationality Problems*. Nova York: Columbia University Press, 1971. 296 p.
- AMALRIK, Andrei. *Will the Soviet Union Survive Until 1984?* Nova York: Harper & Row, 1970. 93 p.
- AMMAN, Ronald, COOPER, Julian M. (Eds.) *Industrial Innovation in the Soviet Union*. Londres: Yale University Press, 1982. 526 p.
- AMMAN, Ronald, COOPER, Julian M. (Eds.). *Technical Progress and Soviet Economic Development*. Oxford: Basil Blackwell, 1986. 214 p.
- AMMAN, Ronald, COOPER, Julian M., DAVIES, Robert W (Eds.) *The Technological Level of Soviet Industry*. New Haven: Yale, 1977. 575 p.
- AN SSSR: ver AKADEMYA NAUK SSSR.
- AN SSSR-IE: ver AKADEMYA NAUK SSSR: INSTITUT EKONOMIKI
- AN SSSR-II: ver AKADEMYA NAUK SSSR: INSTITUT ISTORII.
- ANDERSON, Barbara A. Some Factors Related to Ethnic Reidentification in the Russian Republic. In: AZRAEL, Jeremy R. (Ed.) *Soviet Nationalities Policies and Practices*. Nova York: Praeger, 1978. 393 p. Cap. 9, p. 302-333.
- ANDROPOV, Yuri V. Sixty years of the USSR. In: OLCOTT, Martha B. (Ed.) *The Soviet Multinational State: readings and documents*. Londres: M. E. Sharpe, 1990. 605 p. P. 12-19.
- ANGENE, M. *et al.* *Apparat Upravleniya Sotsialisticheskogo Gosudarstva* ["O Corpo Administrativo do Estado Socialista"]. Moscou: Yuridicheskaya Literatura, 1976. 2 v.
- ANTONYUK, D. *et al.* *KPSS Spravochnik* ["Guia do PCUS"]. 5. ed. Moscou: Politizdat, 1983. 446 p.
- AOKI, Masahiko. *The Co-Operative Game Theory of the Firm*. Oxford; Oxford University Press, 1984. 219 p.
- _____. (Ed.) *The Economic Analysis of the Japanese Firm: contributions to economic analysis*. Amsterdam: Elsevier Science Publishers, 1984. 425 p.
- _____. Horizontal vs. Vertical Information Structure of the Firm. *The American Economic Review*, Nashville, v. 76, n. 5, p. 971-983, dez. 1986.

- _____. *Information, Incentives, and Bargaining in the Japanese Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. 320 p.
- ARMSTRONG, John A. The Ethnic Scene in the Soviet Union: the view of the dictatorship. In: GOLDHAGEN, Eric (Ed.) *Ethnic Minorities in the Soviet Union*. Nova York: Praeger, 1968. 360 p. Cap 1, p.3-49.
- ARRIGHI, Giovanni. *The Long Twentieth Century: money, power, and the origins of our times*. Londres: Verso, 1994. 400 p.
- ASLUND, Anders. *Gorbachev's Struggle for Economic Reform*. Ithaca: Cornell, 1991. 262 p.
- APOSTOLAKIS, Bobby E. The Role of Technology Transfer in Soviet Development. *Review of Radical Political Economics*, Nova York, v. 20, n. 4, p. 57-73, inverno 1988.
- AZRAEL, Jeremy R. *Soviet Nationalities Policies and Practices*. Nova York: Praeger, 1978. 393 p. Cap. 12: Emergent Nationality Problems in the USSR, p. 363-390.
- _____. (Ed.) *Soviet Nationalities Policies and Practices*. Nova York: Praeger, 1978a. 393 p.
- BAHRO, Rudolf. *Die Alternative: zur Kritik des real existierenden Sozialismus* [“A Alternativa: contribuição à crítica do socialismo realmente existente”]. Reinbeck bei Hamburg (Alemanha): Rowohlt, 1980. 375 p.
- BALZER, Harley (Ed.) *Five Years that Shook the World: Gorbachev's unfinished revolution*. Boulder: Westview, 1991. 275 p.
- BARSOV, A. A. Sel'skoe Khozyaistvo i Istochniki Sotsialisticheskogo Nakopleniya v Gody Pervoi Pyatiletki (1928-1932) [“A Agricultura e as Fontes da Acumulação Socialista nos Anos do Primeiro Plano Quinquenal, 1928-1932”]. *Istoriya SSSR*, Moscou, n. 3, p. 64-82, maio-junho 1968.
- BARUCH, Knei-Paz. *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford: Clarendon, 1978. 629 p.
- BARSUKOV, N. V., KARPOV, M. P. (Eds.) *Partiinyi Kontrol' Deyatel'nosti Administratsii* [“Controle Partidário das Atividades Administrativas”]. Moscou: Politizdat, 1977. 270 p.
- BAUMOL, William J. Productivity Growth, Convergence, and Welfare: What the Long-Run Data Show. *The American Economic Review*, Nashville, v. 76, n. 5, p. 1072-1085, dez. 1986.
- BECKER, Abraham S. *The Burden of Soviet Defense: a political-economic essay*. Santa Monica: Rand Corporation, 1981. 86 p.
- _____. *Sitting on Bayonets: the soviet defense burden and the slowdown of soviet defense spending*. Santa Monica: Rand/UCLA, 1985. 37 p.
- BENNIGSEN, Alexandre. Islamic or Local Consciousness Among Soviet Nationalities? In: ALLWORTH, Edward et al. *Soviet Nationality Problems*. Nova York: Columbia University Press, 1971. 296 p. P. 167-182.
- BENNIGSEN, Alexandre, BROXUP, Marie. *The Islamic Threat to the Soviet State*. Nova York: St. Martin's, 1983. 170 p.
- BENNIGSEN, Alexandre, WIMBUSH, S. Wimbush. *Muslims of the Soviet Empire: a guide*. Londres: C. Hurst & Co., 1985. 294 p.
- BERGSON, Abram. A Problem in Soviet Statistics. *Review of Economic Statistics*, Cambridge (EUA), v. 29, n. 4, p. 234-242, nov. 1947.
- _____. *The Real National Income of Soviet Russia Since 1928*. Cambridge: Harvard University Press, 1961. 472 p.
- _____. *Productivity and the Social System — The USSR and the West*. Cambridge: Harvard University Press, 1978. 256 p.
- BERGSON, Abram, HEYMANN JR., Hans. *Soviet National Income and Product 1940-48*. Nova York, Columbia University Press, 1954. 251 p.
- BERGSON, Abram, LEVINE, Herbert S. (Eds.) *The Soviet Economy: Toward the Year 2000*. Londres: George Allen & Unwin, 1983. 452 p.
- BERLINER, Joseph S. *Soviet Industry from Stalin to Gorbachev: essays on management and innovation*. Ithaca: Cornell University Press, 1988. 306 p.

- BERMAN, Harold J., QUIGLEY JR., John B. *Basic Laws on the Structure of the Soviet State*. Cambridge: Harvard University Press, 1969. 325 p.
- BERNAL, J. D. *Science in History*. Cambridge: M.I.T. Press, 1971. 4 v. V. 2: The Scientific and Industrial Revolutions, p. 372-692.
- BEST, Michael H. *The New Competition: institutions of industrial restructuring*. Cambridge: Harvard University Press, 1990. 296 p.
- BETHKENHAGEN, Jochen. The Soviet Union in World Trade. In: VEEN, Hans-Joachim. (Ed.) *From Brezhnev to Gorbachev*. Nova York: Berg Publishers, 1987. 378 p. Pt. 1.2: Energy and Raw Materials. P. 58-68.
- BETTELHEIM, Charles. *Les Luttes de Classes en URSS*. Paris: Maspero/Seuil, 1974-1983. 3 v.
- _____. *A Luta de Classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 480 p.
- BIALER, Seweryn. *Stalin's Successors: leadership, stability and change in the Soviet Union*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. 312 p.
- BIRMAN, Igor. From the Achieved Level. *Soviet Studies*, Glasgow, v. XXX, n. 2. p. 153-172, abril 1978.
- BLOCK, Herbert. Soviet Economic Power Growth — Achievements under Handicaps. In: UNITED STATES CONGRESS, JOINT ECONOMIC COMMITTEE. *Soviet Economy in a New Perspective*. Washington: US Government Printing Office, 1976. 821 p. P. 243-268.
- BOLOTIN, B. Sovietskii Soyuz v Mirovoi Ekonomike [“A União Soviética na Economia Mundial”]. *Mirovaya Ekonomika i Mezhdunarodnye Otnosheniya*. Moscou, n. 11, p. 145-157 e n. 12, p. 141-148, nov. e dez. 1987.
- BOL'SHAYA SOVETSKAYA ENTSIKLOPEDIYA (BSE): ver sob IZDATEL'STVO 'SOVETSKAYA ENTSIKLOPEDIYA'.
- BOND, Daniel L. Macroeconomic Projections of the Burden of Defense on the Soviet Economy. In: UNITED STATES CONGRESS, JOINT ECONOMIC COMMITTEE. *Soviet Military Economic Relations: proceedings of a workshop on July 7 and 8, 1982, sponsored jointly by the Subcommittee on International Trade, Finance, and Security Economics of the Joint Economic Committee and the Congressional Research Service of the Library of Congress*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1983. 285 p. P. 180-191.
- BORNSTEIN, Morris. Soviet Price Policies. *Soviet Economy*, Silver Spring, v. 3, n. 2, p. 96-134, Abril-junho 1987.
- _____. Price Policies And Comment On Shmelev. In: HEWETT, Ed A., WINSTON, Victor H. (Eds) *Milestones in Glasnost And Perestroika: the economy*. Washington: Brookings Institution, 1991. 522 p. Cap. 13, p. 167-203.
- BOYER, Robert. *The Regulation School: a critical introduction*. Nova York: Columbia University Press, 1990. 150 p.
- BRESLAUER, George W. On the Adaptability of Soviet Welfare-State Authoritarianism. In: RYAVEC, Karl W. (Ed.) *Soviet Society and the Communist Party*. Amherst: University of Massachussets Press, 1978. 220 p. P. 3-25.
- BREZHNEV, Leonid Il'ich. *Leninskim Kursom: rechi i stat'i* [“No Caminho Traçado por Lenin: discursos e artigos”]. Moscou: Politizdat, 1970-1982. 9 v.
- _____. *Leninskim Kursom: rechi i stat'i* [“No Caminho Traçado por Lenin: discursos e artigos”]. Moscou: Politizdat, 1970-1982a. 9 v. Pyat Desyat Let Velikikh Pobed Sotsializma: doklad i zaklyuchitel'naya rech na sovместnom torzhestvennom zasedanii Tsentral'nogo Komiteta KPSS, Verkhovnogo Soveta SSSR i Verkhovnogo Soveta RSFSR v Kremlevskom Dvortse S'ezdov, 3-4 noyabrya 1967 g. [“50 Anos de Grandes Vitórias do Socialismo: relatório e discurso de conclusão na sessão comemorativa conjunta do Comitê Central do PCUS, Soviete Supremo da URSS e Soviete Supremo da RSFSR no Palácio de Congressos do Kremlin, em 3-4 de novembro de 1967”], v. 2, p. 75-145.
- _____. *Leninskim Kursom: rechi i stat'i* [“No Caminho Traçado por Lenin: discursos e artigos”]. Moscou: Politizdat, 1970-1982b. 9 v. Za Ukreplenie Splochnosti Kommunistov, za Novyi Pod'em Antiimperialisticheskoi borb'y: vstuplenie na mezhdunarodnom soveshchanií kommunisticheskikh i rabochikh partii v Moskve 7 iyuniya 1969 goda [“Pelo Fortalecimento da Coesão dos Comunistas, por Novas Alturas na Luta

Antiimperialista: discurso no encontro internacional de partidos comunistas e operários em 7 de junho de 1969”], v. 2, p. 366-415.

_____. Otchetnyi Doklad Tsentral'nogo Komiteta KPSS XXIV S'ezdy Kommunisticheskoi Partii Sovetskogo Soyuza: doklad general'nogo sekretarya TsK tovarishcha L. I. Brezhneva 30 marta 1971 goda [“Relatório do Comitê Central do PCUS ao XXIV Congresso do Partido Comunista da União Soviética: Discurso do secretário-geral Camarada L. I. Brezhnev de 30 de março de 1971”]. In: KPSS. *Materialy XXIV S'ezda KPSS* [“Materiais do XXIV Congresso do PCUS”]. Moscou: Politizdat, 1971. 320 p. P. 3-106.

-BRZEZINSKI, Zbigniew. *Soviet Politics: from the future to the past?* Nova York: Research Institute on International Change of Columbia University, 1975. 34 p.

_____. Post Communist Nationalism. *Foreign Affairs*, Nova York, v. 68, n. 5, p. 1-25, inverno 1989-90.

-BSE (*Bol'shaya Sovetskaya Entsiklopediya*): ver IZDATEL'STVO 'SOVETSKAYA ENTSIKLOPEDIYA'.

-BUBARINA, V. *Nauchnaya Organizatsiya Truda*: materialy Vtoroi Vsesoyuznoi konferentsii po nauchnoi organizatsii truda [“Organização Científica do Trabalho: documentos da Segunda Conferência Nacional sobre Organização Científica do Trabalho”]. Moscou: Mysl', 1965. 80 p.

-BUGAEV, E. I., LEIBSON, B. M. *Besedy ob Ustave KPSS* [“Conversas sobre o Estatuto do PCUS”]. Moscou: Gospolitizdat, 1962. 224p.

-BUKHARIN, Nikolai Ivanovich. *Put' k Sotsializmu v Rossii*: izbrannye proizvedeniya N. I. Bukharina [“O Caminho Para o Socialismo na Rússia: obras selecionadas de N. I. Bukharin”]. Nova York: Omicron Buks, 1967. 415 p. Put' K Sotsializmu i Rabochekrest'yanskii Soyuz [“O Caminho para o Socialismo e a Aliança Operário-Camponesa”], p. 245-316.

_____. *Put' k Sotsializmu v Rossii*: izbrannye proizvedeniya N. I. Bukharina [“O Caminho Para o Socialismo na Rússia: obras selecionadas de N. I. Bukharin”]. Nova York: Omicron Buks, 1967a. 415 p. Zametki Ekonomista: K nachalu novogo khoziaistvennogo goda [“Notas de um Economista: sobre o início do novo ano financeiro”], p. 375-397.

-BULGANIN, N. A. O Zadachakh po Dal'neishmy Pod'emu Promyshlennosti, Tekhnitsheskomu Progressu i Ulutsheniyu Organizatsii Proizvodstva: doklad tovarishcha N.A. Bulganina na plenum Tsentral'nogo Komiteta KPSS 4 iyulya 1955 goda [“Sobre as Tarefas de Continuação do Soerguimento da Indústria, do Progresso Técnico e da Melhoria na Organização da Produção”: Relatório do camarada N.A. Bulganin na reunião plenária do Comitê Central do PCUS de 4 de julho de 1955”]. *Pravda*, Moscou, 17 julho 1955, p. 1-6.

-BURLATSKII, Fedor. O Stroitel'stve Razvitogo Sotsialisticheskogo Obschestva [“Sobre a Construção da Sociedade Socialista Desenvolvida”]. *Pravda*, Moscou, 21 dez. 1966, p. 4, c. 1, 2, 3 e 4.

_____. (trad. BURLAZKI, F.) Nikita Chruschov: Skizze zu einem politischen Porträt [“Nikita Khrushchev: rascunhos de uma caracterização política”]. *Sputnik*, Moscou, n. 9, p. 38-45, set. 1988.

-CAMPBELL, Robert. *The Soviet-Type Economies: performance and evolution*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1974. 259 p.

_____. *The Socialist Economies in Transition: a primer on semi-reformed systems*. Indianapolis: Indiana University Press, 1991. 241 p.

-CARRÈRE d'ENCAUSSE, Hélène. *L'Empire Eclaté*. Paris: Flammarion, 1978.

_____. *Decline of an Empire: the soviet socialist republics in revolt*. Nova York: Newsweek Books, 1979. 304 p.

_____. *The End of the Soviet Empire: the triumph of the nations*. Nova York: Basic Books, 1993. 292 p.

_____. *The Nationality Question in the Soviet Union and Russia*. Oslo: Scandinavian University Press, 1995. 74 p.

-CARTER, JIMMY. Power for Humane Purposes: speech given at Notre Dame University, May 22, 1977. In: ETHICS AND PUBLIC POLICY CENTER OF GEORGETOWN UNIVERSITY. *Morality and Foreign Policy: a symposium on President Carter's Stance*.

- Washington: Ethics and Public Policy Center of Georgetown University, 1977. 76 p. P. 3-10.
- CASTELS, Manuel, KISELYOVA, Emma. *The Collapse of Soviet Communism: a view from the information society*. Berkeley: University of California at Berkeley, International and Area Studies, 1995. 101 p.
- CENTRAL ADMINISTRATION OF ECONOMIC AND SOCIAL STATISTIC OF THE STATE PLANNING COMMISSION OF THE U.S.S.R. *Socialist Construction in the U.S.S.R.: statistical abstract*. Moscou: Soyuzorgouchet, 1936. 538 p.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY: NATIONAL FOREIGN ASSESSMENT CENTER. *Estimated Soviet Defense Spending: trends and prospects*. Washington: DOCEX of Library of Congress, 1978. 14 p.
- CHECINSKI, Michael. The Soviet War Economy and Economic Development. In: VEEN, Hans-Joachim. (Ed.) *From Brezhnev to Gorbachev*. Nova York: Berg Publishers, 1987. 378 p. Pt. 1.1: Trends in Soviet Economy. P. 31-41.
- CHUDAKOV, E. A. Razvitie Dinamicheskikh Katshestv Avtomobilya [“O Desenvolvimento das Qualidades Dinâmicas do Automóvel”] . *Sotsialisticheskaya Rekonstruktsiya i Nauka*, Moscou, n. 3, p. 28-44, março 1936.
- CIA: ver CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY.
- CLARK, M. Gardner. Soviet Agricultural Policy. In: SHAFFER, Harry G (ed.) *Soviet Agriculture: an assessment of its contributions to economic development*. Nova York: Praeger, 1977. 169 p. Cap. 1, p. 1-55.
- CLINTON, William Jefferson. Strategic Security in a Changing World: speech delivered at Los Angeles World Affairs Council, Los Angeles, California, on August 13, 1992. In: SMITH, Stephen A. (Ed.) *Preface to the Presidency: selected speeches of Bill Clinton, 1974-1992*. Fayetteville: University of Arkansas Press, 1996. 420 p. P. 266-276.
- COHN, Stanley H. The Economic Burden of Soviet Defense Outlays. In: UNITED STATES CONGRESS, JOINT ECONOMIC COMMITTEE. *Economic Performance and the Military Burden in the Soviet Union: a compendium of papers submitted to the Subcommittee on Foreign Economic Policy of the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, 91st Congress, 2nd session*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1970. 295 p. P. 166-188
- CONQUEST, Robert. *Industrial Workers in the USSR*. Nova York: Praeger, 1967. 203 p.
- _____. *Soviet Nationalities Policy in Practice*. Londres: the Bodley Head, 1967a. 160 p.
- COOPER, Julian M. Defense Production and the Soviet Economy. *CREES Discussion Papers*, Birmingham (Inglaterra), série SIPS do Centre for Russian and East European Studies of the University of Birmingham, n. 3, p. 1-56, 1976.
- _____. The Scientific and Technical Revolution in Soviet Theory. In: FLERON Jr., Frederic J. *Technology and Communist Culture: the socio-cultural impact of technology under socialism*. Nova York: Praeger, 1977. 521 p. Cap. 3, p. 146-179.
- _____. The Civilian Production of the Soviet Defense Industry. In: AMMAN, Ronald, COOPER, Julian M. (Eds.). *Technical Progress and Soviet Economic Development*. Oxford: Basil Blackwell, 1986. 214 p. Cap. 2, p. 31-50.
- CORIAT, Benjamin. *L'atelier et le Robot: essai sur le fordisme et la production de masse a l'age de l'etretronique*. Paris: Christian Bourgeois, 1990. 302 p.
- _____. *Pensar pelo Avesso*. Rio de Janeiro: Revan, 1994. 209 p.
- COSTA, Florência. Crime Se Infiltra no Novo Capitalismo Russo. *Jornal do Brasil*, 20 ago. 1993, p. 22, c. 1-6.
- CRITCHLOW, JAMES. *Nationalism in Uzbekistan: a Soviet republic's road to sovereignty*. Boulder: Westview, 1991. 231 p.
- DAGLISH, Robert. (Ed.) *The Scientific and Technological Revolution: social effects and prospects*. Moscou: Progress, 1972. 280 p.
- DAHRENDORF, Ralf *et al.* *Scientific-Technological Revolution: social aspects*. Londres: Sage Publications, 1977. 181 p.
- DALIN, Sergei. The Scientific and Technological Revolution and Aggravation of the Contradictions of Capitalism. In: DAGLISH, Robert (Ed.) *The Scientific and Technical Revolution: social effects and prospects*. Moscou: Progress, 1972. 279 p. P. 173-189.

- DASHDAMIROV, A. F., ZHVANIYA, G. K., MRAVYAN. Osyshchestvlenie Leninskoi Natsional'noi Politiki v Zakavkaz'e i Domysly Antikomunisma ["Realização da Política Nacional Leninista na Transcaucásia e as Conjeturas do Anticomunismo"]. In: INSTITUT MARKSIZMA LENINIZMA pri TsK KPSS ["Instituto de Marxismo-Leninismo do CC do PCUS"]. *Kritika Fal'sifikatsii Natsional'nykh Otnoshenii v SSSR* ["Crítica das Falsificações Sobre as Relações Nacionais na URSS"]. Moscou: Politizdat, 1984. 496 p. Pt. 2, cap. 9, p. 282-328.
- DAVIES, Robert W. A Note on Grain Statistics. *Soviet Studies*, Glasgow, v. XXI, n. 3, p. 314-329, jan. 1970.
- _____. Soviet Military Expenditure and the Armaments Industry, 1929-33: a reconsideration. *Europe-Asia Studies*, Glasgow, v. 45, n. 4, p. 577-608, 1993.
- _____. Industry. In: DAVIES, Robert W., HARRISON, Mark, WHEATCROFT, S. G. (Eds.) *The Economic Transformation of the Soviet Union, 1913-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. 381 p. Cap. 7, p. 131-157.
- DAVIES, Robert W., HARRISON, Mark, WHEATCROFT, S. G. (Eds.) *The Economic Transformation of the Soviet Union, 1913-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. 381 p.
- DAVIS, Christopher M. The High-Priority Military Sector in a Shortage Economy. In: ROWEN, Henry S., WOLF JR., Charles. *The Impoverished Superpower: perestroika and the Soviet military burden*. San Francisco: Institute for Contemporary Studies Press, 1990. 372 p. Cap. 6, p. 155-184.
- (U.S.) DEPARTMENT OF DEFENSE. *100 Companies Receiving the Largest Dollar Volume of Prime Contract Awards: fiscal year 1985*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1985. 27 p.
- DJILAS, Milovan. *The New Class: an analysis of the communist system*. Nova York: Praeger, 1957. 214 p.
- DIAMOND, Douglas B. Comparative Output and Productivity of U.S. and Soviet Agriculture. *Kennan Institute Occasional Papers*, Washington, n. 16, p. 1-12, 1976.
- DOOLITTLE, Penelope, HUGHES, Margareth. Gorbachev's Agricultural Policy: building on the Brezhnev food program. In: UNITED STATES CONGRESS, JOINT ECONOMIC COMMITTEE. *Gorbachev's Economic Plans: study papers submitted to the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, 100th Congress, 1st session*. Washington, U. S. Government Printing Office, 1987. 2 v. V. 2, pt. VI. Agriculture, p. 26-44.
- DROBIZHEVA, Leokadia. Perestroika and the Ethnic Consciousness of Russians. In: LAPIDUS, Gail, ZASLAVSKY, Victor, GOLDMAN, Philip (Eds.) *From Union to Commonwealth: nationalism and separatism in the Soviet Republics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. 127 p. Cap. 5, p. 98-113.
- DUPRIEZ, Leon H. *Des Mouvements Économiques Généraux*. Louvain: Institute de Recherches Économiques et Sociales, 1947. 2 v.
- EK, Carl W. Overview. In: UNITED STATES CONGRESS, JOINT ECONOMIC COMMITTEE. *Gorbachev's Economic Plans: study papers submitted to the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, 100th Congress, 1st session*. Washington, U. S. Government Printing Office, 1987. 2 v. V. 2, pt. VI. Agriculture, p. 1-8.
- ELLMAN, Michael. Did the Agricultural Surplus Provide the Resources for the Increase in Investment in the USSR During the First Five Year Plan? *The Economic Journal*, Londres, v. 85, n. 340, p. 844-863, dez 1975.
- _____. *Planejamento Socialista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 308 p.
- ENGELS, Friedrich. Grundsätze des Kommunismus ["Fundamentos do Comunismo"]. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Werke* ["Obras de Marx-Engels"] (MEW). Berlim: Dietz, 1961-1971. 41 v. V. 4, p. 361-380.
- _____. Soziales über Russland ["Sobre as Relações Sociais na Rússia"]. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Werke* ["Obras de Marx-Engels"] (MEW). Berlim: Dietz, 1961-1971a. 41 v. V. 18, p. 556-567.
- ERICSON, Richard E. The Soviet Statistical Debate: Khanin vs. TsSU. *Harriman Institute Occasional Papers*, Nova York, n. 1, p. 1-42, maio 1988.

- _____. *The Soviet Union: 1979-1990*. San Francisco: International Center for Economic Growth, 1990. 61 p.
- _____. The Classical Soviet-Type Economy: nature of the system and implications for reform. *Journal of Economic Perspectives*, Nashville, v. 5, n. 4, p. 11-28, outono 1991.
- ETO, Hajime, MATSUI, Konomu. (Eds.) *R & D Management Systems in Japanese Industry*. Amsterdam: Elsevier Science, 1984. 331 p.
- FAINSOD, Merle. *Smolensk Under Soviet Rule*. Nova York: Vintage Books, 1963. 485 p.
- FAYOL, Henri. *General and Industrial Management*. Londres: Sir Isaac Pitman & Sons Ltd., 1965. 112 p.
- FEDOSEEV, Petr. N. (trad. FEDOSEYEV, Pyotr) Social Significance of the Scientific and Technical Revolution. In: Dahrendorf, Ralf *et al. Scientific-Technical Revolution: Social Aspects*. Londres: Sage Publications, 1977. 181 p. Cap. 4, p. 83-107.
- FELDBRUGGE, F. J. M. (Ed.) *The Constitutions of the USSR and the Union Republics: analyses, texts, reports*. Alphen aan den Rijn (Holanda): Sijthoff & Noordhoff, 1979. 366 p.
- FELDBRUGGE, F., BERG, G., SIMONS W. (Eds.) *Encyclopedia of Soviet Law*. 2. ed. rev. Dordrecht (Holanda): Martinus Nijhoff, 1985. 964 p.
- FERNANDES, Luís. *URSS: ascensão e queda*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991. 270 p.
- FILIPPOV, V. F. *Besedy o Khozyaistvennom Mekhanizme*. 2 ed. Moscou: Politizdat, 1984. 191 p.
- FLERON Jr., Frederic J. (Ed.) *Technology and Communist Culture: the socio-cultural impact of technology under socialism*. Nova York: Praeger, 1977. 521 p.
- FORD, Henry. *My Life and Work*. Garden City: Garden City Publishing Co., 1922. 289 p.
- FOWKES, Ben. *The disintegration of the Soviet Union: a study in the rise and triumph of nationalism*. Nova York: St. Martin's, 1997. 273 p.
- FRANKLIN, Bruce. (Ed.) *The Essential Stalin: major theoretical writings 1905-52*. Garden City: Doubleday, 1972. 511 p.
- FRIEDMAN, Milton. *Market Mechanisms and Central Economic Planning*. Washington: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1981. 32 p.
- GADDY, Clifford G. *The Price of the Past: Russia's struggle with the legacy of a militarized economy*. Washington: Brookings Institution Press, 1996. 250 p.
- GANDY, Daniel Ross. *Marx and History*. Austin: University of Texas Press, 1979. 190 p.
- GERSCHENKRON, Alexander. The Soviet Indices of Industrial Production. *Review of Economic Statistics*, Cambridge (EUA), v. 29, n. 4, p. 217-226, nov. 1947.
- _____. *A Dollar Index of Soviet Machinery Output, 1927-28 to 1937*. Santa Monica: Rand Corporation, 1951. 357 p.
- GINSBURGS, G., POMORSKI, S. A Profile of the Soviet Constitution of 1977. In: FELDBRUGGE, F. (Ed.) *The Constitutions of the USSR and the Union Republics: Analysis, Texts, Reports*. Alphen aan den Rijn (Holanda): Sijthoff & Noordhoff, 1979. 366 p. P. 3-67.
- GOLDMAN, Marshall I. *Gorbachev's Challenge: economic reform in the age of high technology*. New York: W. W. Norton, 1987. 296 p.
- GORBACHEV, Mikhail Sergeevich. "Korennoi Vopros Ekonomicheskoi Politiki Partii: doklad tovarishcha M. S. Gorbacheva na soveshchanii v TsK KPSS po voprosam uskoreniya nauchno-tekhnicheskogo progressa 11 iyunya 1985 g. ["Questão Fundamental da Política do Partido: relatório do camarada M. S. Gorbachev na Conferência do CC do PCUS sobre Problemas do Progresso Científico-Técnico de 11 de junho de 1985"]". *Kommunist*, Moscou, n. 9, p. 13-33, junho 1985.
- _____. The Revolution and Perestroika. *Foreign Affairs*, Nova York, v. 66, n. 2, p. 410-425, inverno 1987a.
- _____. *Speeches and Writings*. Oxford: Pergamon, 1987b. 2 vols.
- _____. *Perestroika: new thinking for our country and the world*. Nova York: Harper & Row, 1987c. 255 p.
- _____. *Speeches and Writings*. Oxford: Pergamon, 1987d. 2 v. V. 2, cap. 1: On the Five-Year Plan for the Socio-economic Development of the USSR, 1986-90, and the Tasks of Party Organizations to Carry it Through (17 June 1986), p. 1-33.

- _____. *Izbrannye Rechi i Stat'i* ["Artigos e Discursos Seleccionados"]. Moscou: Politizdat, 1987-1990. 7 v.
- _____. *Perestroika: novas idéias para o meu país e o mundo*. São Paulo: Best seller, 1988. 368 p.
- _____. Ob Osnovnykh Napravleniyakh Vnutrennei i Vneshnei Politiki SSSR: doklad predsedatelya Verkhovnogo Soveta SSSR M. S. Gorbachev ["Sobre as Direções Básicas das Políticas Externas e Internas da URSS: relatório do presidente do Soviete Supremo M. S. Gorbachev"]. *Izvestiya*, Moscou, 31 maio 1989. P. 1, c. 1-6, p. 2, c. 1-8 e p. 3, c. 1-8.
- _____. Na Ural'tsev Mozhno Polozhit'sya: vystuplenie M. S. Gorbacheva ["Podemos confiar no povo dos Urais: discurso de M. S. Gorbachev"]. *Pravda*, Moscou, 19 abril 1990. P. 1, c. 1-6 e p. 2, c. 1-6.
- GOSKOMSTAT: ver GOSUDARSTVENNYI KOMITET SSSR PO STATISTIKE.
- GOSUDARSTVENNAYA PLANOVAYA KOMISSIYA pri SOVETE NARODNIKH KOMISSAROV SOYUZA SSR ["Comissão Estatal de Planejamento do Conselho de Comissários da URSS"]. *Itogi Vypolneniya Pervogo Plana Narodnogo Khozyaistva Soyuzna SSR* ["Resultados do Cumprimento do Primeiro Plano da Economia Nacional da URSS"]. Moscou: Gosplanizdat, 1933. 307 p.
- GOSUDARSTVENNAYA PLANOVAYA KOMISSIYA pri SOVETE NARODNIKH KOMISSAROV SOYUZA SSR ["Comissão Estatal de Planejamento do Conselho de Comissários da URSS"]. *Itogi Vypolneniya Vtorogo Pyatiletnogo Plana Razvitiya Narodnogo Khozyaistva Soyuzna SSR* ["Resultados do Cumprimento do Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS"]. Moscou: Gosplanizdat, 1939. 159 p.
- GOSUDARSTVENNYI KOMITET SSSR PO STATISTIKE ["Comitê Estatal de Estatística da URSS"]. *Narodnoe Khozyaistvo za 70 Let: yubileinyi statisticheskii ezhegodnik* ["A Economia Nacional em 70 Anos: anuário estatístico comemorativo"]. Moscou: Finansy i Statistika, 1987a. 766 p.
- _____. *Itogi Vsesoyuznoi Perepisi Naseleniya 1979 goda* ["Resultados do Censo Populacional do ano 1979"]. Moscou: Goskomstat, 1989-90. 10 v.
- GREGORY, Gene. *Japanese Electronic Technology*. 2. ed. Nova York: John Wiley & Sons, 1986. 458 p.
- GRILICHES, Zvi. Productivity, R & D and the Data Constraint. *The American Economic Review*, Nashville, v. 84, n. 1, p. 1-23, março 1994.
- GROSSMAN, Gregory. The Second Economy of the USSR. *Problems of Communism*. Washington, v. XXVI, n. 5., p. 25-40, set-out 1977.
- GUKOV, V. I. Proyavlenie Sushchnosti Sovremennoi Nauchno-Tekhnicheskoi Revolyutsii: voprosi metodologii issledovaniya ["Manifestação da Essência da Revolução Científico-Técnica Contemporânea: problemas de metodologia de pesquisa"]. In: SHUKHARDIN, S. V., GUKOV, V. I. *Nauchno-Tekhnicheskaya Revolyutsiya: obshche-teoreticheskie problemy* ["Revolução Científico-Técnica: problemas teóricos gerais"]. Moscou: Nauka, 1976. 207 p. P. 136-169.
- GUSTAFSON, Thane. *Reform in Soviet Politics: lessons of recent policies on land and water*. Cambridge (Inglaterra): Cambridge University Press, 1981. 218 p.
- GVISHIANI, D. M. et al. *Organizatsiya Upravleniya: problemy perestroiki* [Organização Administrativa: Problemas da *Perestroika*]. Moscou: Ekonomika, 1987. 280 p.
- HADDAD, F. Os Tropeços de Kurz. *Teoria & debate*, São Paulo, n. 21, p. 54-57, 1993.
- HANSON, Philip. *The Consumer in the Soviet Economy*. Evanston (Inglaterra): Northwestern University Press, 1968. 249 p.
- HARASYMIW, Bohdan. Nomenklatura: the Soviet Communist Party's leadership recruitment system. *Canadian Journal of Political Science*, Toronto, v. 2, n. 3, p. 493-512, set 1969.
- _____. *Soviet Communist Party Officials: a study in organizational roles and change*. Commack (EUA): Nova Science, 1996. 227 p.
- HARDT, John P., Holliday, George D. Technology Transfer and Change in the Soviet Economic System. In: FLERON Jr., Frederic J. *Technology and Communist Culture: the*

- socio-cultural impact of technology under socialism. Nova York: Praeger, 1977. 521 p. Cap. 4, p. 183-223.
- HARRISON, Mark. *Accounting for War: Soviet production, employment and the defense burden, 1940-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 338 p.
- HAYEK, Friedrich A. (Ed.) *Collectivist Economic Planning: critical studies on the Possibilities of Socialism*. Clifton (EUA): Augustus M. Kelley Publishers, 1975. 293 p.
- HECHT, Leo (Ed.). *The Soviet Union Through its Laws*. New York: Praeger, 1983. 273 p.
- HEDLUND, Stefan. *Crisis in Soviet Agriculture*. Londres: Croom Helm, 1984. 228 p.
- HEWETT, Ed A. *Reforming the Soviet Economy: equality versus efficiency*. Washington: the Brookings Institution, 1988. 404 p.
- HILDEBRANDT, Gregory G. The Dynamic Burden of Soviet Defense Spending. In: UNITED STATES CONGRESS, JOINT ECONOMIC COMMITTEE. *Soviet Economy in the 80's: problems and prospects (selected papers submitted to the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, 97th Congress, 2nd session)*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1983. 2 v. V. 1, p. 331-350.
- _____. (Ed.) *Rand Conference on Models of the Soviet Economy, October 11-12, 1984*. Santa Monica: the Rand Corporation, 1985. 167 p.
- HILL, Malcolm R. *Soviet Advanced Manufacturing Technology and Western Export Controls*. Aldershot (Inglaterra): Avebury, 1991. 256 p.
- HOFFMAN, Erik P., LAIRD, Robbin F. *Technocratic Socialism: the Soviet Union in the advanced industrial era*. Durham: Duke University Press, 1985. 229 p.
- HOLLOWAY, David. Innovation in the Defence Sector. In: AMMAN, Ronald, COOPER, Julian. *Industrial Innovation in the Soviet Union*. Londres: Yale University Press, 1982. 526 p. Cap. 7, p. 276-367.
- _____. *The Soviet Union and the Arms Race*. New Haven: Yale University press, 1983. 211 p.
- HOLZMAN, Franklyn D. Politics and Guesswork: CIA and DIA Estimates of Soviet Military Spending. *International Security*, Cambridge (EUA), v. 14, n. 2, p. 101-131, outono de 1989.
- HOPKINS, Mark, KENNEDY, Michael. *The Trade-off Between Consumption and Military Expenditures for the Soviet Union During the 1980s*. Santa Monica: the Rand Corporation, 1982. 111 p.
- HOUGH, Jerry F. The Soviet Concept of the Relationship Between the Lower Party Organs and the State Administration. *Slavic Review*, Columbus, v. XXIV, n. 2, p. 215-240, junho 1965.
- HOUGH, Jerry F., FAINSOD, Merle. *How the Soviet Union is Governed*. Cambridge: Harvard University Press, 1979. 679 p.
- IML: ver INSTITUT MARKSIZMA-LENINIZMA pri TsK KPSS
- INSTITUT FUER MARXISMUS-LENINISMUS. *Marx/Engels/Lenin: Ueber den Sozialistischen Aufbau*. Berlin: Dietz, 1971. 405 p.
- INSTITUT MARKSIZMA-LENINIZMA pri TsK KPSS [“Instituto de Marxismo-Leninismo do CC do PCUS”]. *Kommunisticheskaya Partiya Sovetskogo Soyuza v Rezolyutsyakh i Resheniyakh S'ezdov, Konferentsii i Plenumov TsK* [“Resoluções e Decisões Oficiais dos Congressos e Conferências do PCUS e das Reuniões Plenárias do Comitê Central”]. 9. ed. rev. e ampl. Moscou: Politizdat, 1983-1989. 15 v.
- _____. *Kritika Fal'sifikatsii Natsional'nykh Otnoshenii v SSSR* [“Crítica das Falsificações Sobre as Relações Nacionais na URSS”]. Moscou: Politizdat, 1984. 496 p.
- IOFFE, Olimpiad S. *Gorbachev's Economic Dilema: an insider's view*. St. Paul (EUA): Merril/Magnus, 1989. 329 p.
- IOFFE, Olimpiad S., MAGGS, Peter B. *Soviet Law in Theory and Practice*. Londres: Oceana, 1983. 327 p.
- _____. *The Soviet Economic System: a Legal Analysis*. Boulder: Westview Press, 1987. 326 p.
- IZDATEL'STVO ‘SOVETSKAYA ENTSIKLOPEDIYA’. *Bol'shaya Sovetskaya Entsiklopediya* [“Grande Enciclopédia Soviética”]. 2 ed. Moscou: Bol'shaya Sovetskaya Entsiklopediya, 1950-1958. 51 v.

- _____. *Bol'shaya Sovetskaya Entsiklopediya* ["Grande Enciclopédia Soviética"]. 3 ed. Moscou: Bol'shaya Sovetskaya Entsiklopediya, 1970-1978. 30 v.
- _____. *Sovetskii Entsiklopedicheski Slovar'* ["Dicionário Enciclopédico Soviético"]. Moscou: Sovetskaya Entsiklopediya, 1980. 1600 p.
- JAIKUMAR, Ramchandran. Post-Industrial Manufacturing. *Harvard Business Review*, Boston, v. 64, n. 6, p. 69-76, nov.-dez. 1986.
- JASNY, Naum. *The Socialized Agriculture of the USSR: plans and performance*. Stanford: Stanford University Press, 1949. 837 p.
- _____. *Soviet Industrialization, 1928-1952*. Chicago: University of Chicago Press, 1961. 467 p.
- JEC (JOINT ECONOMIC COMMITTEE of U. S. Congress): ver UNITED STATES CONGRESS, JOINT ECONOMIC COMMITTEE.
- JÜRGENS, Ulrich, MALSCH, Thomas, DOHSE, Knuth. *Breaking from Taylorism: changing forms of work in the automobile industry*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. 442 p.
- KAGARLITSKII, Boris (trad. Kagarlitsky, Boris). *A Desintegração do Monolito*. São Paulo: Unesp, 1993.
- KAGONO, Tadao, OKUMURA, Akikiro, KOMATSU, Yoichi. Mechanistic vs. Organic Management Systems: a comparative study of the adaptative patterns of American and Japanese firms. In: SATO, Kazuo, HOSHINO, Yasuo (Eds.). *The Anatomy of Japanese Business*. Londres: Croom Helm, 1984. 371 p. Pt. 1: Management. Cap. 1, p. 27-69.
- KALINICHENKO, Yurii I. et al. *Ratsionalizatsiya Upravleniya v Ob'edineniyakh* ["Racionalização na Administração das Associações Industriais"]. Kiev: Tekhnika, 1986. 176 p.
- KAMAEV, V. Ekonomicheskie Protivorechiya Nauchno-Tekhnicheskogo Progressa ["Contradições Econômicas do Progresso Científico-Técnico"]. *Voprosy Ekonomiki*, Moscou, n. 7, p. 56-66, julho 1986.
- KAPLINSKY, Raphael. 'Technological Revolution' and the International Division of Labour in Manufacturing: A place for the third world?. In: KAPLINSKY, Raphael, COOPER, Charles (Eds.). *Technology and Development in the Third Industrial Revolution*. Londres: Frank Cass, 1989. 107 p. P. 5-37.
- KARCZ, Jerzy F. Thoughts on the Grain Problem. *Soviet Studies*, Glasgow, v. XVIII, n. 4, p. 309-434, abril 1967.
- KATZ, Abraham. *The Politics of Economic Reform in the Soviet Union*. Nova York: Praeger, 1972. 231 p.
- KELLEY, Donald R. *The Politics of Developed Socialism: the Soviet Union as a post-industrial state*. New York: Greenwood Press, 1986. 216 p.
- KELLY, K. Capitalism, Socialism, Barbarism: marxist conceptions of the Soviet Union. *Review of Radical Political Economics*, Nova York, v. 17, n. 4., p. 51-71, inverno 1985.
- KENNEDY, John F. *John F. Kennedy On Education*. Nova York: Teachers College Press, 1966. 305 p. Excerpts of Remarks by Senator John F. Kennedy: railroad station, Ann Arbor, Mich., October 14, 1960. P. 101-102.
- KERNIG, Claus-Dieter. Technology Transfer and Economic Development. In: VEEN, Hans-Joachim. (Ed.) *From Brezhnev to Gorbachev*. Nova York, Berg Publishers, 1987. 378 p. Pt. 1.3: Technology. P. 76-88.
- KHANIN, Gregorii Isakovich. Ekonomicheskii Rost: Al'ternativnaya Otsenka ["Crescimento Econômico: Avaliação Alternativa"]. *Kommunist*, Moscou, n. 17, p. 83-90, nov. 1988.
- KHEINMAN, S. A. *Nauchno-Technicheskaya Revoliutsiya Cegodnya i Zavtra* ["Revolução Científico-Técnica: presente e futuro"]. Moscou: Politizdat, 1977. 328 p.
- _____. (trad. HEINMAN, S. A.) *Scientific and Technical Revolution: economic aspects*. Moscou: Progress, 1981. 343 p.
- KHRUSHCHEV, Nikita S. *Let Us Live in Peace and Friendship: the visit of N. S. Khrushchev to the USA september 15-27, 1959*. Moscou: Foreign Language Publishing House, 1959. 404 p.

- _____. Otchet TsK KPSS ["Relatório ao CC do PCUS"]. In: KPSS. *Stenograficheskii Otchet - XXII S'ezd KPSS* ["Notas Estenográficas - XXII Congresso do PCUS"], v. 1. Moscou: Izdatel'stvo Politicheskoi Literatury, 1962. 608 p. P. 15-132.
- _____. *Prevent War, Safeguard Peace*. Moscou: Progress, 1963a. 413 p. Friendship forever!: speech at a meeting of Soviet and Cuban Youth, June 2, 1962, p. 142-158.
- _____. *Prevent War, Safeguard Peace*. Moscou: Progress, 1963b. 413 p. Speech at a Meeting at the krasaya Grivtza Works, June 19, 1962, p. 167-176.
- KISSINGER, Henry A. Morality and Power. In: ETHICS AND PUBLIC POLICY CENTER OF GEORGETOWN UNIVERSITY. *Morality and Foreign Policy: a symposium on President Carter's Stance*. Washington: Ethics and Public Policy Center of Georgetown University, 1977. 76 p. P. 59-66.
- KOMLEV, Yu. V., VASYUKOVA, A. S. *Effektivnye Metody Upravleniya Proizvodstvom v Yaponii* ["Métodos Eficientes de Administração da Produção no Japão"]. Alma-Ata: Gosplan Kazakhskoi SSR/Kazniint, 1989. 23 p.
- KOMMUNISTICHESKAYA PARTIYA SOVETSKOGO SOYUZA ["Partido Comunista da União Soviética"]. *Stenograficheskii Otchet - XXII S'ezd KPSS* ["Notas Estenográficas - XXII Congresso do PCUS"]. Moscou: Izdatel'stvo Politicheskoi Literatury, 1962. 3 v.
- _____. Programme of the Communist Party of the Soviet Union. In: TRISKA, Jan F. (Ed.) *Soviet Communism: programs and rules* (official texts of 1919, 1952, 1956, 1961). San Francisco: Chandler Publishing Co., 1962a. 196 p. P. 23-129.
- _____. Rules of the Communist Party of the Soviet Union. In: TRISKA, Jan F. (Ed.) *Soviet Communism: programs and rules* (official texts of 1919, 1952, 1956, 1961). San Francisco: Chandler Publishing Co., 1962b. 196 p. P. 154-196.
- _____. Vos'moi S'ezd RKP(b), 18-23 Marta 1919 g. ["VIII Congresso do Partido Comunista Russo (bolchevista) de 18-23 de Março de 1919"]. In: INSTITUT MARKSIZMA-LENINIZMA pri TsK KPSS ["Instituto de Marxismo-Leninismo do CC do PCUS"]. *Kommunisticheskaya Partiya Sovetskogo Soyuz v Rezolyutsyakh i Resheniyakh S'ezdov, Konferentsii i Plenumov TsK* ["Resoluções e Decisões Oficiais dos Congressos e Conferências do PCUS e das Reuniões Plenárias do Comitê Central"]. 9. ed. rev. e ampl. Moscou: Politizdat, 1983-1989a. 15 v. V. 2, p. 67-165.
- _____. Devyatyi S'ezd RKP(b), 29 Marta - 5 Aprelya 1920 g. ["IX Congresso do Partido Comunista Russo (bolchevista) de 29 de Março a 5 de Abril de 1920"]. In: INSTITUT MARKSIZMA-LENINIZMA pri TsK KPSS ["Instituto de Marxismo-Leninismo do CC do PCUS"]. *Kommunisticheskaya Partiya Sovetskogo Soyuz v Rezolyutsyakh i Resheniyakh S'ezdov, Konferentsii i Plenumov TsK* ["Resoluções e Decisões Oficiais dos Congressos e Conferências do PCUS e das Reuniões Plenárias do Comitê Central"]. 9. ed. rev. e ampl. Moscou: Politizdat, 1983-1989b. 15 v. V. 2, p. 239-289.
- _____. Desyatyi S'ezd RKP(b), 8-16 Marta 1921 g. ["X Congresso do Partido Comunista Russo (bolchevista) de 8-16 de Março de 1921"]. In: INSTITUT MARKSIZMA-LENINIZMA pri TsK KPSS ["Instituto de Marxismo-Leninismo do CC do PCUS"]. *Kommunisticheskaya Partiya Sovetskogo Soyuz v Rezolyutsyakh i Resheniyakh S'ezdov, Konferentsii i Plenumov TsK* ["Resoluções e Decisões Oficiais dos Congressos e Conferências do PCUS e das Reuniões Plenárias do Comitê Central"]. 9. ed. rev. e ampl. Moscou: Politizdat, 1983-1989c. 15 v. V. 2, p. 319-418.
- _____. Dvenadtsatyi S'ezd RKP(b), 17-25 Aprelya 1923 g. ["XII Congresso do Partido Comunista Russo (bolchevista) de 17-25 de Abril de 1923"]. In: INSTITUT MARKSIZMA-LENINIZMA pri TsK KPSS ["Instituto de Marxismo-Leninismo do CC do PCUS"]. *Kommunisticheskaya Partiya Sovetskogo Soyuz v Rezolyutsyakh i Resheniyakh S'ezdov, Konferentsii i Plenumov TsK* ["Resoluções e Decisões Oficiais dos Congressos e Conferências do PCUS e das Reuniões Plenárias do Comitê Central"]. 9. ed. rev. e ampl. Moscou: Politizdat, 1983-1989d. 15 v. V. 3, p. 50-129.
- _____. Postanovlenie TsK VKP(b) o Merakh po Uporyadocheniyu Upravleniya Proizvodstvom i Ustanovleniyu edinonachaliya, 5 Sentyabrya 1929 g. ["Decreto do Comitê Central do Partido Comunista de Toda a União (bolchevista) sobre Medidas para Normalização da Administração da Produção e Estabelecimento da Responsabilidade

Única, de 5 de Setembro de 1929”]. In: INSTITUT MARKSIZMA-LENINIZMA pri TsK KPSS [“Instituto de Marxismo-Leninismo do CC do PCUS”]. *Kommunisticheskaya Partiya Sovetskogo Soyuz v Rezolyutsyakh i Resheniyakh S’ezdov, Konferentsii i Plenumov TsK* [“Resoluções e Decisões Oficiais dos Congressos e Conferências do PCUS e das Reuniões Plenárias do Comitê Central”]. 9. ed. rev. e ampl. Moscou: Politizdat, 1983-1989e. 15 v. V. 4, p. 556-562.

_____. Pyatnadsatyi S’ezd VKP(b), 2-19 dekabrya 1927 g. [“XV Congresso do Partido Comunista Russo (bolchevista) de 2-19 de Dezembro de 1927”]. In: INSTITUT MARKSIZMA-LENINIZMA pri TsK KPSS [“Instituto de Marxismo-Leninismo do CC do PCUS”]. *Kommunisticheskaya Partiya Sovetskogo Soyuz v Rezolyutsyakh i Resheniyakh S’ezdov, Konferentsii i Plenumov TsK* [“Resoluções e Decisões Oficiais dos Congressos e Conferências do PCUS e das Reuniões Plenárias do Comitê Central”]. 9. ed. rev. e ampl. Moscou: Politizdat, 1983-1989f. 15 v. V. 4, p. 256-314.

_____. Semnadsatyi S’ezd VKP(b), 26 Yanvarya-10 fevralya 1934 g. [“XVII Congresso do Partido Comunista Russo (bolchevista) de 26 Janeiro a 10 de Fevereiro de 1934”]. In: INSTITUT MARKSIZMA-LENINIZMA pri TsK KPSS [“Instituto de Marxismo-Leninismo do CC do PCUS”]. *Kommunisticheskaya Partiya Sovetskogo Soyuz v Rezolyutsyakh i Resheniyakh S’ezdov, Konferentsii i Plenumov TsK* [“Resoluções e Decisões Oficiais dos Congressos e Conferências do PCUS e das Reuniões Plenárias do Comitê Central”]. 9. ed. rev. e ampl. Moscou: Politizdat, 1983-1989g. 15 v. V. 6, p. 102-145.

_____. Dvadsat’ Vtoroi S’ezd KPSS, 17-31 Oktyabrya 1961 g. [“XXII Congresso do PCUS de 17-31 de Outubro de 1961”]. In: INSTITUT MARKSIZMA-LENINIZMA pri TsK KPSS [“Instituto de Marxismo-Leninismo do CC do PCUS”]. *Kommunisticheskaya Partiya Sovetskogo Soyuz v Rezolyutsyakh i Resheniyakh S’ezdov, Konferentsii i Plenumov TsK* [“Resoluções e Decisões Oficiais dos Congressos e Conferências do PCUS e das Reuniões Plenárias do Comitê Central”]. 9. ed. rev. e ampl. Moscou: Politizdat, 1983-1989h. 15 v. V. 10, p. 59-204.

_____. Dvadsat’ Sed’moi S’ezd KPSS 25 Fevralya-6 Marta 1986 g. [“XXVII Congresso do PCUS de 25 de fevereiro a 6 de março de 1986”]. In: INSTITUT MARKSIZMA-LENINIZMA pri TsK KPSS [“Instituto de Marxismo-Leninismo do CC do PCUS”]. *Kommunisticheskaya Partiya Sovetskogo Soyuz v Rezolyutsyakh i Resheniyakh S’ezdov, Konferentsii i Plenumov TsK* [“Resoluções e Decisões Oficiais dos Congressos e Conferências do PCUS e das Reuniões Plenárias do Comitê Central”]. 9. ed. rev. e ampl. Moscou: Politizdat, 1983-1989i. 15 v. V. 15, p. 66-254.

_____. Dvadsat’ Tretii S’ezd KPSS 29 Marta-8 Aprelya 1966 g. [“XXIII Congresso do KPSS de 29 de março a 8 de abril de 1966”]. In: INSTITUT MARKSIZMA-LENINIZMA pri TsK KPSS [“Instituto de Marxismo-Leninismo do CC do PCUS”]. *Kommunisticheskaya Partiya Sovetskogo Soyuz v Rezolyutsyakh i Resheniyakh S’ezdov, Konferentsii i Plenumov TsK* [“Resoluções e Decisões Oficiais dos Congressos e Conferências do PCUS e das Reuniões Plenárias do Comitê Central”]. 9. ed. rev. e ampl. Moscou: Politizdat, 1983-1989j. 15 v. V. 11, p. 9-88.

_____. *Stenograficheskii Otchet - XXVII S’ezd KPSS* [“Notas Estenográficas - XXVII Congresso do PCUS”]. Moscou: Izdatel’stvo Politicheskoi Literatury, 1986. 2 v.

-KONDRASHEV, D. *Tsena i Stoimost’ v Sotsialisticheskome Khoziaistve* [“Preço e Valor na Economia Socialista”]. Moscou: Izdatel’stvo Sotsial’no-Ekonomicheskoi Literatury, 1963. 391 p.

-KORNAI, Janos. *Economics of Shortage*. Stockholm: Institute for International Economic Studies of Stockholm University, 1979. 2 v.

-KOVAN’KOVSKII, P. L. *Finansy SSSR vo Vtoruyu Mirovuyu Voyny*. Munique: Institut für Erforschung der Geschichte und Kultur der UdSSR, 1951. 48 p.

-KOZLOV, Viktor. *The Peoples of the Soviet Union*. Londres: Hutchinson Education, 1988. 262 p.

-KPSS: ver KOMMUNISTICHESKAYA PARTIYA SOVETSKOGO SOYUZA.

-KULICHENKO, M. I. *Rastsvet i Sblizhenie Natsii v SSSR* [“Florescimento e Aproximação das Nações na URSS”]. Moscou, Mysl’, 1981. 444 p.

- _____. Ideologicheskaya Bor'ba po Probleme Razvitiya Natsii i Natsional'nykh Otnoshenii ["A Luta Ideológica sobre o Problema do Desenvolvimento das Nações e das Relações Nacionais"]. In: INSTITUT MARKSIZMA LENINIZMA pri TsK KPSS. *Kritika Fal'sifikatsii Natsional'nykh Otnoshenii v SSSR* ["Crítica das Falsificações Sobre as Relações Nacionais na URSS"]. Moscou: Politizdat, 1984. 496 p. Pt. 1, cap. 1, p. 23-76.
- KUPTSOV, V. Effekt Khozyaistvennoi Initsiativy ["Efeito da Iniciativa Econômica"]. *Ekonomicheskaya Gazeta*, Moscou, n. 33, agosto 1984, p. 6, c. 1,2 e 3.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 244 p.
- KUSHNIRSKY, Fyodor I. *Soviet Economic Planning 1965-1980*. Boulder: Westview, 1982. 177 p.
- LAGOVSKII, Andrei Nicolaievich. *Strategiya i Ekonomika: kratkie ocherk ikh svyazi i vzaimnogo vliyaniya* ["Estratégia e Economia: breve resumo de suas ligações e influências mútuas"]. 2. ed. rev. e ampl. Moscou: Voenizdat, 1961. 264 p.
- LANGE, Oscar. *Entwicklungstendenzen der modernen Wirtschaft und Gesellschaft: eine sozialistische analyse*. Viena: Europa Verlag, 1964. 192 p.
- LAPIDUS, Gail. *The Nationality Problem and the Soviet Future* (Kennan Institute Occasional Paper n. 168). Washington: Kennan Institute for Advanced Russian Studies of the Woodrow Wilson International Center for Scholars, 1983. 40 p.
- LAPIDUS, Gail, ZASLAVSKY, Victor, GOLDMAN, Philip (Eds.) *From Union to Commonwealth: nationalism and separatism in the Soviet Republics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. 127 p.
- LEE, William Thomas. *The Estimation of Soviet Defence Expenditures: an unconventional approach*. Nova York: Praeger, 1977. 358 p.
- LENIN, Vladimir Il'ich. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, 1960-1980. 48 v.
- _____. *Polnoe Sobranie Sochinenii* ["Obras Completas"]. 5. ed. Moscou: Politizdat, 1967-1970. 55 v.
- _____. *Polnoe Sobranie Sochinenii* ["Obras Completas"]. 5. ed. Moscou: Politizdat, 1967-1970a. 55 v. Ocherednye Zadachi Sovetskoi Vlasti ["As Tarefas Imediatas do Poder Soviético"], v. 36, p. 165-208.
- _____. *Polnoe Sobranie Sochinenii* ["Obras Completas"]. 5. ed. Moscou: Politizdat, 1967-1970b. 55 v. Pis'mo k Rabochim Evropy i Ameriki ["Carta aos trabalhadores da Europa e da América"], v. 37, p. 454-462.
- _____. *Polnoe Sobranie Sochinenii* ["Obras Completas"]. 5. ed. Moscou: Politizdat, 1967-1970c. 55 v. I Kongress Kommunisticheskogo Internatsionala: Tezisy i Doklad o burzhuaiznoi Demokratii i Diktature Proletariata 4 Marta ["I Congresso do Komintern: Teses e Relatório sobre a Democracia Burguesa e a Ditadura do Proletariado, de 4 de março"], v. 37, p. 491-509.
- _____. *Polnoe Sobranie Sochinenii* ["Obras Completas"]. 5. ed. Moscou: Politizdat, 1967-1970d. 55 v. Programma Rossiiskoi Komunisticheskoi Partii (bol'shevikov) ["Programa do Partido Comunista Russo (bolchevista)"], v. 38, p. 417-446.
- _____. *Polnoe Sobranie Sochinenii* ["Obras Completas"]. 5. ed. Moscou: Politizdat, 1967-1970e. 55 v. Grozyashchaya Katastrofa i kak s Nei Borot'sya ["A Catástrofe Eminente e Como Combatê-la"], v. 34p. 151-199.
- _____. *Polnoe Sobranie Sochinenii* ["Obras Completas"]. 5. ed. Moscou: Politizdat, 1967-1970f. 55 v. Revolyutsionnyi Proletariat i Pravo Natsii na Samoopredlenie ["O Proletariado Revolucionário e o Direito das Nações à Auto-Determinação"], v. 27, p. 61-75.
- _____. *Polnoe Sobranie Sochinenii* ["Obras Completas"]. 5. ed. Moscou: Politizdat, 1967-1970g. 55 v. O Lozunge Soedinennykh Shtatov Evropy ["Sobre o Slogan dos Estados Unidos da Europa"], v. 26, p. 351-355.
- _____. *Polnoe Sobranie Sochinenii* ["Obras Completas"]. 5. ed. Moscou: Politizdat, 1967-1970h. 55 v. Velikii Pochin: o geroizme rabochikh v tylu. Po povodu Kommunisticheskikh subbotnikov ["Grande Iniciativa: sobre o heroísmo dos trabalhadores na retaguarda. A respeito dos 'subbotniks' comunistas"], v. 39, p. 1-29.

- _____. *Polnoe Sobranie Sochinenii* [“Obras Completas”]. 5. ed. Moscou: Politizdat, 1967-1970i. 55 v. Tesisy Ko II Kongressy Kommunisticheskogo Internatsionala [“Teses para o II Congresso da Internacional Comunista”], v. 41, p. 159-212.
- LEONARD, Wolfgang. *O Futuro do Comunismo Soviético*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1977. 470 p.
- LEWIN, Moshe. *Political Undercurrents in Soviet Economic Debates: from Bukharin to the Modern Reformers*. Princeton: Princeton University Press. 374 p.
- _____. *Russian Peasants and Soviet Power*. Nova York: W.W. Norton, 1975. 539 p.
- _____. *The Making of the Soviet System: essays in the social history of interwar Russia*. Nova York: Pantheon Books, 1985. 355 p.
- _____. *O Fenômeno Gorbachev: uma interpretação histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 210 p.
- LIGACHEV, Yegor. *Inside Gorbachev's Kremlin: the memoirs of Yegor Ligachev*. Boulder, Westview Press, 1996. 407 p.
- LINDEN, Carl A., SIMES, Dmitri K. (Eds.) *Nationalities and Nationalism in the USSR: a Soviet Dilemma*. Washington: Center for Strategic and International Studies of the Georgetown University, 1977. 61 p.
- LIPIETZ, Alain. Behind the Crisis: The exhaustion of a regime of accumulation. A “regulation school” perspective on some French empirical works. *Review of radical Political Economics*, Nova York, v. 18, n. 1&2, p. 13-32, primavera & verão 1986.
- LUXEMBURG, Rosa. *The Accumulation of Capital*. Londres: Routledge and Kegan Paul Ltda., 1951. 475 p.
- McCAULEY, Alistair. *Economic Welfare in the Soviet Union: poverty, living standards and inequality*. Madison: University of Wisconsin Press, 1979. 391 p.
- MADDISON, Angus. *Economic Growth in the West: comparative experience in Europe and North America*. Nova York: The Twentieth Century Fund, 1964. 246 p.
- _____. *Economic Growth in Japan and the USSR*. Nova York: W.W. Norton & Company, 1969. 174 p.
- _____. *Dynamic forces in Capitalist Development: a long-run comparative view*. Oxford: Oxford University Press, 1991. 333 p.
- MALAFEEV, Aleksei Nikolaevich. *Istoriya Tsenoobrazovaniya v SSSR 1917-1963*. Moscou: Mysl', 1964. 439 p.
- MALONE, T., ROCKART, J. Computers, Networks and the Corporation. *Scientific American*, Nova York, v. 265, n. 1, p. 128-136, set. 1991.
- MANDEL, Ernest. *Marxist Economic Theory*. New York: Monthly Review Press, 1970. 2 vols.
- _____. The Class Nature of the Soviet Union. *Review of Radical Political Economics*, Nova York, v. 14, n. 1, p. 55-67, primavera 1982.
- _____. *O Capitalismo Tardio*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 417 p.
- _____. *Long Waves of Capitalist Development: a marxist interpretation*. 2. ed. rev. Londres: Verso, 1995. 174 p.
- MARAkhOV, V. G. *Struktura i Razvitie Proizvoditel'nykh Sil Sotsialisticheskogo Obshchestva: metodologicheskie i sotsiologicheskie problemy* [“Estrutura e Desenvolvimento das Forças Produtivas da Sociedade Socialista: problemas metodológicos e sociológicos”]. Moscou: Mysl', 1970. 284 p.
- MARER, Paul. *Dollar GNPs of the USSR and Eastern Europe*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1985. 241 p.
- MARX, Karl. Ekonomicheskie Rukopisi 1857-1859 gg. [“Manuscritos Econômicos de 1857-1859”: trad. de “Grundrisse der kritik der Politischen Oekonomie (Rohentwurf)”]. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Sochineniya* [“Obras”], 2 ed. Moscou: Gospolitizdat, 1954-... 50 v. V. 46.
- _____. Zur Kritik der Politischen Ökonomie [“Contribuição à Crítica da Economia Política”]. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Werke* [“Obras de Marx-Engels”] (MEW). Berlim: Dietz, 1961-1971a. 41 v. V. 13, p. 1-160.

- _____. Das Kapital: Buch I [“O Capital: volume I”]. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Werke* [“Obras de Marx-Engels”] (MEW). Berlim: Dietz, 1961-1971b. 41 v. V. 23.
- _____. Das Kapital: Buch II [“O Capital: volume II”]. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Werke* [“Obras de Marx-Engels”] (MEW). Berlim: Dietz, 1961-1971c. 41 v. V. 24.
- _____. Das Kapital: Buch III [“O Capital: volume III”]. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Werke* [“Obras de Marx-Engels”] (MEW). Berlim: Dietz, 1961-1971d. 41 v. V. 25.
- _____. Economic Manuscripts of 1861-63. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Collected Works*. New York: International Publishers/ Progress Publishers, 1975-1995a. 47 v. V. 30-34.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Werke* [“Obras de Marx-Engels”] (MEW). Berlim: Dietz, 1961-1971. 41 v.
- _____. *Marx-Engels Werke* [“Obras de Marx-Engels”] (MEW). Berlim: Dietz, 1961-1971a. 41 v. Ansprache der Zentralbehörde an den Bund vom März 1850 [“Mensagem do Comitê Central à Liga de Março de 1850”], v. 7, p. 244-254.
- _____. *Marx-Engels Werke* [“Obras de Marx-Engels”] (MEW). Berlim: Dietz, 1961-1971b. 41 v. Vorworte zu *Karl Marx/Friedrich Engels* “Manifest der Kommunistischen Partei”: Vorrede zur Russischen Ausgabe von 1882 [“Prefácios do ‘Manifesto Comunista’ de *Karl Marx/Friedrich Engels*: prefácio à edição russa de 1882”], v. 4, p. 575-576.
- _____. *Marx-Engels Werke* [“Obras de Marx-Engels”] (MEW). Berlim: Dietz, 1961-1971c. 41 v. Manifest der Kommunistischen Partei [“Manifesto do Partido Comunista”], v. 4, p. 459-493.
- _____. *Marx-Engels Werke* [“Obras de Marx-Engels”] (MEW). Berlim: Dietz, 1961-1971d. Die Deutsche Ideologie [“A Ideologia Alemã”], v. 3, p. 9-530.
- _____. *Collected Works*. Nova York: International Publishers/Progress Publishers, 1975-1995. 47 v.
- MATSKEVICH, B. Novye Rubezhi [“Novas Fronteiras”]. *Ogonek*, Moscou, n. 4, p. 4-5, jan 1973.
- MATTHEWS, Mervyn. *Soviet Government: a selection of official documents on internal policy*. Nova York: Taplinger, 1974. 472 p.
- McAULEY, Alastair. *Economic Welfare in the Soviet Union: poverty, living standards and inequality*. Madison: University of Wisconsin Press, 1979. 589 p.
- MEDVEDEV, V. V Poryadke Isklyucheniya: pochemu prodolzhayutsya neratsional’nye perevozki [“Como uma Exceção: por que continuam os transportes irracionais”]. *Sotsialisticheskaya Industriya*, Moscou, 2 out 1985, p. 2 c. 2-7.
- MEDVEDEV, V. A. et al. *Politicheskaya Ekonomiya: uchebnyk dlya vysshikh uchebnykh Zavedenii* [“Economia Política: manual básico para instituições de ensino superior”]. Moscou: Politizdat, 1990. 735 p.
- MERTTS, L. et al. Gaz i Ford [“Gaz e Ford”]. *Planovoe Khozyaistvo*, Moscou, n. 6-7, p. 237-261, 1932.
- MEW: abreviatura de *Marx-Engels Werke* [“Obras Completas de Marx-Engels”]. Berlim: Dietz, 1961-1971. 41 v.
- MILLAR, James R. Soviet Rapid Development and the Agricultural Surplus Hypothesis. *Soviet Studies*, Glasgow, v. XXII, n. 1, p. 77-93, julho 1970.
- _____. Mass Collectivization and the Contribution of Soviet Agriculture to the First Year Plan: a Review Article. *Slavic Review*, Columbus, v. 33, n. 4, p. 750-766, dec 1974.
- MILLAR, James R., NOVE, Alec. A Debate on Collectivization: was Stalin really necessary? *Problems of Communism*, Washington, v. XXV, n. 4, p. 49-62, julho-agosto 1976.
- MILNER, B., RAPOPORT, V., YEVENKO, L. *Design of Management Systems in USSR Industry: a systems approach*. Boston: D. Reidel, 1986. 256 p.
- MINAMI, Ryoshin. *The Economic Development of Japan: a quantitative study*. 2. ed. Nova York: St. Martin’s Press, 1994. 386 p.
- MINFIN: ver MINISTERSTVO FINANSOV SSSR.

- MINISTERSTVO FINANSOV SSSR: BYUDZHETNOE UPRAVLENIE. *Gosudarstennyi Byudzhets SSSR i Byudzhety Soyuznykh Respublik: statisticheskii sbornik* [“Orçamento Estatal da URSS e Orçamento das Repúblicas da União: compêndio estatístico”]. Moscou: Gosfinizdat, 1962. 223 p.
- MINISTERSTVO OBORONY SSSR. *Sovetskaya Voennaya Entsiklopediya*. Moscou: Voenizdat, 1976-1980. 8 v.
- MO SSSR: ver MINISTERSTVO OBORONY SSSR.
- MOISEEV, Mikhail. Oboronnyi Byudzhets SSSR [“O orçamento de defesa da URSS”]. *Pravda*, Moscou, 11 junho 1989. P. 5, c. 1, 2, 3 e 4.
- MOORSTEEN, Richard, POWELL, Raymond P. *The Soviet Capital Stock, 1928-1962*. Homewood (EUA): Richard D. Irwin Inc., 1966. 671 p.
- MOTYL, Alexander J. Empire or Stability? The Case for Soviet Dissolution. *World Policy Journal*, Nova York, v. 8, n. 3, p. 499-524, verão 1991.
- NARKHOZ SSSR: ver em PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS acima.
- NARKHOZ ZA 60 LET: ver TsSU (1977a).
- NARKHOZ ZA 70 LET: ver GOSKOMSTAT (1987a).
- NASAR, Sylvia. U.S. Output Per Worker Called Best. *The New York Times*, New York, 13 out. 1992, p. D1, c. 6 e D19, c. 1 a 4.
- NECHKINA, M. K Voprosy o Formule “Naimen’shee Zlo” [“Sobre a Questão da Fórmula do ‘Mal Menor’ ”]. *Voprosy Istorii*, Moscou, n. 4, p. 44-48, abril 1951.
- NIKITIN, Petr Ivanovich. *The Fundamentals of Political Economy*. Moscou: Progress, 1983. 429 p.
- NOTKIN, Aleksander Ilich. *Ocherki Teorii Sotsialisticheskogo Vosproizvodstva* [“Ensaio Sobre a Teoria de Reprodução Socialista”]. Moscou, Gospolitizdat, 1948. 290 p.
- NÖTZOLD, Jürgen. Industrial Development and Technology. In: VEEN, Hans-Joachim. (Ed.) *From Brezhnev to Gorbachev*. Nova York: Berg Publishers, 1987. 378 p. Pt. 1.3: Technology. P. 69-75.
- NOVE, Alec. Was Stalin Really Necessary? *Encounter*, Londres, v. XVIII, n. 4, p. 86-92, abril 1962.
- _____. *An Economic History of the USSR*. Londres: Penguin Books, 1990. 428 p.
- NOVOSTI PRESS AGENCY. The Socialist Transformation of Agriculture. In: SHAFFER, Harry G (ed.) *Soviet Agriculture: an assessment of its contributions to economic development*. Nova York: Praeger, 1977. 169 p. Cap. 4, p. 151-166.
- _____. *USSR Yearbook*. Moscou: Novosti Press Agency Publishing House, 1988. 332 p.
- NUTTER, G. Warren. *Growth of Industrial Production in the Soviet Union*. Princeton: Princeton University Press, 1962. 706 p.
- OCDE: ver ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT.
- OECD: ver ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT.
- OFER, Gur. Soviet Economic Growth 1928-1985. *Journal of Economic Literature*, Nashville, v. XXV, n. 4, p. 1.767-1.883, dez 1987.
- OHNO, Taiichi. How the Toyota Production System was created. In: SATO, Kazuo, HOSHINO, Yasuo (Eds.). *The Anatomy of Japanese Business*. Londres: Croom Helm, 1984. 371 p. Pt. 3: Production Systems. Cap. 6, p. 197-215.
- OLCOTT, Martha B. (Ed.) *The Soviet Multinational State: readings and documents*. Londres: M. E. Sharpe, 1990. 605 p.
- OMAROV, A. et al. *Ekonomika Sotsialisticheskoi promyshlennosti* [“Fundamentos Econômicos da Indústria Socialista”]. Moscou: Izdatel’stvo politicheskoi literatury (Politizdat), 1964. 304 p.
- ONU: ver UNITED NATIONS.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *National Accounts Statistics 1950-1968*. Paris, OECD, 1970a. 417 p.
- _____. *Historical Statistics 1960-1980*. Paris: OECD, 1982a. 149 p.
- _____. *Prospects for Soviet Agriculture and trade*. Paris: OECD, 1983a. 117 p.

- _____. *OECD Science and Technology Indicators: Resources Devoted to R & D*. Paris: OECD, 1984b. 377 p.
- _____. *Historical Statistics 1960-1987*. Paris: OECD, 1989b. 168 p.
- _____. *Basic Science and Technology statistics*. Paris: OECD, 1991b. 380 p.
- _____. *Historical Statistics 1960-1993*. Paris: OECD, 1995a. 183 p.
- _____. *Technology, Productivity and Job Creation*. Paris: OECD, 1996a. 2 v.
- _____. *Employment and Growth in the Knowledge-Based Economy*. Paris: OECD, 1996b. 389 p.
- OZHEGOV, S. I. *Slovar' Russkogo Yazyka* ["Dicionário da Língua Russa"]. Moscou, Russkii Yazyk, 1990. 921 p.
- PAGE, Stanley W. *Lenin and World Revolution*. Nova York: New York University Press, 1959. 252 p.
- PARROTT, Bruce. *Politics and Technology in the Soviet Union*. Cambridge: M.I.T. Press, 1983. 428 p.
- PARTIINOE STROITELSTVO: ver SHCHEGOLEV *et al.*
- PERLO, Victor. How Agriculture is Becoming an Advanced Section of Socialist Society. In: SHAFFER, Harry G (ed.) *Soviet Agriculture: an assessment of its contributions to economic development*. Nova York: Praeger, 1977. 169 p. Cap. 3, p. 106-149.
- PERVYI Sekretar' ["Primeiro Secretário"]. *Pravda*, Moscou, 22 jul. 1986, p. 1, c. 1.
- PIORE, Michael J., SABEL, Charles F. *The Second Industrial Divide: possibilities for prosperity*. Nova York: Basic Books, 1984. 355 p.
- PIPES, Richard. Reflections of a Nationality Expert. In: LINDEN, Carl A., SIMES, Dimitri K. *Nationalities and Nationalism in the USSR: a Soviet dilemma*. Washington: Center for Strategic and International Studies of Georgetown University, 1977. 61 p. P. 9-11.
- PITZER, John., BAUKOL, A. Recent GNP and Productivity Trends. *Soviet Economy*, Silver Spring, v. 7, n. 1, p. 46-81, Jan.-março 1991.
- PLOTNIKOV, K. N. *Ocherki Istorii Biudzheta Sovetskogo Gosudarstva*. Mowcou: Gosfinizdat, 1954. 556 p.
- POZNANSKI, Kazimierz Z. *Technology, Competition and the Soviet Bloc in the World Market*. Berkeley: Institute of International Studies-University of California, 1987. 229 p.
- PREOBRAZHENSKII, Evgenii Alekseevich (trad. PREOBRAZHENSKY, Evgeny A.). *The New Economics*. Oxford: Clarendon Press, 1965. 310 p.
- _____. (trad. PREOBRAZHENSKY, Evgeny A.). *The Crisis of Soviet Industrialization: selected essays*. White Plains (EUA): M.E. Sharpe, 1979. 241 p.
- RA`ANAN, Uri, LUKES, Igor. *Inside the Apparatus: perspectives on the Soviet system from former functionaries*. Lexington (EUA): Lexington Books, 1990. 283 p.
- RAKOWSKA-HARMSTONE, Teresa. Integration and Ethnic Nationalism in the Soviet Union: aspects, trends and Problems. In: LINDEN, Carl A., SIMES, Dimitri K. (Eds.) *Nationalities and Nationalism in the USSR: a Soviet Dilemma*. Washington: Center for Strategic and International Studies of the Georgetown University, 1977. 61 p. P. 31-40.
- RASTOGI, P. N. *Management of Technology and Innovation: competing through technological excellence*. New Delhi: Sage, 1995. 301 p.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma Revolução Perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. 295 p.
- REMICK, David. *Resurrection: the struggle for a new Russia*. Nova York: Random House, 1997. 394 p.
- RICHMAN, Barry M. *Soviet Management*. Englewood Cliffs (EUA), Prentice-Hall, 1965. 279 p.
- RICHTA, Radovan *et al.* *Economia Socialista e Revolução Tecnológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. 289 p.
- _____. *Civilization at the Crossroads: social and human implications of the scientific and technological revolution*. 3 ed. rev. e ampl. White Plains (EUA): International Arts and Science Press, 1969. 371 p.
- RINBERG, E. M. Stroitel'stvo Aviapromyshlennosti ["Construção da Indústria Aeronáutica"]. *Aviapromyshlennost'*, Moscou, n. 7, p. 3-4, 1935.

- RIZZI, Bruno. *The Bureaucratization of the World*. Nova York: Free Press, 1985. 111p.
- ROSSIISKAYA KOMMUNISTICHESKAYA PARTIYA (BOL'SHEVIKOV) ["Partido Comunista Russo (bolchevista)"]. Protokoly S'ezda ["Atas do Congresso"]. In: INSTITUT MARKSA-ENGEL'SA-LENINA pri TsK VKP(b) ["Instituto Marx-Engels-Lenin do CC do Partido Comunista Russo (bolchevista)"]. *Vos'moi S'ezd RKP(b), 18-23 Marta 1919* ["VIII Congresso do Partido Comunista Russo (bolchevista) de 18-23 de Março de 1919"]. Moscou: Partiinoe Izdatel'stvo, 1933. 560 p. P. 1-471.
- ROWEN, Henry S., WOLF JR., Charles. *The Impoverished Superpower: perestroika and the Soviet military burden*. San Francisco: Institute for Contemporary Studies Press, 1990. 372 p
- RUBAN, Maria E. The Consumer Economy. In: VEEN, Hans-Joachim. (Ed.) *From Brezhnev to Gorbachev*. Nova York: Berg Publishers, 1987. 378 p. Pt. 1.1: Trends in Soviet Economy. P. 11-21.
- RUBIN, A. M. *Organizatsiya Upravleniya Promyshlennost'yu v SSSR* ["Organização da Administração Industrial na URSS"]. Moscou: Ekonomika, 1969. 236 p.
- RUBINSHTEIN, M. Zadachi Avtomatizatsii Proizvodstvennykh Protsesov ["Tarefas da Automação dos Processos Produtivos"]. *Bol'shevik*, Moscou, n. 12, p. 41-54, junho 1937.
- RYAVEC, Karl W. *Implementation of Soviet Economic Reforms: political, organizational and social processes*. New York: Praeger, 1975. 363 p.
- RYBAKOV, Anatolii Naumovich. *Deti Arbata* ["Os filhos da Rua Arbat"]. Moscou: Sovetskii Pisatel', 1987. 476 p.
- SANTOS, Theotonio dos. *Revolução Científico-Técnica e Acumulação do Capital*. Petrópolis: Vozes, 1987. 286 p.
- SATO, Kazuo, HOSHINO, Yasuo (Eds.). *The Anatomy of Japanese Business*. Londres: Croom Helm, 1984. 371 p.
- SCHAPIRO, Leonard, GODSON, Joseph. *The Soviet Worker from Lenin to Andropov*. Hong Kong: MacMillan, 1982. 287 p.
- SCHROEDER, Gertrude E. The "Reform" of the Supply System in Soviet Industry. *Soviet Studies*, Glasgow, v. 24, n. 1. p. 97-119, julho 1972.
- _____. USSR: Toward a Service Economy at a Snail's Pace. In: UNITED STATES CONGRESS, JOINT ECONOMIC COMMITTEE. *Gorbachev's Economic Plans*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1987. 2 v. V. 2, p. 240-260.
- SCRIVENER, Ronald S. *USSR Economic Handbook*. Londres: Euromonitor Publications, 1986. 246 p.
- SEGRILLO, Angelo de Oliveira. *Um Brasileiro na Perestroika*. Rio de Janeiro: Serthel, 1992. 86 p.
- _____. Fordismo, Pós-Fordismo e Perestroika Soviética. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 17, p. 59-70, mar. 1977.
- _____. *Soviet Perestroika and Information Revolution*: lecture presented at Georgetown University on Oct. 8, 1997. Washington: Audio-Visual Learning Resources Center of Lauinger Library of Georgetown University, 1977a. Fita videocassete LAU A-VLRC VHS 3282.
- SEL'KHOZ (SEL'SKOE KHOZYAISTVO SSSR: statisticheskii sbornik): ver TSENTRAL'NOE STATISTICHESKOE UPRAVLENIE.
- SELYUNIN, Vasilii. Nerv Ekonomiki ["O Nervo da Economia"]. *Druzhba Narodov*, Moscou, n. 9., p. 178-192, set. 1981.
- SES (Sovetskii Entsiklopedicheskii Slovar'): ver IZDATEL'STVO 'SOVETSKAYA ENTSIKLOPEDIYA'.
- SHAFFER, Harry G. *Soviet Agriculture: an assessment of its contributions to economic development*. Nova York, Praeger, 1977. 169 p. Cap. 2: Soviet Agriculture: success or failure?, p. 56-105.
- SHCHEGOLEV, K.M. et al. *Partiinoe Stroitel'stvo: posobie dlya slushatelei vysshikh partiinykh shkol* ["Construção Partidária: manual para alunos da escola superior do partido"]. 4. ed. rev. e ampl. Moscou: Mysl', 1978. 599 p.

- SHIBATA, Yusaku. Toward a Policy Guidance System for Complex Innovation. In: ETO, Hajime., MATSUI, Konomu. (Eds.) *R&D Management Systems in Japanese Industry*. Amsterdam: Elsevier Science, 1984. 331 p. Cap. 2, p. 29-57.
- SHMELEV, Nikolai., POPOV, Vladimir. *The Turning Point: revitalizing the Soviet economy*. Nova York: Doubleday, 1989. 330 p.
- SHUKHARDIN, S. V. et al. *Sovremennaya Nauchno-Tekhnicheskaya Revolyutsiya: istoricheskoe issledovanie* [“A Revolução Científico-Técnica Contemporânea: pesquisa histórica”]. 2. ed. Moscou: Nauka, 1970. 255 p.
- SHUKHARDIN, S. V., GUKOV, V. I. (Eds.) *Nauchno-Tekhnicheskaya Revolyutsiya: obshche-teoreticheskie problemy* [“Revolução Científico-Técnica: problemas teóricos gerais”]. Moscou: Nauka, 1976. 207 p.
- SIK, Ota. *The Communist Power System*. Nova York: Praeger, 1981. 176 p.
- SKSNG: ver STATISTICHESKII KOMITET SODRUZHESTVA NEZAVISIMYKH GOSUDARSTV.
- SLEPOV, Lazar. O Bol'shevistkom Metode Rukovodstva Khozyaistvennymi Organami [“Sobre o Método Bolchevista de Liderança dos Órgãos da Economia”]. *Bol'shevik*, Moscou, n. 2, p. 47-55, jan 1951.
- SM SSSR: ver SOVET MINISTROV SSSR.
- SMAL-STOCKI, Roman. *The Captive Nations: nationalism of the non-Russian nations in the Soviet Union*. Nova York: Bookman, 1960. 118 p.
- SMIRNITSKII, E. et al. *Intensifikatsiya Ekonomiki (Voprosy Teorii i Praktiki): Uchebnoe Posobie dlya Rabotnikov Ministerstv i Vedomstv, Rukovoditelei Predpriyatii i Ob'edinenii* [“Intensificação da Economia (Problemas de Teoria e Prática): manual para funcionários de ministérios e departamentos, diretores de empresas e associações]. 2. ed. Moscou: Ekonomika, 1987. 318 p.
- SMITH, Alan. *Russia and the World Economy*. Londres: Routledge, 1993. 253 p.
- SMITH, Gordon B., MAGGS, Peter B., GINSBURGS, George. (Eds.) *Soviet and East European Law and Scientific-Technical Revolution*. New York: Pergamon Press, 1981. 337 p.
- SMITH, Hedrick. *The Russians*. Nova York: Quadrangle, 1976. 527 p.
- SNELL, Paul. Soviet Microprocessors and Microcomputers. In: AMANN, R., COOPER, J. (Eds.) *Technical Progress and Soviet Economic Development*. Oxford: Basil Blackwell, 1986. 214 p. Cap. 3, p. 51-74.
- SOVET MINISTROV SSSR [“Conselho de Ministros da URSS”]. Postanovlenie Soveta Ministrov SSSR o Meropriyatyakh, Svyazannykh s Ispolneniem Zakona “O Dalneishem Sovershenstvovanii Organizatsii Upravleniya Promyshlennost'yu i Stroitel'stvom”, 22 Maya 1957 g. [“Decreto do Conselho de Ministros da URSS sobre Medidas Relacionadas com o Cumprimento da Lei ‘Sobre o Aperfeiçoamento da Organização da Administração da Indústria e Construção’, de 22 de maio de 1957]. *Sobranie Postanovlenii Pravitel'stva Soyuza Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*, Moscou, n. 6, item 63, p. 199-203, 1957.
- _____. Postanovlenie TsK KPSS i Soveta Ministrov SSSR o Sovershenstvovanii Planirovaniya i Usilenii Ekonomicheskogo Stimulirovaniya Promyshlennogo Proizvodstva, 4 Oktyabrya 1965 g. [“Decreto do Comitê Central do PCUS e do Conselho de Ministros da URSS sobre o Aperfeiçoamento do Planejamento e o Reforço do Estímulo Econômico na Produção Industrial de 4 de Outubro de 1965”]. *Sobranie Postanovlenii Pravitel'stva Soyuza Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*, Moscou, n. 19-20, item 153, p. 356-386, 1965.
- _____. Postanovlenie Soveta Ministrov SSSR ob Ytverzhenii Polozheniya o Proizvodstvennom Ob'edinenii (Kombinate), 27 Marta 1974 g. [“Decreto do Conselho de Ministros da URSS sobre a Confirmação do Estatuto das Associações Industriais, de 27 de Março de 1974”]. *Sobranie Postanovlenii Pravitel'stva Soyuza Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*, Moscou, n. 8, item 38, p. 154-199, 1974.
- _____. Postanovlenie TsK KPSS i Soveta Ministrov SSSR ob Uluchenii Planirovaniya i Usilenii Vozdeistviya Khozyaistvennogo Mekhanizma na Povyshenie Effektivnosti Proizvodstva i Kachestva Raboty, 12 Iyulya 1979 g. [“Decreto do Comitê Central do PCUS e do Conselho de Ministros da URSS Sobre a Melhoria do Planejamento e do Reforço da

Influência do Mecanismo Econômico no Aumento da Eficiência da Produção e da Qualidade do Trabalho, de 12 de Julho de 1979”]. *Sobranie Postanovlenii Pravitel'stva Soyuzo Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*, Moscou, n. 18, item 118, p. 390-431, 1979.

_____. Postanovlenie TsK KPSS i Soveta Ministrov SSSR o Dopolnitel'nykh Merakh po Rasshireniyu Prav Proizvodstvennykh Ob'edinenii (Predpriyatii) Promyshlennosti v Planirovanii i Khozyaistvennoi Deyatel'nosti i po Usileniyu ikh Otvetvennosti za Rezul'tati Raboty, 14 Iyulya 1983 [“Decreto do Comitê Central do PCUS e do Conselho de Ministros da URSS sobre Medidas Suplementares para Aumento dos Direitos das Associações (Empresas) Industriais no Planejamento e Administração e para Reforço de sua Responsabilidade pelos Resultados do Trabalho, de 14 de julho de 1983”]. *Sobranie Postanovlenii Pravitel'stva Soyuzo Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*, Moscou, n. 20, item 109, p. 339-348, 1983.

_____. Postanovlenie TsK KPSS, Soveta Ministrov SSSR i Vsesoyuznogo Tsentral'nogo Soveta Professional'nykh Soyuzov ob Usilenii Raboty po Ukrepleniyu Sotsialisticheskoi Distsipliny Truda, 28 Iyulya 1983 g. [“Decreto do Comitê Central do PCUS, do Conselho de Ministros da URSS e do Conselho Central dos Sindicatos Profissionais de Toda a União sobre o Aumento dos Esforços para Reforço da Disciplina Socialista do Trabalho, de 28 de Julho de 1983”]. *Sobranie Postanovlenii Pravitel'stva Soyuzo Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*, Moscou, n. 21, item 115, p. 354-358, 1983a.

-STALIN, Iosif Vissarionovich (trad. STALIN, Joseph). *Selected Writings*. Nova York: International Publishers, 1942. 479 p. On the Draft Constitution of the USSR, p. 379-405.

-STALIN, Iosif Vissarionovich. *Sochineniya* [“Obras”]. Moscou: Gospolitizdat, 1946-1951. 13 v.

_____. *Sochineniya* [“Obras”]. Moscou: Gospolitizdat, 1946-1951a. 13 v. Na Khlebnom Fronte: is besedy so studentami Instituta Krasnoi Professury, Komakademii i Sverdlovskogo Universiteta, 28 maya 1928 g. [“Na Frente Agrícola: trechos da conversa com estudantes do Instituto do Professorado Vermelho, da Academia Comunista e da Universidade de Sverdlov, de 28 de maio de 1928”], v. 11, p. 81-97.

_____. *Sochineniya* [“Obras”]. Moscou: Gospolitizdat, 1946-1951b. 13 v. Marksizm i Natsional'nyi Vopros [“O Marxismo e a Questão Nacional”], v. 2, p. 290-367.

_____. *Sochineniya* [“Obras”]. Moscou: Gospolitizdat, 1946-1951c. 13 v. God Velikovo Pereloma: k XII godovishchina Oktyabrya [“Ano da Grande Transformação: sobre o XII aniversário da Revolução de Outubro”], v. 12, p. 118-135.

_____. *Sochineniya* [“Obras”]. Moscou: Gospolitizdat, 1946-1951d. 13 v. XII S'ezd RKP(b), 17-25 Aprelya 1923 g.: zakliyuchitel'noe slovo po Doklady o natsional'nykh momentakh v partiinom i gosudarstvennom stroitel'stve, 25 aprelya [“XII Congresso do Partido Comunista Russo (bolchevista) de 17-25 de abril de 1923: palavras finais a respeito do relatório sobre os aspectos nacionais na construção do partido e do governo, em 25 de abril”], v. 5, p. 264-275.

_____. *Sochineniya* [“Obras”]. Moscou: Gospolitizdat, 1946-1951e. 13 v. O zadachakh khozyaistvennikov: rech na pervoi Vsesoyuznoi Konferentsii Rabotnikov Sotsialisticheskoi Promyshlennosti, 4 fevralya 1931 g. [“Sobre as Tarefas dos Administradores: Discurso na Primeira Conferência de Trabalhadores da Indústria Socialista de Toda a União”], v. 13, p. 29-44.

_____. *Sochineniya* [“Obras”]. Moscou: Gospolitizdat, 1946-1951f. 13 v. Itogi Pervoi Pyatiletki: doklad 7 yanvarya 1933g. [“Resultados do Primeiro Plano Quinquenal: relatório de 7 de janeiro de 1933”], v. 13, p. 159-215.

_____. *Sochineniya* [“Obras”]. Moscou: Gospolitizdat, 1946-1951g. 13 v. Otchetnyi Doklad XVII S'ezdu Partii, 26 Yanvarya 1934 g. [“Relatório ao XVII Congresso do Partido, de 26 de Janeiro de 1934”], v. 13, p. 282-379.

_____. *Sochineniya* [“Obras”]. Moscou: Gospolitizdat, 1946-1951h. 13 v. Novaya Obstanovka — Novye zadachi Khoziaistvennogo Stroitel'stva, 23 Iyunya 1931 g. [“Nova Situação — Novas Tarefas da Estruturação Econômica: discurso no Encontro de Administradores de Empresas, de 23 de junho de 1931”], v. 13, p. 51-80.

- _____. *Sochineniya* ["Obras"]. Moscou: Gospolitizdat, 1946-1951i. 13 v. XII S'ezd RKP(b), 17-25 Aprelya 1923 g.: doklad o natsional'nykh momentakh v partiinom i gosudarstvennom stroitel'stve, 23 aprelya ["XII Congresso do Partido Comunista Russo (bolchevista) de 17-25 de abril de 1923: relatório sobre aspectos nacionais da construção do partido e do governo, de 23 de abril"], v. 5, p. 236-263.
- _____. (trad. STALIN, Joseph). *Economic Problems of Socialism in the USSR*. Nova York: International Publishers, 1952. 71p.
- _____. (trad. STALIN, Joseph). *Works*. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1952-1955. 13 v.
- STAROVOITEVA, Galina. Nationality Policies in the Period of Perestroika: some comments from a political actor. In: LAPIDUS, Gail, ZASLAVSKY, Victor, GOLDMAN, Philip (Eds.) *From Union to Commonwealth: nationalism and separatism in the Soviet Republics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. 127 p. Cap. 6, p. 114-121.
- STATISTICHESKII KOMITET SODRUZHESTVA NEZAVISIMYKH GOSUDARSTV [Comitê de Estatística da Comunidade de Estados Independentes]. *Itogi Vsesoyuznoi Perepisi Naseleniya 1989 goda* ["Resultados do Censo Populacional de Toda a União do ano de 1989"]. Moscou: Statisticheskii Komitet Sodruzhestva Nezavisimyykh Gosudarstv, 1991-1993. 12 v.
- STRAUSS, Eric. *Soviet Agriculture in Perspective: a study of its successes and failures*. Nova York: Praeger, 1969. 328 p.
- SUKHAREVSKII, B. *Sovetskaya Ekonomika v Velikoi Otechestvennoi Voine* ["A Economia Soviética na Grande Guerra Patriótica"]. Moscou: Gosplanizdat, 1945. 39 p.
- _____. *Pobeda v Otechestvennoi Voine i Sovetskaya Ekonomika* ["Vitória na Grande Guerra Patriótica e a Economia Soviética"]. *Planovoe khozyaistvo*, Moscou, n. 3, p. 3-20, 1945a.
- SUNY, Ronald Grigor. *The Revenge of the Past: nationalism, revolution and the collapse of the Soviet Union*. Stanford: Stanford University Press, 1993. 200 p.
- SURVEY: The World Economy. *The Economist*, Londres, v. 340, n. 7985, p. 1-46 (separata), 28 set.- 4 out. 1996.
- SUTTON, Anthony. *Western technology and Soviet Economic Development 1917 to 1930*. Stanford: Hoover Institution Press, 1968. 381 p.
- _____. *Western technology and Soviet Economic Development 1930 to 1945*. Stanford: Hoover Institution Press, 1971. 401 p.
- _____. *Western technology and Soviet Economic Development 1945 to 1965*. Stanford: Hoover Institution Press, 1973. 482 p.
- TAURIS. *The Tauris Soviet Directory*. Londres: I. B. Tauris & Co., 1989. 713 p.
- TAUILE, José Ricardo. *Microeletrônica, Automação e Desenvolvimento Econômico: o Caso das Máquinas Ferramenta com Controle Numérico no Brasil*. Nova York, 1984. 202 p. Tese (doutorado em Ciência Política e Social) - New School for Social Research.
- TAYLOR, Frederick Winslow. *The Principles of Scientific Management*. Nova York: Harper & Brothers, 1911. 144 p.
- TINBERGEN, Jan. Do Communist and Free Economies Show a Converging Path? *Soviet Studies*, Glasgow, v. XII, n. 4, p. 333-341, abril 1961.
- TISHKOV, Valery. *Ethnicity, Nationalism and Conflict In and After the Soviet Union: the mind aflame*. Londres, Sage, 1997. 334 p.
- TOYOTA MOTOR CORPORATION. *Toyota: a history of the first 50 years*. Aichi (Japão): Dai Nippon, 1988. 522 p.
- TROITSKII, E. C. Sotsial'no-Ekonomicheskie Osnovy Edinstva Sovetskogo Naroda i Mify Antikommunizma ["As Bases Socio-econômicas da Unidade do Povo Soviético e os Mitos do Anticomunismo"]. In: INSTITUT MARKSIZMA LENINIZMA pri TsK KPSS. *Kritika Fal'sifikatsii Natsional'nykh Otnoshenii v SSSR* ["Crítica das Falsificações sobre as Relações Nacionais na URSS"]. Moscou: Politizdat, 1984. 496 p. Pt. 1, cap. 2, p. 77-114.
- TROTSKII (trad. TROTSKY), Leon. *The History of the Russian Revolution*. Nova York: Simon and Schuster, 1932. 3 vols.
- TROTSKII (trad. TROTSKY), Leon. *La Revolution Trahie*. Paris: Grasset, 1936. 347 p.

- TROTSKII (trad. TROTSKY), Leon. *La Revolution Permanente*. Paris: Gallimard, 1972. 380 p.
- TsENTRAL'NOE STATISTICHESKOE UPRAVLENIE pri SOVETE MINISTROV SSSR ["Administração Central de Estatísticas do Conselho de Ministros da URSS"]. *Sel'skoe Khozyaistvo SSSR: statisticheskii sbornik* ["A Agricultura da URSS: antologia estatística"]. Moscou: Gosstatizdat, 1960a. 665 p.
- _____. *Kapital'noe Stroitel'stvo v SSSR: statisticheskii sbornik* ["Investimentos na URSS: antologia estatística"]. Moscou: Gosstatizdat, 1961a. 280 p.
- _____. *Sel'skoe Khozyaistvo SSSR: statisticheskii sbornik* ["A Agricultura da URSS: antologia estatística"]. Moscou: Statistika, 1971a. 711 p.
- _____. *Narodnoe Khozyaistvo SSSR 1922-1972 gg: yubileinyi statisticheskii ezhegodnik* ["A Economia da URSS 1922-1972: anuário estatístico comemorativo"]. Moscou: Statistika, 1972a. 848 p.
- _____. *Itogi Vsesoyuznoi Perepisi Naseleniya 1970 goda* ["Resultados do Censo Populacional de Toda a União do ano de 1970"]. Moscou: Statistika, 1972-1974. 7 v.
- _____. *Narodnoe Khozyaistvo SSSR za 60 Let: yubileinyi statisticheskii ezhegodnik* ["A Economia Nacional em 60 Anos: anuário estatístico comemorativo"]. Moscou: Statistika, 1977a. 710 p.
- _____. *Naselenie SSSR: po dannym vsesoyuznoi perepisi naseleniya 1979 goda* ["População da URSS: de acordo com os dados do censo populacional da União do ano de 1979"]. Moscou, Politizdat, 1980a. 32 p.
- TsSU: ver TsENTRAL'NOE STATISTICHESKOE UPRAVLENIE.
- TsUNKhU: ver TsENTRAL'NOE UPRAVLENIE NARODNO-KHOZYAISTVENNOGO UCHETA.
- TSURU, Shigeto. *Japan's Capitalism: creative defeat and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. 277 p.
- UNITED STATES CONGRESS, JOINT ECONOMIC COMMITTEE. *Soviet Economic Growth, a Comparison With the United States: a study prepared for the Subcommittee on Foreign Economic Policy of the Joint Economic Committee, 85th Congress, 1st session, by the Legislative Reference Service of the Library of Congress*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1957. 149 p.
- _____. *Economic Performance and the Military Burden in the Soviet Union: a compendium of papers submitted to the Subcommittee on Foreign Economic Policy of the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, 91st Congress, 2nd session*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1970. 295 p.
- _____. *Soviet Economic Prospects for the Seventies: a compendium of papers submitted to the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, 93rd Congress, 1st session*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1973. 776 p.
- _____. *Soviet Economy in a Time of Change: a compendium of papers submitted to the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, 96th Congress, 1st session*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1979. 2 v.
- _____. *Allocation of Resources in the Soviet Union and China, 1980: hearings before the subcommittee on priorities and economy in government of the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, ninety-sixth Congress, second session, part 6*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1981. 167 p.
- _____. *USSR: Measures of Economic Growth and Development 1950-80* (Studies prepared for the use of the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, 97th Congress, 2nd session). Washington: U.S. Government Printing Office, 1982. 401 p.
- _____. *Soviet Economy in the 80's: problems and prospects (selected papers submitted to the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, 97th Congress, 2nd session)*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1983. 2 v.
- _____. *Allocation of Resources in the Soviet Union and China, 1983: Hearings before the Subcommittee on International Trade, Finance, and Security Economics of the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, ninety-eighth Congress, first session, part 9*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1984. 400 p.

_____. *Gorbachev's Economic Plans*: study papers submitted to the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, 100th Congress, 1st session. Washington, U. S. Government Printing Office, 1987. 2 v.

_____. *Allocation of Resources in the Soviet Union and China, 1986*: hearings before the Subcommittee on National Security Economics of the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, one hundredth Congress, first session, part 12. Washington: U. S. Government Printing Office, 1988. 249 páginas.

_____. *Allocation of Resources in the Soviet Union and China, 1987*: Hearings before the Subcommittee on National Security Economics of the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, one hundredth Congress, second session, part 13. Washington: U.S. Government Printing Office, 1989. 190 p.

_____. *Allocation of Resources in the Soviet Union and China*: Hearings before the Subcommittee on Technology and National Security of the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, one hundred first Congress, first session, part 14. Washington: U.S. Government Printing Office, 1990. 220 p.

-UNITED STATES HOUSE OF REPRESENTATIVES, PERMANENT SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE. *CIA Estimates of Soviet Defense Spending*: hearings before the Subcommittee on Oversight of the Permanent Select Committee on Intelligence, House of Representatives, ninety-sixth Congress, second session. Washington: U. S. Government Printing Office, 1980. 95 p.

-UNITED STATES SENATE, COMMITTEE ON ARMED SERVICES. *Soviet Defense Expenditures and Related Programs*: Hearings before the Subcommittee on General Procurement of the Committee on Armed Forces, United States Senate, 96th Congress, 1st and 2nd sessions. Washington: U.S. Government Printing Office, 1980. 215 p.

-U.S... : ver UNITED STATES...

-VALOVOI, D. *Ekonomika: vzglyady raznykh let* ["Economia: pontos de vista de diferentes anos"]. Moscou: Nauka, 1989. 454 p.

-VEEN, Hans-Joachim. (Ed.) *From Brezhnev to Gorbachev*. Nova York: Berg Publishers, 1987. 378 p.

-VERKHOVNYI SOVET SSSR ["Soviete Supremo da URSS"]. *Zakon ob Utverzhdenii Ukazov Prezidiuma Verkhovnogo Soveta SSSR o Vosstanovlenii Natsional'noi Avtonomii Balkarskogo, Chechenskogo, Ingushskogo, Kalmytskogo i Karachaevskogo Narodov, 11 fevralya 1957 g.* ["Lei sobre a Confirmação dos Editos do Presidium do Soviete Supremo da URSS sobre o Restabelecimento da Autonomia Nacional dos Balcares, Chechenos, Inguches, Calmucos e Karatchais, de 11 de Fevereiro de 1957"]. *Vedomosti Verkhovnogo Soveta Soyuzo Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*, Moscou, n. 4, item 78, p. 134, 24 fev. 1957.

_____. *Zakon o Dal'neishem Sovershenstvovanii Organizatsii Upravleniya Promyshlennost'yu i Stroitel'stvom, 10 Maya 1957 g.* ["Lei sobre o Aperfeiçoamento da Organização da Administração da Indústria e Construção, de 10 de Maio de 1957"]. *Vedomosti Verkhovnogo Soveta Soyuzo Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*, Moscou, n. 11, item 275, p. 341-346, 23 maio 1957a.

_____. *Ukaz Prezidiuma Verkhovnogo Soveta SSSR o Vnesenii Izmenenii v Ukaz Prezidiuma Verkhovnogo Soveta SSSR ot 28 avgusta 1941 goda 'O pereselenii Nemtsev, Prozhivayushchikh v Raionakh Povolzh'ya', 29 avgusta 1964 goda* ["Edito do Presidium do Soviete Supremo da URSS sobre a Introdução de Modificações no Edito do Presidium do Soviete Supremo da URSS de 28 de Agosto de 1941 'Sobre a Remoção dos Alemães que Vivem na Região do Volga', de 29 de agosto de 1964"]. *Vedomosti Verkhovnogo Soveta Soyuzo Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*, Moscou, n. 52, item 592, p. 931, 28 dez 1964.

_____. *Ukaz Prezidiuma Verkhovnogo Soveta SSSR o Grazhdanakh Tatarskoi Natsional'nosti, Prozhivayushchikh v Krymu, 5 Sentyabrya 1967 g.* ["Decreto do Presidium do Soviete Supremo da URSS sobre os Cidadãos Tártaros que Vivem na Criméia, de 5 de Setembro de 1967"]. *Vedomosti Verkhovnogo Soveta Soyuzo Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*, Moscou, n. 36, item 493, p. 531-532, 8 set 1967.

- _____. Postanovlenie Prezidiuma Verkhovnogo Soveta SSSR o Poryadke Primeneniya v Otnoshenii grazhdan SSSR — Turok, Kurdov, Khemshilov i azerbaidjantsev, prozhivavshikh ranee v Gruzinskoi SSR, stat'i Ykaza Prezidiuma Verkhvnoogo Soveta SSSR ot 28 Aprelya 1956 goda i Stat'i 2 Ukaza Prezidiuma Verkhovnogo Soveta SSSR ot 31 Oktyabrya 1957 goda, 30 Maya 1968 g. [“Decreto do Presidium do Soviete Supremo da URSS de 30 de Maio de 1968 sobre a Maneira de Aplicação dos artigos 2 do Editto do Presidium do Soviete Supremo da URSS de 28 de Abril de 1956 e 3 do Editto do Presidium do Soviete Supremo da URSS de 31 de Outubro de 1957 em Relação aos Cidadãos Soviéticos Turcos, Kurdos, khemshili e Azerbaidjanos Que Habitavam Anteriormente a Geórgia, de 30 de Maio de 1968”]. *Vedomosti Verkhovnogo Soveta Soyuzo Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*, Moscou, n. 23, item 188, p. 311-312, 5 junho 1968.
- _____. Konstitutsiya SSSR: prinyata Verkhovnym Sovetom SSSR 7 oktyabrya 1977 g. [“Constituição da URSS: adotada pelo Soviete Supremo da URSS em 7 de outubro de 1977”]. In: IZDATEL'STVO 'YURIDICHESKAYA LITERATURA'. *Konstitutsiya SSSR i Razvitie Sovetskogo Zakonodatel'stva*. Moscou: Yuridicheskaya Literatura, 1981. 376 p. P. 24-88.
- VOENPREDY [“Representantes Militares”]. *Krasnaya Zvezda*, Moscou, 27 jan. 1987, p. 1, c. 1.
- VOSLENSKII, Mikhail (trad. VOSLENSKY, Michael). *A Nomenklatura: como vivem as classes privilegiadas na União Soviética*. Rio de Janeiro: Record, 1980. 443 p.
- VS SSSR: ver VERKHOVNYI SOVET SSSR.
- WATANABE, Susumi): paper presented at the international symposium organized for the celebration of Brazil-Japan Amity & Trade, university of São Paulo, 28-29 august, 1995. 23 p. Mimeografado.
- WESSON, Robert. (Ed.) *The Soviet Union: Looking to the 1980s*. Stanford: Hoover Institution press, 1980. 288 p.
- WHITEFIELD, Stephen. *Industrial Power and the Soviet Union*. Oxford: Oxford University Press, 1993. 279 p.
- WILCZYNSKI, J. *The Economics of Socialism*. Chicago: Aldine, 1970. 233 p.
- _____. *Technology in COMECON: acceleration of technological progress through economic planning and the market*. New York: Praeger, 1974. 381 p.
- _____. *A Economia do Socialismo*. São Paulo: Vértice, 1987. 283 p.
- WOMACK, James P., JONES, Daniel T., ROOS, Daniel. *A Máquina que Mudou o Mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 347 p.
- WRIGHT, Arthur W. Soviet Economic Planning and Performance. In: COHEN, Stephen F., RABINOWITCH, Alexander, SHARLET, Robert. (Eds.) *The Soviet Union Since Stalin*. Bloomington: Indiana University Press, 1980. 342 p. Pt. 2: The Economy. P. 113-131.
- YEL'TSIN, Boris Nikolayevich. *Against the Grain*. Nova York: Summit Books, 1990. 215 p.
- YUN', Oleg Mukhovich. *Intensifikatsiya Ekonomiki: teoriya i praktika planirovaniya* [“Intensificação da Economia: teoria e prática do planejamento”]. Moscou: Ekonomika, 1986. 375 p.
- ZALESKI, Eugène. *Planning for Economic Growth in the Soviet Union, 1918-1932*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1971. 425 p.
- _____. *Stalinist Planning for Economic Growth, 1933-1952*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1980. 788 p.
- ZALESKI, Eugène, WIENERT, Helgard. *Technology transfer between East and West*. Paris: OECD, 1980. 435 p.
- ZASLAVSKY, Viktor. *The Neo-Stalinist State: class, ethnicity and change in Soviet society*. Armonk (EUA): M.E. Sharpe, 1982. 193 p.
- ZVEREV, A. et al. *Finansy SSSR za 30 Let: 1917-1947*. Moscou: Gosfinizdat, 1947. 342 p.

13 APÊNDICES

13.1 APÊNDICE 1: PCUS, ESTRUTURA DE PODER E A ECONOMIA NA URSS ÀS VÉSPERAS DA *PERESTROIKA*

O artigo 2 da Constituição soviética de 1977 afirma:

“Todo o poder na URSS pertence ao povo.

O povo exerce o poder estatal através dos Sovietes [Conselhos] de Deputados do Povo, que constituem o fundamento político da URSS.

*Todos os outros órgãos estatais são controlados e submetidos aos Sovietes de Deputados do Povo.”*¹⁸⁸

Entretanto, o artigo 6 da mesma Constituição, que discorre sobre o papel de liderança do Partido Comunista, diz o seguinte:

“O Partido Comunista da União Soviética é a força líder que lidera e guia a sociedade soviética, constituindo-se no núcleo de seu sistema político e das organizações estatais e sociais. O PCUS existe para o povo e serve ao povo.

Armado com os ensinamentos marxistas-leninistas, o Partido Comunista determina a perspectiva geral de desenvolvimento da sociedade, a linha da política interna e externa da URSS, lidera a grande atividade criativa do povo soviético, e inculca um caráter planejado e de base científica à sua luta pela vitória do comunismo.

Todas as organizações partidárias funcionam dentro dos limites constitucionais da URSS.”

Assim, na URSS estabelecia-se uma certa dualidade, em que o poder emana do povo, mas subentende-se, *a priori*, que o PCUS teria uma posição de liderança no exercício deste poder. Vários observadores criticavam que, na prática, o papel do PCUS era predominante, enquanto que os soviets possuem uma função mais de discussão e aprovação formal (papel legitimador) das políticas traçadas pelas reais estruturas de poder decisório. (Ginsburgs & Pomorski, 1979, p. 9-10)

Os Sovietes (Conselhos) existiam a nível nacional e regional. O principal conselho era o da União.

SOVIETE SUPREMO:

“O principal órgão de poder estatal na URSS é o Soviete Supremo da URSS” (artigo 108).¹⁸⁹ Eleito por voto universal e secreto de cidadãos soviéticos maiores de idade (art. 95), ao contrário da maioria dos parlamentos ocidentais, o Soviete Supremo (aproximadamente 1.500 deputados não profissionais, que continuavam exercendo suas profissões originais concomitantemente) não mantinha sessões permanentes. Ele reunia-se 2 vezes por ano (art. 112) para debater, votar e sancionar leis de caráter mais importante (projetos de planos quinquenais, por exemplo). O Soviete Supremo elegia um *Presidium*, de aproximadamente 40 membros, que funcionava permanentemente, no período em que o Soviete Supremo não estava reunido (artigos 119 e 120). Este *Presidium* é responsável perante e subordinado ao Soviete Supremo, mas tem poder de promulgar certos tipos de decretos (chamados *ukazy* ou “editos”) durante os intervalos das sessões deste (art. 121). *Ukazy* do *Presidium* devem ser necessariamente confirmados posteriormente nas sessões regulares do Soviete Supremo. (BSE, 3 ed., v. 4, p. 564)

¹⁸⁸ O texto original completo da Constituição soviética de 1977 pode ser encontrado em VS SSSR (1981) e em Feldbrugge (1979).

¹⁸⁹ O Soviete Supremo era dividido em duas câmaras, iguais em poderes formais e número de deputados: o Soviete da União e o Soviete das Nacionalidades. O Soviete da União era formado na base de um cidadão/um voto (com representantes eleitos individualmente a partir de cada distrito eleitoral de 300.000 pessoas). O Soviete das Nacionalidades era formado por representação étnica: 32 deputados para cada uma das 15 repúblicas da União, 11 de cada república autônoma, 5 de cada região autônoma (*avtonomnaya oblast*) e 1 de cada área autônoma (*avtonomnyi okrug*). (BSE, 3 ed., v. 4, p. 564)

Esta tendência das grandes instâncias soviéticas (formalmente decisórias) terem *Presidium* (ou algo parecido), composto por uma minoria eleita que pode agir em nome da maioria enquanto esta não está reunida, é uma das explicações de como o poder na URSS podia ser exercido por certas elites partidárias, a despeito das diversas disposições constitucionais de caráter mais democrático. Assim, dentro do próprio PCUS, o Comitê Central (307 membros votantes em 1986), eleito nos congressos partidários (e reunindo-se, em geral, 2 ou 3 vezes por ano), tinha também o seu “núcleo” de atuação permanente, o *Politburo* (cerca de 14 membros votantes), que representava o verdadeiro *locus* do poder máximo na União Soviética, segundo a opinião de vários autores abalizados. (Hough & Fainsod, 1979, p. 466)

CONSELHO DE MINISTROS:

O Soviete Supremo elege (art. 129) o Conselho de Ministros da URSS, ou seja, o “gabinete” de ministros que, pela Constituição, forma o poder executivo governamental:

“O Conselho de Ministros da URSS — o governo da URSS — é o órgão executivo e administrativo supremo do poder estatal da URSS” (art. 128)

O Conselho de Ministros é responsável perante e subordinado ao Soviete Supremo (art. 130). O presidente do Conselho de Ministros é freqüentemente qualificado como o primeiro-ministro da URSS pela imprensa ocidental.

Assim, teoricamente, as funções legislativas e executivas na URSS pareceriam estar ligadas, respectivamente, ao Soviete Supremo (e Sovietes locais) e ao Conselho de Ministros. Entretanto, o artigo 6 supracitado, não só garantia o monopartidarismo, como dava ao PCUS o papel de liderança política e social no país. A partir destes poderes garantidos pela Constituição, o Partido Comunista criou uma estrutura através da qual, *na prática*, controlava e guiava a atividade das outras instâncias legislativas e executivas. (Feldbrugge, Berg & Simons, 1985, p. 152)

O PCUS, SUA ESTRUTURA INTERNA E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA NACIONAL:

Pelos estatutos do PCUS,¹⁹⁰ “a mais alta instância do partido é o Congresso do Partido” que “deve ser convocado pelo Comitê Central pelo menos de quatro em quatro anos” (parágrafo 31 do estatuto). “O Congresso do partido elege o Comitê Central” (parágrafo 33). “O número de membros do CC é determinado pelo Congresso do Partido” (parágrafo 34). O XXVI Congresso em 1981 elegeu 319 membros votantes, por exemplo. (*EZH BSE*, 1982, p. 13) “Nos intervalos entre os Congressos, o Comitê Central dirigirá todo o trabalho do partido” (parágrafo 35 do estatuto). Entretanto, o Comitê Central não permanece em sessão permanente. Em geral, o CC reúne-se duas ou três vezes por ano por apenas alguns dias. (*EZH BSE*, 1982, p. 14; Feldbrugge, Berg & Simons, 1985, p. 151) Por isso, o artigo 38 prevê que “o Comitê Central do PCUS elegerá: para a direção dos trabalhos do partido no período entre as reuniões plenárias do Comitê Central um *Politburo*; para a direção do trabalho cotidiano, especialmente na seleção de quadros e organização da verificação da execução das decisões partidárias um *Secretariado*” (parágrafo 38 do estatuto). Assim, nas épocas em que o CC não está reunido, o *Politburo*¹⁹¹ é o órgão que realmente controla as mais importantes decisões partidárias. Como no caso do Soviete Supremo e seu *Presidium*, esta estrutura de instâncias maiores formalmente poderosas mas que se reúnem por pouco tempo e de instâncias menores que, nos intervalos das reuniões daquelas, realmente dominam a cena do poder, permite a concentração destes poderes em pequenas minorias. Muitos observadores ocidentais e soviéticos concordavam que o verdadeiro centro do poder na URSS estava localizado no *Politburo* (Hough &

¹⁹⁰ Uma tradução para a língua inglesa dos *Estatutos do Partido Comunista da União Soviética* pode ser vista em *Basic Laws on the Structure of the Soviet State*, editado por H. Berman e J. Quigley Jr.

¹⁹¹ Entre 1952 e 1966, o *Politburo* era chamado de *Presidium* do Comitê Central do partido. (BSE, 3 ed., v. 20, p. 215)

Fainsod, 1979, p. 466). O Secretariado, que em 1984 consistia de 9 secretarias mais o posto do secretário-geral¹⁹² do partido (que tradicionalmente também era membro do *Politburo*), cuidava da administração cotidiana do partido e ficava encarregado de zelar pela implementação, na prática, das decisões estratégicas tomadas pelo *Politburo*. (BSE, 3 ed., v. 23, p. 183; Feldbrugge, Berg & Simons, 1985, p. 151)

O *Politburo* eleito por ocasião do XXVI Congresso de 1981 tinha 14 membros titulares e 8 membros-candidatos e reunia-se, pelo menos, uma vez por semana. (EZH BSE, 1982, p. 13; Feldbrugge, Berg & Simons, 1985, p. 151) A extensão do poder do *Politburo* não ficava de imediato clara pela leitura dos textos constitucionais e dos estatutos do Partido (apesar de que o artigo 6 da Constituição de 1977 explicitava o papel de liderança e guia do partido comunista, e como o *Politburo* era o órgão encarregado da direção do partido nos intervalos entre as breves reuniões semestrais do CC...). Entretanto, um exame na prática das atuações dos diversos órgãos dirigentes da URSS apontaria este papel crucial do *Politburo*. Segundo o jurista soviético (emigrado) O. Ioffe, nenhuma lei soviética de importância poderia, na prática, ser aprovada contra os desígnios do *Politburo*: toda legislação de especial importância passava pela consideração prévia deste. (Ioffe & Maggs, 1983, p. 105)

Devido ao esquema de “círculos concêntricos” de poder delegado, ficava fácil, por exemplo, em início dos anos 80, aos 14 membros do *Politburo* conluírem-se com os aproximadamente 40 membros do *Presidium* do Soviete Supremo e prepararem basicamente a cena para que as instâncias maiores do Comitê Central e do Soviete Supremo apenas ratificassem decisões importantes previamente já tomadas. O *Politburo* também implementava suas decisões através de decretos (*postanovleniya*) do Comitê Central. Quando as medidas afetavam não só à vida interna do partido, como a economia do país como um todo, freqüentemente eram emitidos decretos-conjuntos do CC do PCUS e do Conselho de Ministros da URSS (pelo artigo 133 da Constituição, o Conselho de Ministros estava autorizado a emitir decretos de caráter nacional). (Antonyuk *et al.*, 1983, p. 405-435)

A fim de assumir seu papel de controle (“liderança e guia”) da sociedade soviética, garantido pelo artigo 6 da Constituição, o Partido Comunista mantinha um “controle paralelo” das instâncias estatais, ou seja, assim como o governo se dividia por ministérios (linhas de produção) e localidades, o PCUS reproduzia esta estrutura. Assim, em cada distrito, cidade e região, o partido tinha, respectivamente, seu comitê distrital (*Raikom*), comitê de cidade (*Gorkom*) e comitê regional (*Obkom* ou *Kraikom*), por exemplo (parágrafos 41 e 42 do Estatuto do PCUS). O Comitê Central também tinha um *staff* permanente (*apparat*), dividido em departamentos (*otdely*). No campo da economia, este *apparat* do CC (que funcionava sob a supervisão do secretariado do partido) estava encarregado de monitorar o trabalho dos ministérios e Comitês econômicos estatais. (Hough & Fainsod, 1979, p. 410-417) Além disso, “núcleos de base” do partido (*pervichnye partorganizatsii*, literalmente, “organizações partidárias primárias”) eram criadas nos locais de trabalho dos membros do partido — fábricas, fazendas estatais ou coletivas, unidades do exército, estabelecimentos educacionais etc. — onde houvesse pelo menos três membros do partido (parágrafo 53 do Estatuto do PCUS). O fato de o PCUS ter milhões de membros (cerca de 17 no início da década de 80) possibilitava este trabalho de “duplicação” e “controle paralelo”. (Antonyuk *et al.*, 1983, p. 437)

Assim, não só o governo, mas a economia, sofria constante fiscalização *in loco* do partido. Os secretários dos *obkomy*, *gorkomy* e *raikomy* (respectivamente, comitês regionais, municipais e distritais do partido) eram responsáveis pelo controle e fiscalização de que a performance das empresas nas áreas sob sua jurisdição transcorria satisfatoriamente. (Pervyi, 1986, p. 1) Em cada empresa, os núcleos de base (*pervichnyi partorganizatsii*) ajudavam no controle (*kontrol'*) das atividades da administração”, como previsto no parágrafo 60 do Estatuto do PCUS (a palavra *kontrol'*, em russo, não tem o sentido de dirigir ou administrar diretamente e sim de monitorar, fiscalizar). É importante notar que vários decretos (*postanovleniya*) do Comitê Central e outras resoluções do

¹⁹² O secretário-geral era chamado de *primeiro secretário*, no período entre 1953 e 1966. (BSE, 3 ed., v. 23, p. 183)

partido frisavam que as instâncias partidárias deveriam evitar imiscuir-se desnecessariamente nas atividades cotidiano-rotineiras das empresas (que deveriam ser deixadas a cargo da administração, segundo o princípio da *edinonachalie*, ou “responsabilidade de uma pessoa só”). (KPSS, 1983-1989b, p. 247-248; KPSS, 1983-1989e) Segundo artigo publicado em uma das revistas oficiais do Comitê Central, “o partido lidera [*rukovodit*] a vida econômica do país, mas não administra [*upravlyaet*] a economia diretamente”.¹⁹³ (Slepov, 1951, p. 47)

Além do controle paralelo “externo”, o partido estava presente “internamente” nas outras instâncias do governo e da economia, pelo fato de que grande parte dos membros do governo eram também membros do partido. Assim, por exemplo, no *Politburo* de Gorbachev estavam presentes também o “primeiro-ministro” (ou seja, o presidente do Conselho de Ministros, N. I. Ryzhkov), o presidente do *Presidium* do Soviete Supremo (A. A. Gromyko), além de outros ministros (Novosti Press Agency, 1988, p. 72 e 74). Através dessa estrutura “mesclada” partido-Estado, muitos problemas já tinham sido discutidos e resolvidos no *Politburo* antes de serem colocados em discussão no governo ou no congresso. Esta estrutura mesclada partido-Estado se repetia também em outros níveis abaixo do federal (republicanos, regionais etc.).

Finalmente, *last but not least*, pelo sistema da *nomenklatura*,¹⁹⁴ a nomeação de pessoal para todos os principais postos de responsabilidade na condução da economia nacional (desde ministros a altos funcionários locais do governo, passando por gerentes de fábricas etc.) tinha que receber a aprovação e “confirmação” oficial do Comitê (ou outro órgão) correspondente do partido. (Bugaev & Leibzon, 1962, p. 154-155; Hough & Fainsod, 1979, p. 430-432; Feldbrugge, Berg & Simons, 1985, p. 152) Cada comitê do partido (a nível distrital, regional e nacional) tinha uma lista de postos sob sua jurisdição para “confirmação”. Apesar de, teoricamente, o partido apenas “confirmar” a nomeação efetuada pelas autoridades competentes do governo (ou por eleição), na prática, a aprovação do partido era condição *sine qua non* para a nomeação e remoção de pessoal em postos de responsabilidade. (Bugaev & Leibzon, 1962, p. 155; Hough & Fainsod, 1979, p. 431) Prova

¹⁹³ Segundo o artigo,

“isto significa que se algum departamento ou órgão econômico [do governo] está realizando um trabalho ruim e não consegue o cumprimento das tarefas a ele fixadas, [as instâncias partidárias] não devem tomar seu lugar ou desfigurá-lo, e sim fortalecê-lo, ajudá-lo a fazer com que ele consiga cumprir suas obrigações.” (Slepov, 1951, p. 49)

Assim, o quadro ideal buscado pelo partido era de que as instâncias partidárias deveriam “exercer a liderança e controle da economia”, não “passando por cima” dos órgãos econômicos competentes do governo, mas, sim “através deles”. (*ibid.*, p. 48-49) Entretanto, na realidade, este comportamento sensato e equilibrado nem sempre era alcançado. As próprias publicações oficiais do partido continham queixas e descrições de várias situações onde instâncias partidárias pecavam por falta ou por excesso: por vezes, ou se imiscuíam demais em minúcias rotineiras do funcionamento das empresas ou órgãos econômicos governamentais ou (segundo o ponto de vista oficial) negligenciavam seu trabalho de controle político efetivo da maneira como as tarefas econômicas estavam sendo realizadas. (*ibid.*, p. 50-51)

¹⁹⁴ *Nomenklatura* é uma palavra russa de origem latina: em latim, significa *lista de nomes* (Prohkorov *et al.*, 1980, p. 909). Em russo, no sentido político, a palavra se refere à “lista de postos [cargos] que qualquer instituição tenha o direito formal de nomear ou confirmar. Por exemplo, um ministério tem sua *nomenklatura*, assim como o *Soviete* municipal, várias organizações do alto escalão dos sindicatos, e assim por diante.” (Hough & Fainsod, 1979, p. 644) Praticamente esta mesma definição é encontrada num livro sobre os Estatutos do PCUS publicado pela editora oficial soviética de literatura política, a *Gospolitizdat*:

“É costumeiro denominar-se *nomenklatura* a lista de postos de carreira que os órgãos do partido têm a obrigação de manter sob sua supervisão constante. [Por exemplo] Na *nomenklatura* do comitê regional do partido estão incluídos os dirigentes regionais; nos comitês distritais do partido, os dirigentes de instituições distritais. Na prática, isto significa que os comunistas que são dirigentes de organizações e instituições, antes de nomear alguém a uma posição de responsabilidade, devem apresentar essa pessoa para confirmação pelo órgão correspondente do partido. Este procedimento é válido, não apenas para a nomeação, mas também para o afastamento do cargo. Sem permissão do órgão partidário, os comunistas que são dirigentes de organizações e instituições não podem afastar ninguém de nenhum cargo constante na *nomenklatura* daquele órgão.” (Bugaev & Leibzon, 1962, p. 154-155)

disso é a existência de casos em que diretores de fábricas foram removidos por pressão de primeiros secretários dos comitês locais do partido. (Kuptsov, 1984, p. 6) O sistema de *nomenklatura* proporcionava uma firme forma de controle do PCUS sobre o governo e a economia.

13.2 APÊNDICE 2: TENDÊNCIAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA SOVIÉTICA EM DIFERENTES DÉCADAS SEGUNDO AS ESTATÍSTICAS OFICIAIS

Tabela 2.1: taxas médias de crescimento anual do produto material líquido da URSS, segundo estatísticas oficiais soviéticas*.

1928- 1940	1941- 1950**	1951- 1960	1961- 1970	1971- 1975	1976- 1980	1981- 1985
14,3%	6,3%	10,3%	7,2%	5,7%	4,3%	3,2%

* Crescimento em percentagem anual média do PML (Produto Material Líquido) segundo os cálculos soviéticos da TsSU (Administração Central de Estatísticas) da URSS, publicados no anuário estatístico Narodnoe Khozyaistvo. Produto Material Líquido é o termo utilizado pela ONU para designar o que os soviéticos chamavam de renda nacional produzida. Ao contrário dos cálculos ocidentais de PNB, o PML inclui apenas a produção de bens materiais, excluindo o setor de serviços.

** A década de 40 teve médias de crescimento atípicas devido à Segunda Guerra Mundial (com extremas taxas negativas e positivas em seus diversos anos de destruição e recuperação econômica). Sobre isso, ver detalhes na tabela 3.2.

Para estatísticas alternativas (ocidentais e russas) sobre as taxas de crescimento da economia soviética, ver o apêndice 3.

FONTES:

Narkhoz, 1988, p. 8 e tabela 3.1 do apêndice 3.

13.3 APÊNDICE 3: TAXAS DE CRESCIMENTO DE URSS, EUA E JAPÃO

Tabela 3.1: Taxas de crescimento das economias soviética, americana e japonesa de acordo com diversas fontes

PML* da URSS em % anual média (oficial - <i>Narkhoz</i>)	1928-1940	1941-1950	1951-1960	1961-1965	1966-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985	1928-1985
	14,3%	6,3%	10,3%	6,5%	7,8%	5,7%	4,3%	3,2%	8,4%
PML dos EUA em % anual média (<i>Narkhoz</i>)						1971-1975	1976-1980	1981-1985	
						2,2%	3,4%	2,4%	
PNB da URSS em % anual média (oficial - <i>Narkhoz</i>)					1966-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985	
					7,6%	6,2%	4,8%	3,6%	
PNB da URSS em % anual média (Ofere-CIA-Bergson)**	1928-1940	1940-1950	1950-1960	1961-1965	1966-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985	1928-1985
	5,8% (9,7%)	2,2% (1,8%)	5,7%	5,0%	5,2%	3,7%	2,7%	2,0%	4,2%
PNB/PIB dos EUA em % anual média (CIA- B. of Census)	1928-1940	1928-1950	1951-1960	1961-1965	1966-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985	
	1,5%	2,9%	2,7%	4,8%	2,8%	3,0%	3,4%	3,0%	
PNB da URSS em % anual média (CIA)				1961-1965	1966-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985	
				4,9%	5,1%	3,1%	2,2%	1,8%	
PIB do Japão em % anual média (CIA)				1961-1965	1966-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985	
				10,1%	11%	4,3%	5,0%	3,9%	
PML da URSS em % anual média (Khanin)	1929-1941	1942-1950	1951-1960	1961-1965	1966-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985	1929-1987
	3,2%	1,6%	7,2%	4,4%	4,1%	3,2%	1,0%	0,6%	3,3%
PML da URSS Índice de crescimento absoluto (1913 = 1) (Bolotin - IMEMO)	1913	1920	1929	1938	1950	1986			
	1	0,35	1,10	2,20	3,65	19,00			
PML dos EUA Índice de crescimento absoluto (1913 = 1) (Bolotin - IMEMO)	1913	1920	1929	1938	1950	1986			
	1	0,85	1,20	1,35	1,50	4,70			
PML do Japão Índice de crescimento absoluto (1913 = 1) (Bolotin - IMEMO)	1913	1920	1929	1938	1950	1986			
	1	1,15	1,75	2,30	2,00	20,00			

OBS:

* PML (Produto Material Líquido): expressão usada no Ocidente para designar o que os soviéticos chamavam de “Proizvedennyi Natsional’nyi Dokhod” (Renda Nacional Produzida). Diferentemente do PNB (Produto Nacional Bruto) ocidental, engloba somente a produção de bens materiais (excluindo a área de serviços). A partir de 1988, os soviéticos começaram a apresentar cálculos também de PNB da URSS no anuário estatístico *Narodnoe Khozyaistvo*. Estes cálculos (retroativos) estão apresentados na linha mais abaixo na tabela.

** Período 1928-1950 de OFER (baseado em BERGSON) e calculado a custo de fatores do rublo de 1937. Os números entre parênteses são estimativas alternativas de BERGSON (1961, p. 216-217 e 271) que “mesclam” os custos de fatores de 1928, 1937 e 1950 em um índice compósito, tendo 1937 como ano-base e realizando a comparação de cada ano dado com o ano base em termos de valores (pesos específicos dos bens e serviços) do ano dado. Período 1950-85 de OFER, baseado em CIA (1950-1980a custo dos fatores de 1970 e 1980-1985 a custo dos fatores de 1982). Totalização 1928-85 especificamente de OFER.

FONTES:

Linhas PML e PNB da URSS (oficial): *Narkhoz* 1988, p. 8 e tabela 3.2 do apêndice 3 (a preços constantes conforme explicações em *Narkhoz* 1988, p. 698: anos 1929-50, preços de 1926-7; 1951-55, preços de 1951; 1956-58 preços de 1956; 1959-65, preços de 1958; 1966-75, preços de 1965; 1976-85, preços de 1973; para anos de 1986 em diante *Narkhoz* passou a empregar preços constantes de 1983).

Linha PML dos EUA: *Narkhoz* 1988, p. 680.

Linha PNB URSS OFER: ver nota (nos asteriscos) acima. Fontes: Ofer, 1987, p. 1.778; Bergson, 1961, p. 271 e 217; JEC, 1982, p. 15; CIA, *Handbook of Economic Statistics*, 1986, p. 39.

Linhas PNB de URSS e PIB Japão de CIA: CIA, *Handbook of Economic Statistics*, 1988, p. 33 (CIA de URSS a custo dos fatores do rublo de 1982; Japão a poder de paridade de compra e dólares constantes de 1987)

Linha PNB/PIB dos EUA - CIA e U.S. Bureau of Census: anos 1928-60 (PNB) de U.S. Bureau of Census, *Historical Statistics of the United States, Colonial Times to 1970*, p. 226 (em dólares constantes de 1958). Anos 1961-85 (PIB) de CIA, *Handbook of Economic Statistics*, 1988, p. 33 (dólares constantes de 1987)

Linha PML da URSS Khanin: Khanin, 1988, p. 85 (calculado com base no crescimento do índice do volume físico da produção de produtos-chaves, conforme Khanin, 1988, p. 84)

Linhas PML de URSS, Japão e EUA de Bolotin: Bolotin, 1987, p. 149 (a dólares constantes de 1980 e paridade de poder de compra)

COMENTÁRIO:

As estatísticas oficiais soviéticas, publicadas no anuário estatístico *Narodnoe Khozyaistvo SSSR* eram acusadas no Ocidente de exagerarem o crescimento econômico da URSS, entre outras coisas, por não levarem em conta a “inflação escondida” de custos causada pelas distorções no sistema de preços fixados administrativamente pelo governo (independente das forças de mercado) e pela utilização irrealista de preços constantes de 1926/7 para cálculo de todo o longo período 1928-50.¹⁹⁵ (Ericson, 1988, p. 7) Assim, a se julgar exclusivamente pelas estatísticas oficiais, o Produto Material Líquido da URSS (Renda Nacional Produzida) cresceu, de 1928 a 1985 em 88,83 vezes. (*ibid.*, p. 14) As estatísticas ocidentais (CIA, Ofer, Bergson etc.) abaixam bastante esta figura, apontando para um crescimento em torno de 10,96 vezes. (*ibid.*)

Com o deslanchar da *perestroika*, os próprios economistas soviéticos começaram a revisar as cifras oficiais estabelecidas pela TsSU (*Tsentral'noe Statisticheskoe Upravlenie*, a Administração Central de Estatística).¹⁹⁶ Uma equipe do IMEMO (Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais) de Moscou, sob a supervisão de B. Bolotin, publicou uma série estatística recontabilizando aspectos do crescimento econômico na URSS e em outros países, no período de 1913 a 1987. A renda nacional soviética no período de 1929 a 1986, segundo estes cálculos, teria crescido cerca de 17 vezes. No entanto, foram os economistas soviéticos G. Khanin e V. Selyunin que apresentaram os cálculos mais radicais neste período. O valor encontrado por eles era ainda mais baixo que os cálculos da CIA. Segundo eles, descontada a inflação extra-oficial dos custos de produção e os erros

¹⁹⁵ Realmente, a prática soviética de utilizar preços constantes do ano fiscal 1926-7 por um período tão longo como o de 1928-1950, numa economia em processo estrutural de modernização e industrialização, leva a distorções estatísticas. Pelo chamado “efeito Gerschenkron”, em cálculos de crescimento de uma economia em processo de industrialização, o emprego de anos mais antigos como ano-base de preços leva a uma “distorção para cima” e o emprego de anos-base posteriores leva a uma “distorção para baixo” nos valores dos índices de crescimento. (Gerschenkron, 1951, p. 47-58) Isto devido ao fato de que há uma tendência de barateamento dos novos produtos mais modernos que vão sendo inventados e colocados em circulação na sociedade. Esses produtos começam a ter um peso cada vez maior no total de bens produzidos e, se forem avaliados pelos preços dos anos do início da industrialização (em que custavam mais), haverá uma tendência a “inflar” o valor total dos bens produzidos no país (efeito inverso ocorre se utilizados, como base de preços, os anos posteriores). O grau desta distorção estatística pode ser bem constatado pelos cálculos realizados por Bergson (1961, p. 217 e 271), num estudo da Rand Corporation. Utilizando a mesma metodologia, Bergson calculou que, se utilizarmos o custo de fatores do rublo de 1928, o PNB soviético cresceu a uma taxa média anual de 11,9% entre 1928 e 1937. Entretanto, se utilizarmos o custo de fatores do rublo de 1950, o crescimento médio anual do PNB, no mesmo período, seria de 5,4%. Para fugir um pouco a este dilema “inescapável”, Bergson (*ibid.*, p. 216-217) criou uma metodologia alternativa para o período 1928-1950: utilizou um índice compósito de produção a custo dos fatores dos anos selecionados de 1928, 1937 e 1950, tendo 1937 como ano-base, em que a comparação de cada ano dado em relação ao ano-base (1937) era feita em valores de cada ano dado (em vez de utilizar os valores do ano-base). Neste caso, ele calculou que o PNB soviético cresceu a uma média anual de 9,7% no período 1928-1940.

¹⁹⁶ A TsSU seria reorganizada e renomeada como GOSKOMSTAT (*Gosudarstvennyi Komitet CCCP po Statistike*, “Comitê Estatal de Estatística da URSS”) em 1987.

metodológicos das estatísticas oficiais, a renda nacional da URSS, de 1929 a 1985, cresceu em apenas 6,6 vezes. (Khanin, 1988, p. 84)

É importante notar que em todas as estatísticas das tabelas acima (mesmo nas de Khanin e Selyunin), o crescimento da URSS no período 1928-1985 foi maior que o dos EUA. Como escreveu o próprio Khanin:

“A renda nacional da URSS cresceu, de 1929 a 1987, em 6,9 vezes. Em comparação, os EUA cresceram, neste período, 6,1 vezes...” (Khanin, 1988, p. 86)

Os cálculos de Khanin e Selyunin despertaram uma tempestade de controvérsias.

“...Korolev e Adamov afirmavam que, se Khanin e Selyunin estivessem certos, a União Soviética estaria ainda ao seu nível de 1928 em comparação com os EUA, isto é, com apenas 10% da renda nacional americana, o que é claramente um absurdo. Mas, esta afirmação parece se basear num ‘truque’. Abram Bergson calculou que a renda nacional soviética real de 1929 era cerca de 20% da dos EUA, de modo que, com a renda nacional americana sendo aproximadamente 4,3 vezes maior que em 1928, a URSS conseguiu progressos, mesmo dentro das taxas de crescimento de Khanin e Selyunin. O que, na verdade, se deduz das descobertas de Khanin e Selyunin é que o tamanho da economia soviética atual é cerca de um terço da americana, o que é um número plausível para qualquer pessoa que viva na União Soviética. Entretanto, pelas estatísticas oficiais, um crescimento de 90 vezes, partindo de uma base de 10% dos EUA, faria com que a renda nacional soviética fosse atualmente [1988] cerca de duas vezes maior que a dos EUA.” (Ericson, 1988, p. 32)

Segundo os cálculos de Bolotin e da equipe do IMEMO, a economia da URSS, em termos de renda nacional produzida (PML, que exclui o setor de serviços), era cerca de 65% da dos EUA em 1986. (Bolotin, 1987, p. 148) A CIA calculava que o PNB (que inclui o setor de serviços) da URSS em 1985 representava 54% em comparação ao dos EUA, enquanto que a TsSU (Administração Central de Estatísticas, do governo soviético) afirmava que, em termos de PNB, o nível da URSS era 56% dos EUA no mesmo ano (CIA, *Handbook of Economic Statistics*, 1991, p. 36).

Tabela 3.2 Crescimento econômico anual da URSS segundo as estatísticas oficiais soviéticas: taxas de crescimento anual (em percentagens) da Renda Nacional (Produto Material Líquido), 1928-1990.

ano	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940
taxa	8,2	16,0	21,0	16,8	11,3	6,5	15,2	19,2	29,3	12,0	8,9	9,5	11,6
ano	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953
taxa	-8	-28,3	12,1	18,9	-5,7	-6	19,1	24,1	18	20,1	12,2	10,9	9,8
ano	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
taxa	12,0	11,9	11,4	6,7	12,6	7,4	7,7	6,9	5,6	4,1	9,4	6,8	8,0
ano	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
taxa	8,7	8,3	4,7	9,1	5,6	3,9	8,9	5,4	4,5	5,2	4,5	5,1	2,2
ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990		
taxa	3,9	3,3	4,0	4,2	2,9	1,6*	2,3*	1,6*	4,4	2,5	-4		
						(3,5)	(4,1)	(2,3)					

* O anuário estatístico oficial da URSS (*Narodnoe Khozyaistvo*) inicialmente dava, para os anos 1985, 1986 e 1987, respectivamente, as taxas 3,5%, 4,1% e 2,3%. A partir de *Narkhoz* 1988 houve uma revisão para baixo das taxas para estes três anos que foram fixadas em, respectivamente, 1,6%, 2,3% e 1,6%. A explicação oficial, dada em *Narkhoz* 1988, página 7, era que até 1988, na avaliação daqueles anos, tinha sido excluída a queda nas rendas criadas pela “produção, venda [e taxaço] de bebidas alcólicas” (devida principalmente à campanha antialcoolismo promovida por Gorbachev).

FONTES:

anos 1929-38, calculados de BSE, 2 ed., v. 29, p. 302; anos 1939-40 calculados de Zaleski, 1980, p. 578-579; anos 1941-1945 calculados de *Narkhoz za 70 let*, página 43; 1946-1950 calculados de *Narkhoz* 1964, p. 87 ; 1950-1963 calculados de *Narkhoz* 1964, p. 575; 1964-1971 calculados de *Narkhoz* 1972, p. 531; 1972-1976 calculados de *Narkhoz za 60 let*, p. 485; 1977-1984 de *Narkhoz za 70 let*, p. 58; 1986-1990 de *Narkhoz* 1990, p. 7.

13.4 APÊNDICE 4: ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE DAS ECONOMIAS SOVIÉTICA, AMERICANA E JAPONESA

Tabela 4.1: Índice de produtividade do trabalho, período 1913-1986, em geral,* na indústria e na agricultura.

(Produção por trabalhador empregado: média dos países capitalistas industrializados [P.C.I.] = 100)

	1913	1920	1929	1938	1950	1986
P.C.I.	100	100	100	100	100	100
URSS geral*	23	9	19	29	40	41
EUA geral*	175	185	180	175	240	145
Japão geral*	35	45	50	50	33	85
URSS indústria	25	7	20	34	36	58
EUA indústria	145	170	160	145	180	130
Japão indústria	15	25	30	45	20	90
URSS agricultura	26	16	27	28	25	20
EUA agricultura	175	180	180	200	325	200
Japão agricultura	35	37	37	36	35	37

* “Produtividade do trabalho em geral” aqui representa o que era chamado na URSS de “produtividade social do trabalho” (*obshchestvennaya proizvoditel'nost' truda*) que era obtida dividindo-se a renda nacional pelo número de trabalhadores empregado no setor de produção material. Notar que o conceito marxista soviético de renda nacional, ao contrário do conceito ocidental, engloba apenas a produção *material*, excluindo o setor de serviços.

FONTE: Bolotin (1987, n. 12, p. 144, 146 e 148)

Tabela 4.2: Crescimento do índice de produtividade do trabalho, período 1913-1986, em geral,* na indústria e na agricultura)

(produção por trabalhador empregado) (1913 = 1)

	1920	1929	1938	1950	1986
URSS geral*	0,35	1,05	1,85	3,20	11,15
EUA geral*	1,00	1,30	1,45	2,50	5,15
Japão geral*	1,15	1,65	2,00	1,55	14,75
URSS indústria	0,25	0,90	1,50	2,00	8,70
EUA indústria	0,95	1,30	1,10	1,80	3,45
Japão indústria	1,35	2,10	3,10	1,85	20,65
URSS agricultura	0,65	1,20	1,45	1,55	5,50
EUA agricultura	1,20	1,30	1,70	3,25	9,00
Japão agricultura	1,15	1,25	1,40	1,65	7,75

* “Produtividade do trabalho em geral” aqui representa o que era chamado na URSS de “produtividade social do trabalho” (*obshchestvennaya proizvoditel'nost' truda*) que equivale à renda nacional produzida por trabalhador empregado no setor de produção material. Notar que o conceito marxista soviético de renda nacional, ao contrário do conceito ocidental, engloba apenas a produção *material*, excluindo o setor de serviços.

FONTE: Bolotin, 1987, n. 12, p. 144, 146 e 148.

Tabela 4.3: Crescimento anual médio da produtividade na URSS, diferentes estimativas.

	1928-1940	1950-60	1961-1965	1966-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985
URSS: trabalho (<i>Narkhoz</i>)				6,8	4,5	3,3	2,7
URSS: indústria (<i>Narkhoz</i>)				5,8	6,0	3,2	3,0
URSS: agricultura (<i>Narkhoz</i>)				5,4	4,0	2,6	1,5
URSS: trabalho (Ofer)	2,4	4,4		3,4	2,0	1,4	1,3

FONTES:

Narkhoz 1988, p. 62. Produtividade definida como renda nacional produzida por trabalhador empregado. Como o conceito de renda nacional soviético inclui somente a produção *material* (excluindo-se o setor terciário, ou de serviços), a “produtividade do trabalho em geral” (linha 1) é obtida dividindo-se a renda nacional pelo número de trabalhadores empregados na produção *de bens materiais*.

Ofer, 1987, p. 1.778. A produtividade de trabalho em Ofer é obtida calculando-se o PNB por hora-homem de trabalho.

13.5 APÊNDICE 5: TABELAS DE FATORES EXTENSIVOS E INTENSIVOS DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA SOVIÉTICA

Tabela 5.1: Cálculos ocidentais das fontes de crescimento extensivo e intensivo na URSS (taxas de crescimento anual médio)

	1928 1985	1928 1940	1940 1950	1950 1960	1960 1970	1970 1975	1975 1980	1980 1985
PNB	4,2	5,8	2,2	5,7	5,2	3,7	2,6	2,0
Produtividade total dos fatores	1,1	1,7	1,6	1,6	1,5	0	-0,4	-0,5
Fatores de produção combinados:	3,2	4,0	0,6	4,0	3,7	3,7	3,0	2,5
Trabalho	1,8	3,3	0,7	1,2	1,7	1,7	1,2	0,7
Capital	6,9	9,0	0,4	9,5	8,0	7,9	6,8	6,3
Terra	0,8	1,6	-1,3	3,3	0,2	1,0	-0,1	-0,1

FONTE: Ofer, 1987, p. 1.778.

Observações:

Crescimento econômico extensivo é aquele baseado no emprego de maiores quantidades dos fatores de produção (trabalho, capital, terra e matérias-primas). Crescimento intensivo é baseado num uso mais eficiente (mais “produtivo”) de uma mesma quantidade de fatores de produção. A Produtividade Total dos Fatores (PTF) é o resíduo do crescimento econômico que não pode ser explicado pelo acréscimo quantitativo dos fatores de produção utilizados. Ou seja, assume-se que a Produtividade Total dos Fatores reflete a contribuição pura do *progresso técnico* para o crescimento econômico. Assim, a soma da taxa de crescimento do item “Fatores de Produção Combinados” (parte extensivo do crescimento econômico) com a do item “Produtividade Total dos Fatores” (componente intensivo) nos dá o total geral da taxa de crescimento do PNB na tabela.

Trabalho, capital e terra têm diferentes pesos relativos em sua soma no item “Fatores de Produção Combinados” para compensar pelos diferentes custos e rentabilidade de cada fator (para mais detalhes sobre a metodologia utilizada nos cálculos, ver Ofer, 1987, p. 1.779 e 1.785).

13.6 APÊNDICE 6: ÍNDICES DE SALÁRIOS E PREÇOS NA URSS, EUA E JAPÃO

Tabela 6.1: Salário médio nominal na URSS, em rublos, 1960-1986.

1960	1970	1980	1985	Índice 1960-1985 salários nominais 1960 = 100	Índice 1960-1986 salários reais* 1960=100
80,6	122,0	168,9	190,1	235	210

* O índice de crescimento de salários reais equivale ao índice de crescimento dos salários nominais menos a inflação oficial do período.

FONTE: *Narkhoz za 70 let*, p. 431 e 441.

Tabela 6.2: Índice de preços ao consumidor (cálculos da CIA; 1980 = 1)

	1960	1970	1975	1980	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
URSS	77	84	92	100	109	109	112	117	119	123	131	149
EUA	36	47	66	100	121	126	131	133	138	144	150	159
Japão	24	42	73	100	110	112	115	116	116	117	119	123

FONTE: CIA, *Handbook of Economic Statistics*, 1988, p. 39 e 1991, p. 42.

13.7 APÊNDICE 7: TOYOTISMO, FORDISMO E CRESCIMENTO MACROECONÔMICO COMPARADO DE JAPÃO, EUA E OUTROS PAÍSES DURANTE A ÉPOCA DA TERCEIRA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Tabela 7.1: Comparação de PNB *per capita* no Japão, EUA e Alemanha (1950-1988) (em dólares, convertidos pelas taxas de câmbio oficiais).

Ano	Japão	EUA	Alemanha Ocidental
1950	131	1.895	468
1955	273	2.446	825
1960	468	2.852	1.302
1965	919	3.629	1.942
1970	1.948	4.952	3.041
1975	4.475	7.401	6.784
1980	9.103	11.996	13.296
1985	11.098	16.760	10.355
1988	19.905	18.570	18.373

Tabela extraída de Tsuru, 1993, p. 182.

COMENTÁRIO:

Em 1993, o Produto Interno Bruto *per capita* de Japão, EUA e Alemanha, em dólares das taxas de câmbio oficiais era, respectivamente, US\$33.612, US\$24.302 e US\$23.537. (OECD, 1995a, p. 14) Mas, esta vantagem japonesa tem que ser relativizada. Se, em vez das taxas de câmbio, utilizarmos os cálculos de PPP (*Purchasing Power Parity*, ou Paridade de Poder de Compra, que refletem os verdadeiros custos reais em cada país, evitando as distorções nos preços causadas pelas taxas de câmbio, fenômenos monetários etc.), obteremos, para os três países resultados diferentes, respectivamente, US\$20.279, US\$24.302 e US\$18.506. (*ibid.*, p. 18) Ou seja, em 1993, os Estados Unidos ainda lideram em produtividade como um todo (englobando indústria, serviços, agricultura etc.). A vantagem americana provém do crescimento moderadamente alto e relativamente estável (descontando-se as épocas de crise mundiais), em termos de crescimento da economia como um todo (e da produtividade), em meados e finais do século passado e primeira metade deste século. (Maddison, 1991, p. 49-51) Este crescimento estável por tanto tempo (combinado ao relativamente pouco prejuízo, e mesmo vantagens, obtidas nas duas grandes guerras), criou uma liderança “isolada” à frente dos outros países. Entretanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, enquanto os EUA permaneciam em ritmos moderados de crescimento (com tendências à estagnação a partir da década de 70), o Japão foi o país que mais rapidamente cresceu (tanto em termos da economia como um todo, quanto em termos de produtividade *per capita*) no período da Terceira Revolução Tecnológica.

O grande teste da superioridade de um modelo econômico sobre outro é o da produtividade *per capita* (produção por trabalhador empregado) ou, o que é tecnicamente mais acertado (devido às diferenças em horários de trabalho, férias e feriados etc.), produção *por número de horas trabalhadas*. Os Estados Unidos ainda é o líder em termos de produtividade, mas, devido à superioridade japonesa em termos de *taxas de crescimento* de produtividade, o hiato entre os dois países diminuiu de maneira extremamente rápida no período do pós-guerra (o Japão já é líder *em produtividade absoluta* em algumas áreas, como indústria automobilística, eletrônica e de equipamentos, ou seja, exatamente as áreas mais diretamente afetadas pelo toyotismo).

Abaixo, uma tabela dos ritmos de crescimento da produtividade *per capita* em diversos países em diferentes períodos:

Tabela 7.2: Fases de crescimento da produtividade (PIB por hora trabalhada), 1870-1987 (taxa de crescimento médio anual composta).

	1870-1913	1913-1950	1950-1973	1973-1987	1870-1987
Japão	1,9	1,8	7,6	3,5	3,2
EUA	1,9	2,4	2,5	1,0	2,1
Alemanha	1,9	1,0	5,9	2,6	2,5
Reino Unido	1,2	1,6	3,2	2,3	1,9
Austrália	1,1	1,5	2,7	1,8	1,6
Áustria	1,8	0,9	5,9	2,7	2,4
Bélgica	1,2	1,4	4,4	3,0	2,1
Canadá	2,3	2,4	2,9	1,8	2,4
Dinamarca	1,9	1,6	4,1	1,6	2,2
Finlândia	1,8	2,3	5,2	2,2	2,7
França	1,6	1,9	5,0	3,2	2,6
Itália	1,7	2,0	5,8	2,6	2,7
Holanda	1,3	1,3	4,8	2,4	2,1
Noruega	1,6	2,5	4,2	3,5	2,6
Suécia	1,7	2,8	4,4	1,6	2,6
Suíça	1,5	2,7	3,3	1,2	2,2
Média aritmética	1,7	1,9	4,5	2,3	2,4

Tabela extraída de Madison, 1991, p. 51.

Tabela 7.3: Níveis comparativos de produtividade (PIB por hora trabalhada em relação ao país líder)

1820-1890 Reino Unido = 100 / 1913-1987 Estados Unidos = 100

	1820	1870	1890	1913	1929	1938	1950	1960	1973	1987
EUA	83	96	99	100	100	100	100	100	100	100
Japão	31	18	20	18	22	23	15	20	46	61
Alemanha	62	48	53	50	42	46	30	46	64	80
França	80	54	53	48	48	54	40	49	70	94
Itália	58	39	35	37	35	40	31	38	64	79
Reino Unido	100	100	100	78	67	64	57	56	67	80
Canadá		62	63	75	66	58	75	79	83	92
Áustria	66	49	53	48	37	33	27	38	59	74
Bélgica	72	79	80	61	55	53	42	45	64	86
Dinamarca	66	57	59	58	59	54	43	46	63	68
Finlândia	49	33	32	33	32	33	31	36	57	67
Holanda	99	85	87	69	74	64	46	54	77	92
Noruega	59	46	48	43	45	50	43	52	64	90
Suécia	58	45	46	44	38	43	49	54	76	82
Suíça		60	61	51	57	55	56	59	67	68
Austrália	90	127	99	93	77	75	67	69	70	78

Tabela extraída de OECD, 1996a, v. 2, p. 32.

NOTA:

1. O Reino Unido foi o líder em produtividade até cerca de 1890. Depois disso, o líder foi os EUA.
2. Os dados de 1820 foram calculados extrapolando-se retroativamente os dados de 1870, utilizando-se o crescimento do PIB real *per capita*.

COMENTÁRIO:

O Japão, tendo partido do nível comparativo mais baixo de produtividade no pós-guerra de todos os países acima (índice 15 em 1950 pela tabela 7.3), foi o que teve as maiores taxas de crescimento da produtividade, tanto no período 1950-73 como em 1973-1987 (respectivamente, 7,6% e 3,5% anuais, pela tabela 7.2), bem à frente dos outros colocados. E, principalmente, foi o modelo que melhor resistiu às vicissitudes da crise das década de 70, que colocou em xeque todo o futuro do regime de acumulação de base fordista (Lieptz, 1986, p. 17-18). Escrevendo sobre esta crise, Lipietz (*ibid.*, p. 26) ressaltou que:

“De acordo com o Centro (francês) de Estudos Prospectivos e Informação Internacional (C.E.P.I.I. 1984), apenas um país [o Japão], através de inovações radicais na organização do trabalho, mostrou, ao final dos anos 70, uma reversão das tendências desfavoráveis em termos de crescimento de produtividade e de movimentos na composição orgânica do capital (apesar de não ainda ao nível dos bons anos 60)”.

O resultado disto é que o Ocidente, a partir de meados da década de 70, tem partido para copiar muitas características (principalmente microeconômicas) do paradigma japonês. A maioria das grandes empresas ocidentais têm tentado adotar técnicas flexíveis toyotistas em seu funcionamento (*Just in Time, Total Quality Control, Círculos de Qualidade, Estoque Zero* etc.).

Em termos da produtividade nas indústrias mais afetadas pelas técnicas toyotistas, ou seja, indústria de transportes (incluindo automobilística), de produção de máquinas e de

engenharia elétrica, a produtividade japonesa (por hora trabalhada) já é a primeira do mundo, estando 17% acima do segundo colocado, os EUA.¹⁹⁷ (Nasar, 1992, p. D19, c. 4) A produtividade no setor de serviços no Japão é relativamente baixa, o que diminui muito sua média no total.

É importante notar que analisamos, neste trabalho, os desenvolvimentos do toyotismo e do Japão *na época da Terceira Revolução Tecnológica*. Este período mandeliano,¹⁹⁸ de aproximadamente 50 anos, da Terceira Revolução Tecnológica, que começou após a Segunda Guerra Mundial (1945), deve (pela teoria) terminar no início ou meados dos anos 90. E, realmente, há sinais discretos de que a economia dos países capitalistas avançados começa, lentamente, a se recuperar, nesta década de 90, da longa *onda com tonalidade de estagnação* das décadas de 70 e 80.¹⁹⁹ Por outro lado, o Japão tem mostrado índices menos dinâmicos de crescimento macroeconômico no início desta nova década e novo período. Isto se deve ao fato de que, após haver crescido e se transformado no segundo Produto Nacional Bruto do mundo, o Japão passa pelo fenômeno, comum a outras potências-líderes do passado (como Inglaterra e EUA), que se reflete em taxas mais moderadas de crescimento e uma crescente *financeirização* de seu sistema: o excesso de capital criado durante o período do “milagre econômico” sobrepuja a capacidade de absorção do sistema e este capital, então, sem conseguir obter sua valorização por meios puramente produtivos (industriais), lança-se nos mercados financeiros ou especulativos.²⁰⁰ Este crescimento mais moderado do Japão na década de 90 não invalida nossa tese sobre o toyotismo como o paradigma produtivo industrial mais avançado da época da Terceira Revolução Tecnológica, pois: 1) a acomodação atual do Japão a taxas de crescimento industrial mais baixas, como demonstrou Arrighi,²⁰¹ corresponde ao estágio natural de um país “excessivamente rico” e com dificuldades de valorização do capital acumulado e, principalmente, 2) o toyotismo, não só provou sua superioridade nos anos 70 e 80, como a maioria das grandes empresas industriais ocidentais adentraram os anos 90 adotando (ou tentando adotar) total (ou parcialmente) técnicas toyotistas (ou de outros paradigmas da

¹⁹⁷ Um artigo no *The New York Times* de 13/10/92 reproduziu os resultados de uma pesquisa do McKinsey Global Institute, de Washington, DC, EUA, sobre índices de produtividade em vários países.

“Em 1990, o trabalhador americano de tempo integral produziu US\$49.600 em bens e serviços por ano. A paridade de poder de compra, o trabalhador francês produziu US\$47.000, o alemão US\$44.200, o japonês US\$38.200, o britânico US\$37.100.” (Nasar, 1992, p. D1, c. 6) No total das indústrias manufatureiras, o Japão e Alemanha estão empatados em 80% do nível dos EUA, apesar de que o Japão já ultrapassou os EUA na indústrias de produção de maquinarias, engenharia elétrica e equipamentos de transporte (Japão 117% e Alemanha 80% dos EUA). A produtividade do Japão é bastante diminuída devido a sua baixa produtividade no setor de serviços. (*ibid.*, p. D1, c. 6 e D19, c. 4)

¹⁹⁸ Ver a explicação sobre a teoria dos períodos econômicos longos cíclicos de Mandel, que norteiam o presente trabalho, no capítulo desta tese dedicado ao estudo das “Revoluções Tecnológicas”.

¹⁹⁹ A recuperação, nos EUA, começou após 1991 e na Europa, em geral, após 1993. Foi a partir daí (depois de haver atingido o “fundo do poço”) que as taxas de crescimento anual do PIB destes países voltaram a subir lentamente. Entretanto, como o período transcorrido desde então é pequeno, e a recuperação é lenta, e não vigorosa, torna-se necessário confirmar posteriormente se esta tendência se confirmará como de longo prazo.

Abaixo a tabela de percentagens de crescimento do Produto Interno Bruto dos EUA, Europa e Japão nos anos 90, retiradas da publicação *Main Economic Indicators* da OCDE:

Tabela 1.9 - Crescimento do PIB de EUA, OCDE-Europa e Japão, 1990-1996

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
EUA	0,9	-0,7	2,1	3,0	4,1	2,0	2,4
OCDE-Europa*	2,8	1,1	0,9	-0,3	2,6	2,5	1,7
Japão	5,6	4,5	1,3	0,1	0,6	0,9	3,6

* OCDE-Europa = países da Europa pertencentes a OCDE.

Fontes: ano 1990 de MEI (*Main Economic Indicators*), dez. 1991, p. 174; ano 1991 de MEI, dez 1992, p. 174; ano 1992 de MEI, dez 1993, p. 196; ano 1993 de MEI, dez 1994, p. 210; ano 1994 de MEI, dez 1995, p. 200; ano 1995 de MEI, set. 1996, p. 200; ano 1996 de MEI, set. 1997, p. 225.

²⁰⁰ Para um excelente estudo sobre este fenômeno da “financeirização” como estágio final das potências industriais, ver o excelente livro de Giovanni Arrighi *O Longo Século XX*.

²⁰¹ Arrighi (1994, p. 345 e 352-353) e em comunicação pessoal ao autor em 17 junho 1996, na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.

“especialização flexível”) para poderem atuar competitivamente nesta nova era de competição global ultra-acirrada. Atualmente, rara é a empresa de porte global que não adota técnicas de “produção e administração flexíveis”. A primeira metade desta década de 90 ainda não permite antever como serão os futuros paradigmas de produção hegemônicos nesta nova fase, mas é obvio que a marca indelével deixada pelos paradigmas “flexíveis”. Nos anos 90 (a partir das experiências das décadas de 70 e 80), tanto na administração governamental como na privada (e também no mercado de trabalho e em outras áreas) a palavra de ordem parece ser “flexibilidade”.

13.8 APÊNDICE 8: GASTOS MILITARES SOVIÉTICOS

Tabela 8.1: Gastos militares soviéticos, diversas estimativas, 1950-1985
(bilhões de rublos)

ano	Soviético oficial (preços correntes)	SIPRI 1979 (preços correntes)	SIPRI década 80 (preços correntes)	Lee 1 (preços correntes)	Lee 2 (rublos de 1970)	CIA 1 (rublos de 1970 (média))	CIA 2 (rublos de 1970 (extremos))
1950	8,3		17,1				
1951	9,4					26,0	19-33
1952	10,9					26,5	20-33
1953	10,8					24,5	19-30
1954	10,2					25,5	20-31
1955	10,7		23,3	14,0		30,0	24-36
1956	9,7			12,5		28,5	23-34
1957	9,1			12,5		25,5	21-30
1958	9,4	17,0		13,5		26,0	22-30
1959	9,4	18,4		15,0		25,5	22-29
1960	9,3	18,3	21,8	16,0		27,0	23-31
1961	11,6	22,8		18,5		30,0	26-34
1962	12,6	24,9		21,0		33,5	29-38
1963	13,9	27,3		23,0		35,0	31-39
1964	13,3	26,1		24,5		38,0	34-42
1965	12,8	25,1	30,0	26,0		39,0	35-43
1966	13,4	26,3		28,0	29,2	40,0	36-44
1967	14,5	28,5		32,5	33,0	43,0	39-47
1968	16,7	32,4		38,5	38,5	46,0	42-50
1969	17,7	34,6		42,0	42,2	47,5	43-52
1970	17,9	35,2	42,0	46,0	46,5	48,5	44-53
1971	17,9	35,7	42,7		52,0	59,5	45-54
1972	17,9	36,3	43,3		56,5	51,0	46-56
1973	17,9	36,9	44,0		63,5	53,0	48-58
1974	17,7	37,4	44,7		69,0	56,5	51-62
1975	17,4	38,0	45,4		77,0	59,0	53-65
1976	17,4	38,5	46,0		83,5	62,5	56-69
1977	17,2	39,1	46,7		89,0	63,0	56-70
1978	17,2	39,7	47,4		98,0	64,5	57-72
1979	17,2		48,0		107,0	67,0	59-75
1980	17,1		48,7		117,0	70,5	62-79
1981	17,1		49,5				
1982	17,1		50,2				
1983	17,1						
1984	17,1						
1985	19,1						

Tabela extraída, com adaptações e adições de Becker, 1985, p. 4. Complementação do presente autor: dados para os anos 1950-54 e 1984-5 e coluna CIA 2, além de precisão em casas decimais dos dados da coluna CIA 1.

Fontes:

Coluna Soviético Oficial Rublos correntes (= dotação do item *oborona* [“defesa”] no orçamento anual oficial da URSS): anos 1958-85, *Narkhoz* de cada ano; Anos 1950, 1953, 1955 e 1956 de *Narkhoz* 1958, p. 900; anos 51 e 52 de Moorsteen & Powel, 1966, p. 630; ano 1954 de Plotnikov, 1954, p. 531; ano 1957 de Minfin, 1962, p. 19.

Coluna SIPRI 1979: *SIPRI Yearbook*, 1979, p. 38-39.

Coluna SIPRI década de 80: *SIPRI Yearbook* 1980 (p. 25), 1981 (p. 102), 1982 (p. 146) e 1983 (p. 167).

Colunas Lee preços correntes: Lee, 1977, p. 97 (ano 1975, projeção)

Lee rublos de 1970: U.S. House of Representatives, 1980, p. 22 (cifras são médias arredondadas dos dados de LEE).

Coluna CIA 1: médias arredondadas dos dados fornecidos pela CIA na coluna CIA 2.

Coluna CIA 2: cifras representam estimativas mínimas e máximas dos gastos de defesa da URSS para cada ano, calculadas pela CIA em JEC, 1982, p. 123. Variações representam definições mais estreitas ou mais abrangentes do conceito de “gastos de defesa” (incluir, ou não, parte da pesquisa aeroespacial, gastos com segurança interna etc.).

Tabela 8.2: Gastos militares em percentagem de PNB 1950-1985, várias estimativas.

ano	URSS oficial % PML	URSS SIPRI 1979	URSS SIPRI 1980-81	URSS SIPRI 1982-83	URSS LEE preços correntes	URSS LEE rublos de 1970	URSS CIA 1 rublos de 1970	URSS CIA 2 preços correntes	URSS CIA 3 rublos de 1970 (média de CIA 4)	URSS CIA 4 rublos de 1970 (extremos)	EUA SIPRI % PIB
1950	15,0										5,1
1951									19,0	13,9-24,0	
1952									18,2	13,7-22,6	13,6
1953	14,6								16,0	12,4-19,6	13,4
1954									15,9	12,4-19,3	11,6
1955	11,5				11,5				17,2	13,7-20,6	10,0
1956	9,4				9,5				15,1	12,2-18,0	9,8
1957	8,3				8,5				13,0	10,7-15,3	9,9
1958	7,3	11			8,5				12,3	10,4-14,2	10,0
1959	6,9	11,2			8,5				11,4	9,8-13,0	9,4
1960	6,4	10,4	12,4		9,0				11,6	9,9-13,3	8,9
1961	7,6	12,3			9,5				12,3	10,6-13,9	9,1
1962	7,6	12,5			10,5				13,2	11,4-14,9	9,3
1963	8,2	13,4			10,5				13,9	12,3-15,5	8,8
1964	7,3	11,9			10,0				13,6	12,2-15,0	8,0
1965	6,6	10,7	12,8		10,0		11-13		13,2	11,8-14,5	7,5
1966	6,5	10,5			10,0	11	11-13		12,8	11,5-14,1	8,4
1967	6,4	10,5			10,5	11,5	11-13		13,2	12,0-14,4	9,4
1968	6,8	11			12,0	12,3	11-13		13,6	12,1-15,0	9,2
1969	6,8	10,9			12,0	12,8	11-13		13,4	12,1-14,6	8,6
1970	6,2	10	12		11,5	12,9	11-13	12-14	12,6	11,4-13,8	7,8
1971	5,9	9,7	9,7			13,6	11-13		12,5	11,3-13,6	6,9
1972	5,7	9,6	9,6	11,4		13,7	11-13		12,6	11,3-13,8	6,6
1973	5,3	9,0	9	10,8		14,5	11-13		12,2	11,0-13,3	6,0
1974	5,0	8,7	8,7	10,4		14,8	11-13		12,5	11,3-13,7	6,1
1975	4,8	8,6	10,3	10,3	14,5	15,5	11-13		12,8	11,5-14,1	6,0
1976	4,5	8,3	9,9	9,9			11-13		13,0	11,6-14,3	5,4
1977	4,2	8,0	9,6	9,5			11-13		12,7	11,3-14,1	5,3
1978	4,0		9,4	9,2			12-14		12,6	11,1-14,0	5,1
1979	3,9			9			12-14		13,0	11,4-14,5	5,1
1980	3,7 (2,8)			8,8		18	12-14	15-17	13,4	11,8-15,0	5,6
1981	3,5			8,7			12-14	15-17			5,8
1982	3,3						12-14	15-17			6,5
1983	3,1						12-14	15-17			6,7
1984	3,0							15-17			6,5
1985	3,3 (2,5)							15-17			6,6
1986	3,2 (2,5)							15-17			6,7
1987	3,4 (2,4)							15-17			6,4
1988	3,2 (2,3)							15-17			6,0
1989	11,2 (8,0)							15-17			
1990	9,9 (6,9)										

Tabela adaptada, com modificações e adições de Becker, 1985, p. 13.

FONTES:

Coluna URSS oficial % PML (= valor do item “defesa” no orçamento oficial soviético em percentagem do Produto Material Líquido soviético; valores entre parênteses após 1980, representam % de PNB): anos 1958-90 de *Narkhoz* de cada ano. Anos 1950, 1953, 1955, 1956 calculados de *Narkhoz* 1958, p. 900 e *Yearbook of National Accounts Statistics 1960*, p. 263. Ano 1957 calculado de Minfin, 1962, p. 19 e *Yearbook of National Accounts Statistics 1960*, p. 263. O conceito soviético de renda nacional produzida (= Produto Material Líquido) inclui somente a produção material, excluindo o setor terciário de serviços. A partir de 1988, o anuário estatístico *Narodnoe Khozyaistvo* começou a publicar também estimativas de PNB (Produto Nacional Bruto, que inclui serviços) do país, de onde foram retiradas as percentagens de PNB entre parênteses. Até 1988, quando os gastos reais de defesa da URSS eram um segredo de estado, o item “defesa” do orçamento cobria apenas gastos com manutenção (salário etc.) das forças armadas (excluindo produção de armamentos, pesquisa etc.). Com as revelações por Gorbachev (1990, p. 2) dos *reais* gastos militares da URSS (“os gastos com defesa [na década de 80] chegaram a atingir 18% do PML”), o notável aumento das percentagens *oficiais* de 1989 e 1990 é devido ao fato de que, naqueles anos, os gastos militares passaram a ser discriminados em

sua totalidade na rubrica “defesa” do orçamento oficial da URSS (e não dispersos por outras dotações orçamentárias da ciência e indústria, como antes).

Colunas URSS-SIPRI (diferentes avaliações do SIPRI dos gastos militares soviéticos, a preços de mercado): SIPRI 1979, de *SIPRI Yearbook* 1979, p. 38-39; SIPRI 1980-81, de *SIPRI Yearbook* 1980, p. 29 e 1981, p. 166; SIPRI 1982-1983, de *SIPRI Yearbook* 1982, p. 150 e 1983, p. 171..

Coluna Lee preços correntes: Lee, 1977, p. 98.

Coluna Lee rublos de 1970: U.S. House of Representatives, 1980, p. 22 (ano de 1980, de United States Senate, 1980, p. 9)

Colunas CIA (avaliações da CIA em diferentes épocas; todas a custo dos fatores):

Coluna CIA 1: de JEC, 1984, p. 214 e de depoimento do então diretor da CIA, Stansfield Turner, em JEC, 1981, p. 137 de que “[...] os gastos com defesa [da URSS] representaram de 11 a 13 % do PNB entre 1965 e 1978; uma proporção, a grosso modo, constante. Mas, já que a economia não tem crescido tão rapidamente, esta proporção subiu para 12 a 14% [desde 1978].”

Coluna CIA 2 (após revisão das cifras da CIA, devido à reforma de preços de 1982 na URSS): JEC, 1988, p. 124 e JEC, 1990, p. 60.

Coluna CIA 3: média entre os extremos da coluna CIA 4.

Coluna CIA 4: calculada de JEC, 1982, p. 123 e 52-54. cifras representam estimativas mínimas e máximas dos gastos de defesa da URSS para cada ano, calculadas pela CIA. Variações representam definições mais estreitas ou mais abrangentes do conceito de “gastos de defesa” (incluir ou não, parte da pesquisa aeroespacial, gastos com segurança interna etc.).

Coluna EUA-SIPRI (percentagem do PIB americano empregado em gastos militares): ano 1950 de *SIPRI Yearbook* 1980, p. 29; anos 1952-72 de *SIPRI Yearbook* 1974, p. 208-209; anos 1973-75 de *SIPRI Yearbook* 1981, p. 166; anos 1976-85 de *SIPRI Yearbook* 1986, p. 243; anos 1986-88 de *SIPRI Yearbook* 1989, p. 188.

Tabela 8.3: Gastos militares a preços constantes e correntes (em bilhões de dólares), segundo cálculos de SIPRI (S.) e USACDA (U.).

ano	1950 X	1955 X	1960 X	1965 X	1970 X	1975 X	1979 X	1979 XX	1980 XX	1985 XX	1985 XXX	% 1985
EUA (S.)	39,5	98,2	100,0	107,2	130,9	110,2	110,1	138,8	144,0	204,9	266,6	30,9
NATO (S.)	67,4	142,6	150,4	168,0	193,9	184,9	191,8	248,2	256,3	327,7		49,4
URSS (S.)	37,7	51,2	48,0	65,9	92,5	99,8	105,7	129,9	131,8	146,2		22
P.V. (S.)	40,7	54,2	51,4	71,3	100,8	110,3	118,0	142,3	144,3	160,1		24,1
Mundo (S.)								561,8	567,0	663,1		100
EUA (U.)					128,8	108,5	112,3		144,0		265,8	27,6
NATO (U.)					192,4	183,3	195,2		188,9		409,2	42,5
URSS (U.)					127,8	151,4	166,7		198,2		277,2	28,8
P.V. (U.)					150,0	178,1	193,6		233,3		329,7	34,2
Mundo (U.)					425,4	474,7	521,4		719,0		963,4	100

FONTE: *SIPRI Yearbook* 1980, p. 21 e *SIPRI Yearbook* 1986, p. 231 e 238; WMEAT 1970-1979, p. 43, 46, 76 e 81 e WMEAT 1989, p. 31, 35, 65 e 69 (dados aproximados à primeira casa decimal, quando necessário)

NOTA:

1. SIPRI = Stockholm International Peace Research Institute. USACDA = United States Arms Control and Disarmament Agency. WMEAT = World Military Expenditures and Arms Transfers (publicação anual da USACDA). Para avaliação dos gastos militares dos países comunistas, USACDA utiliza dados da CIA, enquanto que SIPRI utiliza publicações oficiais complementadas por avaliação independente através de outras fontes primárias e secundárias. Para outros países, ambas agências utilizam publicações oficiais da Nato e dos países envolvidos. Conceito de gastos militares segue modelo descritivo da Nato.

2. Anos X em dólares constantes e taxas de câmbio de 1978. Anos XX em dólares constantes (e taxas de câmbio) de 1980. Ano XXX em dólares correntes de 1985 e taxas de câmbio do mesmo ano. Para países comunistas, ambas agências utilizam cálculos de paridade de poder de compra em vez das taxas de câmbio oficiais. Devido à utilização de anos-base diferentes para os dólares constantes (1978 e 1980, além de dólares correntes de 1985), a comparação horizontal pelas linhas só é aconselhável dentro do período calculado a dólares do mesmo ano-base. A comparação vertical (pelas colunas) é sempre possível. A discrepância estatística causada pelo uso dos anos-base diferentes pode ser avaliada comparando-se as colunas 1979X e 1979XX, além de 1985XX e 1985XXX. A coluna % 1985 mostra a participação de cada país ou região em relação ao total das despesas mundiais (em percentagem).

3. P.V. representa países do Pacto de Varsóvia, incluindo URSS. Total NATO inclui EUA. Devido às conhecidas dificuldades de cálculo das “reais” despesas militares da União Soviética, os dados para aquele país e o P.V. devem ser vistos como aproximações indicativas, com grande margem para erro.

Tabela 8.4: Crescimento anual médio dos gastos militares no pós-guerra, diferentes estimativas.

	1950- 1955	1955- 1960	1960- 1965	1965- 1970	1970- 1975	1975 1980	1980 1985
EUA (SIPRI)				4,7	-2,2	0,2	7,4
URSS (SIPRI)				7	1,5	1,5	
URSS (CIA)					4	2	2
URSS (Ofer)		-2,1	6,1		3,8	2,6	2,2

FONTES:

SIPRI: anos 1965-70 em *SIPRI Yearbook* 1969/70, p. 28 (a dólares constantes de 1960); anos 1970-80 em *SIPRI Yearbook* 1981, p. 150 (a dólares constantes de 1978). 1980-85 (EUA) de *SIPRI Yearbook* 1986, p. 212 (a dólares constantes de 1980). Cifras para URSS a paridade de poder de compra.

CIA: 1970-85 de JEC, 1989, p. 103-104 (a rublos de 1982)
Ofer: Ofer, 1987, p. 1.778.

Tabela 8.5: Gastos militares soviéticos em percentagem de PNB/PML antes da segunda Guerra Mundial.

	1928	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Bergson % PNB	1,6						6,7			14,5				39,8	
JEC 1957 %PNB	2,8						9,0			17,5				35,8	
Davies % PML	4,1	9,0								19,0					
Harrison %PML										17,0	28,0	61,0	61,0	53,0	
oficial % orçam.	10,0	3,4	3,4	9,0	11,1	16,1	16,4	18,7	25,6	32,6	43,3	59,3	59,5	52,2	42,9
oficial Gosk. %PML										11		40	44	35	25

Fontes:

Linha Bergson: Bergson, 1961, p. 149 (em % de PNB, a custo de fatores do rublo de 1950)

Linha Davies: Davies, 1993, p. 602 (em percentagem do Produto Material Líquido, em rublos correntes)

Linha JEC 1957: JEC, 1957, p. 127 (em % de PNB, rublos correntes)

Linha Harrison: Harrison, 1996, p. 126 (em % de PNB, a custo dos fatores do rublo de 1937)

Linha oficial % orçam. (= percentagem do orçamento soviético oficialmente dedicada à defesa): calculada de Plotnikov, 1954 (a preços correntes: anos 1928-32 de página 132; anos 1933-37 de p. 206 e 215; 1938-40 de p. 260; 1941-45 de p. 324; nota: o ano 1928 nesta linha equívale ao ano financeiro 1928-29 de Plotnikov).

Linha oficial Gosk. % PML: (= percentagem do Produto Material Líquido soviético gasto em defesa, segundo cálculos do Goskomstat, o novo serviço estatístico da URSS no período da *perestroika*) apud Harrison, 1996, p. 29-30.

Tabela 8.6: Percentagens anuais médias de crescimento dos gastos de defesa da URSS antes da Segunda Guerra Mundial, estimativas ocidentais.

	1928- 1937	1937- 1940
Bergson	29,2%	38,5%
Ofer	26,6%	

FONTES:

Bergson (1961, p. 217) (a custo dos fatores do rublo de 1937)

Ofer (1987, p. 1.778) (período 1928-40, a custo dos fatores do rublo de 1950).

13.9 APÊNDICE 9: A AGRICULTURA NA URSS

Tabela 9.1: URSS, médias anuais da fração dos investimentos (em capital fixo) destinados à agricultura e da fração da renda nacional gerada pela agricultura, expressas em percentagem e em rublos.

	1918-40		1956-59	1961-65	1966-70	1971-75	1976-80	1981-85
% I.P.D.	11,3%		13,9%	15,2%	16,7%	19,8%	20,0%	18,5%
% I.D.I.				20%	24%	27%	28%	27%
% P.R.N.				21,6%	21,8%	18,9%	16,6%	17,9%
I.P.D.r.				42,3	66,7	111,2	143,2	156,2
I.D.I.r.				56,9	96,2	152,8	199,6	227,2
P.R.N.r.				206,5	301,5	348,2	380,9	483,7

NOTA:

%I.P.D = Percentagem de Investimentos Produtivos Diretos (i.e., relacionados *diretamente* à produção) na Agricultura em relação ao total de investimentos do país no período designado.

%I.D.I = Percentagem de Investimentos Diretos (produtivos e não produtivos) e Indiretos na agricultura em relação ao total de investimentos do país (inclui gastos com institutos de pesquisa agrícola, moradia rural etc.) no período designado.

%P.R.N. = Percentagem da Renda Nacional soviética gerada pela agricultura no período designado.

I.P.D.r. = %I.P.D. expressa em bilhões de rublos constantes de 1983 (total do período).

I.D.I.r. = %I.D.I. expressa em bilhões de rublos constantes de 1983 (total do período).

P.R.N.r. = %P.R.N. expressa em bilhões de rublos constantes de 1983 (total do período).

FONTE: Linhas %I.P.D., %I.D.I., I.P.D.r. e I.D.I.r. de *Narkhoz za 70 let*, p. 275 e 328-329; Linha %P.R.N. a preços correntes da sessão *Natsional'nyi Dokhod po Otrasyam Narodnogo Khozyaistva* ["Renda Nacional por Setor da Economia"] de *Narkhoz* de cada ano (somadas e divididas pelo número de anos de cada período para se obter a média anual representativa do período como um todo); Linha P.R.Nr. calculada a partir da linha %P.R.N. desta tabela e de Bolotin, 1987, n. 11, p. 147, que nos fornece o total da renda nacional para cada período (como linha %P.R.N. está dada em renda nacional *produzida* [*proizvedennyi natsional'nyi dokhod*] e Bolotin coloca seus dados em termos de renda nacional *utilizada* [*ispol'zovanniy natsional'nyi dokhod*], adaptamos os números de Bolotin para renda nacional *produzida*; fizemos isso calculando a diferença anual entre as duas, dada em *Narkhoz* de cada ano e acrescentando esta diferença média anual, em termos de percentagem, aos números do autor soviético).

Tabela 9.2: Índice da produção agropecuária bruta e comercializada da URSS, 1913-1945. Ano 1913 = 100.

ano	1913	1917	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1945
pab	100	81	64	55	75	84	82	107	114	113	117	116	126	126	125	121	125	138	118	150	120	125	155	93
pac	100					38 (média anual)					109 (média anual)					152 (média anual)					174 (média anual)		122	
ppb	100	100	72	67	73	88	104	121	127	134	137	129	100	93	75	65	72	86	96	109	120	119	114	72
ppc	100										88 (média anual)					92 (média anual)					174 (média anual)		58	
papb	100	88	67	60	75	86	90	112	118	121	124	121	117	114	107	101	106	119	109	134	120	121	141	86
pac	100										100 (média anual)					125 (média anual)					147 (média anual)		94	

pab = Produção Agrícola Bruta

pac = Produção Agrícola Comercializada

ppb = Produção Pecuária Bruta (incluindo suinocultura, avicultura e outras formas de criação de animais)

ppc = Produção Pecuária Comercializada (incluindo suinocultura, avicultura etc.)

papb = Produção Agropecuária Bruta

pac = Produção Agropecuária Comercializada

NOTA: Produção comercializada (*tovarnaya produktsiya*) refere-se à parte da produção vendida para fora da zona rural. Anos 1917 a 1940 estão em comparação com ano 1913 dentro do território ocupado pelas fronteiras da URSS no início de 1939. Ano 1945 em comparação com 1913 dentro do território ocupado pelas fronteiras da URSS no pós-guerra.

FONTE: *Sel'khoz* 1960, p. 23 e79. Produção agrícola comercializada de 1923-27 de *Narkhoz* 1958, p. 351, e refere-se somente à produção de cereais do período em comparação à produção de cereais de 1913.

Tabela 9.3: Tabela Nemchinov-Stalin sobre produção bruta e comercializada de cereais antes da Primeira Guerra Mundial (1913) e na parte final da NEP (1926-7) no território da URSS.²⁰²

antes da guerra:	produção bruta de cereais		Produção comercializada		Prod. comerc. como % da prod. bruta
	milhões de <i>puds</i>	%	milhões de <i>puds</i>	%	
1. Grandes proprietários rurais	600	12,0	281,6	21,6	47,0
2. Camponeses abastados (<i>kulaks</i>)	1.900	38,0	650,0	50,0	34,0
3. Camponeses médios e pobres	2.500	50,0	369,0	28,4	14,7
Total	5.000	100	1.300,6	100	26,0

depois da I guerra (1926-7)	produção bruta de cereais		Produção comercializada		Prod. comerc. como % da prod. bruta
	milhões de <i>puds</i>	%	milhões de <i>puds</i>	%	
1. Fazendas coletivas e estatais	80,0	1,7	37,8	6,0	47,2
2. Camponeses abastados (<i>kulaks</i>)	617,0	13,0	126,0	20,0	20,0
3. Camponeses médios e pobres	4.052,0	85,3	466,2	74,0	11,2
Total	4.749,0	100	630,0	100	13,3

NOTA: 1 *pud* = 16,38 quilos. Produção comercializada (*tovarnaya produktsiya*) refere-se à produção vendida para fora da zona rural.

FONTE: Stalin, 1946-1951a, p. 85

²⁰² Inserimos esta tabela, baseada em dados do estatístico Nemchinov, e primeiramente divulgada por Stalin em 1928, devido ao impacto que teve nos meios políticos soviéticos no período de finalização da política agrícola da NEP e sua substituição pela coletivização da agricultura. Stalin utilizou-a para demonstrar que a política da NEP, baseada em pequenos produtores rurais, falhava em produzir excedentes comercializáveis da produção. Para análises ocidentais críticas (pró e contra) à validade dos dados desta tabela, ver a famosa polêmica entre Karcz (1967) e Davies (1970).

Tabela 9.4: Produção total de cereais (PT), produção por hectare de cereais (PH) e produção agropecuária líquida por trabalhador rural (PTR) em diversos países, 1969-1986.

	1961-65 média PT	1969-71 média PT	1979-81 média PT	1985 PT	1969-71 média PH	1979-81 média PH	1985 PH	1913 PTR	1950 PTR	1986 PTR
URSS	112,9	169,3	170,5	182,2	1,5	1,4	1,6	1,0	1,6	5,5
EUA	169,1	209,9	301,3	347,4	3,5	4,1	4,8	6,1	19,6	54,7
RFA*	14,7	19,1	22,9	25,9	3,7	4,4	5,3	3,1	5,3	31,1
RDA*	5,8	7,0	9,1	11,6	3,0	3,6	4,6	n.d.	n.d.	n.d.
Japão	19,5	17,6	14,3	15,9	5,0	5,2	5,8	1,3	2,1	10,1

* RFA = República Federal Alemã; RDA = República Democrática Alemã; n.d. = não disponível

NOTA: Produção Total (PT) dada em milhões de toneladas métricas; Produção por Hectare (PH) em tonelada por hectare; PTR em milhares de dólares de 1980 (a paridade de poder de compra).

FONTES: PT e PH de *FAO Yearbook* 1975, p. 57-59, *FAO Yearbook* 1979, p. 93-95 e *FAO Yearbook* 1987, p. 113-115; PTR de Bolotin, 1987, n. 12, p. 147.

Tabela 9.5: Índice de crescimento da produção agropecuária líquida total (PT) e da produção agropecuária líquida por trabalhador rural (PTR) em diversos países (ano 1913 = 1).

	1920	1929	1938	1950	1986
PT - URSS	0,70	1,30	1,45	1,45	3,85
PT - EUA	1,15	1,25	1,30	1,70	2,50
PT - Europa Oc.	1,05	1,15	1,20	1,30	2,20
PTR - URSS	0,65	1,20	1,45	1,55	5,50
PTR - EUA	1,20	1,30	1,70	3,25	9,00
PTR - Europa Oc.	1,10	1,25	1,40	1,55	7,45

NOTA: Produção líquida (= produção bruta menos parte da produção utilizada como insumo na própria agropecuária).

FONTE: Bolotin, 1987, n. 11, p. 155 e n. 12, p. 148.

Tabela 9.6: URSS, estrutura dos investimentos (em capital fixo) por setores da economia (médias anuais em percentagem do total), 1918-1955.

	1918-28*	1928-32*	1933-37	1938-1941*	1941-45*	1946-1950	1951-55
Total	100	100	100	100	100	100	100
Indústria	15,8	39,1	38,0	35,5	44,6	41,0	43,5
Agricultura	3,1	16,1	12,6	11,4	9,7	12,8	15,5
Transp./com.	9,7	16,8	19,3	17,5	14,7	11,8	8,6
Constr. mor.	67,5	16,1	13,1	17,5	16,0	19,9	19,8
Outras constr	3,9	11,9	17,0	18,1	15,0	14,5	12,6

* 1918-28 não inclui o quarto trimestre de 1928; 1928-32 começa no quarto trimestre de 1928, que marca o início efetivo do Primeiro Plano Quinquenal; 1938-41 inclui somente a primeira metade de 1941, até a invasão alemã na Segunda Guerra Mundial; 1941-45 começa em julho de 1941.

Nota:

Transp./com. = transportes e comunicações

Constr. mor. = construção de moradias

Outras constr. = outras formas de construção em setores não-produtivos (culturais, educacionais, de comércio, de hospitais, de prédios governamentais etc.)

Atenção: nos itens indústria, agricultura e transp./com. estão incluídos apenas os investimentos diretos produtivos (i.e., relacionados diretamente à produção *material*). Gastos, nestes setores, com construções e investimentos *não-produtivos* (i.e., seguindo a metodologia soviética, investimentos ligados à produção não-material ou intelectual, como escolas, moradias etc.) não estão incluídos naqueles itens e sim nos itens (linhas) constr. mor. e outras constr.

Fonte: *Narkhoz* 1961, p. 540-541.

13.10 APÊNDICE 10: NACIONALIDADES NA URSS

Tabela 10.1 População das nacionalidades titulares das 15 repúblicas da URSS de acordo com os censos de 1959, 1970, 1979 e 1989.

Nacionalidade	população 1959 (milhões)	população 1970 (milhões)	população 1979 (milhões)	população 1989 (milhões)	% do total da URSS em 1959	% do total da URSS em 1989	% crescimento 1959-89
azerbaidjanos	2,940	4,380	5,477	6,770	1,4	2,4	332,3
tadjiques	1,397	2,136	2,898	4,215	0,7	1,5	301,7
uzbeques	6,015	9,195	12,456	16,698	2,9	5,8	277,6
turcomanos	1,002	1,525	2,028	2,729	0,5	1,0	272,4
quirguizes	0,969	1,452	1,906	2,529	0,5	0,9	261,0
cazaques	3,622	5,299	6,556	8,136	1,7	2,8	224,6
armênios	2,784	3,559	4,151	4,623	1,3	1,6	165,9
moldavos	2,214	2,698	2,968	3,352	1,1	1,2	151,4
georgianos	2,692	3,245	3,571	3,981	1,3	1,4	147,9
lituanos	2,326	2,665	2,851	3,067	1,1	1,1	131,9
russos	114,114	129,015	137,397	145,155	54,6	50,8	127,2
bielo-russos	7,913	9,052	9,463	10,036	3,8	3,5	126,8
ucranianos	37,253	40,753	42,345	44,186	17,8	15,5	118,6
letãos	1,400	1,430	1,439	1,459	0,7	0,5	104,2
estonianos	989	1,007	1,020	1,027	0,5	0,4	103,8

FONTE: Goskomstat, 1989-1990, v. 4, pt. 1, livro 3, p. 187; SKSNG, 1991-1993, v. 7, pt. 1, p. 10.

Tabela 10.2: Principais Organizações Criminosas em Atividade em Moscou em 1992, de acordo com estimativas do Ministério do Interior da Federação Russa.

Grupo	Integrantes (aproximadamente)	Atividades Principais	Proveniência
Chechenos	800	corrupção, extorsão, exportação ilegal	Chechênia
de Liubertsi	350	extorsão e prostituição	arredores de Moscou
de Solntsevo	300	extorsão e prostituição	região de Kusk
de Podolsk	250	extorsão e prostituição	arredores de Moscou
Azerbaijana	200	transporte de drogas; hortomercados	Azerbaijão
Georgiana	(?)	extorsão, principalmente de hotéis; oficinas mecânicas	Geórgia
Daguestana	200	roubos	Daguestão
de Kazan	60	jogos de azar, discotecas, bares, restaurantes	capital da república autônoma da Tartária

Tabela reproduzida de Costa, 1993, p. 22, c. 2, 3 e 4.